

A UDN E O UDENISMO
Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro
(1945-1965)
MARIA VICTORIA DE MESQUITA BENEVIDES

Para Daniel, André e Marina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
PRIMEIRA PARTE
HISTORIA DA UDN: DA "REDEMOCRATIZAÇÃO"
DE 1945 À "REVOLUÇÃO" DE 1964

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I — RAÍZES

1. A CRIAÇÃO DA UDN NO CREPÚSCULO DO ESTADO NOVO
 - 1.1 — O Novo Sete de Abril.
 - 1.2 — O Elenco
2. ANTECEDENTES: OS MANIFESTOS, OS INTELLECTUAIS E OS ESTUDANTES
 - 2.1 — O "Manifesto dos Mineiros"
 - 2.2 — Os Intelectuais e a Esquerda
3. A "CAMPANHA DO LENÇO BRANCO"
4. A FRENTE CINDIDA
5. 1945: A DEMOCRATIZAÇÃO CONTROLADA

CAPÍTULO II — A UDN NO GOVERNO DUTRA:
A OPOSIÇÃO CORDIAL

1. A REPRESSÃO E A ORDEM
2. A CONSTITUINTE E A QUESTÃO DO PARTIDO COMUNISTA
3. O ACORDO INTER-PARTIDÁRIO PSD-UDN-PR

CAPÍTULO III — OS ANOS CINQUENTA: A OPOSIÇÃO REAL

1. A UDN E A VOLTA DE GETÚLIO VARGAS
 - 1.1 — A Campanha de 1950: Nova Derrota Udenista
 - 1.2 — A UDN Radical: Anti-Getulismo e Golpismo
 - 1.3 — 1954: O "Golpe Branco" e a Ilusão da Vitória
2. GOVERNO CAFÉ FILHO: O VICARIATO UDENISTA
 - 2.1 — A Campanha Sucessória de 1955
 - 2.2 — A UDN e o 11 de Novembro, a Ascensão dos Militares
3. O GOVERNO KUBITSCHER: A UDN E A "APOSTA DEMOCRÁTICA"

- 3.1 — A Luta Contra a "Restauração"
- 3.2 — A Campanha de 1960: Os "Liberais Populistas"

CAPÍTULO IV — OS ANOS SESSENTA: ASCENSÃO E EXTINÇÃO

1. GOVERNO JÂNIO QUADROS: A ILUSÃO UDENISTA
2. GOVERNO JOÃO GOULART: O GOLPISMO REDIVIVO
3. 1964: A UDN NO PODER?
4. O ATO 2: RUPTURA E CONTINUIDADE
5. A UDN E OS MILITARES

SEGUNDA PARTE

A UDN E O UDENISMO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I — O PARTIDO POLÍTICO: ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA INTERNA

1. A TRADIÇÃO E OS CRITÉRIOS: O MOLDE UDENISTA
2. A ORGANIZAÇÃO: ESTRUTURA E DINÂMICA INTERNA
 - 2.1 — Autonomia das Secções Estaduais
 - 2.2 — Atuação Parlamentar e a Questão do Poder

CAPÍTULO II — POLÍTICA ECONÔMICA E POLÍTICA SOCIAL

1. TRAJETÓRIA DOS PROGRAMAS: A QUESTÃO SOCIAL
 - 1.1 — A UDN e a Previdência Social
 - 1.2 — A UDN e a Reforma Agrária
2. POLÍTICA ECONÔMICA: A UDN E A INTERVENÇÃO DO ESTADO
 - 2.1 — A UDN e a Petrobrás
 - 2.2 — O Segundo Programa e a Atuação Parlamentar

CAPÍTULO III — UNIDADE/DIVERSIDADE: AS VÁRIAS UDNs

1. UDN, PARTIDO DAS "CLASSES MÉDIAS"?
2. UDN E PSD: O CORTE DO GETULISMO
3. AS VÁRIAS UDNs
 - 3.1 — Grupos, Estilos, Alianças: O Lastro Udenista
 - 3.2 — As UDNs Fortes e Fracas: Perfis Estaduais

CAPÍTULO IV — UDN E UDENISMO

1. A HERANÇA LIBERAL
2. LIBERALISMO E ELITISMO: A "PRESCIÊNCIA DAS ELITES"
3. OS BACHARÉIS E A MÍSTICA DA ORDEM
4. O MORALISMO UDENISTA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO

APRESENTAÇÃO

"Nossa mística é a da liberdade, e seu preço é a eterna vigilância" .

Virgílio de Meio Franco, 1946

A legenda da "eterna vigilância" lembra, para simpatizantes ou adversários, a marca austera e altiva da União Democrática Nacional.

Lembra, igualmente, a história de um partido que nasceu da luta contra uma ditadura, cresceu apesar de sofridas derrotas — sempre em nome dos ideais liberais de sua inspiração primeira — para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder que instalaria um regime militar de arbítrio, repressivo e autoritário. Trágico paradoxo para perturbar a crônica histórica dos partidos brasileiros, carente de exemplos de coerência e identidade partidária. Mas se incoerência há, haverá também algo de constante e singular na trajetória do "partido da redemocratização", algo que o distinga dos outros, dando-lhe uma feição própria, embora nem sempre fiel aos traços esboçados por seus criadores.

Desvendar essa "feição própria", eis o objetivo deste estudo. Interessa-me responder, basicamente, às perguntas: *o que foi a UDN, e que papel desempenhou no assim chamado período democrático? Em que consistia o "udenismo", que justifica, até hoje, o recurso às expressões "moralismo udenista". "bacharelismo udenista" ou mesmo "reacionarismo udenista"?* A resposta pretende ser dada pela pesquisa histórica e pela análise da prática e da "ideologia" da UDN, desde sua fundação, em 1945, à extinção, em 1965.

Este trabalho divide-se em duas partes, cada qual precedida de uma introdução que destaca as principais questões abordadas. A primeira parte acompanha a história da UDN, a partir das lutas contra o Estado Novo, e segue a cronologia das sucessões presidenciais. A segunda trata do partido político do ponto de vista da organização e da dinâmica interna; dos programas e da atuação parlamentar; do antigetulismo, do "partido das classes médias" e das "várias UDNs". Trata, finalmente, do "udenismo", através da identificação da UDN com questões tais como liberalismo, moralismo ou elitismo.

Um estudo mais amplo sobre partidos políticos, no Brasil, leva o pesquisador à posição, ao mesmo tempo sedutora e desconfortável, de lidar com "objetos não (muito) identificáveis". No caso da UDN, a ambiguidade parece mais evidente. Dos idealistas democratas de 1945 aos adeptos do Ato Institucional nº 5, do purismo do lenço branco ao populismo da vassoura, a trajetória da UDN é marcada por contradições várias, num desafio à busca da unidade e da identidade.

A perplexidade é compreensível: coexistiram, na UDN, algumas teses liberais e progressistas, com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia e denuncia, às raias do absurdo, a "infiltração comunista" nos setores da vida pública. E mesmo para o simples leitor de jornais, como entender a convivência cordial, no mesmo partido, do charme discreto de um liberal consagrado, como Milton Campos, com a agressividade virulenta, injuriosa e "gol pista" de um Carlos Lacerda?

Seria assim tão surpreendente constatar essas contradições e ambiguidades? A UDN surgiu como uma *frente*, organizou-se como um *partido* e identificou-se, também, como um *movimento* (o udenismo). Até que ponto as contradições não pertenceriam à lógica própria de uma organização que se define institucionalmente — a estrutura partidária, o espaço legal — mas que se identifica com uma "herança ideológica" (o liberalismo) que já é, em si, marcada pela ambiguidade? A "unanimidade na divergência", afirmada por alguns udenistas históricos, talvez não fosse, apenas, um rasgo de involuntária ironia. Ela refletiria a soma de avanços e recuos na temática liberal, a singular atração/repulsão pelo poder, o confronto entre a constante elitista e a tentação populista. Não seriam estas as características da "feição udenista" na arena partidária?

Existem, de meu conhecimento, três trabalhos sobre a UDN. A tese de doutoramento de Clifford Landers (Michigan, 1974) restringe-se à história da UDN carioca (Estado da Guanabara) e enfatiza, a partir de entrevistas submetidas a testes estatísticos, a questão das "atitudes" quanto à filiação partidária, militância ou apenas simpatia política. Otávio Soares Dulci apresentou, em 1977, uma dissertação de mestrado à Universidade Federal de Minas Gerais, sobre "A UDN e o anti-populismo no Brasil". A parte interpretativa engloba, basicamente, a dicotomia populismo/anti-populismo, surgindo a UDN como o protótipo do partido das forças anti-populistas. E a dissertação de mestrado de Isabel Fontenelle Picaluga (USP, 1978), sobre a UDN da Guanabara, propõe uma abordagem do lacerdismo e do papel da UDN, vista em contraponto com o PTB, num sistema bi-polar, no qual esses dois partidos dominavam a cena política no antigo Distrito Federal.¹

Em trabalho anterior (1976) destaquei a importância da aliança PSD-PTB no governo Kubitschek e a UDN foi considerada, apenas, como o principal partido da oposição, em torno de sua atuação no Congresso — "a eterna vigilância conservadora" em face das iniciativas de um executivo inovador, ou como o porta-voz mais evidente do anti-getulismo. Mas a política udenista e a virtual aproximação da UDN com o PSD, no final do período, já suscitavam intrigantes questões. Daí decorreu meu interesse especial pelo tema: *a UDN e o udenismo na política brasileira*.

Francisco Weffort, mestre e amigo, acompanhou as diversas etapas deste estudo; sou-lhe especialmente grata pelo incentivo ao insistir na importância da pesquisa histórica, sem preconceitos de ordem teórica ou ideológica, e fugindo ao que chama "secreto gosto pelo dogma". Registro, com afetuosos agradecimentos, o estímulo generoso dos meus colegas do CEDEC e das "companheiras de estrada" Amélia Cohn, Regina Prata, Teresa Belda e Tereza Cesarino Trevas.

Este trabalho, concluído em junho de 1980, foi apresentado como tese de doutorado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. A banca examinadora,

presidida por Francisco Weffort, contou com a ilustre participação dos professores Aziz Simão, Bolivar Lamounier, Maria do Carmo Campello de Souza e Victor Nunes Leal. A todos agradeço a leitura atenta e a arguição aguda e estimulante.

Agradeço finalmente à FAPESP e à Fundação Ford, que me concederam bolsas durante o período da pesquisa.

Maria Victoria de Mesquita Benevides
Dezembro de 1980

1 Publicada pela Editora Vozes, em 1980, com o título: *Partidos Políticos e Classes Sociais — a UDN na Guanabara*.

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA DA UDN: DA "REDEMOCRATIZAÇÃO" DE 1945 À "REVOLUÇÃO" DE 1964

"A grande campanha de que emergimos não terá sido estéril se, além do reinício do jogo das instituições democráticas, tiver dado ao país o grande 'partido do centro inclinado para a esquerda', em que Roosevelt sintetizava seu idealismo político."

Virgílio de Mello Franco

"Havia duas direitas antidemocráticas aninhadas na UDN: uma que detestava a herança varguista e aspirava a ditadura militar por motivos políticos, e outra que tendia também para a ditadura militar, mas por reacionarismo econômico e hostilidade ao progresso social."

Afonso Arinos de Mello Franco

INTRODUÇÃO

A reconstrução da vida real da UDN — em que pese a advertência de que não se trata de um levantamento factual, meramente cronológico — pretende constituir-se na *base histórica* indispensável para o conhecimento do que foi o partido, e para a análise de seu importante papel na política brasileira durante o assim chamado período democrático. A proposta supõe que uma idéia possa encadear-se à outra, não linearmente, mas por via das sugestões e alusões — sempre atreladas ao fato — que se liguem, passo a passo, num quadro homogêneo. Interessa a análise de conjuntura que permita a construção, não artificial, da realidade em estudo e de sua inserção na continuidade histórica. Interessa, primordialmente, *o papel dos atores políticos*, suas contradições ou coerências, a prática e a

"ideologia", a teia de interesses em busca de expansão. A proposta é ambiciosa. Mas nenhuma hipótese, afirmação alguma poderá ser lançada sem referência ao *fato histórico*, à conjuntura específica. A ênfase no fato não significa — atentando à clássica crítica de Lucien Febvre — a "submissão pura e simples a esses fatos, como se não tivessem sido escolhidos, em todos os sentidos, da palavra escolhido" ¹. Os fatos foram *escolhidos* — embora não subtraídos ou "acondicionados" — em função do interesse próprio desta pesquisa, das hipóteses de trabalho, e, naturalmente, do envolvimento

1 Lucien Febvre, "Febvre contra a História Historizante (1947)", in C.C. Mota (Org) *Febvre*. São Paulo, Ática, 1978.

peçoal com um fardo de inquietações, interrogações e dúvidas, suscitadas pelo estudo da história política brasileira contemporânea.

O que se quer saber da história da UDN? É quase impossível ignorar, para história tão recente, a formação de uma imagem pública, de vertentes apologéticas ou detratoras, que compõem, ambas, uma visão "impressionista" (com traços espúrios ou pertinentes, não importa) do que foi o partido. As questões se impõem, quer pelo lado da crônica política, quer pelo lado da análise sociológica. No primeiro caso, a escolha dos fatos decorre de sua vinculação possível com as expressões consolidadas como "partido dos cartolas", partido do anti-getulismo, partido do golpe, partido dos bacharéis, partido dos moralistas, "partido das vivandeiras dos quartéis", etc. No segundo caso, trata-se de apontar, nos fatos, a evidência ou não das afirmações sobre "o partido das classes médias", sobre a ambiguidade programática e a penúria ideológica e sobre a inviabilidade dos partidos nacionais (seriam mesmo "ficções legais"?). Trata-se, ainda, de discutir a hipótese levantada neste estudo: a diversidade de grupos e "estilos" na UDN permite considerar a existência de *várias UDNs*.

A análise de tais temas será empreendida na segunda parte deste trabalho, associada a uma interpretação crítica pessoal, mas necessariamente comprometida com a reflexão já existente sobre partidos políticos e sobre as questões inerentes à problemática da "ideologia" udenista. Insista-se, ainda uma vez, que o *fato histórico*, aqui *escolhido*, não será estéril ou gratuito. Um exemplo específico ocorre de imediato: não interessa, apenas, apontar as estratégias gol pistas, constantes na história da UDN. A trama será sempre importante, mas o *porque* é inarredável. Interessa distinguir, por exemplo, as diferenças entre o golpe ocasional como um instrumento rápido e eficiente para se chegar ao poder, e o golpismo como princípio político. Na análise seguinte, discutir-se-á, então, que "dar um golpe" é uma coisa; "defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral" (na linguagem de certos udenistas inconformados com a "verdade das urnas") é outra coisa bem diversa, apontando raízes de um pensamento político de direita clássica (no estilo maurrassiano?), distante da tradicional conciliação, por todos já reconhecida no jogo das elites brasileiras.

Nesta primeira parte, a *prioridade ao político* significa resgatar o primado da ação, o papel dos atores políticos, o enredo, vitórias e frustrações, as motivações, os interesses — reais ou supostos —, as possíveis inspirações doutrinárias (explicitadas no discursos, parlamentares ou programáticos) que serão situados em cena própria, mas não isolada ou estanque. ² Em que pese a força da insistência na *escolha* dos fa-

2 Como diz Francisco Weffort, "As conjunturas históricas, tão importantes quanto possam ser para a história dos movimentos sociais, não podem ser entendidas independentemente da orientação e da disposição de ação dos grupos sociais e políticos. Se assim fosse, elas teriam a mesma "objetividade" das estruturas reificadas pelo economicismo e pelo sociologismo. Antes, pelo contrário, a análise das conjunturas é importante precisamente por trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da História em que orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem um relevo decisivo. São as situações em que os homens fazem a História". *Sindicatos e Política*, tese de livre docência, USP, 1972, p. 13.

tos, a análise se pretende imune a preconceitos ideológicos. O compromisso, assim exposto, alude à imparcialidade, raramente atingida. Afinal, esta história é "viva" e a paixão — presente na opinião fatalmente enredada na análise — pode perturbar o mais cético propósito científico³. O risco, sabido e vivenciado, aponta como solução o caminho da pesquisa às fontes primárias, com rigor redobrado. O compromisso, portanto, será com a fidelidade às fontes. E a primeira parte deste estudo, refere-se *ao trabalho de pesquisa*:

- levantamento do material existente no Arquivo da UDN: ata da fundação do partido (registro taquigráfico); livros de atas das Reuniões Semanais da Comissão Executiva, da bancada federal e do Diretório Nacional (de 1947 a 1965); livro de atas das Convenções Nacionais (foram dezesseis, entre ordinárias e extraordinárias); programas e estatutos do partido; listas de filiação; registro de notas oficiais divulgadas pela imprensa, manifestos e relatórios políticos das diretorias;
- levantamento do noticiário de imprensa, sobretudo referente às campanhas presidenciais;
- levantamento de dados referentes à atuação parlamentar da banca da udenista (Diário do Congresso, Síntese dos Discursos, acompanhamento dos projetos e CPIs);
- levantamento de dados eleitorais, coligações ou alianças;
- entrevistas com antigos udenistas, na medida do possível representantes das diversas tendências no interior do partido, assim como com jornalistas da época;
- leitura de relatos memorialísticos publicados por antigos udenistas;
- levantamento bibliográfico de fontes secundárias, tais como livros ou artigos de historiadores ou analistas políticos, abrangendo fases ou temas do período 45-65.

A exposição interpretativa da trajetória da UDN revelará — espera-se — aspectos essenciais para a compreensão da *identidade do partido*. Tais aspectos, a *serem tratados na segunda parte deste estudo*, compreendem três abordagens diversas: 1) a construção da imagem públi-

3 "La historia no es solo contar el pasado, pero entenderlo (...) con su intelecto, pero tambien con toda la jauria de sus más egregias pasiones, *cum ira et studio*. Es una perfecta tontería suponer que las pasiones son nocivas en la historiografía". Ortega y Gasset, *Origen y Epilogo de la Filosofia*. México, F.C.E., 1971.

ca, através do moralismo e do elitismo; 2) a especificação dos dois tipos principais de luta política, centrados no anti-getulismo e no anticomunismo, e 3) a qualificação da herança ideológica da UDN, ou seja, do seu liberalismo. Ao nível da dinâmica interna do partido, a análise histórica será útil para pôr em relevo as semelhanças e diferenças entre os diversos grupos que formaram a UDN — os liberais históricos, os bacharéis, os realistas, os golpistas, a "Banda de Música" e a "Bossa-Nova" — consolidando-se a *hipótese sobre as várias UDNs*.

Em qualquer estudo histórico, a cronologia é tarefa complexa. Aqui, a opção foi simples: determinam-se os cortes pelos governos, com ênfase nas campanhas presidenciais. É claro que a história de um partido não se resume às sucessões presidenciais. Mas a escolha do candidato, e do tipo de luta eleitoral — tanto nas campanhas, quanto pelo lado das alianças e coligações — implica, quase sempre, a fixação de uma certa linha frente aos problemas nacionais, ao relacionamento com os outros partidos e, principalmente, à aproximação com os militares.

O capítulo inicial trata, como não poderia deixar de ser, das *raízes do partido*: a criação da UDN à sombra do Estado Novo, os antecedentes, a frente única, as cisões, a consolidação. Seguem-se a análise do governo Dutra, (com a UDN na "oposição cordial" sob o espectro de Getúlio); a volta do ex-ditador, nos braços do povo e na perplexa frustração udenista; as crises, o golpismo, o suicídio e o "vicariato udenista" no governo Café Filho; o governo Kubitschek e a experiência democrática para a UDN, que aposta na via eleitoral para chegar ao poder; o governo Jânio Quadros e o falso udenismo na vitória equivocada; o governo João Goulart e o golpismo redivivo; 1964 e a efetivação da frente udeno-militar; a extinção dos partidos e o renascer da UDN na ARENA.

Em termos gerais, trata-se de estabelecer um ciclo quase biológico: das raízes à expansão, da consolidação à extinção, do fim a um novo começo. Em seu admirável *Os Donos do Poder*, Raymundo Faoro trabalha com a tese da "viagem redonda". Tomando de empréstimo a elegante imagem, o ciclo também não se daria com a história udenista? A UDN de 64 já não estaria contida na de 45? Ambos foram apresentados como movimentos de "redemocratização": o primeiro, contra a ditadura getulista, o segundo contra a "ditadura comunista"... Afinal, os líderes civis da revolução de março foram os mesmos que assinaram o "Manifesto dos Mineiros", de fiel memória associada às lutas contra Vargas. Para desconforto de uns e proveito de outros, o que de fato mudou, o que permaneceu?

A necessária exposição em capítulos entrelaça a vida udenista com a história real, a evolução política do Brasil a partir do fim do Estado Novo. Há que desvendar a sombra ideológica na versão udenista dos fatos, e perceber, no jogo das aparências, a criação de situações que se superam e criam novas interrogações e novos equilíbrios, sem perder de vista a ação recíproca. Há que distinguir o "calor da hora" e as análises *ex-post*. Há que lembrar, também, como sugere Ernesto Sábató, que as metáforas, férteis tentativas de uma

busca de identidade sob a diversidade, sofrem, quase sempre, o desgaste do tempo e das novas leituras. "El lenguaje vivo, constantemente solicitado por dos fuerzas que en cierto modo son antagónicas — una intelectual, de comprensión del universo y de comunicación — la otra psicológica, de expresión y dominio dei interlocutor — *se renueva sin cesar*. Eso explica que las metáforas se desgasten, pierdan su vigor expresivo y de convicción — aunque sigan siendo verdaderas".⁴

4 Ernesto Sábato, *Heterodoxia*. Buenos Aires, EMEGE, 1970, p. 119.

CAPÍTULO I

RAÍZES

1. A CRIAÇÃO DA UDN NO CREPÚSCULO DO ESTADO NOVO

1.1 — O Novo Sete de Abril

"No fundo, a revolução de sete de abril foi um desquite amigável entre o Imperador e a nação, entendendo-se por nação a minoria política que a representa".

Joaquim Nabuco, 1897*

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da "eterna vigilância". Foi, portanto, como um movimento ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros — que surgiu a União Democrática Nacional, oficialmente fundada a sete de abril de 1945, para lembrar o outro sete de abril, de 1831, festejada data do liberalismo brasileiro.

Homenagens a efemérides nem sempre trazem bons augúrios. Neste caso preciso, a escolha da data talvez revele indesejáveis afinidades que pesariam, para o futuro partido, no fardo de uma herança cujas raízes remontam às ambiguidades da dicotomia liberalismo/con-

* In *VIII Estadista do Império*. Rio: Nova Aguilar, 1975, p. 57

servadorismo, constantes na história política das elites brasileiras. O significado do sete de abril de 1831 suscita distintas interpretações, a partir da avaliação dos próprios personagens. Como assinala Raymundo Faoro, para os conservadores da época, o movimento não somente não fora liberal, como representara uma verdadeira *subversão*: "do

7 de abril a 1834 tudo foi reclamado — a federação, a liberdade religiosa, a justiça eletiva, a extinção do poder moderador e do Conselho do Estado, a república depois do governo de D. Pedro II, o senado temporário, a divisão das despesas públicas entre as províncias. O conservador Visconde do Uruguay sentia que estava tudo fora dos eixos" (1975, I, p. 308).

Mas, se a denúncia subversiva afaga a consciência libertária dos conspiradores de 1945, uma contundente crítica aos atos de abril de 1945 se deve, paradoxalmente, a um liberal "exaltado", decano entre os heróis da crônica udenista. Dirá Teófilo Ottoni em 1860: "o sete de abril foi uma verdadeira *journalée des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais alta da palavra" (Nabuco, 1975, p. 60). O que, evidentemente, não aconteceu. Se Virgílio de Mello Franco retomaria a expressão "jornada de tolos" para desqualificar o golpe de 29 de outubro contra Getúlio, para a maioria dos udenistas históricos a "rebeldia liberal" de 1831 marcaria uma data importante, porém não inspiradora quanto às fontes da ambiguidade de sua própria herança ideológica.

Esboçada, em rápida lembrança, a linguagem de uma fatia expressiva da memória udenista, dê-se o necessário salto para o novo sete de abril de 1945. Com uma devida ressalva: o saudosismo histórico na escolha da data (no sentido "subversivo"), o idealismo ou o romantismo político de alguns atores, não deve obscurecer o fato de que somente a conjuntura especial de fins de 1944 e começos de 1945, fruto da galopante desagregação das forças estadonovistas (e sob a forte influência das mudanças na situação internacional, em favor dos Aliados) poderia proporcionar a união de elementos tão diversos, quando não antagônicos. Pois como seria possível fundar um partido *nacional*, razoavelmente coeso, se nada mudara na política dos estados, se permaneciam as rivalidades regionais, os ressentimentos pessoais, a oligárquica intransigência dos grupos locais? Somente a polarização em torno de um inimigo comum, ou herói comum. A futura UDN os tinha, ambos.

Havia uma definida bandeira política: a reconquista das liberdades democráticas. Havia uma promessa de eleições: a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Havia, sobretudo, um herói-candidato, o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes. Este, um ponto curioso: em torno de uma candidatura às eleições ainda hipotéticas forma-se um partido político, ao inverso da tradição, ou seja, surgir um candidato de um consenso partidário. (Essa marca de criação seguiu à trajetória do partido, frustrado nas grandes derrotas eleitorais, porém empedernido na união — muitas vezes espúria — em torno de um candidato à Presidência da República). O objetivo declarado da reunião do sete de abril, além da organização formal do partido, era a preparação da Convenção que lançaria, oficialmente, a candidatura do Brigadeiro, já sugerida na imprensa através da entrevista de José Américo, ao *Correio da Manhã* (a qual, segundo Paulo Emílio Salles Gomes, "fora o soco no parálitico de que falava Trotsky") seguida das de Prado Kelly e Virgílio de Mello Franco ao *O Globo*.

A reunião solene do sete de abril, no "auditorium" (como diz a Ata) da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, desdobrou-se numa encenação de grande efeito plástico e vibração oratória, o que perturba, de certa forma, a identificação dos atores, ao diluir suas diferenças na emoção comum. O elenco, forçosamente heterogêneo, o que se revela já no título "delegados dos partidos estaduais e das correntes de opinião", mantêm-se

ligado por um único fator: a luta contra a ditadura. O peso da retórica, que caracterizaria o partido como um reduto dos bacharéis, não impede, todavia, que se apreendam, nas propostas mais significativas, alguns dos temas que seriam dominantes na campanha do Brigadeiro e justificavam a união de todos: liberdade de imprensa e de associação, anistia, restabelecimento da ordem jurídica, eleições livres e sufrágio universal. O embrião da futura mobilização por "todo o poder ao judiciário" surge nas propostas da entrega do poder ao presidente do Supremo Tribunal Federal. A urgência da reconstituição jurídica — reclamada, entre outros, pelo representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção DF, Augusto Pinto Lima — é explícita ao se identificar na Constituinte (sem Getúlio!) a primeira organização no caminho da legalidade: "não podemos votar com a Carta de 37. Não queremos eleições prostituídas e conspurcadas, como obséquio, como graça do Sr. Getúlio Vargas, através do Sr. Agamenon, esse bandoleiro do Direito" ¹. Pedro Aleixo, presidindo a sessão solene, enfatiza o papel do Poder Legislativo como "a coluna mestra da democracia" e conclama todas as correntes liberais a protestarem contra a censura prévia à imprensa, lembrando o fechamento recente do *Diário de Pernambuco*, "Órgão de centenária tradição liberal",

Na esteira das ameaças de censura, o discurso de João Mangabeira é o mais contundente: "a pretexto de greves provocadas adrede ou causadas pela política inflacionista do governo; a pretexto de planos

1 Todas as citações de discursos dos fundadores são textuais, de acordo com as *Notas Taquigráficas* para a Ata da Sessão de Fundação da UDN, *Arquivo UDN*.

inexistentes de motins e revoltas cavilosamente atribuídas pelo governo à oposição, urde-se a conjura para reimplantar no Brasil o renegado regime de censura à imprensa (...) Reagiremos. Apelaremos para os tribunais, para os jornais e os jornalistas, para as classes armadas e as conservadoras, para os profissionais liberais, para o operariado, para todos os homens e mulheres que amam a Pátria e a Liberdade".

A insistência em imagens retóricas de gosto passadista — como a comparação de Washington Luís com D. Pedro II no exílio, ou de exaltação à memória de Rui Barbosa — não impede a hora da audácia. Reclama-se a concessão da "*anistia ampla e irrestrita*" e chega-se a sugerir que "a vaga do líder comunista Luis Carlos Prestes na prisão seja ocupada pelo Sr. Getúlio Vargas por mais uns trinta anos". A proposta da anistia, assim como a moção de João Mangabeira de *repúdio à tomada do poder por meio de golpes*, são aplaudidas de pé por todos os presentes. Afirma João Mangabeira: "São absolutamente insubsistentes todos os rumores circulantes, provenientes de fontes oficiais ou oficiosas, segundo os quais o movimento político democrático, que ergueu em toda a nação a candidatura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, tenha o objetivo de chegar ao poder por meio de golpes ou revoluções".

O alvo da cólera será um só, unânime e absoluto: o regime getulista. Maurício de Lacerda, um dos mais combatentes jornalistas representantes das esquerdas, explode numa curiosa acusação à "acefalia" do governo, sugerindo o "encantamento sinistro da mula sem

cabeça" (!) e se refere aos jornais censurados como "as folhas de chucrute da ditadura". A reorganização administrativa do Estado Novo em torno de inovações na área trabalhista, que, teoricamente, poderia sensibilizar os grupos mais progressistas, é igualmente condenada na crítica específica aos Institutos, chamados de verdadeiros "prostitutos" (aplausos) que teriam criado "um falso capitalismo de Estado". Merecem destaque duas únicas concessões ao regime execrado: o voto de congratulações pelo restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, sugerido por Maurício de Lacerda, e a defesa da atuação de Oswaldo Aranha quando no Ministério das Relações Exteriores, feita pelo próprio, que também discursou em homenagem ao Brigadeiro Eduardo Gomes. A oração oficial de lançamento da candidatura do Brigadeiro coube ao gaúcho Raul Pilla, apoiado pelas delegações de todos os estados.

Ao se aprovar a criação de uma Comissão de Estudos para elaborar os estatutos do partido, a escolha dos membros refletiu a predominância dos "notáveis" que marcariam, por muitos anos, a orientação jurídica da UDN, como Raul Fernandes, Prado Kelly e Waldemar Ferreira. Os outros membros da Comissão dos Estatutos eram: Mário Brant, João Sampaio, Flores da Cunha, Pedro Gago, José Américo e Oscar Stevenson; a secretaria coube a Prado Kelly. Os Estatutos foram aprovados juntamente com o Programa, na Convenção de 17/08/45.

O respeito comum às importâncias regionais, como um acordo tácito, se revela de maneira inequívoca. O mineiro Pedro Aleixo preside a reunião e o baiano Otávio Mangabeira (ausente) é aclamado como "a bandeira da liberdade, a bandeira do Direito, a bandeira da Justiça, a bandeira da honra, a bandeira da dignidade, a bandeira do Brasil". A delegação carioca impõe sua superioridade numérica (25 membros) e a presença de uma pequena ala universitária e outra, mínima, operária; saúda-se o vigor combativo dos democratas do Rio Grande do Sul (lembra-se que havia uma certa hostilidade aos conterrâneos de Vargas; durante uma das reuniões preparatórias Luis Camilo de Oliveira Neto e Adauto Lúcio Cardoso gritaram "abaixo os gaúchos", atingindo especialmente a presença de Oswaldo Aranha) e a São Paulo reserva-se a honra do título "meca da democracia".

A noite da fundação se encerra com o pedido de reintegração dos professores que haviam sido afastados da Universidade do Brasil, Leônidas de Rezende, Hermes Lima, Castro Rebelo, Maurício de Medeiros e Bilac Pinto. Os exilados políticos, inspiradores da conspiração udenista, como Otávio Mangabeira, Armando de Salles Oliveira e Paulo Nogueira Filho, são aclamados com votos de breve retorno. Solenemente se dispersam os novos udenistas após um minuto de silêncio em memória do estudante Demócrito de Souza Filho, o mártir da redemocratização, morto durante o tiroteio de repressão ao comício pró-Brigadeiro no Recife, a 3 de março de 1945. *Assinaram a Ata da Fundação da União Democrática Nacional*: José Augusto Bezerra de Medeiros, Adhemar de Barros, Joaquim Bandeira de Mello, João Cleophas, Carlos de Lima Cavalcanti, Carlos Castilho Cabral, Antonio Carvalho Guimarães, João Carlos Machado, Raul Pilla, Poty Medeiros, Waldemar Ferreira, Oscar Stevenson, Mathias Olimpio, José Candido Ferraz, Osório Borba, Arnon de Mello, Wanderley Pinho, Adhelmar Rocha, Francisco Alves Cavalcanti, Raphael Cincurá de Andrade, Oswaldo Trigueiro, Belmiro Medeiros, Raphael Fernandes Gurjão, Ernani Satyro, Nehemias Gueiros, Amorim Parga, Maria Luiza Bittencourt, Maria Rita Soares de Andrade, Orlando Vieira Dantas, Tristão da Cunha, Lourival de Mello Motta, Pedro da

Costa Rego, Orlando Araújo, Lino Machado, Luis Camillo de Oliveira Netto, Joaquim de Salles, Astrogildo Pereira, Nelson Souza Carneiro, José Gaudêncio, Emilio Diniz da Silva, Domingos Vellasco, José Ferreira de Souza, Alde Sampaio, Paulo Martins, Luis Pinheiro Paes Leme, Jones Rocha, Tito Lívio de Sant'Anna, João Mangabeira, Heitor Beltrão, Mario Martins, Nelson de Sena, Jacy de Figueiredo, Carmem Portinho, Maurício de Lacerda, Lengruber Filho, Miguel Costa Filho, Raul Leite Filho, Xavier de Araujo, Evandro Lins e Silva, Dortmund Martins, Benjamim Miranda, Aristides Mariano de Azevedo, Jurandyr Pires Ferreira, João Evangelista Lobato, Luiz Tinoco da Fonseca, Jeronymo Monteiro Filho, Oscar Przewodosky, José Eduardo de Prado Kelly, Dionísio Busier Bentes, Arthur Leandro de Araújo Costa, Romão Junior, Virgílio A. de Mello Franco.

Esta lista de fundadores da UDN encontra-se apenas nos arquivos do extinto partido e apresenta algumas curiosidades: — omissões importantes, como os nomes de Pedro Aleixo e Oswaldo Aranha, presentes e atuantes na reunião do sete de abril (Oswaldo Aranha dizia que jamais pertencera à UDN, embora tivesse apoiado o Brigadeiro); — omissões importantes de nomes ausentes à reunião do sete de abril porém *fundadores do partido*, como José Américo de Almeida, Otávio Mangabeira, Arthur Bernardes, Armando de Salles Oliveira, Flores da Cunha e Bilac Pinto, entre outros; — presença de nomes de políticos que se afastariam radicalmente do partido, por motivos diametralmente opostos, como Adhemar de Barros (fundaria o PSP) e Astrogildo Pereira (comunista); — a identificação por nacionalidade (todos brasileiros), estado civil (apenas cinco solteiros) e profissão. O item profissão revela uns dados interessantes: 26 advogados, 9 professores, 9 médicos, 9 jornalistas, 5 industriais, 3 fazendeiros, 3 engenheiros, 2 militares, 2 escritores, 1 funcionário e ... 1 lavrador, este o ilustre Dr. Virgilio de Mello Franco, político, advogado, fazendeiro e jornalista. Quase todos os professores são também advogados e quase todos os industriais são também fazendeiros.

1.2 — O Elenco

"Até os velhos partidos que renhiam, em seus crônicos dissídios, *formaram uma unidade milagrosa*, em coligações, seladas pelo sentimento comum de uma nova vida pública, que são, hoje, a estrutura da União Democrática Nacional".

José Américo, 1945*

Ampla frente de oposição, a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas. Algumas adesões, sob o prisma do passado aparentemente incompreensíveis — como a de Arthur Bernardes (um "carcomido" no partido do Brigadeiro!), a de Adhemar de Barros (ex-interventor em São Paulo, *persona non grata* por excelência das elites paulistas, tanto do PRP quanto do PD), ou ainda a de Oswaldo Aranha, amigo e aliado de Getúlio — revelam a predominância do cálculo político sobre as "ra-

* Citado por Yves de Oliveira, 1971, p. 182.

zões do coração" ou da memória histórica. Adversários de tempos imperiais, velhos inimigos, desafetos jurados, reúnem-se com a finalidade única de apressar a queda de Vargas e suprimir seu regime. No segundo semestre de 1945, já se registram desmembramentos em pequenos partidos (PL, PR, PSP), além das defecções individuais - tanto pela esquerda, quanto pela direita — o que torna ainda mais importante identificar, *na época de sua fundação*, os diversos grupos que compunham a UDN. Estes podem ser situados em cinco categorias, que não serão rígidas ou exaustivas, mas que indicam, tão proximamente quanto possível, as origens, as posições e as alianças:

- a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30;
- b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37;
- c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) As esquerdas.

a) *Os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930*: os perrepistas mineiros, liderados por Arthur Bernardes, como Mário Brant e Dario de Almeida Magalhães; os perrepistas paulistas, em torno de Júlio Prestes e João Sampaio; os autonomistas baianos, vinculados a Otávio Mangabeira (vencidos em 1930 e, portanto, adversários do grupo de Juraci Magalhães, que também ingressaria na UDN); os clãs político-familiares, como os Konder, em Santa Catarina (os quais se aliariam a Irineu Bornhausen, formando uma forte ala udenista que dominaria, por décadas, a política no estado); a família Caiado em Goiás, conhecida como de "latifundiários intelectuais", no poder desde o início do século e derrubados pelas forças revolucionárias mineiras, que invadiram o estado em 1930; os Correia da Costa, em Mato Grosso; os Nery, no Amazonas; José Augusto e seu grupo no Rio Grande do Norte e o de Leandro Maciel, em Sergipe. Nesta categoria, situam-se, igualmente, os grupos mais recentes, surgidos depois de 30 — e que, aparentemente, não poderiam ser considerados "oligárquicos" mas que também não seriam "liberais". Trata-se das famílias de peso político emergente no Nordeste, que mais tarde dominariam as políticas estaduais, mas que, pelo fato de surgirem em oposição às interventórias, não poderiam ingressar no PSD: os Távora, no Ceará; os Sampaio e João Cleophas em Pernambuco e os representantes da burguesia baiana mais tradicional como Clemente Mariani, entre outros.

b) *Os antigos aliados de Getúlio*: os tenentes que se sentiram traídos, como Eduardo Gomes, Isidoro Dias Lopes, Juraci Magalhães; os membros da Aliança Liberal, cuja ruptura definitiva ocorre com o apoio à Revolução Paulista de 32, como o grupo gaúcho chefiado por Borges de Medeiros (Partido Republicano Riograndense); os mineiros, como Antônio Carlos (perdeu a presidência da Câmara) e Virgílio de Mello Franco (perdeu, junto com Gustavo Capanema; para Benedito Valadares, a indicação para a interventoria no estado, em 1933); o candidato apoiado por Getúlio às eleições presidenciais frustradas com o golpe de 37, José América (embora a maioria de seus partidários tenha ingressado no PSD); os governadores dissidentes ou alijados do poder em 37, como Flores da Cunha (RS), Lima Cavalcanti (PE) e Juraci Magalhães (BA), cuja autoridade foi diminuída pela federalização das forças públicas; e os políticos que apoiaram ou integraram o governo, no período constitucional, como Pedro Aleixo (presidente da Câmara quando de seu fechamento em 1937) e Odilon Braga, ministro da Agricultura, que se recusou a assinar a Carta de 37.

c) *Os que participaram do Estado Novo*: são os que apoiaram o golpe e tiveram cargos públicos durante a ditadura, mas romperam com Getúlio ou com as forças locais situacionistas, antes de 1945. Entre outros, Oswaldo Aranha, Ministro do Exterior até 1944; Gabriel Passos, procurador-geral da República até 1945; Adhemar de Barros, interventor em São Paulo até 1942 e Argemiro de Figueiredo, na Paraíba, até 1940. Substituído na interventoria do estado por Ruy Carneiro (um dos futuros caciques do PSD estadual e nacional), Argemiro de Figueiredo, embora rompido com José Américo, se vê compelido a ingressar na UDN. Também na Paraíba, Ernani Sátiro constitui outro típico exemplo do "udenista por contingência": fora chefe de polícia e prefeito de João Pessoa, durante o Estado Novo, sendo afastado da situação local em 1940 (Ernani Sátiro confirmaria mais tarde: "só não entrei para o PSD por causa das divergências locais. UDN e PSD eram farinha do mesmo saco". Entrevista à autora, 10/1/1977).

d) *Os liberais nos estados*: aqui, o corte regional é importante, porque a oposição liberal tinha uma nítida identificação em termos de correntes estaduais, como o grupo dos libertadores gaúchos, chefiados por Raul Pilla e o grupo dos mineiros, inspiradores do "Manifesto", como Milton Campos, os Mello Franco, Bilac Pinto, Luis Camilo, Magalhães Pinto, entre outros. Ao grupo paulista, tradicionalmente anti-getulista, pertenciam os egressos do Partido Constitucionalista, ou seja, os ex-combatentes de 32 e os remanescentes do Partido Democrático e que se reuniram na UDB (União Democrática Brasileira) em torno da candidatura frustrada de Armando de Salles Oliveira. Do antigo Partido Democrático (fundado em 1926), irão militar na UDN professores da Faculdade de Direito como Ernesto Leme e Waldemar Ferreira; jornalistas ligados ao *O Estado de S. Paulo*, como Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto; membros da aristocracia rural, como Fábio da Silva Prado, e antigos políticos como Henrique Baima e Aureliano Leite. Aliaram-se, por motivos estritamente locais, aos liberais armandistas, dissidentes do velho PRP (cuja maioria ingressou no PSD), ou seja, a facção liderada por Ataliba Leonel. O grupo fluminense era composto por bacharéis como Raul Fernandes, Prado Kelly e Soares Filho, em sua ala conservadora, e por intelectuais e jornalistas vinculados à ABDE (Associação Brasileira de Escritores) e à UTI (União dos Trabalhadores Intelectuais), em sua ala mais liberal, quando não de esquerda. Entre estes destacam-se Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, Orígenes Lessa, Francisco de Assis Barbosa, Pompeu de Souza, Mário Martins, Franklin de Oliveira, Raimundo Magalhães Jr. e Pedro Nava. Em seu estudo sobre a UDN Otávio Dulci lembra, ainda, a forte corrente católica que havia no Rio de Janeiro ligada ao Centro Dom Vital (Alceu de Amoroso Lima, Edgar da Malta Machado, Sobral Pinto) e que conseguiu evoluir de uma posição reacionária para apoiar a linha mais progressista da UDN e a candidatura do Brigadeiro (1977, p. 77).

e) *As esquerdas*: esta categoria compõe-se de três grupos: os políticos e intelectuais, de tendências socialistas, que formariam a Esquerda Democrática, surgida, publicamente, dois meses depois da fundação da UDN, com um manifesto de apoio ao Brigadeiro², com Hermes Lima e João Mangabeira, e o antigo militante da ANL, Domingos Velasco; os comunistas dissidentes da linha oficial do partido — representada pela CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) que pregava uma aproximação com Getúlio — como Silo Meirelles, Astrogildo Pereira e o professor marxista anti-stalinista Leônidas Rezende; os estudantes ou recém-egressos do movimento estudantil, igualmente de tendências

socialistas, cuja militância, desde 1942, era especialmente atuante na Faculdade de Direito de São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

É importante deixar claro, no entanto, que a Esquerda Democrática não pode ser confundida com uma facção ou uma ala dissidente da UDN, como geralmente acontece. A ED nunca pertenceu à UDN, isto é, como grupo organicamente integrado ao partido, mas apenas se compôs com ela, para consolidar a frente única de oposição à ditadura.³ A prova disso é que, por ocasião das eleições para a Constituinte Federal a ED apresentou candidatos próprios, embora em chapa conjunta sob a sigla UDN-ED, elegendo Hermes Lima e Domingos Velasco. O equívoco se justifica por dois motivos:

1) — membros notórios da ED, como Hermes Lima, Domingos Velasco, Osório Borba, Jurandir Pires Ferreira e João Mangabeira,

2) Os Manifestos da Esquerda Democrática e o da União Democrática Socialista foram publicados por Edgar Carone em *A Terceira República*. São Paulo, DIFEL, 1976, p. 433 e segs.

3) A *União Socialista Popular*, fundada em 1945, também participou da frente única, vinculada à Esquerda Democrática.

participaram, efetivamente, da criação da UDN e assinaram a ata de fundação do partido. Esses nomes, portanto, podem ser considerados dissidentes da UDN, mas não a ED enquanto grupo;

2) — além da causa maior, a redemocratização, tanto a UDN quanto a ED, tinham outros interesses nessa aliança. A ED contava com reduzida capacidade de mobilização eleitoral e como a nova lei, de 28/5/45, exigia, para registro de *partidos nacionais*, o mínimo de dez mil assinaturas de eleitores em pelo menos cinco estados, tornava-se indispensável a formação de chapas conjuntas UDN-ED. Pelo lado da UDN era ainda mais interessante, contar com o apoio dos setores de esquerda, o que contribuía para dissolver a aura conservadora que marcava o partido.

No que se refere à defesa das liberdades democráticas a ED se identificava com o programa da UDN (nessa época os udenistas também defendiam, por exemplo, a autonomia sindical e o direito de greve); mas, pelo lado da política econômica e propostas a longo prazo, a ED apresentava uma distinção fundamental, que se revelaria crucial para o afastamento da UDN e a conseqüente identificação com o Partido Socialista. A ED, ao contrário da UDN, insistia na transformação do regime capitalista de produção e no ideal de uma sociedade sem classes⁴.

2. ANTECEDENTES: OS MANIFESTOS, OS INTELLECTUAIS E OS ESTUDANTES

"Depois de tamanhas dores
de; tão duro cativo, às mãos dos interventores,
que quer o Brasil inteiro?"

O Brigadeiro!

Brigadeiro da esperança
Brigadeiro da lisura,
Que há nele que tanto afiança a sua candidatura?
Alma pura!

Abaixo a politicalha!
Abaixo o politiqueiro! Votemos em quem nos valha.
Quem nos vale, brasileiro?
O Brigadeiro!"
Manuel Bandeira, 1945*

4 Sobre a Esquerda Democrática ver os livros de Hermes Lima, (1974) e de Francisco Mangabeira (1979). Ver, também, o verbete da autora para o Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC (no prelo)

* Publicado em Paulo Pinheiro Chagas, o *Brigadeiro da Liberdade*. Rio, Zélio Valverde, 1945

A efervescência generalizada de vários grupos sociais contra o Estado Novo, naturalmente convergentes na campanha do Brigadeiro, permite considerar o movimento que desembocaria na criação da UDN como um movimento da sociedade civil, das camadas médias para cima⁵. A mobilização é intensa já nos primeiros anos da década de 40. Criaram-se associações e reativaram-se as já existentes: manifestos, jornais clandestinos, congressos, manifestações estudantis, tudo contribui para a construção de uma especial conjuntura, consolidada em 1945 como a *redemocratização*. cujo clímax será a deposição de Getúlio a 29 de outubro — e o fatal anti-clímax a derrota do Brigadeiro nas eleições de dezembro.

As manifestações estudantis intensificaram-se a partir de 1942, sob a liderança da UNE (União Nacional dos Estudantes), e suas seções estaduais, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco. Na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (SP) destacava-se o grupo militante que reunia liberais e esquerdistas — estudantes vinculados à União Democrática Socialista — e publicava, a partir de 1944, o jornal clandestino *Resistência* (descendente do *Folha Dobrada*, de 1939)⁶. O grupo mineiro também editava um semanário clandestino, o *Liberdade*, o qual chegou a ter vida pública após a queda de Getúlio. O primeiro semestre de 1943 será marcado pelo VI Congresso da UNE e pela Semana Anti-Fascista, fóruns igualmente radicais na denúncia de um regime ditatorial interno, quando o país combatia o fascismo na Europa.

Congregando setores liberais-conservadores surgem associações como a "Liga da Defesa Nacional", que reúne civis e militares (egressos da FEB e antigos tenentes) e a "Sociedade Amigos da América", que seria fechada em 1944, provocando o afastamento do chanceler Oswaldo Aranha do governo, seu rompimento com Getúlio e sua posterior adesão à candidatura do Brigadeiro. Do lado dos liberais de esquerda encontram-se os intelectuais que ingressariam na Esquerda Democrática; a Legião Cinco de Julho, que

congregava jornalistas, como Maurício de Lacerda, e militares de linha nacionalista, como Felicíssimo Cardoso; a Associação Brasileira de Escritores (ABDE) e a

5 Fernando Henrique Cardoso sugere que a UDN paulista "era, junto talvez com o PDC, o que existia como organização política da classe média que vivia fora *do aparelho do Estado*. Neste sentido, continha de fato germes que a habilitavam, formalmente, a ser um partido que *agregava interesses* da sociedade civil". "Partidos e Deputados em São Paulo", in Lamounier e Cardoso, 1975, p. 54.

6 No "Baile das Américas" desta Faculdade, realizado a 30 de outubro de 1943, recitava-se a sextilha: "Oh! Heróico Legionário/ do Corpo Expedicionário/ Por que vais lutar a esmo?/ Se a luta é cruenta e fria/ É pela Democracia/ Vamos lutar aqui mesmo!" Ver Almeida Júnior, 1965, p. 295 e seg.

União de Trabalhadores Intelectuais (UTI), esta de duração efêmera, porém muito ativa, graças ao "comitê de ação" formado por jornalistas profissionais. Tais associações apoiaram, integralmente, a campanha do Brigadeiro; a elas acrescenta-se a Liga Eleitoral Católica (LEC), à qual pertencia, por exemplo, Alceu de Amoroso Lima⁷ e o Comitê Feminino Pró-Democracia (as brasileiras obtiveram o direito ao voto em 1932, e votariam para a presidência *da República* pela primeira vez em 1945).

Em linhas gerais, portanto, é possível afirmar que, excluindo-se os setores populares, todos os grupos representativos da sociedade civil, dos liberais-conservadores aos socialistas, passando pelos intelectuais "engajados", apoiavam ou mesmo militavam *na* campanha do Brigadeiro. Os setores populares, organizados em sindicatos ou associações a fins, permaneceram, via de regra, fiéis à política trabalhista iniciada por Getúlio ou vinculados à palavra de ordem dos comunistas, liderados por Prestes. A campanha do Brigadeiro não contou com apoio popular, mas o crescimento do movimento sindical, e sobretudo a efervescência das greves, reforçaria o clima da "democratização", provocando, em contrapartida, uma forte repressão no governo Dutra⁸.

A oposição liberal-conservadora teria seu ponto alto com a atuação dos bacharéis — a começar pelo "Manifesto dos Mineiros" — e a oposição liberal-de-esquerda com a militância dos estudantes, dos escritores e jornalistas.

2.1 — O "Manifesto dos Mineiros"

O "Manifesto dos Mineiros" (datado de 24 de outubro de 1943) passou à História como um dos elementos decisivos para a queda de Getúlio e o fim do Estado Novo, embora não apresentasse qualquer proposta de ação concreta para a derrubada do regime. O manifesto foi importante por ser a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros das *elites liberais*, até então ausentes em qualquer contestação pública.

Do ângulo das raízes udenistas o Manifesto é da maior importância e não apenas como relíquia histórica, sempre lembrada nas efemé-

7 Alceu Amoroso Lima confirmaria mais tarde, "o lirismo" da campanha do Brigadeiro mas confessaria seu próprio desencanto com o despreparo de Eduardo Gomes para o trato das questões sociais. *Apud* Landers, 1974, p. 42.

8 Sobre o movimento operário na conjuntura da democratização ver os trabalhos de F. Weffort (1972,1973), M.H. de Almeida e C.E. Martins(1973), A. Carlos Bernardo (1974), L. Werneck Vianna (1976), R. Maranhão (1979) e J. Almino de Souza Filho (1979), entre outros.

rides, mesmo com o perigo de acentuar os descaminhos autoritários dos liberais que o assinaram ⁹. Para a história da UDN o Manifesto é a pedra fundamental, resultado da conspiração iniciada a partir do Congresso Jurídico Nacional, realizado no Rio de Janeiro (convocado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros) em agosto de 1943. A tese sobre as liberdades públicas apresentada pela bancada mineira, com apoio das delegações carioca e baiana, é sabotada por elementos governistas e os oposicionistas abandonam o Congresso, surgindo, daí, a idéia do Manifesto. Seus principais inspiradores — Pedro Aleixo, Milton Campos, Virgílio de Mello Franco, Luis Camilo de Oliveira Neto, Afonso Arinos, Dario de Almeida Magalhães e Odilon Braga — foram também fundadores da UDN, nela militando ativamente no plano estadual ou federal. Ao lado da crônica udenista há que perceber o significado *regional* do Manifesto, cuja subscrição foi limitada aos mineiros, contando-se 92 assinaturas de personalidades da vida pública, intelectual (professores e jornalistas) e econômica, sobretudo um grande número de advogados, em geral consultores jurídicos ou diretores de bancos. Tratava-se de uma resposta "à espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas", que "traía a Aliança Liberal".

A motivação política mais profunda para a elaboração do Manifesto apresenta um aspecto mais realista, senão oportunista, embora no discreto estilo *das artes mineiras*: tratava-se de recuperar a iniciativa política em face das pretensões democratizantes de Getúlio Vargas, cujas posições teriam começado a mudar com as perspectivas da vitória dos Aliados contra o Eixo. Essa motivação, em geral despercebida nos comentários sobre o Manifesto, surge claramente nas afirmações de Virgílio de Mello Franco, ainda em 1946: "desvendando a transparente intenção do cônsul, os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas, conspiraram, a bem dizer, em segredo, para elaborar um Manifesto que logo se tornou conhecido com a denominação de Manifesto dos Mineiros... quando começou a mudar a sorte das batalhas e o imenso poderio militar e industrial americano passou a pesar na balança, o plano de nosso pequeno Napoleão 111 tornou-se de uma clareza meridiana. Ele surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia" (1946, p. 11).

O Manifesto foi, portanto, um elemento sutil de luta pelo poder; defendia-se todas as liberdades individuais e a instauração de um esta-

9 A sobrevivência política de alguns udenistas históricos deve-se, às vezes, a incômodos paradoxos: o liberal Magalhães Pinto do Manifesto de 1943 é o mesmo signatário do sinistro arbítrio do A.I. 5, de 1968.

do de bem-estar, mas, principalmente, reivindicava-se maior participação política e econômica para as próprias elites. Vários entre os signatários do Manifesto sofreram sanções, como demissões ou aposenta. darias de cargos em instituições geralmente vinculadas ao Estado, mas nenhum tipo de sanção policial. Isso confirma a situação privilegiada de elite, pois prisões e violências físicas — como ocorre desde sempre na história brasileira — eram reservadas aos membros das classes trabalhadoras (comunistas, anarquistas, sindicalistas) e, em menor grau, aos estudantes. Getúlio Vargas referiu-se uma única vez aos signatários do Manifesto, em velada ironia, ao criticar "os pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias". Vale a pena reproduzir o trecho de seu discurso, na inauguração do novo prédio do Ministério da Fazenda, a 10 de novembro de 1943, pouco tempo depois da divulgação do Manifesto:

"Não temos tempo para desperdiçar na interpretação de fórmulas ideológicas e no exame das conveniências políticas de simples finalidades eleitorais. No fundo da nossa consciência sentiríamos remorso se contribuíssemos para lançar o povo brasileiro nos excessos de uma agitação partidária com o fim de tranquilizar os *pruridos demagógicos de alguns leguleios em férias*. É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre conhecidos no cenários político pelas suas tendências retardatárias, se erijam em profetas democráticos, exatamente na ocasião em que os povos da velha estrutura representativa preferem adiar as convocações à vontade popular e manter os chefes nos seus postos" ¹⁰

Em termos de conteúdo ideológico — à parte a exaltação das tradições das lutas liberais e dos heróis mineiros, como a Inconfidência e o movimento de Teófilo Ottoni — o Manifesto exprime a defesa puramente formal das liberdades democráticas. Se chega a sugerir o abandono aos temas do "liberalismo passivo" e a defender "uma certa democratização na economia", não há menção alguma às questões cruciais que uma nova democracia teria que enfrentar: o problema do trabalho, a ampliação na participação política dos setores populares e a liberdade sindical. Uma leitura atenta do Manifesto sugere, sem dúvida, preciosas pistas para a compreensão das ambiguidades na herança liberal reclamada pela UDN, questão a ser retomada em outra parte deste estudo ¹¹.

10 VARGAS, Getúlio — "A Nova Sede do Ministério da Fazenda", in *A Nova Política do Brasil*, vol. X, Rio, José Olympio, 1944.

11 Sobre o Manifesto Mineiro, ver, da autora, o verbete no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do CPDOC (no prelo). Para depoimentos ver, de Luis Camillo de Oliveira Neto, *História, Cultura e Liberdade* (1957).

2.2 — Os Intelectuais e a Esquerda

As tentativas de se promoverem manifestos semelhantes na Bahia (por iniciativa de João Mangabeira) e no Rio Grande do Sul não vingaram. Os manifestos seguintes, de

caráter cada vez mais contestatório ao regime, revelavam uma nítida diferença entre si no que se refere à questão da intervenção' das forças armadas. A comparação será inevitável: os políticos a reputam indispensável, os intelectuais a ignoram, Quanto aos políticos, os manifestos de Armando de Salles Oliveira e de Dario de Almeida Magalhães constituem os melhores exemplos e entre os intelectuais destacam-se a Declaração do 19 Congresso dos Escritores e o Manifesto dos professores da Faculdade Nacional de Direito. Em dezembro de 1943, Armando de Salles Oliveira, então exilado em Buenos Aires, divulga uma "Carta aos Brasileiros" (nos moldes de sua "Carta aos Chefes Militares", de 1937), na qual exorta a união de liberais e dos chefes militares em defesa da democracia: "do povo é o Exército a imagem, nestas fases de guerra mais do que nunca. Do povo tem ele as qualidades e os defeitos. (...) A verdade é que o Exército sofre e, em certo sentido, é mais infeliz do que o povo, porque os galões são antenas sensíveis, que devem recolher, desde muito longe, os funestos presságios de humilhação da pátria" ¹².

Em abril de 1944, Dario de Almeida Magalhães, sob o pseudônimo de Timandro — em homenagem a Torres Homem, (1811-1876) o "Timandro" do *Libelo do Povo* — escreve uma carta ao Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, alertando-o para o cumprimento dos "deveres das Forças Armadas em face da ditadura", ou seja, para que "estabeleçam, com a retirada do usurpador, um governo de concentração nacional" ¹³.

O 19 Congresso Brasileiro de Escritores não fazia apelos à intervenção militar, e também se diferenciava do Manifesto dos Mineiros por aglutinar, além dos liberais, membros das diversas tendências da esquerda. Como lembrou Antônio Candido "o congresso projetado visava a uma tentativa de conagraamento de todos os opositores do Estado Novo, passando por cima das divergências não apenas entre esquerda e liberais, mas dentro da própria esquerda, o que geralmente é mais difícil (...) Foi, essencialmente, um movimento de frente única das diversas correntes (...) O essencial era unir taticamente as forças contra a ditadura" (*Opinião*, 26/6/75).¹⁴ Da comissão que redigiu a

12 Armando de Salles Oliveira — "Carta aos Brasileiros", Buenos Aires, 10/12/1943 — Folheto impresso, sem outras referências.

13 Publicada nos jornais cariocas em abril de 1944, e republicada pelo autor em *Páginas Avulsas*, 1957.

14 O artigo de Antonio Candido foi re-publicado em seu recente livro *Teresina, etc*, Rio, Paz e Terra, 1980, com o título "O Congresso dos Escritores".

"Declaração", vários membros participariam da fundação da UDN como Amon de Meio, Carlos Lacerda, Homero Pires, Hermes Lima e Prado Kelly. O texto continha reivindicações expressas pela "legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão de pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna" e pelo "sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto". A Declaração, inicialmente distribuída em volantes, foi publicada nos jornais somente a 4 de março, depois das entrevistas de José

América, Prado Kelly e Francisco Campos, todas sem censura. O "Manifesto dos Mineiros" não chegou a ser publicado na imprensa (Antonio Candido, idem).

Em março de 1945 os professores da Faculdade Nacional de Direito subscrevem um manifesto (redigido por San Tiago Dantas) no qual acentuam a falta de legitimidade da Carta de 37 e sugerem a entrega da chefia da Nação ao Judiciário, como efetivamente ocorreu a 29 de outubro.¹⁵

A esquerda paulista teve importante papel nas tentativas de aproximação entre liberais e esquerdistas. Este grupo congregava os membros da União Democrática Socialista (UDS) como Antonio Candido de Meio e Souza, Antonio Costa Correa, Aziz Simão, Febus Gikovate, Paulo Emilio Salles Gomes e Renato Sampaio Coelho e os comunistas dissidentes da CNOP, como Caio Prado Junior, Mário Schemberg e Tito Batini. Germinal Feijó era o líder do grupo, que consolidava os contatos, tanto com os liberais quanto com os comunistas. Caio Prado Junior articulava os entendimentos com os conspiradores no Rio de Janeiro, os futuros udenistas. O nome União Democrática Nacional foi sugerido por Caio Prado, que insistia no termo "democrático", enquanto que para os comunistas ortodoxos a sigla deveria ser apenas "União Nacional"¹⁶. Caio Prado, no entanto, ao contrário do que já foi dito, jamais pertenceu à UDN, restringindo sua participação às atividades conspiratórias contra a ditadura, no plano mais geral, e de oposição à linha stalinista e getulista da CNOP, em particular¹⁷.

15 *Revista Jurídica*, vol. 8, 1944/1945. Faculdade Nacional de Direito.

16 Segundo depoimentos, à autora, de Antonio Candido de Mello e Souza (20/12/1976) e de Paulo Emilio Salles Gomes, este publicado na *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, nº 2, 1978.

17 Esse ponto deve ser esclarecido pois, ao contrário do que afirma Hélio Silva, em *1945: Porque depuseram Vargas* (p. 120), Caio Prado não chegou à ingressar na UDN, embora outros comunistas tenham participado de sua fundação. Em 1945 Caio Prado Oliveira uma entrevista com o Brigadeiro e ficara mal impressionado com seu anticomunismo virulento e por ouvir apenas digressões sobre origens familiares (a genealogia dos Prado, por exemplo), e nada sobre as questões políticas concretas ou as divergências ideológicas entre liberais e comunistas (Entrevista à autora. São Paulo, 22/03/1977). Caio Prado Jr. apoiava, entretanto, a candidatura do Brigadeiro por ser "o homem capaz, neste momento, de realizar a *unidade nacional* (...) para o restabelecimento da democracia e das liberdades públicas". *Diário Carioca* de 2/3/45, citado por Pereira da Silva, 1945, p, 184.

Um poema de Guilherme de Figueiredo, que ingressaria na Esquerda Democrática, de abril de 1945, exemplifica essa participação dos intelectuais e reflete o clima político da época. Em versos modernistas o autor lança um apelo a todos — militares, juristas, cristãos e até ao "homem pequenino que mora numa prisão" (Luis Carlos Prestes) para que salvem o país que está se afogando. Os inimigos são todos peças da máquina getulista: os Institutos, o DIP, a Coordenação, etc.

POEMA DA MOÇA CAÍDA NO MAR

I

Mário de Andrade, depressa
A moça caiu no mar ...
A MOÇA CAIU NO MAR!
Não estão ouvindo vocês?
Vamos todos, vamos todos,
Venha quem quer ajudar.
Murilo põe na vitrola
Um concerto de Mozart
Sobral Pinto mande cartas
Brigadeiro desça do ar,
General chame os amigos
Que a moça caiu no mar.

II

A moça caiu no mar
Já sente o gosto de sal
Seus cabelos estão frios
Chamai Tristão para rezar.
Vêm os peixes fluorescentes
Comer-lhe os dedos da mão
Vem doutor Getúlio Vargas
Devorar-lhe o coração
Vêm os peixinhos do DIP
Os peixes dos Institutos
Peixões da Coordenação.
Chico Campos, Góes Monteiro
Receitam constituição
de 37 — não, não!
Se ela não morrer afogada
Morrerá dessa poção,
Marcondes Filho oferece
Uma complementação
Oh! que vontade que eu sinto
de dizer um palavrão

III

Amigos por que esperais?

A moça caiu no mar
Palimércio, Palimércio
Traze a tua legião,
Ressuscita Rui Barbosa
Ressuscita Castro Alves
Vejam todos quantos são.
João que chame Maria
Maria chame João
Venha o homem pequenino
Que mora numa prisão
Meu pai, você nem precisa
Fazer mais revolução."

Afonso Pena Junior, insinuando a "virada" de Prestes recém-anistiado, para o apoio a Getúlio, assim respondeu:

"Não foi possível, não foi
Tirar a moça do mar
porque o homem pequenino
que morava na prisão
e a gente botou na rua
para entrar no mutirão
carregou para outra banda
os caboclos do arrastão.
E a moça afogou no mar.
Nosso Senhor lhe perdoe
que eu não lhe perdôo não
pois deixou morrer a moça
E acabou-se a geração ..." ¹⁸

18 Citado por Alceu Amoroso Lima, em discurso na ABL. *Discursos Acadêmicos*, vol. XIII, 1948-1955, p. 84.

A maior parte dos intelectuais não comprometidos nem com o Estado Novo, nem com a linha oficial do Partido Comunista, participava, portanto, da frente ampla em torno da futura UDN. ¹⁹ Muitos deles, especialmente os socialistas da Esquerda Democrática, fizeram severas críticas àquela adesão, porém ou muito mais tarde ou justificando a necessidade imperiosa de uma união contra "o inimigo comum". O Professor Fernando de Azevedo, será uma exceção, ao criticar a ilusória aliança, já em março de 1945, quando a maioria de seus colegas paulistas se envolvia na euforia democratizante e, sobretudo, nos ideais românticos da conciliação nacional. A 10 de março de 1945 (um mês antes da fundação oficial da UDN), escreve Fernando de Azevedo a Paschoal Leme, reafirmando a "solidez de suas convicções socialistas" e alertando para males de uma fictícia "união nacional" que poderia resultar numa "reação conservadora que traz em si mesma o germen

das forças reacionárias que hoje desfraldam, na oposição, a bandeira democrática, para a enrolarem amanhã, conquistado o poder — se convier a seus interesses de dominação — mediante os estados de sítio ou de guerra montados para a opressão das minorias." (Arquivo Fernando de Azevedo, I.E.B., USP). A linha golpista, mais tarde assumida por setores infieis à liberal UDN de 45, daria razão ao ceticismo do professor socialista, praticamente solitário em seu desencanto com a democracia que então se armava.

3. A "CAMPANHA DO LENÇO BRANCO"

"Quem não se lembra da célebre eleição desse ano de 1860, em que Otaviano, Saldanha e Ottoni derribaram as portas da Câmara dos Deputados à força de pena e de palavras? O lençinho branco de Ottoni era a bandeira dessa rebelião, que pôs na linha dos suplentes de eleitores os mais ilustres chefes conservadores" .

Machado de Assis ("Gazeta de Notícias") 1892

A candidatura do Brigadeiro resultara de uma decisão do movimento conspiratório de cúpula, ou seja, das articulações de dois políticos de expressão nacional, ambos de raízes tenentistas: Virgílio de Mello Franco e Juraci Magalhães. Depois de várias hesitações e até mesmo recusas ("não seria melhor esperar pelo Código Eleitoral?", teria sugerido ao José Américo), Eduardo Gomes assume sua candida-

19 Sobre os intelectuais e "a luta pela democratização da cultura (...), que permitia a aproximação de posições nem sempre próximas no entardecer do Estado Novo", ver, de Carlos Guilherme Mota: *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-/974), São Paulo, Ática, 1977.

tura como uma missão histórica e se prepara, como militar como revolucionário e até como cristão, para a luta que seria conhecida como a "campanha da libertação" ou a "campanha do lenço branco". A 1º de abril de 1945, exonera-se da Diretoria das Rotas Aéreas e inicia seu novo papel; não será, jamais um verdadeiro político, mas um chefe (no sentido militar) e seu nome permanece vinculado à UDN que se tornara, para muitos, "o partido do Brigadeiro".

Para as oposições coligadas tratava-se do candidato ideal: tinha um alto posto militar, uma legenda de herói e uma tradição de lutas democráticas aliada a um "nome limpo", em todos os sentidos. Dos idealistas revolucionários contra o regime "carcomido" da República Velha, Eduardo Gomes era, sem dúvida, o *primus inter pares*: o combatente de 22 e o sobrevivente dos "18 do Forte" (mais tarde revelaria, discretamente, serem apenas dez), o organizador do Correio Aéreo Nacional e o articulador da defesa aérea do Atlântico na Segunda Guerra Mundial. Surgia, também, como o candidato perfeito para atrair as simpatias das classes médias que aplaudiam o ideal moralizante, encarnado na figura exemplar de virtudes cristãs e cívicas do antigo tenente. Eduardo Gomes era, enfim, aquele

que reunia as condições indispensáveis para a primeira tentativa de "união nacional" contra o Estado Novo. Outro militar, o ex-tenente (e admirador confesso do "Cavaleiro da Esperança") Cordeiro de Farias, contava, igualmente, com grande prestígio entre as Forças Armadas; mas, embora rompido com Getúlio, seu nome era inviolável, pois guardava o estigma de ter sido interventor no Rio Grande do Sul, o que dificilmente reuniria as forças políticas naquele estado.²⁰ Ao desembarcar do exílio, em maio de 1945, Otávio Mangabeira reforça o carisma militar do Brigadeiro "pertence, cem por cento, a uma das raças mais caras à estima do país, a dos Caxias e dos Deodoros" — e a exaltação da campanha, enfatizando que "a causa é maior que a da abolição dos escravos: é a da redenção nacional. O chefe é Eduardo Gomes. Para tal causa, tal chefe!" (Oliveira, Yves; 1971, p. 190).

As articulações para a efetivação da campanha começaram em fins de fevereiro de 45, com várias reuniões preparatórias na casa do socialista João Mangabeira, ou no escritório de Virgílio de Mello Franco, que mantinha contatos em quase todos os estados. Para os conspiradores — José Américo, José Augusto, Prado Kelly, Adauto Lúcio Cardoso, Luis Camilo de Oliveira Neto, entre outros — tornava-se oportuna a emergência do movimento clandestino. Do "Manifesto

20 Em depoimento ao *O Estado de São Paulo* Cordeiro de Farias revelou ter sido o intermediário entre Eduardo Gomes e Getúlio, este lhe teria dito que apoiaria as candidaturas de Salgado Filho, Góes Monteiro, João Alberto e do próprio Cordeiro (17/06/79).

dos Mineiros" de outubro de 1943, ao 1º Congresso Brasileiro de Escritores, em fevereiro de 1945, o ensaio fora longo, muitas vezes laborioso — o apoio dos comunistas, o recurso aos militares? — marcado por adesões e abandonos ao formidável elenco.

Na realidade, a UDN começara a ser pensada no exílio. Otávio Mangabeira, em Nova York, e Armando de Salles Oliveira, em Buenos Aires, mantinham estreitos contatos com os conspiradores no Brasil. Mangabeira especializou-se em Manifestos: "Uma Sucinta Exposição dos Fatos" (nov. 1943), "Ainda uma Vez, Meus Companheiros" (nov.44) e "Pontos nos ii da Ditadura Brasileira" (março 45). A conspiração propriamente dita, segundo depoimento de Prado Kelly, começara ainda em setembro de 1943, quando, ao visitar Armando Salles, doente em Buenos Aires discutiu-se a criação de um partido, nos moldes da União Democrática Brasileira — ou seja, um partido nacional, agrupando as oposições estaduais, e em torno de uma candidatura como em 37. A campanha, diz Prado Kelly, "seria lançada ao estilo americano, como tinha sido a de Armando Salles: comícios em praça pública, apoio de órgãos de imprensa, como *"O Estado de São Paulo"*, e não se repetiria a sigla UDB para não afastar os partidários da candidatura do José Américo. A criação de partidos nacionais era uma necessidade imperiosa pois seriam colunas unitárias para a consolidação das instituições, como o Partido Republicano de Francisco Glicério ou de Pinheiro Machado, que terminaram no anonimato; a nova campanha se inspiraria nas de Rui Barbosa e na Reação Republicana com a preocupação, porém, de atingir, com maior

amplidão, a opinião pública. A campanha civilista, por exemplo, fizera apenas quatro comícios!"²¹

A candidatura do Brigadeiro, acertada desde fins de 1944 e revelada na imprensa após as entrevistas de José Américo e de Prado Kelly (fevereiro de 1945) passa a dominar o cenário político. É possível que o Brigadeiro afagasse a idéia de se tornar o líder de uma nova revolução, e não assumir o papel de um candidato formal; mas a eficiente tática situacionista de aceitar o desafio de eleições e apresentar seu candidato — e não por acaso um militar, e justamente o então Ministro da Guerra — forçou a participação do antigo tenente numa disputa eleitoral cuja vitória parecia garantida, porém com a armadilha de ser uma "campanha de espada contra espada". O Brigadeiro contava, é certo, Com o apoio da Aeronáutica, mas seria temerário avaliar a situação

21 Entrevista de Prado Kelly à autora, Rio 2/2/77, De acordo com o entrevistado, Armando Salles leria, ainda, considerado "a necessidade de se criar ao lado de um partido de centro democrático. um partido trabalhista, no estilo do trabalhismo inglês, idéia aproveitada por Segadas Viana e Getúlio Vargas."

geral entre os militares. Outro antigo tenente, Gen. Juarez Távora, atento às possíveis cisões escreve ao Gen. Dutra em março de 1945: "sua candidatura não unirá o Exército; não será de conciliação, mas de combate, não visou unir, mas dividir ... ameaça criar um perigoso antagonismo entre Exército e Aeronáutica" (Távora, 1974, II, p. 185).

Em seu estudo sobre a atuação do General Dutra em 1945, Oswaldo Trigueiro do Valle salienta que ambos os candidatos defendiam o restabelecimento total do Estado de Direito e não diferiam. praticamente, em termos de posições conservadoras.²² É bem verdade que, em relação à política econômica (livre empresa, capital estrangeiro) os candidatos tinham propostas semelhantes; mas se o Brigadeiro conquistou o apoio das esquerdas e dos intelectuais liberais, em contrapartida o apoio das finanças paulistas (Gastão Vidigal, por ex.) foi para o General Dutra que, acima de tudo, *representava o poder*.

Em depoimento recente, o pessedista Ernani do Amaral Peixoto reitera o fato de que Getúlio apoiara Dutra por temer que uma vitória do Brigadeiro significasse a perseguição aos seus partidários, ex-interventores e aliados (O ESP, 30/8/78). Há indícios, no entanto, de que Getúlio teria cogitado da eventualidade de apoiar, discretamente, a candidatura de Eduardo Gomes; a hipótese é confirmada por Daniel Krieger em suas memórias (1976, p. 136) e por Juraci Magalhães, que em reunião da Comissão Executiva da UDN (14/6/48) declara ter ouvido de Oswaldo Aranha "que nas eleições passadas Getúlio Vargas teria credenciado companheiros para estudar a possibilidade de apoiar a candidatura do Brigadeiro" (Arquivo UDN). Não se faz, é claro, análises históricas com "se" — o que não impede, todavia, uma sedutora indagação sobre os rumos de nossa história política caso triunfasse uma aliança entre getulistas e udenistas. A hipótese esdrúxula teria algum significado nos primeiros anos sessenta, com a dissidência da "Bossa Nova", que, se não era getulista, aproximava-se do presidente João Goulart.

Cálculos políticos à parte (no que se refere às manobras de bastidores) importa ressaltar o estilo da campanha do Brigadeiro. De abril a outubro de 1945 o lenço branco foi acenado pelo país afora, em homenagem à luta de Teófilo Ottoni, no Império. A semelhança entre as duas campanhas é assinalada por Afonso Arinos:

"O movimento liberal, ressurrecto sob a liderança de Ottoni, não se cristalizou logo no partido, nem se poderia cristalizar sem um período prévio de sedimentação. O que predominava então era o impulso sentimental, a paixão confusa e indefinida, a alma da

22 Oswaldo Trigueiro do Valle: *O General Dutra e a Redemocratização de 45*. Rio. Civ. Brasileira. 1978, p. 76.

rua. O lenço branco do serrano adejava sobre as multidões como uma asa de esperança imprecisa. Mais de oitenta anos depois, outro lenço branco, o de Eduardo Gomes, arrastaria novas multidões na luta contra uma ditadura poderosa, sem que isso implicasse também na formação imediata de uma firme consciência partidária" (1974, p. 41).

Não houve, na verdade, "a formação de uma firme consciência partidária", como .não houve — o que é muito mais grave — efetiva participação popular. Na evocação de Prado Kelly "a campanha do lenço branco fora bela e única. o momento de maior idealismo político no Brasil. com a convergência de forças adversas, desavindas até então, porém com um objetivo superior em comum" (entrevista à autora, citada). A campanha mobilizou é verdade, amplos setores das camadas médias, dos intelectuais, das Forças Armadas, mas não os trabalhadores; este povo permaneceu à parte da campanha feita, pelo menos teoricamente, em seu nome. Lembre-se, por exemplo, o famoso Comício do Pacaembu (16/6/45), em São Paulo, quando o Brigadeiro apresenta a plataforma da UDN, assim descrito por Hermes Lima:

"Ao entrar no estádio fiquei aterrado. Repletas as sociais de um público seletto, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente confrangedor, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta, até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso" (1974, p.151).

A única nota popular, no Pacaembu, seria dada por membros da União Democrática Socialista que desfilaram com uma faixa reivindicando liberdade sindical e direito de greve (entrevista. à autora, de Antonio Candido, um dos portadores da faixa, 20/12/76). O boicote de Adhemar de Barros.- ainda membro da UDN, porém notoriamente afastado dos udenistas paulistanos — teria contribuído entre outros fatores, para o insucesso do comício. Um elemento importante para a impopularidade dá campanha foi a divulgação, pelos

"queremistas", de que o Brigadeiro desdenhava "o voto dos marmiteiros" (segundo Afonso Arinos a calúnia fugira ao controle dos articuladores da campanha, que não reagiram com a necessária rapidez e energia). O brigadeiro passou a ser identificado como o candidato dos grã-finos e a UDN como o "partido dos cartolas" ²³.

23 Ver o artigo de Pedro Gomes: "UDN: o partido da gravata e do lenço branco", no semanário *Comício*, de 17/7/1952.

A evidente falta de apelo popular na figura do Brigadeiro sempre impressionaria seus próprios partidários, muitos dos quais relutariam em aceitar a reedição de sua candidatura em 1950, cujo novo fracasso tornou-se um dos motivos principais para o apoio a Jânio Quadros, em 1960. Barbosa Lima Sobrinho retrata a rigidez impopular do Brigadeiro: "... o Brigadeiro Eduardo Gomes surgia solene, com um jeito hierático, que impunha distância. Tinha-se a impressão de que nascera mais para estátua que para candidato a postos eletivos. A própria recordação da revolta do Forte de Copacabana concorria para colocá-lo num pedestal, que seria decisivo, se ele o convertesse em tribuna". (*Jornal do Brasil*, 23/10/77). Mas tribuna ele não conseguiu ser, embora tenha se tornado, para sempre, "o chefe espiritual do partido". Entre abril e outubro de 1945 o Brigadeiro participou ativamente da campanha, percorrendo cidades-chaves como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.

A campanha do Brigadeiro foi intensamente acompanhada pela imprensa à qual se deve, sem dúvida, a construção de uma imagem altamente positiva e, sobretudo, de um clima otimista em relação à vitória nas eleições. Em São Paulo o jornal *O Estado de S. Paulo*, no Rio de Janeiro o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*, principalmente, reproduziam os discursos do Brigadeiro pelas cidades; os Diários Associados patrocinaram a campanha no país inteiro. Esse papel decisivo da imprensa — decisivo, porém não suficiente para determinar o resultado das urnas! — foi destacado com precisão por Assis Chateaubriand, ao se referir, em um de seus múltiplos artigos contra Getúlio e pró-Eduardo Gomes, ao fenômeno da empolgação da imprensa em contraste com a "obscuridade" do Brigadeiro:

"Ele tem o delírio silencioso da obscuridade e do que é letra de forma; é inimigo número 1 da nossa profissão, pelo horror sagrado que consagra à publicidade. Entretanto, leiam-se os jornais do Rio, de S. Paulo, e aqui de Minas: Eduardo Gomes anda elevado à categoria de semi-deus! (...) E a única alavanca que até agora suspende o prestígio deste homem no seio da opinião pública, como das elites, é a da imprensa!" (em *O Jornal*, 25/2/45, citado por Pereira da Silva, 1945, p. 111).

Dois pontos merecem destaque na plataforma do Brigadeiro: a reivindicação do direito de greve e da liberdade sindical como "armas essenciais à defesa dos interesses dos trabalhadores" (16/6/45) e a proposta de um modelo econômico que conciliasse a livre empresa, o papel do Estado e do capital estrangeiro (15/7/45). Esses tópicos são fundamentais por terem conquistado, cada um a seu modo, as simpatias das esquerdas e dos

conservadores. São, igualmente, cruciais para a compreensão da trajetória udenista, pois em torno deles se polarizariam as polêmicas e cisões da década de cinquenta: gradativamente a UDN abandonará sua postura de franco apoio aos direitos trabalhistas, assim como se tornará adversária veemente da intervenção estatal e fiel defensora do capital estrangeiro, na política da "porta escancarada", como diria, mais tarde, Aliomar Baleeiro.

Outras características marcam a campanha do lenço branco em termos de "mobilização ideológica": o saudosismo na constante referência ao passado (principalmente na defesa da Constituição de 34); a defesa do papel supra-partidário dos militares ("As classes armadas nunca formaram um contraste ou uma réplica aos reclamos do país. Foram, de preferência, o seu espelho", 19/10/45) e o conservadorismo no trato das questões morais, com firme oposição ao divórcio, "como o germe de enfraquecimento e de desordem social" (17/11/1945) ²⁴ Os temas da "volta ao passado", do papel das Forças Armadas e do moralismo acompanharão, como se sabe, toda a história do partido.

4. A FRENTE CINDIDA

"Dão-se as mãos grupos políticos, velhos e novos, e atiram-se, em vagas sucessivas de entendimentos e alianças contra uma situação tão fortemente atacada que já começa a estremecer e a desconjuntar-se. Mas a simples apresentação de um programa político, francamente renovador, pelo candidato que apóiam ou venham a apoiar, poderá determinar a dispersão e as divisões desses grupos partidários, cada um dos quais já prepara, na sombra, os meios de alijar os outros e de envolver, em benefício próprio, o futuro governo que se constituir, por livre escolha da nação. De fato, nenhum esforço para a organização de partidos nacionais".

Fernando de Azevedo, março de 1945*

Importante para identificar o elenco, a classificação dos grupos que integravam a UDN não pode ser deslocada do contexto histórico da *época de sua fundação*, na especial conjuntura de 1945. Muitos permaneceram e militaram no partido até sua extinção vinte anos mais tarde, mas ainda no decorrer do ano da redemocratização formalizaram-se as dissidências, trazendo às claras a característica da "frente ampla" que marcara a criação da UDN.

Já em agosto a facção mineira vinculada ao ex-presidente Arthur Bernardes desliga-se da UDN para constituir seu próprio partido (ou

24 Sobre a campanha do Brigadeiro ver: de Eduardo Gomes: *Campanha da Libertação*, Rio: Martins, s/d.; e os livros de Paulo Pinheiro Chagas, 1945, e de Gastão Pereira da Silva, 1945

* Arquivo Fernando de Azevedo, I.E.B., Universidade de São Paulo.

melhor, ressuscitar o velho, de acordo com as novas exigências de "partidos nacionais"): o Partido Republicano. Acompanham os mineiros o grupo de São Paulo, o do Maranhão (Lino Machado) e o de Pernambuco (Eu rico de Souza Leão) que formalizam seu afastamento da UDN na 2ª Reunião do Diretório Nacional (14/08/45 — Arquivo UDN). No mesmo mês os gaúchos liderados por Raul Pilla também se afastam para formar o Partido Libertador. Os dois partidos, de âmbitos estaduais muito nítidos, mantiveram o apoio integral à candidatura do Brigadeiro. formava-se uma nova frente, a das "Oposições Coligadas": UDN-PR-PL. Na futura cena parlamentar o Partido Libertador — a "ala angélica" da UDN, conforme expressão de Adauto Lúcio Cardoso — acompanharia quase sempre as posições da UDN e se identificaria, publicamente, pela defesa persistente do regime parlamentarista. O PR, por sua vez, teria um papel decisivo como "fiel de balança" em âmbito estadual, compondo-se, em acordos e coligações variadas, ora em benefício da UDN, ora do PSD, partidos igualmente fortes em Minas Gerais.

O afastamento do PR da "frente ampla" era compreensível. O apoio de Arthur Bernardes ao Brigadeiro, dentre todos os ilustres nomes de antigos políticos, foi o mais difícil de ser conseguido. Havia, entre ambos, as marcas do vilão e do herói, do "carcomido" e do tenente idealista. O próprio Bernardes, ao ser convidado para ingressar na UDN teria dito: "não conheço o Sr. Eduardo Gomes. Entre ele e mim, até hoje, só se passou um episódio: este militar, em 1924, dirigiu um avião em missão revolucionária contra o meu governo. Se ele, entretanto, tem as qualidades que todos lhe atribuem, não há outro motivo para que não seja o meu candidato à direção do país" ²⁵. Havia, também, para embaraçar o apoio do ex-presidente, o nome escolhido para o partido, com ressonâncias muito próximas à UDB — União Democrática Brasileira — da campanha de seu inimigo político Armando de Salles Oliveira.

Em setembro, Adhemar de Barros abandona a UDN para organizar em São Paulo, o PRP — Partido Republicano Progressista — que se chamaria, um ano depois, Partido Social Progressista. Não abandona, publicamente, a candidatura do Brigadeiro, mas começa a aproximar-se dos pessedistas e petebistas, preparando sua ascensão política em São Paulo, onde se elegerá governador em 1947, em aliança com os getulistas e os comunistas. O afastamento de Adhemar de Barros, se correspondeu à profunda hostilidade que inspirava aos udenistas paulistas, remanescentes do antigo Partido Democrático, foi nociva para a

25 Citado por Dario de Almeida Magalhães em *Páginas Avulsas* ("Perfil de um Chefe Político"), 1957.

UDN, em termos nacionais; o ademarismo se transformou na maior força política de São Paulo, deixando ao PSD e à UDN um reduzido espaço político-eleitoral. Udenistas e ademaristas só se reuniram, em 1962 e 1964, contra "os perigos do janguismo e da subversão comunista" .

Quanto aos socialistas, apesar dos apelos de Virgílio de Mello Franco para que "os brilhantes companheiros da Esquerda Democrática não se afastassem do partido" (1946" p. 79) esta organiza sua 1ª Convenção Nacional em agosto de 1946 e se transforma em partido autônomo, apresentando candidatos próprios às eleições municipais de março de 1947, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde elegeu vereador o jornalista Osório Borba. Em sua segunda Convenção (julho 1947) a ED adota o nome de Partido Socialista Brasileiro e se

organiza nacionalmente sob a presidência de João Mangabeira. Torna a apoiar os candidatos da UDN para as eleições presidenciais — Eduardo Gomes em 1950 e Juarez Távora em 1955 — mas no plano doutrinário as divergências se aprofundam e no Congresso o PSB seguiria, com mais frequência, as posições do PTB do que as da UDN (lembre-se que o socialista-udenista Hermes Lima ingressaria no PTB em 1957).

Uma crítica incisiva ao apoio da Esquerda Democrática à UDN foi feita por Paulo Emilio Salles Gomes:

"por mais que os liberais da futura UDN fossem contra a ditadura, jamais questionavam o regime capitalista! E nós tínhamos como fim imediato a efetiva democratização do país e a instauração do socialismo (...) Era evidente que só o Partido Comunista, entrando na legalidade, teria condições de aglutinar toda a esquerda de base operária. Para nós restava entrar, resignados, na Esquerda Democrática, coisa mais amena, de intelectuais e de classe média. A ED tornou-se linha de apoio da UDN, mas desde o princípio não acreditei na possível convergência. A idéia democrática do pessoal udenista era facciosa: não se podia atacar uma reunião de integralistas, pelo respeito aos direitos democráticos, por exemplo; mas quando houve perseguição às esquerdas depois da queda de Getúlio, muitos desses mesmos liberais ficaram de acordo. A consciência dos privilégios classistas, era odiosa; lembro-me de uma frase do Paulo Nogueira Filho: "não há como a posição social do indivíduo quando preso pela política carioca". O que sabíamos do Brigadeiro? Era o herói de 22, o amigo de Siqueira Campos, o Forte, aquela coisa toda... Mas, politicamente, era apenas uma esperança. E revelou-se um reacionário quanto às liberdades democráticas que nós queríamos. Por exemplo, ele divergia da ênfase que dávamos à anistia aos presos políticos, insistindo que o importante era defender a idéia da federação. Ideologicamente o Brigadeiro foi um desastre. Seu anti-comunismo virulento atraía as simpatias dos setores mais direitistas, embora em 45 a UDN tenha preferido o apoio da Esquerda Democrática e não dos integra listas. A Esquerda Democrática acabou sendo o Último vínculo da esquerda socialista com os aliados liberais da primeira hora. Participamos, com a UDN, da campanha do Brigadeiro, o que foi uma tremenda burrice, um verdadeiro erro histórico". (entrevista à autora, citada).

Além dos perrepostas, dos libertadores e dos socialistas, outros atores de primeiro plano no elenco inicial da UDN afastaram-se do partido com o correr do tempo. Oswaldo Aranha reconcilia-se rapidamente com Getúlio de quem será Ministro da Fazenda em 1953. Flores da Cunha desliga-se da UDN por ocasião dos episódios do 11 de novembro de 1955, quando era presidente da Câmara. José Américo abandona a presidência do partido ("uma pesada herança que só lhe dera dores de cabeça", confessaria mais tarde) e em 1950 funda o Partido Libertador na Paraíba, aceitando o cargo de Ministro da Viação de Getúlio em 1953. Otávio Mangabeira, cujo nome ficará, para sempre, vinculado à história udenista, desilude-se com a UDN e em 1954 ingressa, juntamente com Nestor Duarte e Luis Viana Filho no Partido Libertador, com amargas queixas: "O Partido Libertador transformou-se

na trincheira dos udenistas que não admitem transigências de nenhuma natureza e é precisamente o meu caso com a desgraçada situação dominante". E seu biógrafo Yves de Oliveira acrescenta: "com a saída de Mangabeira a UDN ficou um exército sem general" (1971,p. 250).

Virgílio de Mello Franco, um dos principais conspiradores pré 45, e o mais inspirado "ideólogo" da UDN, em sua fase inicial, morreu assassinado em outubro de 1948, num momento de amargurado desencontro com a orientação política do partido, que aceitara participar do governo Dutra.

Comunistas dissidentes haviam participado da "frente" na primeira hora, mas o Partido Comunista apenas não apoiara a UDN e o Brigadeiro, como passa a denunciar o "reacionarismo" do golpe de 29 de outubro e a semelhança entre Dutra e o Brigadeiro. O primeiro debate entre Otávio Mangabeira e Luis Carlos Prestes, na Assembléia Constituinte (20/03/1946) é antológico, para exemplificar a amargura de um e a denúncia do outro:

"O Sr. Otávio Mangabeira — Durante a campanha democrática que fizemos na praça pública, sem medir esforços ou consequências, enfrentando a ditadura, V. Excia. nos abandonou, desprezando a causa democrática para fortalecer a ditadura, que era precisamente a reação. (Palmas)

O Sr. Carlos Prestes — Havia, entre o Partido Comunista e a UDN, algo que os separava profundamente. O Partido Comunista era radicalmente contrário a qualquer perturbação da ordem pública (...) tínhamos a certeza de que os golpes armados seriam contra a democracia, contra o proletariado, contra o nosso povo. Na noite de 29 para 30 de outubro, quando o Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes, junto com o General Dutra, comandava o golpe, do Quartel General nesta Capital...

O Sr. Otávio Mangabeira — Que nos libertou da ditadura...

O Sr. Carlos Prestes — ... os tanques, os canhões e as metralhadoras não foram dirigidos contra o Sr. Getúlio Vargas, mas contra a sede do Partido Comunista. Foi o nosso Partido o Único que sofreu violências, naquela noite e nos dias que se seguiram.

O Sr. Otávio Mangabeira — Não fora o golpe de 29 de outubro e estaríamos, até hoje, nas garras da ditadura que V. Excia. apoiou (Palmas). Esta, a minha queixa.

O Sr. Carlos Prestes — Teríamos caminhado para a democracia, de qualquer maneira. O povo brasileiro a queria e a obteria.

O Sr. Otávio Mangabeira — O Brigadeiro Eduardo Gomes, uma expressão culminante do sentimento democrático no Brasil (Palmas), foi taxado de reacionário pelos nobres representantes comunistas.

O Sr. Carlos Prestes — Perfeitamente.

O Sr. Otávio Mangabeira — V.Excia. o diz, e é uma blasfêmia!

O Sr. Carlos Prestes — Comandou o golpe de 29 de outubro, ao lado do General Dutra. São ambos iguais: tão reacionários um quanto o outro". (Otávio Mangabeira, *Discursos Parlamentares*, p. 401).

O udenista histórico Afonso Arinos justifica o desmoronamento da frente única exatamente em função da conquista de seu objetivo principal, a derrubada de Getúlio, pois era este o único fator que aproximava grupos e homens tão diferentes:

"Ao contrário do dito de Saenz Peña, tudo nos separava, e nada nos unia, exceto aquele nexo que o próprio sucesso da nossa empresa viria fatalmente a extinguir (...) A mocidade de hoje não tem idéia do que foram aquelas horas de frenético entusiasmo, em que assistimos a democracia brasileira ressurgir, límpida e nua, dos andrajos de uma escravidão de tantos anos. As divergências, as cobiças, as disputas e manobras foram aparecendo depois, triste tributo da nossa humana condição". (1961, p. 411)

5. 1945: A DEMOCRATIZAÇÃO CONTROLADA (*)

A composição inicial da UDN, reunindo vários setores das elites, oligárquicas e liberais, corresponde a traços da ambiguidade da democratização de 1945. A união de grupos até então desavindos, com um objetivo comum explicitamente político, reforça a hipótese de F. Weffort sobre a conjuntura de 1945-1946 — essencialmente "sobredeterminada" por fatores políticos — que teria aprofundado, e não superado, a crise de hegemonia aberta em 1930: "as elites" brasileiras em 1945 — como em 1930 e 1934 — se viam diante da circunstância extremamente difícil de tentar definir a organização institucional do Estado, momento desejado mas sempre temido, porque trazia à luz a fragilidade das bases sociais do seu próprio poder" (1979, p. 15). Neste estudo interessa ressaltar que o ingresso na UDN, se fora um equívoco para os socialistas e para os intelectuais de esquerda, para as elites desalojadas do poder fora a única saída, a solução viável para a crise, embora não houvesse — e não poderia haver — um compromisso *real* com um programa *real* de democratização do país.

Tanto a nível institucional, quanto a nível da prática partidária, essa afirmação encontra respaldo. A análise da conjuntura dos primeiros anos da democratização revela a participação efetiva da UDN no consenso elitário como uma alternativa de poder, mas não como uma opção política claramente "diferenciada". A nível institucional comprova-se a omissão ou a passividade das elites udenistas diante da continuidade das estruturas do regime contra o qual se uniram. Em seu estudo sobre as relações entre Estado e o sistema partidário M. do Carmo Campello de Souza (1976) mostra "como a queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional" (p. 134); permanecem as máquinas das interventorias estaduais, o arcabouço do sindicalismo corporativista ²⁶, as raízes da burocracia estatal e as mesmas fontes de uma ideologia autoritária. Entre outros exemplos a autora destaca a falta de coesão da UDN nos trabalhos da Constituinte, "dilacerada entre seu papel de oposição liberal e suas raízes sociais elitistas e conservadoras".

A nível da prática partidária, nada mais revelador do que a política de conciliação no governo Dutra e o gradativo abandono das propostas de alcance popular que constavam do programa inicial da UDN. Na verdade, dentre os programas dos três grandes partidos de 1945, destacava-se o da UDN pela defesa de medidas concretas. Além

(*) A expressão é de Gabriel Cohn, 1968, p. 72.

26 Evaristo de Moraes Filho é o primeiro a examinar a permanência, após o Estado Novo, da legislação sindical corporativista, em *O Problema do Sindicato Único no Brasil* — (1952).

das liberdades formais, constantes no ideário liberal clássico, a plataforma udenista reivindicava autonomia sindical, direito de greve e pluralismo sindical; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ensino público gratuito, previdência social, fracionamento das propriedades rurais não devidamente aproveitadas, etc. A UDN defendia, também, uma certa intervenção do Estado no campo econômico (o que, na prática, provocaria grandes polêmicas no interior do partido), e igualdade de tratamento ao capital estrangeiro. Os programas do PSD e do PTB, como se poderia esperar, continham nítidos traços corporativistas e estatistas. O programa petebista ficava aquém do da UDN quanto às propostas democráticas, pois defendia o direito de greve "pacífica", discriminando entre as "legais" e as "ilegais". Quanto à planificação econômica pouca diferença havia entre os programas da UDN e do PTB: ambos propunham a ação supletiva do Estado e o estímulo à iniciativa privada.

O programa da primeira hora udenista justificava, portanto, o apoio dos liberais "modernos" ou de esquerda, mas não o das elites de raízes oligárquicas ou vinculados a interesses econômicos naturalmente opostos a uma política de abertura às classes populares. Algo estava fora do lugar: ou o programa da UDN ou certos grupos que nela ingressaram. Já se disse que a UDN perdera sua razão de ser com a derrubada de Getúlio em 1945.²⁷ Leôncio Basbaum vai mais além: a UDN nascera bi-partida, entre os da esquerda, seus fundadores, e os da direita, *os invasores* (1976, III, p. 135). Como os da esquerda se afastaram do partido ainda no correr de 1945, permaneceram "os invasores" — e nada mais natural que renegassem a fase inicial, "esquerdista", do partido. A tática getulista na conjuntura de 45 lhes dará razão — quanto às posições conservadoras — assim como confirmará o equívoco dos socialistas. Por mais autêntica que tenha sido a adesão dos intelectuais e liberais de esquerda, eles se tornaram aliados — porém, "inocentes úteis" — num alto jogo de poder político e econômico que lhes era alheio. A oposição crucial, decisiva, dos setores que realmente poderiam deter algum poder na sociedade, passou a dirigir-se não exatamente contra o Estado Novo — afinal, a burguesia nele se acomodara, revelando-se um tipo de relacionamento com o governo, *a sedução da tutela*, característica de sua futura atuação — mas contra o novo Vargas que tomava as iniciativas concretas através de uma reorganização institucional que previa a participação política dos trabalhadores e maiores poderes para o Estado.

27 Como é o caso de Afonso Arinos Filho (ex-deputado pela UDN da Guanabara, na ala anti-lacerdistas) em suas memórias (1976, p. 51).

Um dos manifestos de apoio à candidatura do Brigadeiro conclamava: "Com Eduardo Gomes, pelo Brasil e pelo Rio Grande!" (17/7/45). Assinado pelos três grandes

líderes do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha — o manifesto constituiu um dos melhores exemplos para se comprovar a composição elitária da UDN, no sentido da reconquista do espaço político. Borges de Medeiros, chefe do PRP (o partido de Getúlio), já se distanciava de Vargas em 1930 e com ele rompera definitivamente em 1932, por apoiar a Revolução paulista. Distante de Borges de Medeiros, Flores da Cunha — interventor em 1930 — também ingressa na UDN, tendo sido radicalmente marginalizado em 1937. Se estes dois chefes políticos, de sólidos vínculos oligárquicos, entram para o partido que se dizia *liberal*, caberá a Alberto Pasqualini e seu grupo de intelectuais e profissionais liberais — teoricamente mais próximo do ideário udenista — o espaço da oposição, em torno na União Social Brasileira (oficialmente lançada em setembro de 1948), integrando a chamada "ala ideológica" do PTB. É bem verdade que em 1945 o grupo de Pasqualini aproximava-se da UDN pela mesma disposição de combate à ditadura, porém diferenciava-se no sentido do apoio às políticas sociais e trabalhistas propostas por Getúlio. (É interessante lembrar, igualmente, que o futuro *PSD* gaúcho permanecerá quase sempre aliado à UDN — eleitoralmente muito fraca no Estado — e ao Partido Libertador, constituindo-se a "Frente Democrática", contra o PTB e o PSD de tradição getulista).

A intensa mobilização popular em torno das bandeiras queremistas — "Constituinte com Getúlio" e "Queremos Getúlio" — provocam os setores mais conservadores da oposição, que passam a disputar o primeiro plano da cena política, acompanhados pelos liberais e pela esquerda intelectual, que não percebiam o caráter anti-popular de sua reação às políticas getulistas de aproximação com as massas e de renovação na área econômica. A "Lei Malaia", anti-truste (22 de junho de 45) consegue unir toda a oposição, em uníssono repúdio. E já em abril, data da fundação da UDN, a grande imprensa passa a dirigir suas críticas a Getúlio, não por ser um ditador, mas por "não controlar a classe operária" e "permitir que seu Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, encorajasse as greves" (João Almino, 1980, p. 48)²⁹. A anistia de abril, que beneficiaria Luis Carlos Prestes, e a legalização do Partido Comunista, em julho, consolida um Tardo ameaçador para

28 Sobre o "queremismo" nos estados, que o Gen. Dutra dizia considerar "mais um movimento afetivo do que político", Oswaldo Trigueiro do Vale, citada, p. 118.

29 F. Weffort assinala a ocorrência de seis greves (ferroviários de Campinas e portuários de Santos) nos meses de março e abril de 1945 (1972, p. A/3).

as forças conservadoras, com os maus presságios da aliança que se formava entre os comunistas, os "queremistas" e os novos trabalhistas. A aproximação de Getúlio com o operariado e a conquista da esquerda comunista transformam-se em fator decisivo para abalar os interesses da burguesia, as convicções legalistas das Forças Armadas — que tão bem serviram ao regime, por tantos anos — e até mesmo os pilares da tradição liberal, anti-golpista por essência. Mas como salienta F. Weffort, "a genialidade de Getúlio Vargas nestes anos está em ter percebido que a verdadeira ameaça não vinha das massas (nem da suposta "inarticulação" da sociedade), mas da desarticulação das elites que afetava as bases de apoio do Estado que chefiava. Árbitro do compromisso elitário e mantendo o controle do

aparelho do Estado, Vargas deveria começar a buscar o apoio nas mesmas massas que as elites viam como uma ameaça permanente" (1979, p.15). Ameaça que transformará em necessidade imperiosa o apelo aos militares, no paradoxo mais evidente da herança liberal udenista. Otávio Mangabeira, então presidente do partido, quase exigia em junho de 1945: "Penso que as Forças Armadas estão no dever de intervir na atual situação brasileira. Vou adiante: é seu dever intervir (...) são as únicas forças que tem força real para acudir em defesa da nação".³⁰

Se a recuperação do poder político em crise, é a principal motivação para a adesão das elites à democratização, é igualmente verdade que fortes interesses econômicos também estavam em jogo. Se as perspectivas de vitória dos Aliados obrigavam o Brasil a articular novas alianças internacionais de evidentes consequências econômicas — fato já suficientemente explorado nas análises sobre a democratização de 45 — certamente haviam interesses de grupos econômicos com reflexos internos e externos.

A intervenção americana, aqui, não pode ser negligenciada. Documentos do National Archives, em Washington, provam claramente o interesse americano na queda de Getúlio; em começos de 1945 o embaixador Berle sugeria, ao departamento de Estado, "um discreto encorajamento ao processo de democratização". Certamente inquietava ao embaixador americano a viabilidade de um presidente brasileiro que, além de contar com o apoio popular, desenvolvesse uma política econômica prejudicial — como a legislação anti-truste — aos interesses das classes produtoras, naturalmente convergentes com a expansão do capital americano³¹.

30 V. de Mello Franco, 1946, p, 305. O liberal Otávio Mangabeira, como se verá, defenderia sempre a intervenção militar "para salvar a democracia, esta tenra plantinha". Ver seus *Discursos Parlamentares*.

31 Segundo pesquisa de Paulo Sérgio Pinheiro. Ver seu artigo "Os EUA agiam em 45", em *ISTO É* de 27/9/78.

Se a burguesia tinha vários motivos para reclamar pela democratização, tudo o que pudesse ser interpretado como "interesses vis" era enfeitado com as virtudes da democracia, rapidamente resgatadas. A defesa das liberdades democráticas traria, em acréscimo, a defesa de um liberalismo econômico, então desejável, em oposição às políticas centralizadoras — então indesejáveis — como a intervenção no livre jogo do mercado, a restrição aos capitais estrangeiros e o controle sobre as políticas salariais e sobre a concessão de créditos.

Os acontecimentos se precipitam até a renúncia forçada de Getúlio Vargas com o golpe de 29 de outubro, articulado diretamente pelos seus principais chefes militares. Os fatos são conhecidos³². Uma breve lembrança de seu *encadeamento*, no final do período, permite retomar a lógica da combinação dos interesses da burguesia, dos militares e dos liberais aliados às esquerdas, na queda de Getúlio:

— uma série de encontros entre Virgílio de Mello Franco, secretário geral da UDN, e o Gen. Góis Monteiro, visando assegurar as garantias das Forças Armadas de que as eleições se realizariam em "clima democrático"³³; tratam, inclusive, do lançamento de um *tertius* de

conciliação, que poderia ser Benedito Valadares, pelo PSD, Raul Fernandes, pela UDN, ou outro candidato militar, como Cordeiro de Farias;

- as manifestações de militares e civis, por ocasião do regresso do 1º Escalão da FEB (julho);
- o discurso do embaixador americano Adolf Berle Junior (29/09), reiterando a necessidade da pronta democratização do país;
- a concentração "queremista" de 3 de outubro, quando Getúlio claramente ataca o "pretensão liberalismo" da oposição, e provoca violenta reação da UDN que, em nota oficial, aponta Vargas como "mistificador da opinião pública";
- a oposição de todos — juristas, esquerdas, udenistas e aliados — ao decreto-lei nº 8.063, de 10 de outubro, que fixava para a mesma data das eleições presidenciais (2 de dezembro) as eleições para os governos estaduais e para as assembleias legislativas. O decreto certamente beneficiaria o partido situacionista, pois permitiria aos interventores candidatarem-se em seus estados;
- e, afinal, a nomeação de Benjamin Vargas (irmão de Getúlio) para o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal.

32 Sobre os falos de 1945 ver, principalmente, *O Estado Novo*, de Edgar Carune, *Porque depuseram Vargas*, de Hélio Silva, e *História Sincera da República* de Leôncio Basbaum.

31 Virgílio de Mello Franco relata esses entendimentos em *A Campanha da UDN e Lourival Coutinho em O General Góes depõe*.

Para os militares, então em aberta conspiração com os líderes udenistas, era o sinal para a ação efetiva, pois a nomeação indevida poderia ser considerada "uma alteração no *status quo* jurídico", condição previamente combinada como essencial para justificar a intervenção do Exército. Da conspiração participavam os dois candidatos, Dutra e Eduardo Gomes, e ambos concordam, na última reunião no Ministério da Guerra que, até as eleições, o poder fosse entregue ao judiciário (o slogan da UDN já era "todo poder ao judiciário").

É, pois, empossado na Presidência da República o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que revogará o decreto-lei de 10 de outubro³⁴. Os responsáveis pelo golpe, Generais Góis Monteiro e Cordeiro de Farias (este incumbido de comunicar a Getúlio sua deposição) assumem, respectivamente, o comando geral do Exército e a chefia do Estado Maior. Getúlio Vargas retira-se para São Borja, Linhares inicia seu curto governo de tendência udenista e a UDN, praticamente certa da vitória, retoma, pelos estados, a "campanha do lenço branco".

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 o General Dutra, com o apoio das "situações estaduais" do PSD e dos sindicatos "populistas" do PTB, obtém 55% da votação nacional, com expressivas vitórias em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Brigadeiro Eduardo Gomes obtém 35% dos votos, tendo conquistado boa margem de diferença com o

eleito apenas no Distrito Federal, onde obteve 183 mil votos, contra 166 mil de Dutra e 134 mil de Yedo Fiúza, o candidato lançado pelo Partido Comunista.

A vitória de Dutra resultou de vários fatores, sobretudo da eficiência da máquina estatal, através das intervenções estaduais, dos órgãos econômicos e dos Institutos: afinal, Dutra era o candidato do chefe do Estado Novo, o qual, apesar do 29 de outubro, mantinha sua estrutura praticamente intocada. Este apoio de Getúlio ao seu ex-Ministro da Guerra ainda não foi bem explicado. Há indicações de que Getúlio, ressentido com o golpe, não queria apoiar Dutra; teria sido convencido pelo líder do "queremismo", Hugo Borghi, em troca do compromisso de que *Dutra nada faria apurar sobre as corrupções e violências do Estado Novo, além de manter sua legislação social*³⁵. Assim, Dutra contou com apoio de polos opostos: por um lado, os setores da burguesia agrária conservadora e da nova burguesia industrial, que temiam o "esquerdismo" da ala intelectual da UDN; por outro lado, as camadas populares, distantes do elitismo da campanha do Bri-

34 A "Lei Malaia" foi revogada pelo Decreto-Lei 8.162 de 9 de novembro de 1945.

35 Agradeço a indicação de Evaristo de Moraes filho.

gadeiro e próximas do candidato do PSD, pelo fato de ser apoiado por Getúlio e pelos trabalhistas. Lembre-se o "*ele disse* para votar em Dutra" .

Os udenistas mais realistas compreenderam e assimilaram a derrota do partido. Afinal, afirma Oswaldo Trigueiro (governador da Paraíba eleito pela UDN em 47):

"Em 1945, muita gente acalentou a ilusão de que a UDN ganharia nas urnas. Mas essa ilusão contrariava a história do Brasil, onde o governo não perdia eleições. O golpe de 1945 foi um golpe *sui generis*, porque não entregou o poder nem aos militares, nem ao partido da oposição. O breve interregno de governo pelo Poder Judiciário não desmontou as máquinas políticas estaduais. E, com a eleição de Eurico Dutra, o PSD reinstalou-se no poder, já então amparado pela legitimidade democrática." (entrevista à autora, 9/9/76).

Os udenistas "românticos" haviam se deixado levar pela euforia da campanha do lenço branco e pela "vitória da democracia contra o nazi-fascismo". Sinceramente, eles pareciam não perceber que a frente única em torno da UDN fora realmente *uma frente* e não um partido, isto é, tinha objetivos comuns transitórios, e não organizacionais. E se a luta unificadora era definitivamente contra Getúlio Vargas e aspectos do Estado Novo, isso não significava, obrigatoriamente, o apoio de todas as correntes anti-getulistas ao Brigadeiro ou ao que representava o primeiro programa da UDN. Nesse sentido, lembra Leôncio Basbaum que "Dutra era precisamente a continuação de Getúlio sem o esquerdismo. Era a tranquilidade social, a paz nos feudos, a intangibilidade da terra, na qual, aliás, Getúlio jamais havia tocado. Ao contrário, a UDN, com suas "idéias novas", aliada à Esquerda Democrática, era mais do que uma aventura no desconhecido, era o risco das experiências sociais, o abandono do campo pela cidade" (1976, III, p. 177).

Para o idealista Virgílio de Mello Franco, defensor da pureza de princípios da UDN ("um partido mais de ideais do que de idéias") a derrota do Brigadeiro não significou o fracasso de seus objetivos. A UDN teria afirmado seu prestígio e o saldo da campanha seria extremamente favorável à redemocratização: a queda da ditadura, a eleição de um Parlamento com poderes constituintes, para o qual se elegeriam 85 udenistas, e que elaboraria a Constituinte de 1946.

Acima de tudo salientava Virgílio que a luta da UDN não objetivava apenas a conquista do poder para seu candidato, mas sobretudo "o restabelecimento de uma estrutura governamental, capaz de garantir a permanente atividade do povo ... a luta pelo próprio regime representativo, pela liberdade de pensamento, pela liberdade de imprensa, pela anistia aos presos políticos, pela existência de partidos, pelos seus princípios condensadores, enfim, por todos os direitos de formação e expressão da opinião pública" (1946, p. 5). Com esta posição otimista, mas intransigente, Virgílio se prepara para combater toda e qualquer conciliação no novo governo. A UDN, herdeira da Campanha Civilista, da Reação Republicana e da Aliança Liberal, como poderia se resignar ao "clima morno de acomodação e tolerância", aninhando-se ao conforto do situacionismo? A querela da adesão ao governo Dutra redefinirá o papel da UDN, tornando-se um verdadeiro divisor de águas entre a pureza do lenço branco e a transigência do partido dos acordos.

CAPÍTULO II

A UDN NO GOVERNO DUTRA: A OPOSIÇÃO CORDIAL

1. A REPRESSÃO E A ORDEM

"A principal qualidade da UDN como agremiação política reside na sua extrema liberdade de movimento, que permite ao partido, sempre que se faça conveniente, adaptar seu programa às necessidades do povo brasileiro, sem os desajustamentos que ocorrem aos partidos presos a ideologias ou doutrinas rígidas, e sem compromissos de apoio incondicional ou de oposição sistemática ao governo estabelecido".

(Convenção Nacional da UDN, maio de 1946)

Essa "extrema liberdade de movimentos", definida no ante projeto do programa do partido ¹, seria a base pragmática para justificar a oposição cordial com que a *UDN* distinguiu o governo de seu antigo inimigo, o "Condestável do Estado Novo". A evolução da *UDN* neste período sugere um tema fundamental para a análise: o acordo interpartidário que efetivou com o Partido Social Democrático (PSD) e com o Partido Republicano (PR), acordo que consubstanciaria, na prática, a retórica da "cordialidade" e o descompromisso com uma "oposição sistemática". O acordo será

discutido adiante. Dois outros aspectos são abordados preliminarmente: tópicos selecionados

1 Elaborado por José Américo, José Augusto, Rui Palmeira, Afonso Arinos, Flores da Cunha, Aluisio de Carvalho Filho, Lima Cavalcanti, Milton Campos, Fernandes Távora, Belmiro Medeiros, Mario Gomes e Gilberto Freyre. *Arquivo UDN*.

da atuação da UDN na Assembléia Constituinte e a posição do partido frente à cassação dos mandatos dos representantes comunistas.

O governo do General Dutra (30/01/46 a 30/01/51) aparece na história oficial e em boa parte da crônica política, como o "governo da união nacional", da pacificação, da estabilidade econômica e do respeito sagrado à Constituição. Um governo, enfim, de desempenho altamente positivo, contrastante com a conturbada cronologia das sucessões presidenciais do período. Não existem, ainda, análises globais para o governo Dutra. Não obstante, há que assinalar, de início, um equívoco essencial: este governo não foi de "união nacional", mas de coalizão partidária (PSD-UDN—PR) e tampouco de "pacificação", mas de intensa repressão ao movimento operário e à atuação dos comunistas. A discussão sobre a política econômica foge aos limites deste capítulo ²; lembre-se, apenas, que a tese corrente sobre a estagnação econômica do período — "o país consumia as divisas da guerra", etc. — tem sido relativizada em estudos recentes. Em termos de desenvolvimento capitalista, uma opção de análise mais crítica decorreria da afirmação de Paul Singer de que o governo Dutra realizou "os melhores desejos da burguesia industrial: elevou a taxa de exploração do proletariado e transferiu para a indústria uma parte substancial do produto da exploração do campesinato" (1965, p. 89). Tal afirmação, juntamente com a constatação da repressão às manifestações populares, nega o mote oficial de "presidente de todos os brasileiros". O General Dutra contou, é certo, com o apoio de grande parte dos empresários e das correntes conservadoras, apoio que não viria das organizações políticas vinculadas aos setores populares. O mito do respeito à Constituição — já consagrado no folclore político pela frase "o que diz o livrinho?", atribuída ao presidente — exemplifica a realidade de um certo *legalismo autoritário*, contrapartida formal de um governo repressivo. A preocupação das elites — tanto as vitoriosas quanto as derrotadas nas urnas — concentrava-se, prioritariamente, na manutenção da *ordem*, ordem que se quer política, mas que pressupõe a econômica. Não é outro o sentido do editorial de *O Estado de S. Paulo*, ainda inconformado com a derrota do Brigadeiro, e temeroso da "anarquia", suspeitada na agitação popular: "A Convenção da UDN não pode terminar. A situação brasileira neste momento é muito grave. Em 45 o ponto dominante foi a extinção da ditadura. Devemos constituir, agora, *o regime da lei e da responsabilidade, dando, ao país uma administração honesta e uma ordem legal*" (14/5/46)

Se inexistem análises globais para o período, encontram-se vários estudos sobre o movimento sindical brasileiro que salientam a repres-

2 Datam desta época o Plano SALTE (maio 47), a criação da CEXIM (junho 47) a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1948) e a Hidro-Elétrica do São Francisco.

são no governo Dutra. Entre estes destacam-se os trabalhos de F. Weffort (1972), Almeida e Martins (1972), R. Maranhão (1979) e João Almino (1980). A tese de Ricardo Maranhão particulariza a conjuntura da democratização, assinalando os fatores cruciais para a compreensão do período, no âmbito das forças populares: no plano interno, o vigor do movimento operário e o crescimento do Partido Comunista; no plano externo, a emergência da "guerra fria", que "fornece os elementos ideológicos necessários para se associar a "infiltração comunista" aos movimentos populares, e justificar a repressão às manifestações operárias" (p. 75). De dezembro de 45 até fins de fevereiro de 46, F. Weffort registra a ocorrência de 87 greves no país (1972, apêndice). Essa erupção reivindicatória passa a ser vista, pelos setores conservadores (os empresários, sobretudo) como uma séria ameaça, não apenas à economia, como também à ordem política. A repressão será justificada em nome da consolidação democrática, que exige a "paz social". De 1946 até fins de 1947 multiplicam-se as intervenções nos sindicatos, as eleições sindicais são suspensas e os comícios abertos proibidos. Em 1947 a repressão atinge seu alvo principal, com os decretos contra a Confederação Geral dos Trabalhadores, contra o MUT (Movimento Unitário dos Trabalhadores), contra a União das Juventudes Comunistas e, sobretudo, ao cassar o registro eleitoral do Partido Comunista. Para os comunistas o governo Dutra passa a ser condenado como "o governo da traição nacional"³. No contexto da "guerra fria", o governo rompe relações com a União Soviética (1949) e cria a Escola Superior de Guerra (1949), responsável pela divulgação das doutrinas de segurança nacional e da "contra-insurreição", cujos efeitos seriam sinistramente provados a partir de 1964.

2. A CONSTITUINTE E A QUESTÃO DO PARTIDO COMUNISTA

Para a Assembléia Constituinte a UDN elegeu 77 deputados — e mais um pela Esquerda Democrática — e 10 senadores (27,2% do total dos membros) ficando em segundo lugar, depois do PSD que contava com 151 deputados e 26 senadores. Da Grande Comissão participavam 19 pessedistas, 10 udenistas, 2 petebistas e 5 de pequenos partidos. O PTB elegeu 22 deputados e 2 senadores e o Partido Comunista 14 deputados e 1 senador. Sobre a atuação dos udenistas na Constituinte dois pontos devem ficar claros: I) a UDN estabeleceu liberdade de voto, ou seja, em matéria constitucional, nenhuma questão seria

³ Ver, a respeito, a coleção da revista *Problemas*, onde escreviam L. C. Prestes, D. Arruda, C. Marighella, P. Pomar, M. Grabois, O. Peralva e J. Amazonas (ano de 1948).

considerada "fechada" (aliás, o Partido Comunista foi o único a exigir unanimidades nas votações); e 2) o único deputado que manteve, em todas as questões, posições coerentes com as propostas da campanha de 45 foi Hermes Lima, eleito pela Esquerda Democrática em aliança com a UDN⁴. Outro ponto a assinalar se refere ao papel desempenhado pelo novo Congresso. Costuma-se dizer que a Constituinte de 46 ampliou as prerrogativas do Congresso. Trata-se de uma imprecisão em matéria jurídica: a Constituição de 46 não ampliou prerrogativas do Congresso, pois na vigência da Carta de 37 o Congresso era inteiramente apagado e, como é sabido, não chegou a reunir-se uma única vez. O que se poderia dizer é que a Constituição de 46 restabeleceu as prerrogativas do Congresso que existiam na Carta de 34 (a UDN, aliás, tomava o exemplo de 34 como inspiração liberal para a de 46).

Em sua tese sobre o pensamento autoritário que permanece no discurso liberal-democrático da Constituinte de 1946, João Almino de Souza Filho destaca as discussões sobre o direito de greve e a autonomia das organizações partidária e sindical. Ambas são cruciais para a compreensão das posições udenistas. Em relação ao Decreto-Lei 9.070, de 25 de março de 1946⁵, a UDN apresenta uma certa coesão no repúdio ao instrumento governista que, segundo Hermes Lima, "pretendia regular as greves, suprimindo completamente tal direito". O presidente da UDN, Otávio Mangabeira, também enfático na condenação do decreto, distinguia, à moda liberal-clássica, "direitos" de "abusos": "somos pela regulamentação do direito de greve; ou antes, contra os abusos do direito de greve, mas somos, sem restrições, contra a supressão desse direito. E o decreto, de fato, o suprime" (João Almino, P. 115). Os udenistas paulistas (como Aureliano Leite, Paulo Nogueira Filho e Plínio Barreto, que compunham a ala tradicional do partido) pleiteavam, também enfaticamente, a proibição de greves no serviço público. No final dos debates o "direito de greve, com as limitações impostas pelo bem público" é aprovado e depois retificado na 2ª Convenção Nacional da UDN, em maio de 1946 (*O ESP*, 17/05/46).

Assim como o direito de greve, a autonomia sindical também fazia parte do programa inicial da UDN. Nos trabalhos da Constituinte a UDN continuou a defender a liberdade para associação sindical, mas não sua autonomia, o que significava, na prática, que a organização sindical permaneceria "regulada por lei" e dependente dos critérios do Ministério do Trabalho. Em outros termos, os udenistas defendiam al-

4 I. Picaluga apresenta, nos mesmos termos, a posição de H. Lima.

5 Para discussão deste Decreto-Lei, pelo qual as greves só poderiam ser admitidas depois de esgotados os meios legais para remediar as suas causas", ver Werneck Viana, 1976, p. 268 e seg.

guma autonomia para a associação sindical, mas admitiam a eventual intervenção do governo nos sindicatos. A emenda do senador udenista Ferreira de Souza (RN), que se elegera indicado pela Liga Eleitoral Católica, previa a liberdade sindical com autonomia, mas não conseguiu passar e nem sequer ser apoiada por seus companheiros de partido (Werneck Viana, 1976, p. 263).

O tema da organização partidária revestiu-se de especial importância devido aos temores da maioria conservadora frente ao crescimento do Partido Comunista, então em seu

breve momento de legalidade; Ricardo Maranhão registra que, em 1946, o PC contava 200 mil militantes, inúmeros comitês populares, oito jornais, duas editoras e vários semanários (op. cit., 1979, p. 75). Será Hermes Lima, novamente, o defensor da completa liberdade de organização partidária; mas, ao final dos debates, vence a emenda patrocinada pelo udenista baiano Clemente Mariani ⁶, assinada por 30 constituintes, sendo mais da metade udenistas: "É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático que se baseia na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem" (art. 141, § 13). Estava dado o primeiro e decisivo passo para colocar na ilegalidade o Partido Comunista, considerado porta-voz de "ideologias e programas antidemocráticos". O Tribunal Superior Eleitoral, por três votos a dois, cassou o registro eleitoral do PC (07/05/47). No dia seguinte o jornalista Rafael Carreira de Oliveira, um notório udenista, denunciava, no *O Estado de S. Paulo*, "o primeiro crime de Dutra contra a democracia" (apud R. Maranhão, p. 94).

As discussões no Congresso sobre a possibilidade de serem cassados os mandatos dos representantes comunistas — uma vez que seu partido era declarado ilegal — transformaram-se em vigorosa polêmica a partir de setembro, findos os trabalhos da Constituinte. A 19 de dezembro de 1947 o projeto do senador Ivo de Aquino (PSD-SC), fundamentando a cassação dos mandatos é aprovado na Câmara por 179 votos contra 74; a lei será sancionada a 07/01/48. No Congresso discutiu-se, ainda, sobre a possibilidade de serem ocupadas por suplentes de outros partidos as vagas abertas pelos comunistas cassados. Nas palavras de Hermes Lima "tudo se resumia a uma devoração dos despojos; sobre o boi tombado, a multidão de magarefes" (1974, p. 181). Desta vez o STE julgou o projeto inconstitucional; as vagas pertenciam à nova escolha do povo, em outras eleições.

6 Clemente Mariani jamais renegaria seu voto. Em discurso na Câmara, em 1977, convidado pela ARENA, tornaria a defender a emenda, de 1946, "que vedava o funcionamento de partidos políticos infensos aos programas democráticos". *DCN*, seção II, 22/09/77, p. 48).

Na UDN, o mais veemente partidário da cassação dos mandatos era o deputado Juraci Magalhães, coronel do exército, e provavelmente fiel à memória de 1935. Já antes da votação no Congresso, mas após a decisão do TSE, Juraci apresentava seus pontos de vista nas reuniões do Diretório Nacional, sempre favorável à cassação, insinuando, inclusive, "que o general Dutra condicionava seus bons entendimentos com a UDN ao apoio para a repressão aos comunistas e a favor da cassação dos mandatos" (09/07/47, Arquivo UDN). Em outra reunião Juraci relatava a posição de Otávio Mangabeira: "se o governo não contar com o apoio da UDN se voltará para os quartéis. É necessária uma solução política. Admitida a cassação dos mandatos, o melhor caminho seria o de um ato do Poder Judiciário, pois evitaria a agitação decorrente de pronunciamento dos órgãos legislativos". Flores da Cunha, por sua vez, defendia a medida como "juridicamente possível e politicamente conveniente" (16/07/47, Arquivo UDN). O depoimento de Juraci Magalhães sobre o dia da cassação, no Congresso, reflete a ingerência dos militares na questão e o extremado anti-comunismo, apoiado na tradição política mais conservadora:

"Eu tinha uma posição muito nítida contra a ação subversiva dos comunistas. Fui procurado pelos meus chefes militares e amigos Generais Canrobert Pereira da Costa e Góes Monteiro, um Chefe do E.M.F.A. e outro Ministro da Guerra, do governo Dutra. Ambos apelaram para que eu tomasse uma atitude de liderança no processo de cassação dos mandatos dos deputados comunistas. No dia da expulsão dos comunistas, o debate final foi muito vivo e eu já pressagiava que aconteceria uma coisa de muito grave no parlamento. Confesso que admiti que morreria muita gente naquele dia e então fui armado para o plenário, como armados estávamos todos nós, os líderes mais atuantes da luta contra os comunistas. Os comunistas estavam ostensivamente armados: alguns com dois revólveres, e o debate foi se acalorando e em determinado momento eu dei gritos de: Fora os lacaios de Stalin!

Um dos comunistas era o Henrique Oest, meu colega de Escola Militar e meu amigo pessoal. Ele então se vira para mim e diz: "Juraci, que é isto, você está fora de si." Eu disse: "Não, eu hoje não venho aqui trocar apartes. Eu venho trocar tiros". Uma expressão surgida ao calor da luta, que foi muito acesa, porque os comunistas disseram também coisas terríveis, que nós só tínhamos coragem, porque estávamos com as costas guarneçadas pelos beleguins policiais. Isto fez com que eu me dirigisse a este bravo comunista que é o Gregório Bezerra, famoso pela sua coragem, e lhe perguntei se eu tinha algum beleguim nas minhas costas, que ele olhasse e então me respondesse se queria" resolver ali no plenário ou se queria sair comigo do plenário. E ele me respondeu com aquela frieza bem comunista: "Eu não tenho questões pessoais com V.Excia". Vê, portanto, que não é uma frase perdida, é uma frase que se enquadra num contexto de exaltação. Agora, que eu estava disposto a trocar tiros naquele dia, estava mesmo. Honestamente estava". (entrevista à autora, 22/07/76).

No extremo oposto destaca-se a posição de Afonso Arinos, contrária à cassação dos mandatos, no que era acompanhado pelo líder do partido na Câmara, o fluminense Soares Filho.⁷ Em suas memórias relata Afonso Arinos que a comissão jurídica designada pela UDN para estudar a questão (senadores Ferreira de Souza, Aluisio de Carvalho e Artur Santos, e deputados Plínio Barreto, Soares Filho e Afonso Arinos) entregou um parecer, a 25 de Agosto, "no qual era fulminada de evidente inconstitucionalidade a audaciosa tentativa caçadora. Nosso partido estava, porém, dividido irremediavelmente sobre o assunto. Dividido pelo anti-comunismo extremado, disposto a saltar sobre qualquer obstáculo democrático, e também pelo governismo incurável de certas facções estaduais, os chamados "chapas brancas" (1965, p. 117). E a divisão concretizou-se exatamente ao meio, pois na hora dos votos, na comissão da Câmara, foram favoráveis ao projeto Ivo de Aquino seis deputados da UDN: Juraci Magalhães (BA), João Cleofas (PE), Rui Santos (BA), Argemiro de Figueiredo (PB), Arruda Câmara (SP) e Flores da Cunha (RS). Votaram contra a cassação dos mandatos seis udenistas: Afonso Arinos (MG), Soares Filho (RJ), Prado Kelly (RJ), Ernani Sátiro (PB), José Augusto (RN) e Gabriel Passos (MG) (I. Picaluga, 1980, p. 134).

O episódio da cassação dos mandatos dos deputados comunistas revela, também, aspectos interessantes do legalismo udenista, enraizado nos valores do liberalismo clássico. Hamilton Nogueira (UDN-RJ) defendia a existência do Partido Comunista como uma exigência liberal e "garantia para a sobrevivência dos outros partidos". Otávio Mangabeira, igualmente contrário à cassação dos mandatos, considerava-a "uma rajada sobre a democracia", e enfatizava a necessidade do "controle", muito mais fácil na legalidade, do que na ilegalidade. Essa visão era partilhada por Plínio Barreto (UDN-SP) que, ao discursar na Câmara, em 1947, afirmava: "o comunismo é, de fato, um inimigo perigoso. Mas deve ser combatido dentro da lei... Expulsando os comunistas do partido, de maneira como se pretende fazer, ir-se-á reforçar nas suas fileiras, não só o desprezo das instituições democráticas como também a convicção de que a burguesia brasileira não sabe,

7 Sobre a atuação de Soares Filho ver, de Maria Isolina Pinheiro: *O Líder Soares Filho*. Rio: Câmara dos Deputados, 1955.

sequer, defender a Sua Carta Constitucional. Consumado esse atentado, a luta será deslocada do terreno da legalidade para o da ilegalidade, e aí, então, será o desconhecido, e provavelmente, será o precipício".⁸

A Constituição de 1946 passou para a história como uma grande vitória dos liberais, o triunfo dos ideais democráticos dos opositores da ditadura. Permanece, até hoje, como exemplo de Constituição liberal-democrática, apesar de ter sido elaborada também, e em grande parte, pelos representantes do PSD (majoritário na Assembléia), partido formado exatamente pelos políticos do Estado Novo. Caberia à UDN a fiel e intransigente defesa desta Carta, sempre invocada nas polêmicas partidárias a respeito de reformas políticas, em nome de uma expressão que os udenistas tornariam célebre: "A Constituição é intocável" (mais tarde, nos momentos de crise do período pós 64, a primeira solução apontada pelos udenistas recorria sempre "à volta à Carta de 46"). É interessante rever, entretanto, certos critérios dos próprios udenistas sobre a Constituinte da redemocratização. Já na Convenção Nacional da UDN, em 1949, Virgílio de Mello Franco criticava o otimismo exagerado dos udenistas em torno da Carta de 46, lembrando que ela "não deixou de receber, na sua moldagem, a marca dos dedos de constituintes egressos da ditadura e por ela deformados" (*O ESP*, 10/8/48). Clemente Mariani, um dos deputados favoráveis à cassação dos mandatos dos representantes comunistas, afirmaria, trinta anos mais tarde, que "a Carta de 46 não fora libertária, no sentido das transformações sociais. Fora liberal, tendendo até mesmo para um certo reacionarismo, mais inspirada na de 1891 do que na de 34". (*DCN*, II, 22/9/77). Uma crítica mordaz viria no depoimento de Carlos Lacerda: "A Constituinte chegou ao seu fim, um pouco melancolicamente, e aí alguns elementos tentaram a recuperação populista do partido; em primeiro lugar, inútil, porque não deu certo; em segundo lugar, demagógica, porque não era sincera; em terceiro lugar, incompetente politicamente. O Paulo Sarazate introduziu um artigo para participação dos operários nos lucros das empresas, artigo que nunca conseguiu regulamentar... nunca teve a menor influência sobre o operariado, que nem tomou conhecimento" (1979,p. 78)

8 In "Plínio Barreto, jornalista, advogado e político" de Péricles da Silva Pinheiro, no Suplemento do Centenário de *O Estado de São Paulo*, 26/7/75. Ver, também, o discurso de José Américo, então presidente da UDN, contra a cassação do mandato de Luís Carlos Prestes: "A Cadeira Vazia".

3. O ACORDO INTER-PARTIDÁRIO PSD/UDN/PR

"A conciliação como coalisão e fusão de partidos, para que se confundam os princípios, para que se obliterem as tradições, é *impraticável*, e mesmo *perigosa*, e por todos os princípios *inadmissível*".

(Nabuco de Araújo, citado por Virgílio de Mello Franco)

A primeira derrota eleitoral da UDN foi decisiva para influenciar a linha política do partido. A profunda frustração em não colher os frutos de uma vitória que "moralmente" considerava sua ⁹ — frutos que pareciam tão garantidos em 45! — estimulou as disposições para participar do novo governo. A querela da adesão alimentará, durante quase todo o governo Dutra, a dinâmica da UDN, interna e externamente. E os resultados dessa adesão, com seus avanços e recuos, suas perdas e danos — seu *custo político*, enfim — foram cruciais para explicar o papel desempenhado pela UDN, refletido nos seus problemas de coesão interna, de cálculos eleitorais e de manutenção de uma imagem pública razoavelmente coerente. O acordo inter-partidário PSD-UDN-PR, até hoje, não estudado, requer, portanto, um destaque especial não apenas para a análise da UDN, mas para a compreensão do cenário político-partidário do período.

O ano de 1946 é marcado pela atuação na Assembléia Constituinte. Em setembro, ao findarem os trabalhos, a direção nacional da UDN admite colaborar com o governo, o que se concretiza a nível do Executivo, com a participação no Ministério: Raul Fernandes, chanceler, Clemente Mariani, ministro da Educação e Saúde ¹⁰ e Daniel de Carvalho, do Partido Republicano (PR), então aliado da UDN, assume a pasta da Agricultura. Diante deste fato consumado o partido passa a discutir o significado da "adesão" e as possíveis vantagens no acordo PSD-UDN-PR, tratado pelos presidentes dos partidos, respectivamente Nereu Ramos, José Américo e Arthur Bernardes. Já na Convenção Parlamentar de 1946 a UDN aprovava a moção de Otávio Mangabeira, pela qual, "o partido fazia votos para que o governo se

9 Essa "vitória moral" seria sempre defendida por Juraci Magalhães: "em 1945 não tivemos sorte nas urnas, mas *vencemos nas idéias*, pois com a eleição do Gen. Dutra nós atingimos nosso objetivo primordial que era a n:-constitucionalização do país". *Depoimento à autora*, Rio, 22/julho/76.

10 Depõe: Clemente Mariani: "a fixação no meu nome decorreria de minha atitude independente na Constituinte, nem sempre apoiando atitudes da UDN, que não me pareciam razoáveis, em conflitos com o PSD e, sobretudo, apresentando, defendendo e tornando vitoriosa, mais com o apoio do PSD do

que da UDN, a emenda constitucional que vedava o funcionamento, no país, de partidos políticos infensos aos princípios democráticos". Senado Federal, Comissão de Educação e Cultura, Tomo I, 1978, p. 323.

conduzisse de modo a merecer menos o combate do que o concurso na solução das dificuldades que pairam sobre o país". Um ano mais tarde, a Comissão Executiva aprova, por unanimidade a delegação de poderes ao presidente José Américo para manter os entendimentos com o governo e os outros partidos, incluindo a "solenização do pacto e a designação dos representantes da UDN previstos no esquema do acordo" (DN, 8/12/47, Arq. UDN).

Qualquer interpretação sobre o comportamento da UDN neste período terá que considerar o quadro de profunda indefinição, herança da criação heterogênea e conjuntural: a UDN continua uma "frente" e não um partido. Assim, ao abandonar sua missão ostensivamente oposicionista, passa a expressar a própria ambiguidade na ação política: não age contra nem a favor, na indecisão de princípios que oscilam entre a intransigência original de Virgílio de Mello Franco (que acaba se afastando da secretaria geral do partido), a fixação jurídicista de Prado Kelly e o realismo elegantemente adesista de Otávio Mangabeira e Juraci Magalhães.

Essa indefinição política, envolta em laços de eufemismo elitista e moralista — que marcarão, para sempre, a imagem do partido — era patente nas justificações para a participação do governo. Assim é que se disfarça a adesão em nome dos valores do patriotismo ou da desambição: "a UDN não quer cargos, quer encargos", como dizia Mangabeira, reforçando a decisão oficial do Diretório Nacional de que "são ministros udenistas no governo, mas não é o partido que está no ministério"¹¹ como se a UDN pudesse pairar, altiva sigla, afastada dos interesses do poder. A insistência nesta posição de discreta distância frente "a conquista do poder" — vista como missão de sacrifício — se revelará uma constante na ética política dos setores mais tradicionais da UDN (esse ponto será retomado ao se tratar da UDN não apenas como partido, mas como "udenismo").

Em termos formais, o acordo interpartidário significou um entendimento entre os principais líderes do PSD, da UDN e do PR, de que se respeitariam os pilares da estabilidade política: a legitimidade da investidura do presidente (é importante lembrar que estes foram os únicos resultados eleitorais para a presidência, não contestados, em todo o período 45-64); a nova ordem legal, calcada na Constituição recém-elaborada; e o apoio parlamentar às propostas do Executivo visando à consolidação do regime democrático e da "pacificação nacional" e à elaboração de um plano econômico e financeiro, com o cumprimento

¹¹ A maior parte das informações sobre o acordo foram colhidas no Livro de Atas das Reuniões da Comissão Executiva e do Diretório Nacional, entre 1947 e 1949. *Arquivo UDN*.

"dos preceitos constitucionais de ordem econômica e social", destinados a elevar o nível de vida do homem brasileiro ¹². Em termos concretos tratou-se da formação de três comissões interpartidárias: a comissão de líderes, a comissão econômica e a comissão partidária propriamente dita, específica para a atuação parlamentar. A de líderes (Nereu Ramos, Prado Kelly e Arthur Bernardes) reuniu-se com regularidade, as outras funcionaram mal, ou simplesmente não funcionaram. O acordo significou, também, a conciliação obrigatória com os governadores udenistas eleitos em aliança com o PSD, ou dissidências pessedistas (Otávio Mangabeira, na Bahia, Milton Campos, em Minas Gerais) e os eleitos só pela UDN, porém estreitamente dependentes do governo federal, como no Piauí (José da Rocha Furtado), no Ceará (Faustino Albuquerque e Souza), na Paraíba (Oswaldo Trigueiro) e em Goiás (Jeronymo Coimbra Bueno) ¹³. Nesse sentido o acordo foi especialmente honrado em Minas Gerais, pois Milton Campos, eleito por uma coligação UDN-PSD com o apoio dos comunistas fora previamente desobrigado, pelo próprio presidente da UDN mineira, Virgílio de Mello Franco, de qualquer "compromisso partidário, para governar acima das facções" (Teixeira Salles, 1975, p. 144).

A consequência imediata do acordo foi que, durante o governo Dutra, praticamente inexistiu oposição parlamentar a não ser aquela que Odilon Braga classificaria, mais tarde, como "uma oposição sem qualificativos, sem intrigas, sem insultos, sem provocações" (Convenção Nacional de 1953), ou seja, insípida e irrelevante, em tudo diversa da oposição ferrenha que a "Banda de Música" da UDN faria no Congresso da década seguinte. Ocorreu, portanto, exatamente o contrário do que afirma Thomas Skidmore: "A despeito dos esforços de alguns líderes da UDN, o partido entrou em oposição aberta ao governo Dutra" (1974, p. 92).

Hermes Lima, então deputado pela Esquerda Democrática, apontaria o lado negativo do acordo, responsável pelo "medíocre rendimento do trabalho legislativo, embotada a sensibilidade do Congresso

12 A Minuta do documento firmado pelos presidentes dos três partidos é reproduzida em Hélio Silva, 1978, p. 301.

13 Oswaldo Trigueiro, um dos governadores udenistas de 1947, sempre defenderia o acordo: "...nas reuniões semanais do Diretório Nacional, discutimos a viabilidade do acordo interpartidário e de nossa eventual colaboração com o governo federal. Na apreciação do lema, Raul Fernandes sempre achava que tudo ia mal e não via futuro nos entendimentos em curso. Nisso revelou-se mau profeta; o acordo se consumou e, *à la longue*, resultou em grande sucesso: foi útil à UDN, vantajoso para o governo e benéfico para o aprimoramento de nossa vida democrática. Um de seus méritos mais visíveis foi o de ter permitido que Raul Fernandes respondesse pela direção de nossa política externa". IN "Raul Fernandes", *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, nº 52/54, 1977.

no estudo dos problemas, como se o essencial fosse adiar as tomadas de posição para não irritar ou desgostar o presidente. Congresso de espectadores, eis o Congresso do acordo, os

três partidos interessados de olho fixo na sucessão (...) Onde estavam as leis complementares da Constituição, onde a lei sindical, a lei sobre greve, onde o Estatuto do Petróleo, que notícias havia da reforma bancária, da reforma da previdência social, do novo Estatuto do Funcionário Público? Que empreendera o Congresso sobre a abolição da enfiteuse, sobre a lei reguladora das concessões de serviços públicos, em que gavetas se escondia a lei de Diretrizes e Bases da Educação?" (1974, p. 172).

Aderindo ao governo e renunciando a uma oposição de fato, a UDN se caracterizava muito mais por sua posição — ao mesmo tempo agressiva e defensiva — frente ao que muitos udenistas execravam como o "o assalto do quererismo e do comunismo". Os comunistas, por sua vez, condenavam o acordo como mais um passo das correntes reacionárias e entreguistas do país: "o imperialismo americano coordena a reação indígena, fomenta um acordo interpartidário *made in United States of America* para ver se sustenta o governo carcomido de Dutra" ¹⁴. O apoio a Dutra — malgrado seu estigma de "Condestável do Estado Novo" — era justificado como uma tentativa tática para se impedir a volta de Getúlio, como reconhece Afonso Arinos em suas memórias (1961, p. 293). A ironia da História será implacável: o retorno de Vargas em 1950 revelará não as "artes do demônio", como queriam alguns perplexos udenistas, mas a incompetência política do "partido da eterna vigilância" no papel-vítima da fábula sobre o aprendiz do feiticeiro.

A quase totalidade dos membros do Diretório e do Conselho Nacionais apoiava o acordo, destacando-se — além de Otávio Mangabeira, José América e Juraci Magalhães — Prado Kely (que substituiria José Américo na Presidência do partido) Odilon Braga e Soares Filho, então líder da UDN na Câmara. Para Juraci Magalhães a adesão era plenamente justificável, em nome da própria consolidação democrática. "Há duas correntes na UDN", argumentava, "a dos que acham que só a subordinação da UDN ao aspecto propriamente jurídico das leis salva a democracia, e a dos que acham que para salvá-la, é preciso examinar também o aspecto político, escolhendo o menor entre dois males. Fico com a segunda" (DN, 6/8/47. Arquivo UDN).

Em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* (publicado em 1949) Victor Nunes Leal assinala que o acordo interpartidário fora feito para "fortalecer o presidente da República em nome de um programa de salvação nacional": "Já na Assembléia Constituinte, apesar de

14 C. Marighella, in *Problemas*, n. 7, fev. 1948.

algumas escaramuças — cujo principal catalisador era o ex-Presidente Getúlio Vargas — as relações entre o partido governista e o maior partido da oposição iam muito além da cordialidade, no encaminhamento do ansiado acordo" (1975, p. 239).

Para Otávio Mangabeira e José Américo a "coalisão nacional" tinha como objetivo maior neutralizar as engrenagens da máquina getulista, solidamente atuante na maioria dos estados e no Congresso. O acordo com o PSD seria imprescindível, portanto, para impedi-lo de se aliar ao PTB. Ao lado desse correto cálculo partidário permanecia, para Mangabeira, a convicção — em nome do exílio, da posição conquistada ao longo das lutas contra o Estado Novo — de que: seria o candidato natural, inclusive apoiado por Dutra, às eleições presidenciais de 1950 ¹⁵.

O mais ardoroso adversário do acordo, Virgílio de Mello Franco — indistintamente cognominado, por inimigos e admiradores, de Ariel, Dom Quixote, Tiradentes, Hamlet ou "o aristocrata do povo"¹⁶ — declarava que a questão principal seria optar entre transformar o partido "em instrumento de volta ao passado ou em motor de reforma social e política" e continuava a acenar com seu ideal de um "partido de centro, inclinado para a esquerda". Para Virgílio, que citava Nabuco de Araújo ao esconjurar os males da conciliação ("impraticável, perigosa e inadmissível"), a UDN estaria fadada ao suicídio se abandonasse sua linha de oposição e de luta: "a unidade só serviria de pretexto à concentração de todas as forças nas mãos dos ditadores". Sua polêmica com Mangabeira estende-se por todo o ano, e em novembro de 1946, ao formalizar sua demissão da secretaria geral, insiste em lembrar "ser voto vencido na Comissão Executiva" (1947, p.9-20). Acompanhavam a posição de Virgílio, entre outros, Adauto Lúcio Cardoso, Aluísio Alves, Djalma Marinho, João Agripino e Leandro Maciel (CN, 18/8/48. Arq. UDN).

As reuniões da "comissão de líderes" eram marcadas por lentas negociações, troca de falsos ardis e calculadas gentilezas que colorem um quadro típico de paralisia de decisões. Nereu Ramos, pelo PSD, falava a mesma linguagem que o presidente da UDN, José Américo a necessidade da pacificação nacional e a equidade no tratamento aos partidos membros do acordo — mas em direções diversas e com insinuações de recíprocas infidelidades. Por exemplo, à permanente queixa do abandono aos governos estaduais udenistas, Nereu Ramos res-

15 Essa motivação pessoal de Otávio Mangabeira seria sustentada por depoimentos de políticos tão opostos quanto Carlos Lacerda (1978, p. 72) e Amaral Peixoto, (O ESP, 30/4/78).

16 Alceu de Amoroso Lima: *Companheiros de Viagem*, livraria José Olympio, 1971

pondia com a denúncia das demissões e perseguições aos funcionários pessedistas naqueles estados. As discussões sobre os nomes que integrariam a comissão estenderam-se durante vários meses, entre 1946 e 1948. Aos udenistas cabia enfrentar a velha astúcia da protelação e da indicação de nomes insignificantes, eficientemente utilizada pelo PSD. A vida da comissão girava, então como círculo vicioso, em torno de sua própria existência: discutiu-se, durante dois anos, quem poderia ou não compor a comissão com a devida "representatividade partidária". Às exigências hegemônicas do PSD, a UDN ponderava, reclamava, mas preferia "apostar no futuro". Respeitava-se quase sempre, um discreto silêncio sobre as possíveis divergências quanto às "reais prioridades políticas da nação".

Em fins de 1949 já era evidente a fragilidade do acordo, principalmente pela dificuldade em se encontrar um candidato comum, de "coalisão nacional", para o pleito de 1950. A comissão interpartidária, aí se revelaria ainda mais estéril. Segundo depoimento de Aliomar Baleeiro o candidato de Mangabeira era ele próprio, o mesmo acontecendo com Nereu Ramos, embora não contassem com o apoio da cúpula de seus respectivos partidos; o candidato de Prado Kelly era o Brigadeiro Eduardo Gomes (o qual, pessoalmente, jamais aprovara o acordo com Dutra, por quem nutria solene inimizade) e para Arthur Bernardes, o candidato era também ele próprio, em chapa conjunta com Benedito Valadares (entrevista à

autora, 2/2/77). A candidatura de Nereu Ramos, igualmente considerada "natural", pelo fato de ser o vice-presidente da República e o presidente do PSD, partido majoritário — um respeitado líder civil, enfim — contava, porém, com a hostilidade ostensiva do Gen. Dutra. A chamada "fórmula mineira", que propunha nomes ilustres de Minas Gerais (a UDN lançaria um candidato à presidência e o PSD ficaria com o governo do estado) não tinha condições mínimas de vingar, pois tanto o PSD quanto a UDN estavam mais interessados na disputa pelo Palácio da Liberdade. O governador udenista Milton Campos, que contava com o apoio da "ala liberal" do PSD mineiro, chegou a ser cogitado para a presidência, mas recusou a candidatura e lançou o nome de Afonso Pena Junior ¹⁷ defendendo a "união das forças políticas como um imperativo patriótico. Ela não se fará em prejuízo dos partidos, mas em benefício deles, dando-lhes oportunidade para melhor arregimentação e mais útil atuação futura. Recordemos o precedente histórico da Conciliação, que deu vi-

17 Outros mineiros ilustres cogitados pela "fórmula" foram Arthur Bernardes, Venceslau Braz, Mello Viana, Carlos Luz e Ovídio de Abreu. Todos os nomes contaram com o veto decisivo do PSD, do PSP de Ademar de Barros e do PTB de Salgado Filho, provavelmente já comprometidos com Getúlio (DN, 15/3/50, Arquivo UDN).

gor aos partidos, permitindo-lhes o convívio civilizado e projetou na vida pública do Império muitos de seus melhores homens" (1951, p.324). Juraci Magalhães assim articulava suas propostas de "realismo político": se a UDN não poderia ganhar as eleições sozinha — pois o Brigadeiro não teria, obviamente, nem o apoio de Nereu nem o de Bernardes — e se um pessedista mineiro se revelava inviável, a única saída seria uma candidatura extra-partidária; e porque não um militar, como o General Canrobert Pereira da Costa? (DN, 13/10/48, Arquivo UDN)

A candidatura do Ministro da Guerra, fruto e motor de uma ampla atividade conspiratória que incluía a participação de outros udenistas como Prado Kelly e Odilon Braga, nunca foi, evidentemente, discutida na comissão interpartidária ¹⁸. A vitória de Ademar de Barros em São Paulo (eleições de março de 1947), com votos dos getulistas e dos comunistas, já contribuíra para reforçar, na UDN, a consciência de que era urgente aliar-se ao PSD não-getulista; com o passar do tempo consolida-se a desconfiança de que o Gen. Dutra se inclinava cada vez mais por uma *entente* PSD-PTB, em detrimento de uma maior aproximação com os udenistas. O pessimismo se justifica nos fatos. A "fórmula Jobim", que previa a união de "todas as correntes políticas leais ao regime", embora não tenha tido os resultados (pessoais) esperados por seu articulador, o governador gaúcho Walter Jobim, foi a "pá de cal" nas esperanças udenistas. Contando com as simpatias do General Dutra, com o apoio declarado do PTB (Salgado Filho), de Adhemar de Barros e do próprio Getúlio, a nova fórmula foi uma eficiente tática para se ganhar tempo, reforçando-se o papel hegemônico do PSD. Na prática, as discussões em torno da fórmula significaram o decisivo esvaziamento do acordo interpartidário, denunciado na Câmara por Prado Kelly, em outubro de 1949, como uma verdadeira "commedia degli inganni" (Silva, 1978, p. 45)

Em janeiro de 1950, Prado Kelly já está convencido de que Getúlio Vargas é candidato com o forte apoio do PSP (Partido Social Progressista) paulista, em troca dos votos dados a Ademar (DN, 18/1/50, Arquivo UDN). Em março, Flores da Cunha tenta uma última saída, propondo o nome mais abrangente de Oswaldo Aranha. No entanto, contra todas as expectativas de vitória, e carregando o fardo derrotista de 45, a UDN insiste na reedição da candidatura de Eduardo Gomes. O novo fracasso nas eleições de outubro recolocaria, para a UDN, o problema de se definir como *partido de oposição*, em termos mais reais e amargamente concretos.

18 Entrevista com Pompeu de Souza, na época intermediário entre udenistas e os militares partidários da candidatura do Gen. Canrobert. Brasília, 10/julho/1976.

O significado político mais profundo do acordo interpartidário no governo Dutra exige um tipo de análise que leve em conta três fatores essenciais: o anti-getulismo udenista, tendo como fulcro a política social de Vargas; a semelhança ideológica entre PSD e UDN enquanto propostas conservadoras; e a realidade das diferenças dentro da própria UDN. A discussão desses tópicos será adiante, ao se analisar a questão das várias UDNs e do conteúdo social do partido, em termos de defesa de interesses.

CAPÍTULO III

OS ANOS CINQUENTA: A OPOSIÇÃO REAL

1. A UDN E A VOLTA DE GETÚLIO VARGAS

1.2 — A Campanha de 1950: Nova Derrota Udenista

"O regime que fundaremos apresentará tais requisitos de solidez e firmeza que não haverá motivos para receber a propaganda de quaisquer teorias subversivas da nossa concepção cristã de liberdade e de justiça".

Brigadeiro Eduardo Gomes, 1950

O desmoronamento das teses de "união nacional" para a sucessão presidencial de 1950 "trouxe á tona os elementos da conjuntura partidária no final do governo Dutra: 1) a supremacia do PSD, revigorado por sua aproximação com os trabalhistas; e 2) a metamorfose da UDN devido às polêmicas causadas pelo acordo interpartidário, o que

refletia, no plano interno, perda de coesão e, no plano externo, ambiguidade na mobilização.

Compreende-se a volta de Getúlio como resultado de uma aguda crise de hegemonia na qual se insere o falo de que o General Dutra apesar de seu programa nitidamente conservador — só conseguira eleger-se com a maioria absoluta graças ao apoio popular angariado pelo carisma do ex-ditador. Configura-se, como aponta F. Weffort, "uma solução de compromisso que não pode esconder as tensões que engendra e que se desenvolvem de maneira inevitável". (1978, p. 17)

As chances de vitória udenista, se pareciam tão seguras na "redemocratização", eram, em 1950, praticamente nulas: a UDN permanecia entre os "realistas" (que lutaram pela candidatura de "união nacional" até os limites impostos pela dinâmica eleitoral) e os "intransigentes", que acreditavam na reedição da "campanha do lenço branco". Esta ilusão seria fatal para a UDN. Em primeiro lugar, porque a imagem do partido, em termos de eficiência política e mobilização eleitoral, sofreria um irremediável desgaste com o novo fracasso nas urnas: a UDN passa a ser considerada — não apenas pelo povo, mas por seus próprios partidários — como *ruim de voto*. Essa constatação significava, na prática, a necessidade de se adotarem sem muitos escrúpulos, coligações e alianças eleitorais, sobretudo nos estados menos desenvolvidos e, portanto, mais dependentes do governo federal. Em segundo lugar — apesar de tudo o empenho dos idealistas em recuperar com dignidade a história das derrotas, transformando-as em "vitórias morais" — a frustração udenista seria compensada com o apelo à intervenção militar, o recurso sistemático à contestação dos resultados eleitorais, ou, na melhor das hipóteses, à adesão às práticas populistas (entre amargos e realistas diriam os udenistas, mais tarde, ao aderirem a essas novas práticas: "estamos fartos de derrotas gloriosas").

A crença na vitória do Brigadeiro apoiava-se, tão-somente, na profissão de fé dos idealistas e na resignação dos outros, evidente a fragilidade da candidatura até mesmo para o próprio candidato. Como seria possível mobilizar o eleitorado fiel à tradição udenista se o partido estava descaracterizado, oscilando entre o radical anti-getulismo de sua inspiração fundadora e o realismo conciliatório de seus líderes regionais? O cetismo o ardor oposicionista de 45, já muito abalado no período dutrista, e o pessimismo contaminava a cúpula do partido que muito relutou até a decisão final. Em fins de 1949, Juraci Magalhães ainda insistia na candidatura de um militar (General Canrobert) e Gabriel Passos trabalhava pelos pessedistas mineiros da "ala liberal", como Carlos Luz e Cristiano Machado, com o apoio da UDN paraibana. A UDN paulista era a única a manifestar-se inteiramente favorável à nova candidatura do Brigadeiro (Reunião do DN, 10/11/49, Arquivo UDN). Em março de 1950, um mês apenas antes da aprovação do nome de Eduardo Gomes pelo Diretório Nacional, o clima de indefinição persiste nas reuniões semanais da Comissão Executiva do partido. A "fórmula mineira" (com Afonso Pena Junior) ainda é defendida por Otávio Mangabeira, José Américo, pelo próprio Brigadeiro, e por Milton Campos, que chega a fazer apelos a Adhemar de Barros¹ e a Salgado Filho, do PTB (DN, 15/3/50, Arquivo UDN).

1 Adhemar de Barros justificaria seu apoio a Getúlio, em visita ao governador Milton Campos: "Pois é, Dr. Milton, o senhor não quis restabelecer a política do "café com leite", de modo que fui forçado a apoiar o Getúlio que,

infelizmente, está eleito". Retrucou Milton Campos: — "O que me admira não é o seu prognóstico. É o advérbio." (J. B. Teixeira de Salles, 1975, p. 172)

Finalmente aprovada pela Comissão Executiva a 28 de abril, a candidatura do Brigadeiro é lançada na Convenção Nacional de 12 de maio e homologada na Convenção Extraordinária de agosto; o recém-eleito presidente da UDN, Odilon Braga, é indicado para disputar a vice-presidência. No discurso de lançamento José Américo tenta dissipar a atmosfera de resignação derrotista, lembrando que a escolha do Brigadeiro era, como em 1945, a solução natural: "não se podendo ter um candidato que desça dos céus, Eduardo Gomes é o candidato ideal; é um nome nacional; é um forte; é um puro; é realizador; é o estado da ordem e um chefe capaz de comandar contra a desordem ... falam em perigo e o maior de todos é a ausência de autoridade". (CN, 12/5/50, Arquivo UDN)

A resposta de Eduardo Gomes enfatiza a solidez das concepções cristãs de liberdade e de justiça, contra "a propaganda de quaisquer teorias subversivas" e acena para o apoio ao "exército anônimo dos operários da nossa grandeza". A precariedade de programa é apontada por Perseu Abramo como a causa principal da derrota do Brigadeiro, assim como do candidato dos socialistas: "Se a culpa cabe a alguém pela volta do ditador, cabe principalmente à União Democrática Nacional, ao combater a ditadura e seu candidato sem apresentar ao povo, em troca, nenhum programa, no sentido ideológico e doutrinário do termo (...) Por outro lado, arvorando-se em defensora da democracia, manteve na expectativa centenas de consciências democráticas, impedidas, assim, de convergir seus esforços em soluções mais radicais e reais". (*Folha Socialista*, 14/10/1950).

Apesar da indefinição de um projeto político (o cristianismo contra a subversão?) a proposta econômica, apenas insinuada, é mais concreta: ao contrário da política industrializante preconizada por Getúlio, Eduardo Gomes sugere, prioritariamente, medidas deflacionárias e estabilizadoras, "para poupar à grande massa de consumidores os sacrifícios sem conta da alta crescente dos preços que a empobrece dia a dia" (*O ESP*, 17/5/50). Este último tópico, nitidamente dirigido para as camadas médias "empobrecidas"² (o Brigadeiro teria afirmado que sua pregação se dirigia predominantemente às classes médias, "pois os trabalhadores já estavam com Prestes, Getúlio ou Adhemar") assim como o apelo conservador do discurso de José Américo — ênfase na ordem, na autoridade — constituíram os temas básicos da nova campanha, e sem sucesso. A imagem udenista perdera o carisma

2 É curioso assinalar a homenagem do petebista Leonel Brizola ao Brigadeiro. — "existe uma expressiva identidade entre as hostes trabalhistas e a UDN. Ambas sabem o que querem. Agora a UDN fala de forma acessível aos trabalhadores e às massas trabalhadoras". Discurso na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, transcrito no *O Estado de S. Paulo* de 13/5/50.

de 45, sem ter conseguido substituí-lo pelo pragmatismo político necessário para enfrentar a campanha eficiente de Getúlio Vargas. Este abordava os temas da industrialização e as

questões cruciais de política social, ressuscitando, em contrapartida, o velho temor do "fantasma popular", tão assustador para a ordem udenista.

O Brigadeiro contou com a aliança dos liberais gaúchos liderados por Raul Pilla (Partido Libertador) e, ao contrário do que ocorrera em 1945 e do que ocorreria em 1955, com o apoio do Partido de Representação Popular de Plínio Salgado. Esta aproximação com os integralistas custaria, à UDN, o abandono pelos socialistas, aliados da primeira hora (então integrantes da Esquerda Democrática) que lançam a candidatura de João Mangabeira, presidente nacional do PSB. As críticas do jornal *Folha Socialista* são implacáveis, visando especificamente a figura do Brigadeiro, "um líder de elite, que olha o proletariado com mal contido desprezo", segundo Arnaldo Pedroso d'Hora em artigo intitulado "o Herói, a Democracia e o Fascismo" (8/7 / 1950). Na mesma *Folha* Lourival Gomes Machado acusa de "atirar-se nos braços do totalitarismo fascista com extraordinária candura", justificando, porém, o interesse de Plínio Salgado em apoiar o Brigadeiro, pois se Cristiano Machado ofereceu-lhe (ao Plínio) "dois ministérios agonizantes, e, no prazo de três meses, a perspectiva dum vigoroso pontapé, Eduardo Gomes ofereceu-lhe toda a *ala direita* de um partido indefeso!" (12/8/1950).

Depois de um laborioso processo de conchavos e acordos, o PSD, em sua Convenção Nacional, homologa o nome de Cristiano Machado, um dos componentes da frustrada "fórmula mineira". No mesmo mês o PTB lança candidatura de Getúlio Vargas, com o apoio ostensivo do governador paulista Adhemar de Barros o qual, além do inegável prestígio popular se aproximava da Igreja ao acenar com a fórmula "nem liberalismo, nem marxismo, nem hegelianismo, e sim religião cristã e católica"³. O apoio de Adhemar, ao que tudo indica, foi fundamental para a vitória de Getúlio Vargas, e não apenas no cálculo eleitoral, mas sobretudo no sentido de assegurar uma frente de sustentação em caso de contestação à volta de Getúlio. Em seu estudo sobre o Partido Social Progressista, Regina Sampaio (1979, p. 54) assinala que o acordo de Getúlio com Adhemar (ou seja, a aliança PSP-PTB) seria garantido pelo General Estillac Leal, caso houvesse reação das Forças Armadas contra a posse de Vargas. Na verdade, é bem possível

3 Esse ,aceno oportunista para a Igreja no comício do Ipiranga, é criticado por Antonio Candido para quem Adhemar de Barros, "com os pés firmes no capitalismo arrivista (faz) boas barretadas à Igreja Oficial que, se não detém as chaves do céu, detém as muito mais estimadas da Liga Eleitoral Católica". "*O Discuro*", in *Folha Socialista*, 23/6/50.

que Getúlio tivesse contado com o apoio de outros chefes militares, que viam com certa aversão (o general Góis Monteiro, sobretudo) a nova candidatura do Brigadeiro. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que diariamente atacava a "volta do ex-ditador", denunciava, nesse sentido, "a conspiração de Dutra, Góis Monteiro e Getúlio contra Eduardo Gomes". A campanha desse jornal articulava-se através de dois tipos de denúncias: a suposta ligação Vargas-Perón (a ser retomada, depois, pela "Banda de Música") com Getúlio sendo apontado como "o candidato argentino"; e a ameaça do "queremismo", reforçado pelo apoio dos comunistas e dos ademaristas⁴. Ataques virulentos viriam, quotidianamente, do jornalista Carlos Lacerda; este se torna — dentro da UDN e fora dela — a encarnação

militante do anti-getulismo, nada poupando à figura de Getúlio Vargas, a quem se referia em termos bem distantes da tradicional elegância dos bacharéis udenistas: "Esse traidor profissional aí está (...) morrerá algum dia de morte convulsa e tenebrosa. Pois ninguém como ele para morrer de morte indigna, da morte de mãos aduncas em busca do Poder, ó pobre milionário de Poder, ó insigne tratante, ó embusteiro renitente! Ele louva e lisonjeia um povo que, de todo o seu ser, ele despreza. Ele não tem com o povo senão a mesma relação que teve com esse mesmo povo a tuberculose, a febre amarela, a sífilis. É uma doença social, o getulismo". (*Tribuna da Imprensa*, 12/8/1950).

O resultado das eleições de 3 de outubro de não constituiria surpresa: Getúlio obtém 48,7% da votação, contra 29,7% do Brigadeiro, 21,5% para Cristiano Machado e 0,1% para João Mangabeira. Além da traição do PSD ao seu candidato — a assim chamada "cristianização" — contribuíram para vitória de Getúlio não apenas o apoio de Adhemar (a "Frente Popular") mas aquelas coligações — teoricamente consideradas impossíveis — nos Estados onde o PSD manteve-se fiel a Cristiano Machado. As barganhas refletiam interesses locais vinculados às eleições para os governos e para o Congresso: nesse sentido, Getúlio apoiou João Cleofas, da UDN pernambucana, contra Cordeiro de Farias, do PSD comprometido com Cristiano Machado. Acordos desse tipo — ora com "rebeldes" do PSD, ora com "adesistas" da UDN — ocorreram em vários estados, garantindo votos para o candidato do PTB, como Espírito Santo, Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Paraíba.⁵ Outro lado dado

4 Ver especialmente, os artigos de Rafael Correa de Oliveira: "Manhas e Ingenuidades" (24/5/50), "Golpe contra Eduardo Gomes e a República" (10/8/50), "Crime e Recompensa" (11/8/50), "Soldado ... cabeça de papel" (13/8/50) e "Comunismo Cristianíssimo" (15/8/50).

5 Sobre as eleições de 1950 ver, de: Lúcia Hipólito: "A Campanha Eleitoral de 1950" CPDOC, mimeo, 1977.

a considerar é o apoio dos comunistas. Estes, contrariando a palavra de ordem de votar em branco, foram sensibilizados pela campanha social do "pai dos pobres" e pelos temas nacionalistas contra o capital estrangeiro e a favor do monopólio estatal do petróleo, Para o Congresso a UDN elege 81 deputados (num total de 304) e 15 senadores, o que representava cerca de 1/4 do total de cadeiras (Dulci, p. 102).

O forte apelo social da campanha de Getúlio Vargas certamente empobrecia as frágeis chances do Brigadeiro, Afonso Arinos estabelece um paralelo com a situação em 1945: "Também erroneamente, a UDN isolada, recorreu a uma nova candidatura de Eduardo Gomes, na ilusão de que os fatores determinantes da primeira derrota se houvessem modificado, Havia realmente se transformado, mas no sentido contrário às ilusões dos udenistas, demasiado presos a um legalismo formal e contrários a uma renovação econômica e social. Este foi, sempre, *o drama do grande partido liberal, pois seu liberalismo não era o do século XX*. A eleição de Vargas era previsível desde meados do ano, para qualquer observador desapaixonado" (1976 a, p, 110).

Apesar de esperado, a nova derrota do Brigadeiro provoca nos udenistas um sentimento de frustração mais agudo do que em 1945. Desta vez os "intransigentes",

adversários do acordo com Dutra, assumem a direção do partido e exigem uma tomada de posição contra a posse de Getúlio. Fosse outro o vencedor, talvez a insatisfação perdesse seu clima de urgência trágica. Mas a volta do ex-ditador surgia, aos olhos dos udenistas da "redemocratização", como uma verdadeira armadilha da História, levando-os a duvidar, seriamente, das virtudes de uma democracia com ampla participação política: se Getúlio fora legitimamente eleito pelo voto popular, "o povo errou", diriam, inconformados. Tratava-se, então, no velho estilo das elites autoritárias, de "consertar o erro". "Tinha início o primeiro ato de uma encenação que se tornaria rotina na prática udenista: a contestação dos resultados eleitorais.

Nas primeiras reuniões do Diretório Nacional, logo após o pleito, o líder Soares Filho analisa a derrota da UDN com realismo, responsabilizando o acordo interpartidário e as defecções causadas pelos interesses estaduais (DN, 17/10/50, Arquivo UDN). Aliomar Baleeiro, porém, advoga uma estratégia de luta para anular as eleições, uma vez que o vencedor não conseguira a maioria absoluta do total de votos. Propõe a alternativa de o Congresso escolher o presidente, como num sistema colegiado, ou uma nova disputa eleitoral entre os dois mais votados, Getúlio e Eduardo Gomes (como no expediente francês do "ballotage"). A tese da maioria absoluta contou com expressivo apoio na imprensa, liderada, nesta questão, por Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas) do *O Estado de S. Paulo* e por Pompeu de Souza, do *Diário Carioca*, que assim depõe:

"Fui procurar o Gen. Canrobert Pereira da Costa e propus que o Supremo, ouvido previamente o Exército, anulasse o resultado das eleições de 3 de outubro, acolhendo o princípio da maioria absoluta. Haveria novas eleições e todas as forças políticas não-getulistas — a UDN, a Esquerda Democrática, parte do PSD — apoiariam um nome de união nacional que seria o próprio Canrobert. O apoio da UDN estaria garantido pelo presidente Odilon Braga, o do PSD pelo Ministro Bias Fortes e o dos magistrados pelo Ministro Luis Gallotti. Canrobert respondeu que se o Supremo decidisse pela maioria absoluta, ele teria condições de liderar o Exército, mas nunca para uma ilegalidade. Mas os Generais Zenóbio da Costa e Estillac Leal se manifestaram publicamente pela posse dos eleitos e o TSE julgou improcedente a tese da maioria absoluta. Fracassara, assim, a tentativa golpista; o General Canrobert respeitou as regras do jogo dos militares legalistas, embora continuasse a participar de todas as conspirações anti-getulistas até 1954, como líder de facção "direitista" do Clube Militar" (entrevista à autora, Brasília, 10/7/1976).

Os debates no Congresso sobre a maioria absoluta, liderados pela UDN e pelo PL (Raul Pilla, chefe dos libertadores, apresentara, na Constituinte de 1946, uma emenda sobre maioria absoluta, porém rejeitada) estenderam-se de fins de outubro até o dia 18 de janeiro de 1951, quando o Supremo Tribunal Federal diploma Getúlio Vargas e João Café Filho, respectivamente presidente e vice-presidente da República. Em seu discurso de posse, Getúlio fazia uma única alusão às tentativas frustradas da "maioria absoluta", ao exaltar a maturidade do povo, contra cuja decisão não "prevaleceriam os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e

perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida como a mais livre e honesta de nossa história republicana" (Silva, 1978, p. 91). A UDN viu-se obrigada a redimensionar os alcances e os limites de sua atuação, embora continuasse oscilante entre táticas legalistas e táticas golpistas de se fazer oposição.

1.2 — A UDN Radical: Anti-Getulismo e Golpismo

"O que se instalou no Catete com a volta do ex-ditador, não foi propriamente um governo. Foi uma conspiração".

Otávio Mangabeira, 1953*

O desabafo do líder udenista é revelador da postura, ao mesmo tempo amarga e agressiva, com que a UDN enfrentou, pela primeira

* Citado por Yves de Oliveira, 1971, p. 249.

vez, a tarefa de ser o partido de oposição. Mas conspiração de quem e para que? A julgar pelos discursos e pelas discussões nas reuniões do Diretório Nacional, "o governo conspirava contra a democracia, no sentido de promover a subversão social e a construção de uma república sindicalista". Sobre ser típica de uma reação conservadora, a acusação se reveste de inesperada ironia: Como é sabido — e sobretudo, como foi assumido com orgulho pelo próprio partido — a UDN monopolizou as artes conspiratórias nos primeiros anos cinquenta. De maneira velada (contatos com militares, com a imprensa) ou pública (a defesa do "estado de exceção") a conspiração udenista justificava-se como a contrapartida eficaz para a frustração de um partido duas vezes derrotado nas urnas, tornando-se, na realidade, a urdidura para o "golpe branco" de agosto de 1954.

Inspirações conspiratórias à parte, a UDN proclama, em sua primeira Convenção Nacional após a posse de Getúlio Vargas, os mesmos ideais democráticos e o despojamento patriótico, que consistiria em evitar uma "oposição sistemática e irracional ao governo" (24/4/51, Arquivo UDN). No entanto, se não foi "irracional", a oposição udenista foi, certamente, "sistemática": agressiva no Congresso, violenta na imprensa e conspiratória nos setores militares vinculados à Cruzada Democrática. Durante três anos e meio de governo getulista a UDN não poupou recursos para recuperar-se da "mancha conciliatória e adesista" do período Dutra. Sua atuação — mais que opositora, pois acusatória — desenvolveu-se, sobretudo a partir de 1952, em torno de três grandes temas:

- a desgraça, para o país, com a volta do ex-ditador (insistência na lembrança do Estado Novo e nas glórias de 45);
- as denúncias constantes de corrupção administrativa, a "caça aos escândalos" (o moralismo udenista surge como a marca "ideológica" do partido);
- a necessidade da intervenção militar contra a "subversão" e a "desordem social" (o golpismo e o elitismo udenista).

No Congresso, a UDN lidera a oposição, através da brilhante "Banda de Música", grupo formado pelos bacharéis (Aduino Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro,

Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros) que, sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e muitas vezes violenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo. A analogia com orquestra — depõe João Agripino — devia-se ao fato do grupo "fazer barulho, criar confusão, perturbar, obstruir e tirar o orador de sua fleuma" (Entrevista ao CPDOC, Rio, julho, 1978). Em termos de denúncias de corrupção dois exemplos ilustram a atuação da "Banda de Música": o chamado "caso Última Hora" e o inquérito sobre o Banco do Brasil. O jornal *Última Hora* era acusado de ser financiado pelo governo ⁶; a UDN conseguiu aprovar a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a denúncia e Aliomar Baleeiro chegou a pedir licença à Câmara para processar os deputados Lutero Vargas e Euvaldo Lodi, supostamente envolvidos no caso (Arquivo UDN). As denúncias contra o Banco do Brasil ⁷ visavam supostas irregularidades em torno da concessão de créditos e licenciamento para importações; o deputado José Bonifácio foi aplaudido, na Convenção Nacional de 1953, por sua "atuação vigorosa frente ao inquérito do Banco do Brasil" (Arquivo UDN).

A "Banda de Música" dedicou-se ao ataque sistemático à política econômica e financeira do governo, visando a atuação dos Ministros da Fazenda (Horácio Lafer e Oswaldo Aranha) e a alegada corrupção em outros órgãos como a CEXIM, a CACEX e a SUMOC. Na realidade, toda a oposição conservadora, liderada pela UDN, alimentava suas críticas à política econômica do governo pela aversão às propostas de política social e salarial anunciadas por Getúlio (a UDN combateria os aumentos de salário mínimo em nome da estabilização, por ex.) e ao avanço do nacionalismo, em termos de intervenção estatal e controle do capital estrangeiro. Estava em jogo, portanto, a defesa de um modelo "neo-liberal", no qual predominavam definições conservadoras sobre a questão operária e privatistas sobre a questão da fórmula para o desenvolvimento. Neste segundo tópico a questão do petróleo (a UDN defenderia, paradoxalmente, o monopólio estatal) ocupa um lugar de destaque devido à intensa mobilização política e o envolvimento com a polêmica militar sobre o assunto ("entreguistas" versus "nacionalistas"). Este, e os outros temas de política econômica — do ponto de vista das posições da UDN — serão discutidos em outro capítulo deste trabalho.

No extremo oposto da "Banda de Música" atuava um grupo de parlamentares udenistas — geralmente do Nordeste — sensíveis às possibilidades de aproximação com o governo. São os "chapas-brancas" Na defesa desta linha João Cleofas (UDN-Pe.) aceita o Ministério da Agricultura, o que resulta em inúmeras discussões, no Diretório Nacional, sobre a conveniência de sua expulsão do partido. Prevalece, mais uma vez, a tese conciliatória, apresentada pelo paulista Waldemar Ferreira, de que se trata de "um udenista no governo, sem repre-

6 Ver, a respeito, o depoimento do jornalista Samuel Wainer, *in* Hélio Silva, 1978, p. 183 e sego

7 José Bonifácio, Aliomar Baleeiro e outros udenistas chegaram a adquirir ações do Banco do Brasil para comparecer as assembléias gerais a fim de tentar impugnar as contas do Banco e criar dificuldades para o governo.

sentação ou responsabilidade da UDN" (22/4/51), Arquivo UDN). Outras tentativas de Getúlio para atrair a oposição não lograram êxito. Segundo o então vice-presidente Café Filho, as manobras de aproximação com a UDN, articuladas pelo chefe da Casa Civil Lourival Fontes, embora mal sucedidas, foram a causa da renúncia do petebista Danton Coelho do Ministério do Trabalho (Café Filho, 1966, p. 308).

Em termos de anticomunismo, a UDN assume uma posição radical e reforça suas afinidades com os militares da Cruzada Democrática, vitoriosa nas eleições do Clube Militar, Generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, contra a ala nacionalista (porém considerada "de esquerda") liderada pelo Gen. Zenóbio da Costa. A UDN defende, em 1952, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, justificando-o pelo contexto "da guerra fria e da solidariedade continental", ou seja, com os mesmos argumentos dos militares. Afonso Arinos, então líder da oposição na Câmara, revelaria, mais tarde, ter defendido o Acordo (denunciado em 1977 no Governo Geisel) devido às pressões dos militares, especialmente do Brigadeiro e do "setor udenista" das Forças Armadas, que era a Aeronáutica, interessados nas possibilidades de aparelhamento e assistência técnica dos americanos (1965, p. 237).

É a partir de 1953, sobretudo com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, que vão se estreitar os vínculos entre a UDN e os militares, no combate ao getulismo e ao alegado comunismo. A atuação de Goulart — decidida por Getúlio como ponto de convergência com as classes populares — passa a ser o alvo da crítica de militares e civis, que denunciavam "intenções sindicalistas" e incentivos à "subversão social". O ano de 1953 apresenta uma conjuntura de crise econômica, social e política⁸: a inflação e declínio na taxa de produção industrial; intensificação dos movimentos reivindicatórios (a "greve dos cem mil"), radicalização da polêmica militar em torno da questão do petróleo e instabilidade governamental, com mudanças nos Ministérios do Trabalho, da Fazenda e da Viação. Em termos partidários destacam-se a ascensão populista de Jânio Quadros em São Paulo (eleito prefeito vencendo os candidatos dos getulistas, dos ademaristas e dos udenistas) e a crescente liderança da UDN carioca no plano nacional. A UDN do então Distrito Federal — segundo Isabel Picaluga — influenciada pela pregação golpista de Carlos Lacerda e reforçada pela "Banda de Música" no Congresso passa a exercer a hegemonia dentro do partido. Data desta época a criação do "Clube da Lanterna", que reunia militares e civis inspirados na liderança lacerdista, radicalmente anti-getulistas e anti-comunistas.

8 Sobre a conjuntura de 1953 ver, de José Alvaro Moisés: *Greve de Massa e Crise Política*. São Paulo, Polis, 1978.

Se para os militares da Cruzada Democrática o anti-esquerdismo é a pedra de toque para se opor a Getúlio, para os parlamentares udenistas a "ideologia exótica" não é, ainda (como o seria dez anos mais tarde) tão ameaçadora quanto o próprio getulismo. Na Convenção Nacional de maio de 1953 as *diretrizes partidárias* apresentadas pelo líder Afonso Arinos são consubstanciadas em três pontos, cuja ordem de importância revela a prioridade do antigetulismo:

- oposição ao governo federal (aplaudida t1e pé);
- não-participação no governo;
- permanente colaboração, sem prejuízo das liberdades de crítica, em todas as medidas legislativas de interesse público (CN, 19/05/1953, Arquivo UDN).

O moralismo administrativo é, ao mesmo tempo, bandeira ideológica e recurso mobilizatório contra o governo. Nesta mesma Convenção é aprovada por unanimidade proposta do Diretório Regional de Minas Gerais para "que a UDN inscrevesse como *ponto principal* de sua ação política o combate aos prevaricadores" (Arquivo UDN).

1.3 — 1954: O "Golpe Branco" e a Ilusão de Vitória

"E aos que pensam que me derrubaram respondo com a minha vitória".

Getúlio Vargas, carta-testamento.

Os elementos da agitada conjuntura de 1954, com seu trágico desfecho, são conhecidos: o agravamento da crise econômica e das tensões sociais (greves, aumento de 100% no salário mínimo); a intensificação da intervenção militar na política (o "memorial dos Coronéis", o documento dos Generais pedindo o afastamento do Ministro do Trabalho João Goulart, o papel predominante da Aeronáutica na condução do inquérito sobre o atentado a Carlos Lacerda); a radicalização da oposição parlamentar em torno da corrupção administrativa (as denúncias sobre o "mar de lama") e as diferentes tentativas de golpe contra Getúlio, (impeachment, renúncia, licença) lideradas por civis e militares.

A atuação da UDN foi decisiva, culminando com o pedido de renúncia do presidente encaminhado pelo líder da oposição parlamentar (UDN-PL-PR-PDC) Afonso Arinos, então "maestro da Banda de Música". A repercussão da pregação gol pista de Carlos Lacerda — apoiado por importantes setores da imprensa — entre os militares, sobretudo a jovem oficialidade da Aeronáutica⁹ e os membros da Cru-

9 Lacerda diria mais tarde que "todos aqueles oficiais não tinham politização alguma. Estavam sendo politizados por mim e pela campanha do Brigadeiro. Eram todos bngadeiristas, mas por serem da FAB e acharem o Brigadeiro um herói, um chefe fabuloso. Não por vocação ou formação política". 1978, p. 133.

zada Democrática (pela segunda vez consecutiva vencedora das eleições no Clube Militar) transforma-o no líder de fato da oposição, civil e militar, embora sofresse certa hostilidade dentro da UDN nacional. Da intensa atividade conspiratória a aliança entre políticos, jornalistas e militares torna-se uma realidade. O então comandante da Escola Superior de Guerra, General Juarez Távora, relata, em suas memórias (1974, II, p. 293) ter sido procurado por Afonso Arinos e por Júlio de Mesquita Filho (de *O Estado de S. Paulo*), que foram sondá-lo da possibilidade de um golpe contra Getúlio, indagando-lhe se "seria suportável, por mais tempo, a situação de descalabro geral a que o Presidente Vargas estava arrastando o país". E o próprio Afonso Arinos reconhece ter requerido o impedimento de

Getúlio sob instância do Brigadeiro Eduardo Gomes, "como necessário à consolidação de certa frente militar avançada" (1965, p. 289).

Se durante o ano de 1953 a oposição se dirigia contra o governo e o difuso getulismo, em 1954, o círculo se fecha na pessoa do presidente. O processo do *impeachment*, encaminhado à Câmara pela UDN, foi derrotado por ampla margem de votos, inclusive por alguns udenistas, para quem o afastamento do presidente resultaria em outro tipo de mal, que seria a hegemonia absoluta do PSD. Mas os debates sobre o processo revelam a tônica das acusações, dirigidas especificamente contra o presidente, como no discurso de Herbert Levy, ao argumentar que "razões políticas evidentes estão a assinalar a periculosidade do sr. Getúlio Vargas, *vis à vis* as instituições democráticas", ou de Aliomar Baleeiro, que atribui a ao presidente não apenas a responsabilidade de crimes políticos, como de crimes comuns¹⁰. A concessão do aumento de 100% no salário mínimo acirrou a oposição da "Banda de Música" (sobretudo através dos "financistas da UDN", Aliomar Baleeiro e Herbert Levy) à política econômica do governo, mas ainda nesta questão os ataques visavam diretamente a Getúlio Vargas. Segundo Otávio Dulci (1978, p. 117), o Diretório Regional da UDN paulista advertia, logo depois de anunciada a medida, que "a pretexto da concessão de um salário mínimo, que ninguém honestamente se lembraria de negar, mas que deve ser fixado com justiça e alta equidade, a luta de classes está sendo preparada e vai ser desfechada pelo Sr. Presidente da República. O momento, que ninguém se iluda, é pré-revolucionário; e a revolução está sendo dirigida do Catete".

Nas reuniões do Diretório Nacional da UDN destaca-se a hegemonia da representação carioca no combate a Getúlio: Adauto Lúcio

10 Citados por Sergio Abranches, *O Processo Legislativo: Conflito e Conciliação na Política Brasileira*, dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1973, mimeo, p. 88.

Cardoso, por exemplo, adverte que "a UDN carioca compreende muitos sacrifícios, menos o pecado capital de traição à estratégia do partido na luta contra Vargas" (24/7/54, Arquivo UDN), e é Aliomar Baleeiro quem lança a expressão "mar de lama" para atacar a "corrupção alimentada nos porões do Catete". O atentado *contra* Carlos Lacerda, no qual morreu o *Major* da Aeronáutica Rubens Vaz, no dia cinco de agosto, polariza a radicalização civil e militar contra Getúlio¹¹. Carlos Lacerda passa a pregar abertamente a derrubada de um "governo imoral, ilegal, do banditismo e da loucura". (*Tribuna da Imprensa*, 5/8/54) e mantém seus ataques pessoais ao presidente, cada vez mais violentos: "Getúlio Vargas não é mais o chefe legítimo do governo. É o espectro de seus crimes que paira sobre a nação ... no seu sibiritismo silencioso, é hoje uma promessa de maldição sobre o rosto puro e aflito do povo brasileiro" (9/8/54). A Aeronáutica instala o inquérito, com total autonomia do poder judiciário, "sem limites de hierarquia ou de jurisdição, fossem quais fossem as consequências", criando a assim chamada "República do Galeão"¹². A "Banda de Música" atinge seu ponto máximo de atuação no Congresso, cobrando, diariamente, o resultado das investigações, sobretudo quando atingem membros da guarda pessoal do presidente. A renúncia, ou o impedimento do presidente; são pedidos na Câmara, tanto pelos udenistas quanto pelos aliados do PL, cujo chefe, Raul Pilla, exortava:

"trata-se, evidentemente, de um caso de salvação pública. É a própria autoridade do Estado que está se dissolvendo (...) o que se imporia era a suspensão pura e simples do sr. Getúlio Vargas" (cit. por Abranches, 1973, p. 91).

O vice-presidente Café Filho, embora originário do partido de Adhemar de Barros (PSP), em aliança com o PTB, já estava, a esta altura, completamente afinado com a UDN e o movimento antigetulista, e sugere a renúncia dupla, todavia recusada. Oficiais da Aeronáutica, sob a inspiração do Brigadeiro Eduardo Gomes, lançam um manifesto exigindo a renúncia, seguindo-se o manifesto dos generais, no qual julgam "como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do presidente" (cit.

11 Juarez Távora, em suas memórias, comenta o clima de intensa exaltação na reunião do Clube Militar, alguns dias após a morte do Major Vaz. "A disciplina militar estaria abafadíssima se vencessem as propostas aplaudidas pelos jovens oficiais: nomear-se uma comissão para ir ao Catete sugerir ao presidente sua imediata renúncia, e garantir-se, a cada sócio, o direito de externar, livremente seus pontos de vista sobre a situação, comprometendo-se, os demais, a solidarizar-se com ele, em caso de punição". (1974. 11. p. 246).

12 Ver Glauco Carneiro, *História das Revoluções Brasileiras*. Rio, O Cruzeiro, 1965, p.468

por Silva, 1978, p. 346). O ato final da oposição udenista caberá ao líder Afonso Arinos, que discursa na Câmara a 1º de agosto, responsabilizando o presidente pelo atentado e apontando a renúncia como a única solução para a crise: "Eu falo a Getúlio Vargas como presidente e como homem (...) tenha a coragem de perceber que o seu governo é hoje um estuário de lama e de sangue; observe que os porões de seu palácio chegaram a ser um vasculhadoro da sociedade (...) E eu lhe solicito, homem, em nome do que há de mais alto no coração do meu povo: tenha a coragem de ser um desses homens não permanecendo no governo, se não for digno de exercê-lo" (1965, p. 333).

O suicídio de Getúlio, a 24 de Agosto, sobre ser uma solução trágica, resolve, com uma saída politicamente audaciosa além de constitucionalmente inatacável, a crise que marcara profundamente, e em todas as frentes, os últimos anos do seu governo. O vice-presidente Café Filho assume a presidência da República sob garantia das Forças Armadas, e compõe seu primeiro Ministério com maioria de tendências udenistas, incluindo o Brigadeiro Eduardo Gomes, novo Ministro da Aeronáutica. O impacto causado pelo suicídio — a repercussão popular e a exploração política da "carta-testamento" — contribui para arrefecer, temporariamente, a violenta oposição da "Banda de Música", que se manifestará, novamente, por ocasião dos episódios de novembro de 1955.

O processo conspiratório e de concentração de pressões civis e militares que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas é considerado um "golpe branco" que, orquestrado pelas forças antigetulistas, teria beneficiado especificamente a UDN. Na realidade, o trauma provocado pela morte do seu principal inimigo — mais do que inimigo, a "razão de ser" de um partido fundado pelos que se lhe opunham — causou nos udenistas um sentimento ambíguo de depressão e euforia, fatais para a coordenação de uma ação

política eficiente, no sentido de gerir os frutos da vitória. Em seu primeiro discurso na Câmara, após o suicídio (31 de agosto) Afonso Arinos faz questão de ressaltar, por exemplo, que a UDN "não derrubara Getúlio, que ele caíra vítima de seus próprios erros", assim como afirmar que a UDN não governava, "apesar de estar com alguns membros no governo" e desejar que se consiga "sopitar os destinos do ódio e fazer com que vicejam as flores da fraternidade brasileira" (1965, p. 350).

A sensação de desnorteamento, senão apatia, tornou-se evidente na campanha para as eleições legislativas de outubro de 1954, quando os líderes nacionais udenistas passaram a temer um certo tipo de reação popular, pela presença da "culpa" lançada pelos getulistas; pois, como lembra F. Weffort, "as manifestações que traziam de novo às ruas o fantasma popular, que assustava as elites desde os anos 30, só Vargas, ou quem falasse em seu nome, seria capaz de exorcizar" (1979, p. 7). A exploração da "carta-testamento" conferia novo vigor ao getulismo (a aliança PSD-PTB seria a grande vencedora, um ano mais tarde) e do contraste com tal força carismática, surgia pálida a oposição udenista, traumatizada e perplexa. "Com a morte de Vargas" — afirmava o udenista Gabriel Passos na Convenção Nacional do partido "a UDN parecia uma polia sem correia" (29/4/55, Arquivo UDN). O paradoxo da desorientação era tal que, nesta mesma Convenção, destaca-se uma advertência significativa: "A UDN não precisa fazer autocrítica, nem pedir desculpas por ter derrubado a oligarquia de Getúlio Vargas" (Arquivo UDN). Derrubado? A visão do velho líder Otávio Mangabeira parece. Bem mais realista, ao avaliar o "golpe branco" de 54, numa crítica velada, porém certa, para os bacharéis udenistas. "Tenho uma queixa, Sr. Presidente" — discursava na Câmara dos Deputados — "dos bacharéis do Brasil, porque, ainda nas horas mais graves e mais tremendas da nacionalidade, ficam eles preocupados com fórmulas jurídicas, menos sensíveis às realidades (...) Ou se fazem revoluções, ou não se fazem. Percamos, porém, a mania das revoluções legais, ou das legalidades revolucionárias. *O mal do 24 de agosto foi fazer-se a revolução pela metade* (O. Mangabeira, 1956, pp. 48-50).

A UDN, portanto, perdeu. E a nova frustração, fugazmente dissipada no governo Café Filho — quando a UDN aparentemente "está no poder" — transforma-se em novo ânimo golpista, com a perspectiva da vitória dos herdeiros da tradição getulista nas eleições presidenciais de 1955. Com o suicídio de Getúlio ganhou a aliança PSD-PTB, embora os vencedores militares fossem da Cruzada Democrática; em novembro de 1955 o paradoxo se desfaz, quando ganha novamente a aliança getulista, e os militares do 24 de agosto são derrotados pela "novembrada lega lista" do General Lott. Essa situação contraditória sugere a importância da divisão dos militares para que se fortaleça o poder civil. Como será discutido em outra parte deste estudo, o grupo do 24 de agosto une-se ao do 11 de novembro no 31 de março de 1964, quando a UDN poderia considerar-se vencedora. O que remete à tese de Otávio Mangabeira, sobre os males "das revoluções pela metade"; o golpe branco de 54 teria sido, então, uma tentativa, freada pelo suicídio de Getúlio, de uma transformação revolucionária, como um embrião, o ensaio geral de 1964. O 24 de agosto consolida a aliança da UDN com os militares e, de certa forma, se constitui no marco decisivo para o avanço do "partido fardado" ¹³.

13 Para a discussão sobre o papel dos militares e do "partido fardado" ver, de Oliveiras Ferreira: *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*, Rio: GDR, 1964.

91

2. GOVERNO CAFÉ FILHO: O VICARIATO UDENISTA

2.1 — A Campanha Sucessória de 1955

"... a UDN era agora governo. Não obstante, a posse tranquila do poder através de uma vitória eleitoral se achava mais longe do que nunca. Sim, o governo não lhe estava sendo muito útil, e as perspectivas eleitorais, não muito risonhas. Ao contrário, as eleições se lhe apresentavam agora como um estorvo".

Leôncio Basbaum, 1976

O governo Café Filho, marcado pelas naturais limitações de um governo de transição e fatalmente comprometido com a tragédia do suicídio, destaca-se na história udenista como o vicariato mal sucedido. Aparentemente no poder a UDN não consegue mantê-lo, vencida pela eficiência política do PSD (seu fugaz aliado no Ministério) que bem soube canalizar a intransigência legalista dos militares chefiados pelo Ministro da Guerra, General Lott. O período decorre meio a intensa agitação causada pela proximidade das eleições presidenciais, previstas para outubro de 1955, e termina com o chamado "contra golpe preventivo" do 11 de novembro, que depõe Café Filho e assegura a posse dos eleitos, Juscelino Kubitschek e João Goulart, candidatos da aliança PSD-PTB.

A composição ministerial, fruto de árdua conciliação, revela a predominância de políticos udenistas¹⁴ ou partidários do 24 de agosto, sobretudo os chefes militares: Eduardo Gomes, na Aeronáutica, Amorim do Vale, na Marinha, Canrobert Pereira da Costa na chefia do EMFA e Juarez Távora na Casa Militar. Relações Exteriores, Casa Civil e Justiça couberam, também, a udenistas: respectivamente Raul Fernandes, José Monteiro de Castro e Prado Kelly (este substituindo a Miguel Seabra Fagundes). O General Lott, ministro da Guerra, fora escolhido por ser, justamente, o homem do regulamento e da hierarquia, para restaurar a ordem¹⁵. Na área econômica prevaleceram, inicialmente, simpatizantes udenistas como Eugênio Gudin (Fazenda), Gouvea de Bulhões (SUMOC), e o udenista Clemente Mariani (Banco do Brasil). Data desta época a importante instrução 113, da SU MOC, que favorecia a entrada de capitais estrangeiros, crucial para a política desenvolvimentista de Kubitschek.

14 Embora, como lembra Afonso Arinos, Café Filho "gostava de certos udenistas, mas detestava A UDN". 1965, p. 365.

15 Sobre a escolha do Gen. Lott, que se revelaria desastrosa para a UDN e para o próprio Café Filho, ver os relatos de Bento Munhoz da Rocha:

Radiografia de Novembro. Rio, Civilização Brasileira, 1961; as memórias de Café Filho, 1966, cit.. e o depoimento do General Rodrigo Octávio ao *O Estado de S. Paulo* de 29/6/1980.

Os períodos pré-eleitorais são, normalmente, caracterizados pela polarização em torno dos temas das campanhas. Neste caso específico a cena política evoluiu com dramáticos elementos de uma campanha presidencial extremamente conturbada, com o agravante insólito de se contestar a própria realização das eleições. Assim é que, de dezembro de 1954 a outubro de 1955, civis e militares radicalizaram polêmicas em torno da proposta de adiamento das eleições, da reforma eleitoral com a cédula única, das teses de "união nacional" com candidato apartidário, dos ensaios de aliança entre partidos adversários, (como PSD/UDN e UDN/PTB), das tentativas de veto militar às candidaturas de Kubitschek e Goulart, das renúncias e reconsiderações dos próprios candidatos da UDN, etc. Liderada por Carlos Lacerda e contando com apoio de setores militares, parte da UDN engaja-se na tese do adiamento das eleições, por prazo indeterminado. "Naquelas condições" — justifica Lacerda em suas memórias — "as eleições seriam uma coisa profundamente totalitária: levar o povo não pela razão, mas pela força de uma emoção incoercível", o suicídio de Getúlio Vargas (1978, p. 148). O golpe do adiamento das eleições conseguiu ser frustrado, segundo depoimento de Tancredo Neves, "graças à atuação íntegra do Ministro da Justiça Seabra Fagundes, autoridade moral e jurista democrata" (entrevista à autora, 19/5/75). Mas a pregação de Lacerda persistiria com a denúncia de que se "armava um golpe contra as instituições democráticas", sendo necessário, portanto, um "regime de exceção" durante o qual seriam feitas reformas que permitissem ao país entrar num regime democrático mais autêntico" (1978, p. 151), o que, de certa forma, justificaria o "contragolpe preventivo" do General Lott.

As lideranças udenistas menos sensíveis às táticas golpistas adotam duas frentes de luta política: a da reforma eleitoral e a da articulação da campanha presidencial. A UDN lidera, no Congresso, a defesa do parlamentarismo (com a fórmula consagrada por Raul Pilla, programa básico do Partido Libertador) e a discussão sobre vários tópicos da reforma eleitoral, destacando-se a instituição da cédula única de votação, defendida igualmente por chefes militares, inclusive o General Lott. A tese do parlamentarismo, embora brilhantemente encampada pelo líder udenista Afonso Arinos, não consegue passar, e ao invés da cédula única foi instituída a cédula oficial — ou seja, o voto impresso pela Justiça Eleitoral mas que poderia ser distribuído pelos partidos.

A UDN, mais uma vez, empenha-se numa campanha presidencial estigmatizada pelo fardo das derrotas. O Brigadeiro Eduardo Gomes chega a ser novamente cogitado como "o candidato ideal", mas a proposta não entusiasma sequer a Prado Kelly, seu próprio idealizador. Um candidato de "união nacional", reeditando-se as tentativas articuladas para a sucessão do General Dutra, volta a ser apontado como a "solução patriótica". Desta vez a aliança com o PSD se daria através de uma chapa com o General Juarez Távora para presidente e o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para vice. Aparentemente a coligação contaria com o decisivo apoio da UDN mineira e, certamente, com os diretórios do Norte e do Nordeste, fiéis ao antigo tenente. A firme disposição de Kubitschek em lançar-se candidato à presidência, candidatura apoiada por Tancredo Neves

e Oswaldo Aranha já no dia do sepultamento de Getúlio ¹⁶, impediu aquela nova tentativa de união nacional que pretendia conciliar civis e militares.

A reação militar à candidatura de Kubitschek — que se aproximava do PTB e de João Goulart, reavivando, assim, o velho temor da "herança getulista" — será imediata. A 27 de janeiro o presidente Café Filho divulga, pela televisão, um "apelo confidencial dos chefes militares" contra candidaturas partidárias que levariam o país a "uma campanha eleitoral violenta", contrária à "preservação da ordem e da tranquilidade pública" (C. Filho, 1966, II, p. 485). O "Memorial dos Generais" teria poucas consequências entre os militares, em termos de abstenção eleitoral, pois um de seus signatários, Juarez Távora, apresenta-se candidato pelo PDC e depois pela UDN. Mas nos meios civis a repercussão foi decisiva para reforçar a candidatura de Kubitschek como uma "bandeira de civilismo" e situar a questão das eleições como matéria de legalidade e de aprimoramento democrático. A UDN defende o memorial — seu líder Afonso Arinos justifica tê-lo feito a pedido do Brigadeiro Eduardo Gomes, um dos signatários (1965, p. 357) — mas vê-se obrigada, com a evolução da conjuntura, a definir-se por um candidato militar, mantendo, portanto, a perspectiva do General Juarez Távora. Este não conta com o apoio unânime do partido e mantém uma posição ambígua quanto à candidatura, que desejaria "apartidária": renuncia à candidatura em abril, para retomá-la em junho, sem jamais conseguir despertar o entusiasmo da cúpula udenista.

Na Convenção Nacional de abril de 1955 a UDN indica o ex-governador de Pernambuco, Etelvino Lins, da ala dissidente do PSD (isto é, não-getulista) candidato da "união nacional"; este recebe 199 votos de um total de 206 convencionais. Carlos Lacerda, que chegou a ser cogitado para a vice-presidência, é o principal defensor de Etelvino, exaltando-o como "o mais udenista de nossos adversários de ontem" (Arquivo UDN, 26/04/55). A breve campanha de Etelvino Lins adquiriu conotações populares, quando não populistas, contrariando,

16 "A chapa Juscelino/Jango repetiria a antiga união de 1930, entre Minas e o Rio Grande", conclui Tancredo Neves, em entrevista à autora. 19/5/75.

de certa forma, o estilo da UDN, porém enfatizando aspectos de moralismo e de ascetismo, caros aos udenistas. Em contraste com o binômio da campanha de Kubitschek, "energia e transportes", os cartazes de Etelvino divulgam o slogan "pão e vergonha", e a identificação "honesto e pobre como você", "Sou popular porque sou do povo" — discursa Etelvino no lançamento da campanha — "sinto como povo, vivo como povo, penso como povo, reajo como povo, tenho dignidade de povo, firmeza de povo, esperança de povo".¹⁷

A manutenção da candidatura de Etelvino Lins consistiria num trunfo para a UDN, no sentido de articular a aproximação com o PSD descontente com a indicação de Kubitschek. No entanto, se a candidatura de Etelvino não contava com o apoio da maioria dos diretórios de seu próprio partido (pertenciam ao PSD dissidente apenas os diretórios de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), como poderia se impor como de "união nacional"? A ameaça maior vinha, sem dúvida, do forte apelo de uma chapa apoiada pela aliança PSD-PTB.

O ex-presidente da UDN, Odilon Braga, resumiria a questão em termos simples: "O problema não é propriamente o de eleger um ótimo candidato, e sim o de evitar, seja como

for, a eleição de Juscelino" (idem, p. 28). Contatos isolados foram feitos no sentido de fortalecer a possível união PSD-UDN, porém visando o alijamento da candidatura de Kubitschek. Arthur Santos, presidente da UDN em final de mandato, admite, em seu relatório político (*Na Presidência da UDN*, Jornal do Comércio, 1955), ter mantido intensos contatos com o PSD para viabilizar o apoio da UDN a nomes pessedistas, como Nereu Ramos, Carlos Luz (recém-eleito presidente da Câmara), Etelvino Lins e Lucas Lopes, mas sempre com a exclusão de Juscelino. Este, por sua vez, relata em suas memórias que Artur Santos teria procurado João Goulart, visando atraí-lo para a fórmula da "união nacional", porém sem Kubitschek¹⁸. Outros "chapas-brancas", como Virgílio Távora, tentariam a mesma aproximação, sem sucesso.

Apenas três meses durou a campanha do "pão e vergonha". Em nenhum momento a cúpula udenista parecia disposta aos riscos da candidatura Etelvino Lins, que não conseguiria substancial apoio civil ou militar. O nome de Juarez Távora ressurgiu como a opção menos pessimista. Inúmeros avanços e recuos marcam a decisão, incluindo articulações em torno de Jânio Quadros, e a cena, em três atos, do lançamento, renúncia e relançamento da candidatura Juarez Távora. Com a retirada de Etelvino Lins da disputa eleitoral a UDN evoluiu

17 Roland Corbisier, *JK e a luta pela Presidência*. São Paulo, Duas Cidades, 1976, p. 112.

18 *A Escalada Política*. Rio, Bloch, 1976, p. 367.

defesa da chapa Juarez-Milton Campos. O vice-rei do Norte, no entanto, desconfia de uma vinculação exclusiva com o "partido das derrotas gloriosas" e insiste numa ampla coligação de apoio a seu nome. "Minha candidatura é interpartidária" — salienta o general na Convenção Extraordinária da UDN — "nasceu de pequenos partidos, para obter o apoio dos grandes: do PSB, que defende uma distribuição mais justa dos bens econômicos; do PDC, empenhado na luta pela dignidade da pessoa humana; do PL, defensor de um jogo de poder político mais flexível; ao PSD dissidente, que reage contra o eleitorado de cabresto e à UDN, o partido da liberdade" (Arquivo UDN, 31/7/55).

Nesta Convenção o nome de Milton Campos é homologado por unanimidade e o de Juarez com registro de 10 votos em branco. Milton Campos, então presidente nacional do partido, percebia a fragilidade da chapa defendida pela UDN, "mas o que fazer? Era uma imposição partidária, mais um sacrifício exigido, um dever imposto" (cit. por Dulci, 1977, p. 130).

A candidatura de Juarez Távora, nos moldes das do Brigadeiro, não conseguiu atrair as simpatias populares nem a tão almejada união das Forças Armadas. Provocava, ademais, a oposição da UDN carioca liderada por Carlos Lacerda, que, nesta época, já atacava "o aventureiro Jânio Quadros". Este apoio de Jânio, no entanto, foi dos mais importantes para a UDN por neutralizar, em São Paulo, as chances eleitorais de Adhemar de Barros, candidato pelo PSP. Alguns aspectos da campanha de Juarez — sobretudo os que enfatizavam o combate à corrupção e a ênfase no trabalho — antecipavam, à sua maneira (embora desprovida dos apelos carismáticos e populistas de Jânio Quadros) a campanha janista para 1960. Como diriam mais tarde ao candidato Jânio, os udenistas também

comprometiam a Juarez: "Faça a revolução pelo povo, general, é para isso que estamos a seu lado" (31/5/55, Arquivo UDN).

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek vence Juarez Távora por uma diferença de 470 mil votos e João Goulart vence Milton Campos por pouco mais de 200 mil. Derrotada pela terceira vez consecutiva a UDN enfrenta novamente a sedução golpista, e reedita, com redobrado vigor, o apelo aos militares a às táticas de impugnação dos resultados eleitorais.

2.2 — A UDN e o 11 de Novembro: A Ascensão dos Militares

"Não seríamos dignos das nossas inspirações se nos conformássemos com os resultados da sedição e da indisciplina (...) Éramos "golpistas" potenciais, dizem os que revelaram "golpistas" efetivos, e ainda nos atribuem planos que só podem existir na malícia dos que precisam de inverdades para nos comprometer junto da opinião pública, que é uma das mais sólidas bases de nossa força".

Nota Oficial da UDN, 15/11/55 (Arquivo UDN)

O problema da posse de Kubitschek e Goulart, vistos pela UDN como arautos de uma catastrófica volta à situação derrotada com o 24 de agosto, torna-se o centro polarizador de conspirações civis e militares. Mútuas acusações de "preparação ao golpe" passam a ser eficientes armas políticas, entre os udenistas e militares anti-getulistas, de um lado, e os partidários da situação e os militares legalistas, de outro. Compreende-se, neste contexto, a queixa-denúncia explicitada na nota oficial da UDN, logo após o chamado "contra-golpe preventivo" do General Lott.

Para contestar a vitória eleitoral dos "herdeiros da tradição getulista" a UDN divide-se em duas frentes de luta, às vezes intercambiáveis: a dos adeptos da "tática legalista" e a dos pregadores das soluções golpistas. A tática legalista consistia na tese da maioria absoluta (Kubitschek recebera apenas 36% do total dos votos em todo país) e na revisão do pleito, sob pretexto de fraude eleitoral e nulidade dos votos comunistas (o PC não estava dividido e apoiou, integralmente, as candidaturas da aliança PSD-PTB). A maioria absoluta, defendida principalmente pela "Banda de Música" e seu principal orador, Aliomar Baleeiro, não teve a mesma repercussão que em 1950, quando da eleição de Getúlio Vargas. O desgaste do recurso era inevitável, como reconheceria Carlos Lacerda em suas memórias: "vamos dizer a verdade, o povo sentiu que era uma manobra em cima da eleição, para mudar as regras do jogo, depois do jogo começado. E, evidentemente, não pegou" (1978, p. 102). Afonso Arinos, por sua vez, novamente justificaria seu apoio dizendo-se "induzido pela chefia civil e militar do partido": "a tese da maioria absoluta que levantamos na vitória de JK mostra a inconformidade com as soluções democráticas. Eu defendi a idéia sendo contra ela" (*ISTO É*, 19/4/78).

A questão da nulidade dos votos dos comunistas, igualmente sem sucesso, foi levantada não apenas pela UDN (com apoio em parecer de Raul Fernandes, arguindo a ilegalidade dos votos de um partido ilegal) como pelos militares ligados à Cruzada Democrática e à Cruzada Anticomunista. Carlos Lacerda, líder da "tática golpista",

defendia, como em 50 e em 54, o "estado de exceção" e a imediata anulação do pleito. "Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, nem tomarão posse" (*Tribuna da Imprensa*, 9/11/55). Mas reconhecera, mais tarde: "eu era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral" (1978, p. 162)¹⁹. Apoiavam Lacerda os setores mais

19 Não resta dúvida de que falar em "golpe por via eleitoral" reflete, com rara felicidade, aspectos da esquizofrenia política da UDN. Significa, acima de tudo, uma inequívoca postura de *direita* (no sentido tradicional dos termos) questão a ser retomada oportunamente.

radicais da Aeronáutica (oriundos da "República do Galeão") da Marinha (grupo do Almirante Penna Botto) e do Clube da Lanterna. Juarez Távora, candidato da UDN, embora vinculado à Cruzada Democrática, declarava acatar o resultado do pleito.

Golpe ou contragolpe, não se conhece, ainda, a verdade dos bastidores. Para os adversários o 11 de novembro foi um golpe clássico, pois do lado pretensamente golpista (UDN e militares aliados a Lacerda) haveria uma orquestração conspiratória, e o Gen. Lott teria a sério o que não passara de "wishful thinking". Para os defensores, o 11 de novembro foi um contragolpe para manter a legalidade democrática, assegurando a posse dos eleitos contra os que pregavam abertamente o estado de exceção ou as propostas continuísta do presidente Café Filho. Para outros, ainda, foi um golpe singular, que recorre à ilegalidade de meios para a legalidade de fins, quando se viola a Constituição pretendendo defendê-la. Ou então, na frase atribuída ao Gen. Lott e consagrada em sua ambígua ingenuidade, "um movimento de retorno aos quadros institucionais vigentes".

Real ou imaginária, a perspectiva do golpe parecia iminente, até que um episódio de caráter disciplinar provoca a intervenção do Ministro da Guerra Gen. Lott, notório defensor do respeito à hierarquia e à disciplina. No enterro do General Canrobert Pereira da Costa, o Coronel Jurandir Mamede afirma que a posse dos eleitos seria "uma indisfarçável mentira democrática". O Ministro decide puni-lo, mas Carlos Luz, Presidente em exercício devido a um enfarte de Café Filho, recusa o pedido; desautorizado, Lott renuncia e o General reformado Fiuza de Castro é indicado para substituí-lo. Ocorre, então, o erro fatal: Lott solicita um dia para passar o cargo, no que é atendido; aproveitou-o para a articulação do esquema, liderado pelo General Odílio Denys, no comando da Vila Militar. Segundo depoimento do próprio Lott, o "golpe preventivo" já estava articulado desde julho, quando o debate sobre o adiamento das eleições agravara a crise. Segundo outros relatos, o grupo forte por trás do golpe seria formado pelos coronéis nacionalistas do MMC — Movimento Militar Constitucionalista — liderados pelos irmãos Alberto e Alexínio Bittencourt, com apoio do Gen. Zenóbio da Costa.

O que importa ressaltar é que, do ponto de vista militar, o golpe foi um sucesso. O Rio de Janeiro ficou inteiramente sob controle e os comandos de Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná enviaram tropas para São Paulo, onde se esperava uma reação, devido à partida do Brigadeiro Eduardo Gomes, entrincheirado em Cumbica com 40 aviões da FAB. Mas o governador Jânio Quadros permanece indiferente e o General Falconiere aí assume o comando pró-legalidade. Frustra-se a reação de Carlos Luz que, em companhia de alguns ministros, vários oficiais e políticos como Carlos Lacerda (que, mais tarde, se refugiaria na

embaixada de Cuba), embarca no Cruzador Tamandaré, na esperança de um desembarque vitorioso em Santos. O Congresso, reunido no mesmo dia (11 de Novembro) declara o impedimento de Carlos Luz e o presidente do Senado, Nereu Ramos, assume a chefia do governo. A 21 de novembro Café Filho, restabelecido, é igualmente impedido pelo Exército de retornar ao Catete e o Congresso concede o estado de sítio solicitado pelos ministros militares.

De um total de 70 votantes na bancada udenista, apenas dois deputados votaram favoravelmente ao impedimento de Café Filho na sessão de 21 de novembro. O PSD e o PTB votaram pelo impedimento com esmagadora maioria. A votação dos pequenos partidos aliados da UDN, ou seja, o PDC e o PL, foi unânime contra o impedimento, o mesmo acontecendo com a bancada dos socialistas (Café Filho, p. 609). Café Filho chegou a ingressar no Supremo Tribunal Federal com um mandado de segurança ²⁰, que foi indeferido. Consolidava-se o "golpe da legalidade", e garantia-se a posse dos eleitos, efetivada, em pleno estado de sítio, a 31 de Janeiro de 1956.

3. GOVERNO KUBITSCHKE: A UDN E A "APOSTA DEMOCRÁTICA"

3.1 — A Luta Contra a "Restauração"

"O ponto principal de nossa ação política consiste em manter a linha de oposição e acentuar o propósito de luta crescente contra 'as forças que há tantos anos dominam o poder, na corrupção administrativa e comprometendo as bases morais da vida política'".

Convenção Nacional da UDN, 1957.

Por uma ironia da História, o mais ativo dos governos do chamado "período democrático", presidido pelo único civil que "começou e

20 O Presidente João Café Filho ingressou no Supremo Tribunal federal com dois pedidos, um, o Mandado de Segurança nº 357 e o Habeas-corpus nº 33.908, sendo o seu patrono o advogado Jorge Dyoll Fontenelle. Ambos os pedidos foram denegados pela Suprema Corte, sendo vencido nos dois casos o Ministro Álvaro Ribeiro da Costa, que mais tarde se destacaria como Presidente do Supremo Tribunal Federal depois de 1964. A fundamentação dos votos dos Ministros é bastante expressiva, bastando citar exemplificativamente a afirmação do Ministro Nelson Hungria: "*Contra o fatalismo histórico dos poderes militares não vale o Poder Judiciário, como não vale o Poder Legislativo.*" Ver Edgard Costa, *Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal*, Rio; Civilização Brasileira, 1964. 3º Vol., pp. 47 a 55 e 354 a 468.

terminou seu mandato no prazo previsto pela Constituição", instalou-se em pleno estado de sítio e graças à intervenção militar. Mas apesar das inúmeras crises militares, da complexidade das questões econômicas e financeiras, decorrentes do projeto de

desenvolvimento acelerado, da crescente articulação pluripartidária e da efervescência do movimento sindical, o governo Kubitschek apresenta um quadro de relativa estabilidade política, em contraste com o padrão de "instabilidade crônica", característico da vida política nacional desde a Revolução de 30. O tema foi analisado em trabalho anterior (Benevides, 1976): "a aparência de estabilidade era dada pelo desenvolvimento continuado, pelo otimismo generalizado com o Programa de Metas e a euforia de Brasília e, principalmente, pela manutenção do regime democrático, incluindo participação política, eleições livres, liberdade de imprensa, de reunião, de associação, direito de greve, anistia aos rebeldes militares, etc. No entanto, logo após, a instabilidade profunda desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart quase leva o país a guerra civil". Cabe lembrar, portanto, o significado daquela estabilidade, que não era, evidentemente, uma estabilidade estrutural; representava, acima de tudo, *um equilíbrio instável*, numa "conjuntura especial, na qual o Congresso (maioria PSD /PTB) e o Exército atuaram de maneira convergente, no sentido de apoiar a política econômica do governo, cujo núcleo era o Programa de Metas" (Benevides, p. 47).

Numa visão geral do governo torna-se necessário distinguir duas fases: a primeira compreende 1956, 1957 e meados de 1958 (até a campanha para as eleições de outubro) e se caracteriza pela manutenção da ordem como condição indispensável para o fortalecimento do sistema político. Kubitschek percebe a necessidade imperiosa de manter o "dispositivo militar" e uma política conciliatória quanto à atuação partidária (fortalece a aliança PSD/PTB) e quanto à política econômica. A fermentação militar, ainda decorrente do II de novembro persiste e tem seu ponto máximo na rebelião de Jacareacanga. A oposição parlamentar liderada pela UDN e apoiada por importantes setores da imprensa, mantém-se agressiva, dificultando suas próprias teses de "união nacional".

A segunda fase estende-se até o fim do mandato. A partir de 1959 as crises são de natureza especificamente econômicas, e é o planejamento que corre o risco de não ser executado. É a fase mais difícil do governo, pressionado externamente pelo FMI e internamente pelas oposições que atacavam, ao mesmo tempo, a inflação (os gastos com Brasília!) e o Plano de Estabilização Monetária. Aumentam o número de greves (e os "pactos de ação conjunta"), as atividades das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais; a oposição udenista investe contra pretensos planos continuístas de JK e a oposição "de esquerda" contra o capital estrangeiro, e o ano termina com a rebelião de Aragarças, que, assim como a de Jacareacanga, era liderada por oficiais da Aeronáutica vinculados à UDN. As eleições de 1960 polarizam o debate político partidário e a preocupação maior concentra-se na instalação do governo em Brasília (Benevides, p. 48). A ascensão dos militares a postos importantes da administração estatal constitui-se no fato mais relevante do período. E Kubitschek, para terminar o mandato com o mínimo possível de crises, adota a política de "adiamentos táticos e estratégicos" (Jaguaribe, 1969), responsáveis, em parte, pela instabilidade futura.

A fermentação militar, apesar da aparente estabilidade política, foi intensa; e a UDN manifestou-se em todas as crises, sempre reforçando seus vínculos com o setor brigadeirista da Aeronáutica e os grupos antigetulistas na Marinha e no Exército (Juarez Távora, principalmente). Os militares "udenistas" da Cruzada Democrática perderam as três eleições para o Clube Militar (1956, 1958 e 1960) que deixou de ser usado como centro de conspiração e agitação, como acontecera em 1954. Além das revoltas de Jacareacanga e de

Aragarças, prontamente debeladas e anistiadas — o que contribuiu para esvaziá-las de um conteúdo político mais eficiente — a UDN teve uma agressiva atuação por ocasião da entrega da espada de ouro ao Ministro da Guerra pelo vice-presidente Goulart, em comemoração ao primeiro aniversário do 11 de novembro, em grande manifestação popular. Inúmeros oficiais que se rebelaram contra a homenagem foram punidos, gerando grave crise no governo, tendo sido cogitada a decretação do estado de sítio e efetivado o fechamento da Frente de Novembro (considerada "subversiva" pela Marinha e pela UDN) e, no outro extremo, do Clube da Lanterna.

Em termos partidários, o período registra, igualmente, uma intensa atuação, quer na prática parlamentar, quer nas articulações eleitorais. Marca, em linhas gerais, a ascensão do PTB, o conseqüente declínio do PSD e um relativo crescimento da UDN (governos estaduais e Assembléia), sobretudo em comparação com seu adversário, na mesma linha conservadora, o PSD. Quanto a prática parlamentar — embora esteja bem clara a predominância do Executivo sobre o Legislativo, para as questões financeiras vinculadas ao projeto de planejamento, exemplarmente analisado por Celso Lafer ²¹ — o período celebra o "ponto Ótimo" da aliança PSD/PTB, atuando como *bloco de apoio* ao Executivo no Congresso, sobretudo no que se referia às aprovações orçamentárias.

21 *The Planning Process and The Political System in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan*, Tese de Doutorado, Cornell University, 1910.

Apesar da constante renovação ministerial, a UDN não recebeu uma única pasta: dos 24 ministros civis, 16 pertenciam ao PSD (Fazenda, Viação e Obras Públicas e Justiça) e 6 ao PTB. No início do governo o PSD conta com 35% dos deputados; a UDN com 21%; o PTB com 20%; o PSP com 8% e os partidos menores com 24%. Reunida a oposição parlamentar (UDN-PDC-PL) não alcançava sequer um terço das cadeiras no Congresso. * O PSD, portanto, mantinha-se hegemônico, ocupando a maior parte dos postos no governo, assim como o PTB mantinha inarredável o controle sobre o Ministro do Trabalho e todos os órgãos da Previdência Social, consolidando sua ampla margem de manobras no movimento sindical. A UDN contava, no entanto, com apoio na imprensa antigetulista que percebia, na vitória de Juscelino e Jango, *os perigos da "restauração"*; a agressiva UDN carioca contava, além do Jornal lacerdista *Tribunal da Imprensa*, com o semanário *Maquis* de linha sensacionalista e difamatória ("Governo Kubitschek: sindicato de ladrões", "Lott deve ir para a cadeia", e outras manchetes-capa do gênero), mas onde escreviam udenistas ilustres como Aliomar Baleeiro, Prudente de Moraes Neto, Oscar Dias Corrêa.

Para a UDN, frustrada em todas suas tentativas "legalistas" e "golpistas" de chegar ao poder, tratava-se de "fazer oposição tenaz ao governo instalado em cima de dois golpes, o 11 e o 21 de novembro" conforme acentuava Milton Campos, em seu relatório político à XI Convenção Nacional do partido (6/4/57, Arquivo UDN). Mas, na realidade, o período assinala, também, o momento privilegiado da atuação udenista *diferenciada*. Num paradoxo apenas aparente — que registra a evolução da *postura de ressentimento* ²² dos udenistas para uma atitude política menos passadista e, conseqüentemente, mais eficiente — a UDN revela uma bipolaridade de imagem e de ação: apresenta-se, ostensivamente, como a oposição intransigente, arredia a qualquer aceno do governo, e, ao mesmo tempo,

como o partido da renovação, realista e pragmático, sensível às necessidades de barganha e compromissos interpartidários. Data desta época a brilhante efervescência da "Banda de Música", em episódios de grande repercussão, como a vitória parlamentar sobre a tentativa de processar o deputado Carlos Lacerda (maio 57); data desta época, por outro lado, a predominância dos "realistas" sobre os "bacharéis", no trato das questões eleitorais, e no encaminhamento da campanha sucessória os antigos

* Necessário, por exemplo, para derrubar um veto presidencial.

22 O ressentimento na consciência política do udenista foi uma constante. Para uma interessante discussão teórica ver, de Max Scheler: *L'homme du Ressentiment*. Paris, Gallimard, 1970.

"golpistas" transformam-se em ardentes defensores da "verdade das urnas". A contrapartida do sucesso da "Banda de Música" é dada, também, pela intensa atuação dos "chapas brancas", que, numa estranha simbiose de interesses, dependiam do rigor da oposição feita pelos bacharéis: quanto mais violenta a "Banda de Música", maior valor de barganhas adquiriam os "votos traídos" dos "chapas brancas". Típico da eficiência desta dicotomia é a convivência, em' postos de relevo no partido, de Carlos Lacerda, novo líder na Câmara (Afonso Arinos assume a liderança da minoria, representada pelo bloco UDN-PL) e o "realista" Juraci Magalhães, eleito presidente da UDN, vencendo a Odilon Braga, candidato dos bacharéis e dos brigadeiristas liderados por Prado Kelly (Arquivo UDN).

Pela própria natureza inovadora do governo, com sua agressiva política econômica associada ao sucesso crescente da "ideologia desenvolvimentista", a UDN concentra seus ataques nas gestões dos Ministros da Fazenda (destacando-se a oposição violenta a José Maria Alkmin), e nos gastos com o Programa de Metas e a construção de Brasília. A questão do confisco cambial torna-se um dos temas básicos da oposição udenista; parlamentares da UDN paulista, por exemplo, defendem os interesses dos cafeicultores prejudicados e se envolvem com os episódios da "Marcha da Produção" (1957). Essas e outras questões de política econômica serão retomadas oportunamente.

Como no governo de Getúlio Vargas, a "Banda de Música" se especializa na "devassa dos escândalos", destacando-se "o caso do pinho" (nov. 57) que visava diretamente o vice-presidente Goulart, pretensamente envolvido com negociações com o presidente argentino (na mesma linha da acusação sobre a suposta aproximação Vargas-Perón para instalar uma "república sindicalista"). Outros "escândalos" alimentavam a virulência oratória da "Banda de Música", como o "caso dos Diários Associados" (maio 58), o "caso do uísque a meio dólar", atingindo políticos do PTB (agosto 58), e os levantamentos sobre as finanças da LBA e do SAPS, ambos órgãos federais (58, 59).

A oposição udenista, no entanto, não era apenas acusatória, mas também — e talvez com maior êxito — obstrucionista. A discussão de matéria legislativa de interesse do governo revela, em várias ocasiões, uma forte coesão PSD/PTB (sobretudo em relação à aprovação do orçamento) com obstrução ou abstenção da UDN e seus aliados. A obstrução torna-se uma tática ostensiva, advogada como linha de ação do Partido que, em decisão unânime, resolve "obstruir de maneira total os trabalhos nas duas casas do Congresso" (arquivo UDN). Por ocasião da discussão sobre a prorrogação dos mandatos eletivos, por

exemplo, o Diretório Nacional decide que "o partido só aprovaria a prorrogação desde que a maioria assumisse o compromisso de que não se cogitaria de alteração do sistema legal de alistamento eleitoral. Caso esse compromisso não fosse cumprido a oposição se reservaria *"o direito de criar, no Congresso, todas as dificuldades possíveis aos projetos do governo"*. (A questão seria contornada graças a entendimentos de Juraci Magalhães com os pessedistas mineiros Tancredo Neves e Bias Fortes. 24/7/57, Arquivo UDN). E o projeto do voto do analfabeto (apresentado pelo líder da maioria Armando Falcão) é rejeitado pela UDN "como manobra do governo para facilitar a prorrogação dos mandatos" (28/8/57, Arquivo UDN).

Caso típico de obstrução, relatado por Kubitschek em suas memórias (1975, p, 40), ocorreu quando do envio à Câmara da mensagem e do projeto de lei para a transferência da capital. A UDN de Goiás, Obviamente interessada na mudança, trabalhou no sentido de "desobstruir"; mais tarde, porém, a UDN passa a apoiar Brasília. Essa mudança de atitude se justificaria, em parte, pelo dispositivo da lei que criou a NOVACAP e que garantia à oposição a participação na Diretoria e no Conselho Fiscal da empresa. Se persistisse no combate a Brasília e as possíveis "corrupções", a UDN ficaria, portanto, na constrangedora situação de investigar a atuação de seus próprios correligionários. Outros exemplos de obstrução da UDN se referem aos projetos de aumento salarial para o funcionalismo, reformulação do Código Eleitoral, e formação de uma CPI sobre o alto custo do ensino particular no Brasil. Duas importantes questões são, igualmente, objeto da obstrução udenista: o projeto para manter na ativa, por mais dois anos, o Gen. Odilo Denys, então comandante do 1º Exército (agosto de 56) e a "emenda dos conselheiros", projeto de lei que dava aos ex-presidentes da República condição de "Conselheiros de Estado", com certos privilégios. Somente o primeiro foi aprovado, — a chamada "Lei Denys" — e garantiu a Kubitschek um dos mais importantes elementos no esquema de sustentação militar de seu governo.

Na Convenção Nacional de 1957 as diretrizes políticas do partido incluíram quatro temas básicos: a luta contra o confisco cambial, a discussão sobre a reforma eleitoral (ambas velhas bandeiras da UDN), a defesa do mandato parlamentar e a luta pela liberdade do rádio e da televisão (2/5/57, Arquivo UDN). Esses dois últimos tópicos dizem respeito ao "caso Lacerda", que polarizou a luta parlamentar udenista, no primeiro semestre de 1957. O pedido de licença para processar o deputado agitou não apenas os meios políticos e parlamentares; um manifesto contra a licença para o processo foi subscrito por intelectuais e artistas como Cândido Portinari, José Maria Bello, Gustavo Corção, Mário Pedrosa, Manoel Bandeira, Fernando Sabino, Anibal Machado e Millor Fernandes, entre outros. Memoriais foram distribuídos nos bairros cariocas, colhendo assinaturas a favor do deputado, e Carlos Lacerda chega a sugerir a criação de uma comissão de juristas para reformular processos contra diversas figuras do cenário político dominante para revidar a ação da maioria contra a oposição (17/4/57, Arquivo UDN).

A UDN retoma teses de oposição "à outrance", com as antigas técnicas de "caça aos escândalos", denúncias de golpes e de "propósitos continuístas" de corrupção administrativa e até mesmo pessoal. Apoia, no entanto, as propostas de Juraci Magalhães que advoga uma política mais moderna, menos intransigente e com maior alcance popular, a nível da disputa eleitoral. Findada a fase das "derrotas gloriosas", tratava-se de "crescer para vencer" — e Juraci inaugura, com êxito, um novo processo de campanha (distante da

tradicional aversão udenista às técnicas vistas como "populistas") com as "Caravanas da Liberdade".

"A minha eleição para presidente" — depõe Juraci Magalhães — "decorreu da necessidade que os companheiros do partido sentiram, de que se devia por na presidência do partido alguém que levasse o partido às ruas. Eu ouvi muitas vezes essa frase: *"Juraci, você é um homem que tem cheiro de povo"*, E o slogan que deu tanta popularidade à UDN foi meu: "A UDN não é populista mas faz questão de ser popular". Então, levei o partido para as praças públicas, fizemos a "Caravana da Liberdade", com Carlos Lacerda, Herbert Levy, Abreu Sodré, João Agripino, Adauto Cardoso, e várias figuras" (entrevista à autora, citada). E segundo Carlos Lacerda, a "Caravana da Liberdade" foi o momento popular da UDN, que partia para o interior, usando as velhas técnicas do PSD. O povo gostava dos comícios (...) "era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando matuto e com ar de povo". A gente levava de quebra o Tenório, que entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa... Aí começou, realmente um diálogo povo/UDN" (1978, p. 198, 199).

Para as eleições de 1958 (11 governadores, renovação de 1/3 do Senado e 362 deputados federais) a UDN inaugura uma nova política de acordos e coligações estaduais, como a única fórmula de vitória, "sem sacrifício da linha estratégica do partido", como acentuava Juraci Magalhães, defensor convicto dos acordos, obedecendo "às realidades locais onde as coligações são inevitáveis. Vivam os acordos! Os acordos são feitos para se evitar as derrotas gloriosas!" (19/06/58, Arquivo UDN). Nesse sentido, o Diretório Nacional dá parecer favorável a todos os pedidos de homologação dos acordos eleitorais feitos nos estados: no Ceará (UDN-PSP-PR-PRT-PTN); na Bahia (UDN-dissidência do PTB); no Espírito Santo ("Aliança Democrática": UDN-PRP); no Maranhão ("Oposições Coligadas": UDN-PSP-PDC-PR); na Paraíba ("Coligação Nacionalista Libertadora": UDN-PL); em Pernambuco ("Oposições Unidas de Pernambuco": UDN-PTB-PSB-PTN); no Piauí (UDN-PTB); no Rio Grande do Norte ("Frente Popular Democrática": UDN-PR-PTN-PST); no Rio de Janeiro (UDN-PTB); em Santa Catarina ("Frente Democrática": UDN-PSP-PDC) e em São Paulo (UDN-PDC-PTN-PSB) (dados do Arquivo UDN). A UDN consegue eleger três governadores: Cid Sampaio, em Pernambuco, Juraci Magalhães, na Bahia, e Luis Garcia no Sergipe; vence, também, em aliança, com as vitórias de Roberto Silveira no Rio de Janeiro, Chagas Rodrigues, no Piauí e Carvalho Pinto, em São Paulo. Elege 70 deputados federais, perdendo 4 em relação às eleições de 54; e tem importante vitória no então Distrito Federal, quando Afonso Arinos derrota Lutero Vargas para o Senado.

A maior flexibilidade para acordos e, concomitantemente, a evolução para uma linha que se poderia identificar em certas marcas populistas ("Caravanas da Liberdade", etc.) correspondem a uma sensível variação no programa do partido. Conforme assinala Otávio Dulci, o "novo programa incorporava diversos itens do ideário populista (...) mantinha, é certo, a visão liberal e privatista que era inerente ao partido, mas mesclava de posições nacionalistas. Propunha a adoção de uma escala móvel de salários, o aperfeiçoamento da Petrobrás, a participação dos trabalhadores nos lucros, a introdução do Parlamentarismo, reiterava a idéia da autonomia sindical e sustentava, com desejável, a desproletarização, dentro de um contexto de democratização da propriedade" (1977, p. 152). Defendia, ademais, o papel privilegiado das classes médias, "em sua função

estabilizadora" e "o fortalecimento dos grupos intermediários entre o indivíduo e o Estado, a família, as igrejas, os sindicatos, as associações de fins lícitos, " etc. (Arquivo UDN).

As posições nacionalistas — que, de certa forma, reforçavam o entendimento dos udenistas com alguns setores das Forças Armadas, sobretudo num período de euforia desenvolvimentista, cara aos militares — representavam uma nítida transformação no programa do partido. Em 1957, por iniciativa de Gabriel Passos, o Diretório Nacional aprova a criação de "centros nacionalistas", sendo constituída uma Comissão de Estudos (Afonso Arinos, Herbert Levy, Gabriel Passos, Milton Campos, Bilac Pinto e Odilon Braga) para fixar a linha nacionalista do partido, em torno dos seguintes pontos: defesa da Petrobrás, porém com fiscalização de empresa privada; defesa do capital estrangeiro para o desenvolvimento, em pé de igualdade com o capital nacional; defesa dos minerais atômicos, propriedade do Estado, porém com auxílio da empresa privada; levantamento de capitais para obras públicas e empresas de serviços públicos" (11/6/57, Arquivo UDN).

Apesar, contudo, da reiterada ênfase na defesa da iniciativa privada e do capital estrangeiro, a proposta "nacionalista" da UDN sofre a hostilidade de membros do Diretório Nacional para quem "a maioria dos núcleos nacionalistas foram fundados e estão sendo orientados pelo MMC com ajuda financeira da Petrobrás, com a finalidade de impedir a entrada de capitais estrangeiros, estabelecendo, assim, o caos no país, para logo depois tomarem conta do poder" (D.N. 28/8/57, Arquivo UDN). E mais tarde, Carlos Lacerda investiria contra o nacionalismo "como doença do patriotismo, assim como a demagogia é a doença da democracia", alertando para "a involução de se passar da bacharelise para a economice" (C.N. de 1961. Arquivo UDN). Cumpre lembrar, finalmente — embora o tema integre a discussão sobre política econômica, adiante considerada — que sobre questões que envolviam interesses concretos a UDN aliava-se ao PSD, em oposição ao PTB. Exemplos dessa eficiente aliança conservadora: o bloqueio a todos os projetos de extensão da legislação trabalhista ao campo (ameaçavam os interesses da propriedade rural, comuns ao PSD e à UDN) e a todas as reformas — bancária, tributária, administrativa que, direta ou indiretamente, atingiam a florescente política de clientela vigente no Congresso. No final do governo Kubitschek os oradores petebistas eram mais contestados pelos aliados do PSD, enquanto que a UDN se aproximava das posições pessedistas. Em termos parlamentares, o final do governo é marcado pela predominância dos agrupamentos interpartidários; como a Frente Parlamentar Nacionalista, de linha "esquerdizante" (Soares, 1973) e a Ação Democrática Nacional, onde predominava a ala mais conservadora da UDN e do PSD. A radicalização do PTB contribuiu para seu afastamento do PSD e a conseqüente aproximação da UDN com o PSD.

3.2 — A Campanha de 1960: Os "Liberais Populistas"

"A aliança com o povo ninguém arrebatará de nossas mãos, pois é esta aliança que buscamos desde o Brigadeiro Eduardo Gomes até as "Caravanas da Liberdade", contra a coligação maldita que se acha instalada no poder"

(Convenção Nacional da UDN, 1959)

Pela primeira vez desde a campanha do lenço branco em 1945 (todavia prejudicada pela divulgação de que o Brigadeiro desdenhara o "voto dos marmiteiros") a UDN decide partir para uma agressiva campanha popular, com acenos moralistas e populistas, visando, o otimismo, a derrocada — enfim! — da "coligação maldita" PSD/PTB. Pela primeira vez, igualmente, os políticos udenistas resistem à sedução golpista e apostam nas instituições, na legalidade. A tática inovadora revela a face conciliatória do partido, que pretende reunir os anseios populares às esperanças elitistas, confiantes na conquista do poder pelas vias democráticas: o povo, afinal, não pode "errar" sempre, e as chances estão do lado do voto... Jânio Quadros é a solução. Com carisma inequívoco do político realizador, o prestígio popular multiplicado, e, ao mesmo tempo, o compromisso conservador com os baluartes do moralismo e do programa privatista da política econômica da UDN, torna-se o candidato ideal. Aquele messias que, nas palavras de Afonso Arinos (1976 a, p. 111), "conseguiu efetuar o encontro *do* desespero com a esperança, pela antevisão de uma nova era de austeridade e reformas sociais".

A crença na vitória de Jânio — com ou sem o apoio do partido — superou todas as dificuldades (e foram muitas, de fins de 58 a fins de 59) que acompanharam a campanha, incluindo uma renúncia *do* candidato. Jânio Quadros, político apartidário (e, sob certos aspectos, hostil à UDN) não contava com o apoio dos udenistas da Frente Parlamentar Nacionalista e daqueles que insistiam em nome udenista, de preferência entre os "realistas" do partido, como Juraci Magalhães. Jânio Quadros contava, no entanto, com o decidido apoio dos lacerdistas, dos udenistas históricos (que viam com desagrado as aproximações dos "realistas" com o PSD, fiéis à memória desastrada *do* acordo com Dutra) e do grupo que compunha o "movimento renovador", embrião da futura "Bossa-Nova".

Na Convenção Nacional de março de 1959 Carlos Lacerda²³ é o principal defensor da candidatura janista — "haverá algo mais udenista neste país do que a obra de Jânio Quadros em São Paulo?" — e o principal detrator das pretensões de Juraci Magalhães, cuja candidatura "seria manobrada pelo Catete, para destruir as chances de vitória da UDN". E pergunta: "a UDN vai com o povo ou se suicida com o Catete?" (O ESP, 22/3/59). Aliomar Baleeiro (que, embora da "Banda de Música" tornara-se um virtual adversário de Lacerda) lidera a campanha pró-Juraci, com apoio de grupo nordestino, para quem Jânio Quadros, por não pertencer a nenhum partido, "não passava de uma bailarina, política, à qual não deveria ser entregue a cabeça de João Batista" (Arquivo UDN).

Juraci Magalhães, por sua vez, surgia como candidato natural da UDN: era o presidente do partido que, afinal conseguira "levar a UDN às ruas". Idealizador das "Caravanas da Liberdade" era, ademais, um "histórico", antigo tenente e udenista da primeira hora, consagrado nas memoráveis lutas da redemocratização. Acima de tudo, Juraci confiava nas articulações interpartidárias (já não o fizera no governo Dutra?) acreditando no apoio de certa ala do PSD e do próprio presidente Kubitschek, que ostensivamente resguardava-se de apoiar o

23 Jânio Quadros confirmaria, mais tarde que deve sua vitória por ter carregado a bancada de São Paulo e pelo apoio de Carlos Lacerda, que "não sabe porque o apoiou".

General Lott, candidato de seu partido, além do mínimo exigido pela fidelidade partidária. Juscelino, na verdade, interessado em sua reeleição em 1965, apoiaria o candidato udenista para que a oposição chegasse ao poder, evitando, para seu partido, o inevitável desgaste com mais um período de governo, sabidamente herdeiro de grave crise econômica. (Esse apoio à candidatura de Juraci é confirmado por Juscelino Kubitschek em suas memórias²⁴, porém em termos de "patriotismo" e "pacificação"). Kubitschek chegou a sugerir, publicamente, (23/10/59) a formação de uma frente, nos moldes da "união nacional", em torno *do* nome de Juraci Magalhães, abandonando a idéia por falta de apoio no seu próprio partido (Dulci, p. 161). A ascensão de Juraci seria fortalecida, também pela eleição de Magalhães Pinto, do grupo "realista" (que se comporia, depois, com a "Bossa-Nova"), para a presidência da UDN, derrotando o candidato dos "ortodoxos" e da "Banda de Música", Herbert Levy. Magalhães Pinto, no entanto, sensível à preferência crescente pela candidatura Jânio Quadros, desvincula-se das pretensões de Juraci. Este, na Convenção Nacional do partido, em novembro de 1959, consegue apenas 83 votos, contra os 205 favoráveis a Jânio Quadros. A tumultuada Convenção marcaria uma significativa transformação na política udenista, então resolutamente empenhada em lutar, pragmaticamente, pela vitória. Juraci Magalhães, embora pessimista sobre o futuro do partido — "e agora, José?", indagara, ao final do discurso — percebia, fiel à sua postura "realista", as razões da derrota: "as vaias não partiam do velho coração udenista... o plenário me batia palmas, e a UDN votou contra mim por uma conveniência política, porque sentiu que a candidatura de Jânio Quadros ia ganhar, colho de fato ganhou" (entrevista à autora, cit.)

A aliança PSD/PTB — já seriamente abalada no final do governo Kubitschek, mais ainda consolidada pela virtude da pragmática união entre "o voto urbano do PTB e o voto rural do PSD" — lança o General Lott para a presidência, reeditando o nome de Goulart para a vice. O eficiente Ministro da Guerra de Juscelino, que paradoxalmente ascendera ao posto, no, governo Café Filho, por ser considerado "apolítico", surgia como o candidato "natural" das forças nacionalistas do Exército e de amplos setores, parlamentares ou não, considerados de "esquerda". O PSD, no entanto, mais uma vez, "cristianizaria" seu candidato; este, além de não despertar entusiasmo popular, afugentava o PSD conservador que, em termos de política econômica, confiava nas propostas de Jânio Quadros. Aos setores mais radicais do PTB, por sua vez, repugnavam os aspectos "direitistas" *do* General Lott,

24 *Porque construí Brasília*, Rio, Bloch, 1975, p. 135.

com seu anticomunismo extremado, embora defendesse posições progressistas como o voto do analfabeto e restrições à remessa de lucros.

Além da UDN e do partido que o lançou, PDC, Jânio contava em São Paulo com os pequenos partidos como o PTN e o Partido Socialista, reeditando-se a fórmula vitoriosa na eleição de Carvalho Pinto para o governo do estado em 1958. Contava, também, com a forte Frente Democrática Gaúcha (UDN-PSD-PL), historicamente adversária do PTB e do PSD getulista. A tônica da campanha era centrada nos ataques à corrupção do governo

Kubitschek, à inflação e a alta do custo de vida, o desperdício com as obras de Brasília e a futilidade da imagem do "presidente voador". Acima de tudo o temário janista significaria a encarnação das teses udenistas anticorrupção (a vassoura), moralistas ("tostão contra o milhão"), que atraíam os setores populares, tradicionalmente hostis à UDN, e polarizava o descontentamento dos militares e das camadas médias, através de promessas de "limpeza" na administração e estabilização da economia.

Para a vice-presidência a UDN recorre, mais uma vez, ao nome político consagrado como Milton Campos, depois do malogro do lançamento da candidatura do ex-governador de Sergipe, Leandro Maciel, representante típico das oligarquias nordestinas. A candidatura de Milton Campos, em oposição à de João Goulart, teria todas as chances de vitória, não fosse a eficiência de dois expedientes de nítido impacto na campanha eleitoral: a cisão Jango-Ferrari no PTB gaúcho e a criação dos comitês Jan-Jan. A "campanha das mãos limpas" de Fernando Ferrari, lançado pelo MTR (Movimento Trabalhista Renovador), tinha tal afinidade com as teses moralistas da UDN, que sua participação no pleito concorreria rara dividir os votos de Milton Campos. O que, efetivamente, aconteceu: a soma da votação de Campos e Ferrari seria 50% superior a votação individual de Goulart. Por outro lado, o sucesso dos comitês Jan-Jan (incentivados por uma dissidência do PTB paulista em aliança com setores sindicais vinculados ao janismo desde os anos 50) foi constatado pelo fato de que nos grandes redutos trabalhistas e "esquerdistas", em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife: venceram Jânio e Jango.

O resultado presidencial seria reforçado pela vitória da oposição nos governos estaduais. Dos 11 pleitos a UDN venceu seis: Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro; Magalhães Pinto, em Minas Gerais; Luis Cavalcanti, em Alagoas; Pedro Gondim, na Paraíba; Aluisio Alves, no Rio Grande do Norte e Correia da Costa em Mato Grosso, contando-se, também, a vitória de Ney Braga, no Paraná, pelo PDC. Deve ser lembrado, como o faz T. Skidmore, que, "ao contrário de 1950 e 1955, a UDN e Lacerda não viam nenhuma irregularidade no fato do candidato deito não ter alcançado maioria absoluta" (1969, p. 237).

Para Hélio Jaguaribe, autor de lúcida análise sobre o governo e a renúncia de Jânio Quadros²⁵, "a ambiguidade da eleição do Sr. Jânio Quadros consistiu numa disparidade das interpretações a respeito do sentido de sua candidatura e dos prognósticos sobre seu futuro governo, que carregou a seu favor forças contraditórias entre si e as levou a somar votos que se repeliam mutuamente" (p. 302). Se os setores populares acreditarem nas promessas de reformas sociais efetivas e as camadas médias se deixaram seduzir pela perspectiva da "redenção moral", as dizes que o apoiaram perceberam exatamente o contrário, ou seja, o caráter insincero e manipulatório da pregação janista de alcance popular.

Jânio Quadros assume a presidência da República a 31 de janeiro de 1961 e inaugura pouco depois, uma violenta campanha contra o governo de seu predecessor. Prepara-se para presidir, de maneira extremamente personalista e autoritária (num estilo que Jaguaribe chamaria de "bonapartismo czarista") um breve governo de sete meses, marcado pela crise decisiva da renúncia, cujos desdobramentos, pela iminência da posse do vice-presidente João Goulart, quase levam o país à guerra civil.

25 Hélio Jaguaribe: "A Renúncia do Presidente Quadros", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. I, nº 1, novembro de 1961, pp. 272-311.

CAPÍTULO IV

OS ANOS SSESSENTA: ASCENSÃO E EXTINÇÃO

I. GOVERNO JÂNIO QUADROS: A ILUSÃO UDENISTA

"A despeito das numerosas e severas restrições que cabe fazer a seu governo — a maior das quais foi sua tardança e vacilação na preparação de um plano de desenvolvimento — é indubitável que o saldo de sua passagem pelo poder confirmou a intuição das massas, confundiu a suspicácia de seus adversários e lançou ao paroxismo da frustração e do desespero as forças de extrema-direita" .

Hélio Jaguaribe, 1961.

Demagogo, farsante, comunista disfarçado, psicopata incurável, ditador ou salvador incompreendido, as versões personalistas sobre "a verdadeira face" do último presidente eleito pelo voto livre e popular, ainda geram polêmicas. Mas, entre a paixão e o ceticismo — em que pesem o interesse das interpretações psicológicas ou da crônica da corte — a questão é irrelevante. O problema real, como bem o situou Hélio Jaguaribe (que, no entanto, salientou, também, "o sentimento místico-mágico da autoridade presidencial" como essencial à personalidade do presidente renunciante) é a compreensão da profunda ambiguidade do governo Jânio Quadros, tanto no conteúdo quanto nas expectativas e nas visões, "reciprocamente contraditórias", dos diversos grupos sociais que o apoiaram. Ambiguidade que teria efeitos devastadores para o desenvolvimento do sistema democrático no país: a consolidação da intervenção militar na política (apesar do malogro da tentativa golpista em 1961); a exacerbação da extrema direita anticomunista, sobretudo pelos aspectos contraditórios da "política externa independente"; a radicalização, no outro extremo, dos setores populares e de esquerda, que, profundamente lesados pelo não cumprimento das promessas de eletivas transformações sociais, sobrecarregariam o governo Goulart de demandas insustentáveis para um sistema político ainda dominado pelos interesses das oligarquias, das ditas financeiras e do capitalismo internacional.

O efêmero e desnorteante governo Jânio Quadros iniciava-se, não obstante, legitimado por uma esmagadora vitória em pleito popular, reivindicada por muitos e sobretudo pela UDN, reconciliada, às custas de sua própria identidade antipopulista, com a autoestima frustrada após três derrotas consecutivas. Mas a expectativa da conquista do poder, além de breve e ilusória, se revelaria, ainda uma vez, para udenistas perplexos e eufóricos, uma armadilha da História. Poder, não o teve. Oposição, não a desejava. Aparentemente vencedora, a UDN não era governo nem era oposição, constrangida a "apoiar um governo que não era seu" — como se queixaria, mais tarde, o presidente do

partido, Herbert Levy. E como não podia isolar-se na oposição, nem renegar o fruto de sua sedução populista, a UDN revelava o lado trágico de sua própria ambiguidade, num processo autofágico de sua única vitória.

Ainda sob o prisma da ambiguidade, para a história da UDN merecem destaque, na análise do governo Jânio Quadros, dois pontos essenciais para a compreensão da bipolaridade udenista, já esboçada no capítulo precedente: 1) o revigoramento do golpismo (fugazmente amortecido na segunda metade do governo Kubitschek, graças às expectativas de vitória nas eleições presidenciais), desta vez ideologicamente apoiado no anticomunismo e no antinacionalismo, e não mais no antigetulismo; 2) a ascensão da "Bossa-Nova", que teria intensa atuação no Governo Goulart, em defesa das reformas de base, em aliança parlamentar com o PTB. O golpismo redivivo, consolidado na pregação de Carlos Lacerda — que se torna, para a opinião pública, o líder nacional do partido — dirigia-se para as supostas disposições golpistas do presidente, na reedição dos "contragolpes preventivos"; significava, também, o nítido distanciamento entre a ala radical da UDN carioca e o udenismo dos "históricos", representados, entre outros, por Milton Campos e Afonso Arinos. Significava, acima de tudo, que a nova frustração com uma falsa vitória não seria absorvida pela retórica dos bacharéis.

Aparentemente, no entanto, a UDN chegara ao poder. No novo ministério assegurara quatro pastas: Fazenda, com Clemente Mariani; Relações Exteriores, com Afonso Arinos; Minas e Energia, com João Agripino e Agricultura com Cabral da Costa, apartidário indicado pelo governador udenista Cid Sampaio. Os chefes militares, por sua vez, eram de tendência udenista: Marechal Odylo Denys, que já se afastara definitivamente da ala nacionalista do Gen. Lott (rompendo a homogeneidade da cisão 24 de agosto versus 11 de novembro) é mantido no Ministério da Guerra; na Marinha o Almirante Silvio Heck, comandante do Cruzador Tamandaré no episódio de 55, e vinculado aos lacerdistas; Brigadeiro Grum Moss, da ala mais "brigadeirista" da FAB e o General Cordeiro de Farias na chefia do Estudo Maior das Forças Armadas.

Na Primeira Convenção Nacional da UDN após a posse de Jânio — a chamada "Convenção da Vitória", realizada em abril de 1961 em Recife — a euforia governista é manifesta. Os pontos das diretrizes partidárias enfatizavam, em primeiro lugar, "o apoio ao governo em todas as suas propostas de moralização administrativa"; a UDN advogava, em seguida, a luta pela independência dos poderes, a educação política do povo (com reforço às "caravanas"), apoio à política externa (porém acentuando a característica brasileira de ser uma "nação autônoma com uma vocação cristã e de paz") e, finalmente, a colaboração para o aparelhamento funcional de Brasília, (30/4/61, Arquivo UDN). É nesta Convenção que surge publicamente o grupo da "Bossa-Nova", defendendo uma nova linha para o partido, ostensivamente oposta à dos lacerdistas e da "Banda de Música". Esta linha, identificada como de "centro-esquerda", reclamava sua inspiração nos programas de desenvolvimento com justiça social da Doutrina Social da Igreja. Em termos concretos a "Bossa-Nova" surgiu como uma frente de apoio aos projetos reformistas do governo, considerados "nacionalistas" ou de "interesse popular" como a lei antitruste e de remessa de lucros, a defesa das riquezas minerais, o combate à inflação, a reforma da lei de imposto de renda, a extinção das ações ao portador, entre outras. Os principais inspiradores da "Bossa-Nova" (oriundos do "movimento renovador", articulado em fins de 1959 em defesa da candidatura

de Jânio Quadros) eram José Aparecido, José Sarney, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória.¹

A Convenção da Vitória seria marcada, apesar da boa acolhida dada à "Bossa-Nova", pela mensagem anticomunista e antinacionalista de Carlos Lacerda. Em reforço à posição lacerdista, Herbert Levy e Ernani Sátiro, tradicionais membros da "Banda de Música", são eleitos, respectivamente presidente e vice-presidente do partido, alertando ambos para o perigo do "comunismo disfarçado" no programa da "Bossa-Nova" (arquivo UDN). A UDN carioca e lacerdista passa a desfrutar de uma posição privilegiada no partido. De

1 A respeito da "Bossa Nova" ver o verbete da autora no Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC, no prelo.

acordo com a análise de Isabel Picaluga, nela distinguem-se "duas pautas de comportamento, De um lado encontravam-se os liberais que tendiam a acompanhar as medidas políticas e econômicas do presidente Quadros e de outro o governador Lacerda e seus simpatizantes que tenderão cada vez mais para uma posição à direita dos demais partidos conservadores, Essa guinada para a direita, associada com atitudes personalistas de Carlos Lacerda, iniciou um processo de desajustamento no interior do partido que culminou em 65 com o total afastamento das duas correntes de opinião" (1980, p. 67).

A nível da organização partidária, a euforia transforma-se em resoluções prioritárias sobre medidas concretas para se aproveitar as vitórias eleitorais e consolidar o crescimento do partido. O Diretório Nacional incentiva os Diretórios Regionais para campanhas de "sede própria com nome visível" (em todas as capitais e municípios), de levantamento de fundos e de "horários da UDN" no rádio e na televisão, assim como fixação de jornais udenistas.

Pontos importantes das propostas janistas tinham imediata identificação com o programa da UDN, quer pela "esquerda" quer pela "direita". Para a "esquerda" (grosso modo a "Bossa-Nova" e os "liberais esclarecidos") Jânio Quadros acenava com a inauguração da política externa independente (relações com os países socialistas, reconhecimento de Cuba, repúdio ao movimento contra as lutas de independência africanos, como o de Patrice Lumumba), defesa da liberdade sindical frente ao Estado e da extinção do imposto sindical. Para a "direita", a política econômica preconizada por Clemente Mariani voltava aos princípios da ortodoxia liberal: política deflacionista com elevação das tarifas de serviços públicos e congelamento parcial dos salários; reatamento cordial com o FMI (com o qual Kubitschek romperá em 1959, para prosseguir com seu Programa de Metas); privilegiamento dos acordos, com os Estados Unidos; e a instrução 204 da SUMOC, que instalava a liberdade cambial, correspondendo a antigas aspirações do setor latifundiário exportador e dos investidores estrangeiros. Para os bacharéis do "centro" ainda prioritariamente apegados às teses moralistas, a "ação da vassoura" (série de inquéritos sobre corrupção nos governos anteriores, sobretudo na Previdência Social, e a ênfase pessoal do presidente na moralização administrativa) correspondia aos antigos princípios que idealizavam "o governo dos homens bons" (incorruptíveis). No discurso de aceitação de sua candidatura, na Convenção Extraordinária da UDN de 1959, a linguagem

de Jânio Quadros reforçava, num misto de voluntarismo místico e autoritarismo moralista, as teses de luta contra a corrupção, sob suas variadas formas de "favoritismo, compadrio, empreguismo, que sugam a seiva da nação". A ênfase na ordem e na autoridade, malgrado os inequívocos apelos populistas e demagógicos, será evidente: "não creio nos desmaios da autoridade ... não creio na desordem administrativa ... não creio na indisciplina que desmancha a hierarquia e ofende a estabilidade dos governos ... não creio na distorção da liberdade que se demuda em licença" (8/11/59, Arquivo UDN).

Mas os curtos sete meses do governo Jânio Quadros acumulariam crises que, independentemente da renúncia do presidente, fatalmente levariam ao rompimento da UDN com seu candidato. Apesar da identificação udenista com vários aspectos do governo, o principal deles o acesso ao poder — revelou-se, desde cedo, irremediavelmente comprometido. Embora participasse do Ministério e contasse com vários governos estaduais, além de razoável bancada no Congresso, a UDN continuava, como sempre, afastada dos centros decisórios. Suas lideranças parlamentares não eram consultadas pelo presidente e o partido não dispunha de uma margem de manobras para distribuir cargos e vantagens, típica atribuição de qualquer esquema de Poder. Herbert Levy, presidente da UDN, informaria a Pedrosa Horta, Ministro da Justiça, um mês apenas antes da renúncia, "que seu partido não estava satisfeito com o governo", mencionando, como "polos e fatores desta desconformidade partidária os governadores Luis Cavalcanti, Cid Sampaio, Juraci Magalhães e Carlos Lacerda" (Dulci, p. 174).

A nível das políticas institucionais, a política externa independente, embora sob a chancela de Afonso Arinos e constante do programa udenista, passa a polarizar grande parte da oposição da UDN ao governo. Nesse sentido o depoimento de Afonso Arinos é elucidativo ao criticar "o irredutível reacionarismo da UDN que reivindicava a volta às normas do Itamarati, de sermos instrumentos de decisões alheias" (...) "João Neves tinha uma visão *belle époque* da diplomacia e Lacerda temia o avanço comunista, sendo contra a política de aproximação com a África e o intercâmbio com o leste europeu e a favor de intervenção militar direta em Cuba" (1968, p. 101). E, segundo Isabel Picaluga, Carlos Lacerda conseguiria "aglutinar todo o descontentamento existente, privilegiando os aspectos políticos capazes de acirrar o anticomunismo dos militares e das classes médias" (1980, p. 71). A condecoração ao Ministro cubano Ernesto Guevara torna-se a gota d'água para a exacerbação anticomunista, associada, com o talento de sempre, às denúncias públicas de Lacerda a propósito de um golpe articulado pelo Ministro da Justiça para atribuir ao presidente poderes excepcionais. Na realidade, a renúncia termina por ser a antecipação de uma virtual deposição, pois como afirma Jaguaribe, "o dispositivo militar sobre o qual o Sr. Quadros apoiava seu governo já havia transferido sua solidariedade e lealdade para o Sr. Lacerda. Militarmente, o Sr. Quadros foi deposto naquela ocasião" (1961, p. 275).

O Congresso (maioria PSD/PTB) aceita imediatamente a carta de renúncia, a 25 de agosto. A inexistência de reações populares ou do "dispositivo militar" frustram totalmente as expectativas do presidente que veria malograda sua suposta estratégia de renúncia, como golpe ou como contragolpe. O presidente da Câmara, possedista Ranieri Mazilli, assume a presidência da República, e a questão da investidura do vice-presidente João Goulart passa a dominar o cenário político, numa gravíssima conjuntura conspiratória e golpista, a partir do momento em que os ministros militares deixaram claro sua oposição à posse de João

Goulart. Apesar da posição de liderança de Lacerda, partiu justamente de um udenista da Guanabara (e integrante da "Banda de Música"), Aduino Lúcio Cardoso, a iniciativa de uma representação criminal contra Mazilli e os três ministros militares, por atentarem contra a segurança nacional (Dulci, p. 177). Aliás, se uma intrigante questão é sugerida pela decepção do eleitorado udenista com a renúncia de Jânio — pois, a julgar pelo impacto da campanha lacerdista contra as "tendências golpistas e comunistas" do presidente, a reação deveria ter sido de alívio — a resposta aponta para a evidência da UDN não ter conseguido eleger seu candidato Milton Campos para a vice-presidência. Mais do que frustração pela renúncia de Jânio, a apreensão, quase desesperada, com a ascensão de Jango — o herdeiro de Getúlio, de ameaçadora memória associada às denúncias de pactos comunistas, sindicalistas e que tais. A questão sugere, também, a distorção, em termos de crise e estabilidade dos governos, criada pela possibilidade de se elegerem chapas com membros de partidos antagônicos.

Os fatos da nova crise de agosto são conhecidos: pela ação legalista liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola e pelo comando do IIIº Exército, com apoio de amplos setores sociais — sindicatos, estudantes, igreja —, de imprensa, dos governos estaduais e da maioria do Congresso, o golpe é evitado e o parlamentarismo é adotado como solução de compromisso. João Goulart assume a chefia do governo a sete de setembro, iniciando uma breve experiência parlamentarista. Seu governo, marcado por inúmeras crises, porém polarizador da mais intensa mobilização social e política da história brasileira contemporânea, contribuiria, decisivamente, para acuar a UDN tradicional em posições cada vez mais golpistas e reacionárias. A UDN voltaria, em aliança com os militares, ao período áureo da "Banda de Música", das denúncias, da conspiração e do golpe.

2. GOVERNO JOÃO GOULART: O GOLPISMO REDIVIVO

"Desde setembro de 1961 vêm as nossas populações, de todos os quadrantes, percebendo nitidamente o agravamento da situação brasileira ante a incompetência, a inoperância e a perfídia do governo".

"Aos Brasileiros", mensagem da UDN (25/11/62)

Golpismo redivivo, por um lado, e ataques de ordem pessoal ao governo, por outro, reeditam, na ação política da UDN, o padrão de oposição violenta, característica do período getulista. Desta vez a denúncia da "inoperância e perfídia" seria associada, em grau de crescente radicalização, às denúncias de infiltração comunista. O antigetulismo (Goulart é visto como o herdeiro de Getúlio, em todos os aspectos de sua política social, da política econômica *com* intervenção estatal e do nacionalismo) e o anticomunismo (encarnado na oposição a todos os movimentos sociais e à política externa independente) corporificam a luta udenista. Para a UDN, as forças do mal estavam soltas. Sua missão, o exorcismo; seu objetivo, a defesa da propriedade, contra a ação do Estado; sua bandeira, a manutenção da ordem cristã e ocidental. Um programa coerente com os interesses predominantemente conservadores do partido e da aliança de classes da qual participava, e que levaria a UDN, fatalmente, à se associar aos militares, aos empresários e aos políticos da Ação Democrática Parlamentar, na preparação e efetivação do golpe de 64.

As inúmeras crises que marcaram o governo Goulart, independentemente de qualquer julgamento partidário, significaram, acima de tudo, a ascensão dos movimentos sociais, ou seja, *a emergência popular a todos os níveis, em ameaça à ordem estabelecida*. No plano da inspiração ideológica um dado relevante parece ser a nova concepção do nacionalismo, diversa da predominante no governo Kubitschek, por exemplo, porém próxima à postura da última fase getulista. O corte imperialista passa a identificar toda e qualquer posição nacionalista, no plano da economia como no plano da política. Questiona-se, então, o papel do Brasil como tradicional aliado dos Estados Unidos (para a UDN ortodoxa o alinhamento com a política americana seria "incondicional") e reforça-se a proposta da política externa independente, iniciada no governo Jânio Quadros.

A emergência popular significava a intensificação do movimento sindical, com ocorrência multiplicada de greves, inclusive greves políticas em torno das reformas de base, destacando-se o surgimento de lideranças autênticas, "anti-pelegos", e a defesa do mandato sindical; a politização crescente das associações estudantis com novas propostas de reforma universitária e cultura popular; mobilização dos setores rurais — tradicionalmente mais isolados — através dos sindicatos e das Ligas Camponesas, e a conseqüente ameaça da ruptura do sistema senhorial, com greves (até então inéditas) e invasão de terras. Ao nível das forças políticas oficialmente já reconhecidas, aquela ascensão — por todos os motivos fascinante e ameaçadora — significava intensa competição intrapartidária entre "reacionários" e "progressistas"; revitalização do discurso ideológico para as disputas eleitorais, com destaque para a radicalização esquerda versus direita (a defesa do socialismo já surge como referência ostensiva nas eleições legislativas de 1962); crescente participação da Igreja Católica nas questões sociais (movimentos de Ação Católica) e de intelectuais (CGTI), engajados, por exemplo, no plano de alfabetização de Paulo e Elza Freire.

Mas a fragilidade do governo Goulart indicava profundas brechas, tanto do lado da esquerda, quanto da direita. Pela esquerda atuavam ostensivamente contra a "indecisão do presidente" a ala radical do PTB (o "grupo compacto") revigorada pela breve, porém ativa, gestão de Almino Affonso no Ministério do Trabalho, com suas iniciativas no sentido de fortalecer as organizações plurisindicais (COT, PUA) fora da tradicional tutela governamental; e a Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, com crescentes pressões para a aprovação das reformas de base com mudança da Constituição. Ao nível da política econômica, por sua vez, o Plano Trienal de San Tiago Dantas e Celso Furtado conseguiria descontentar amplos setores vinculados às reivindicações populares (sindicatos, estudantes, FPN) devido às exigências de compressão salarial (Moniz Bandeira, 1978, passim). Pela direita, a efervescência social e política, que apontava o crescendo de mobilização e de ampliação da participação política das camadas populares, já ameaçava, por si só, o antigo temor do "fantasma popular" — agora em carne e osso — e estimulava as tentações golpistas. A aliança PSD/PTB, aos escombros, não mais existia na prática. Parte importante do PSD aliava-se à UDN nas defesas das teses da "manutenção da ordem contra a subversão dirigida do Catete" e na luta contra as reformas de base, sobretudo a agrária. Mas o fato mais importante para a precipitação "revolucionária" seria a profunda instabilidade das Forças Armadas que questionavam, desta vez com rigor decisivo, sua falta de coesão em face da erosão dos princípios de hierarquia e disciplina (inelegibilidade dos sargentos, por exemplo). Os militares questionavam, acima de tudo, o mito sagrado do

legalismo, que não poderia mais passar sobre os riscos da subversão social e da derrocada das instituições, com a perspectiva, considerada iminente, de "comunização do continente".

A UDN, não obstante, participaria do governo preenchendo duas pastas no Ministério: a de Minas e Energia, com Gabriel Passos e a de Viação e Obras Públicas com Virgílio Távora. É interessante notar que ambos eram antigos udenistas porém pouco identificados com a linha tradicional do partido, dos bacharéis ou da "Banda de Música": Gabriel Passos, Procurador Geral da República até 45, era um defensor das causas nacionalistas e Virgílio Távora um político do Nordeste conhecido por suas posições governistas, praticamente líder da não ostensiva corrente dos "chapas-brancas" no Congresso. A breve experiência parlamentarista, por sua vez, propiciava o entendimento da UDN com o PSD, juntos no Gabinete. "Deflagrada a crise de agosto" — afirmaria o presidente do partido Herbert Levy — "tivemos influência decisiva na sua superação ao estendermos a mão ao nosso adversário tradicional, o PSD, permitindo desse modo a constituição de uma base parlamentar suficientemente forte para que se constituísse o primeiro gabinete parlamentarista" (26/4/63, Arquivo UDN). A aproximação UDN-PSD contribuiria decisivamente para a queda do 1º Gabinete Tancredo Neves (junho 62) e pela impugnação do nome de San Tiago Dantas. No novo gabinete Brochado da Rocha, embora predominassem nomes apartidários, destaca-se o udenista Afonso Arinos, no Ministério das Relações Exteriores, por apenas dois meses. depois de contínua oposição de seu próprio partido à política externa independente. Aliás, registre-se que, assim como no governo Dutra, a participação ou não da UDN no Ministério chegou a ser objeto de votação no Congresso, contando-se 32 votos favoráveis na Câmara (contra 29) e apenas um no Senado; e é interessante observar que, assim como nos governos Dutra e Vargas, mais uma vez a UDN repudiaria a imagem de "aderir ao governo", situando a participação no Ministério como "a conciliação em apoio a todas as iniciativas em benefício do povo" (Pedro Aleixo, 11/7/62, Arquivo UDN).

Nas eleições de outubro de 1962 a UDN, em detrimento da ênfase nas lutas oposicionistas, prefere dar prioridade à preservação da *unidade partidária*. Essa posição se explica por dois ângulos, igualmente importantes: tratava-se de, pelo lado conservador, assegurar o espaço eleitoral disputado com o PSD, também na oposição a Goulart; e pelo lado popular, tratava-se de conquistar votos em aliança com o PTB, partido que registrava maiores possibilidades de expansão. Assim é que o Diretório Nacional decide aprovar todos os acordos para coligações eleitorais nos estados, inclusive com tradicionais adversários como o PTB e Adhemar de Barros. Dos 11 governos estaduais a UDN consegue três (Virgílio Távora, no Ceará; Petronio Portela, no Piauí e Seixas Dória, em Sergipe) e mais três decorrentes de alianças: Lacerda de Aguiar, no Espírito Santo (PTB-UDN); Ildo Meneghetti, no Rio Grande do Sul (PSD-UDN) e Lomanto Júnior, na Bahia (PTB-UDN). Em São Paulo, embora a UDN apresentasse candidato próprio, setores udenistas preferiram apoiar a candidatura de Adhemar de Barros que, segundo Carlos Lacerda, seria "o candidato ideal contra o janismo, o janguismo e o comunismo" (15/8/62, Arquivo UDN). A ação econômica do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para o favorecimento — com fundos de origens principalmente americanas — dos candidatos ostensivamente antijanguistas e "anticomunistas" da Ação Democrática Parlamentar chegaria a ser objeto de uma CPI (em junho de 1964, relatada pelo udenista Pedro Aleixo e presidida pelo pessedista Ulisses Guimarães). O financiamento da campanha — imprensa, televisão,

propaganda, transportes, etc. — seria confirmado, mais tarde, por vários beneficiários, assim como pelo embaixador americano Lincoln Gordon ("As Sombras do IBAD", in *Veja*, 16/3/77). O deputado udenista Ernani Sátiro, por exemplo, não apenas admite ter recebido fundos do IBAD para sua campanha, como justifica a utilização do poder econômico "em defesa da democracia, contra a ameaça comunista" (entrevista à autora, 6/1/77). Mas o efeito não seria tão eficiente quanto o esperado: o PTB duplicou sua bancada no Congresso (só na Guanabara a Aliança Trabalhista-Socialista consegue quase o dobro dos votos da UDN, apesar dos êxitos administrativos do governo Lacerda), a Frente Parlamentar Nacionalista saiu fortalecida e o debate sobre as reformas de base passou a polarizar a atuação do Congresso, associado à campanha pela volta do presidencialismo (Moniz Bandeira, 1978, p. 76).

Pouco depois das eleições de outubro, em nota oficial "aos brasileiros", a direção da UDN deixa claro sua posição contrária a todos os aspectos da política trabalhista de João Goulart. É contra "o reajuste dos salários que, mal planejado, suscita sérias distorções que exasperam as tensões sociais: trabalhadores de modesta qualificação da Marinha Mercante percebem remuneração mais alta do que professores universitários e categorias das patentes das Forças Armadas" (não haveria, aí, algo de semelhante com as reivindicações do "Memorial dos Coronéis" de 1953?); reitera as denúncias, já clássicas, de "corrupção administrativa com a conivência de personagens do governo"; condena a "ilegitimidade da ação das organizações sindicais, que são officiosamente convocadas para as greves políticas", e principalmente, aponta a "cizânia nas Forças Armadas, distraíndo-se de sua precípua função de garantidoras da ordem" (25/11/62, Arquivo UDN). As reformas de base são, em princípio, a provadas, porém fora "da área da demagogia e da mistificação" e "respeitadas as nossas tradições cristãs e democráticas" (25/11/62, Arquivo UDN). Como durante a fase final do segundo governo Vargas, a oposição udenista concentra seus ataques também na pessoa do presidente, que, assim como disseram de Getúlio, "despia-se das funções de primeiro magistrado para ingressar no comando ostensivo da agitação" (Castello Branco, 1975b, p. 37). E embora a defesa do regime parlamentarista constasse do programa udenista desde sua fundação, a UDN se divide quanto ao plebiscito (a 6/1/(3): fiéis ao parlamentarismo permaneceram líderes como Pedro Aleixo, Milton Campos e Adauto Lúcio Cardoso; favoráveis ao presidencialismo, Afonso Arinos, e os governadores Juraci Magalhães, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, estes claramente interessados em suas próprias candidaturas à sucessão presidencial. O resultado do plebiscito com a vitória do presidencialismo — por quase cinco vezes mais de votos — se, objetivamente, reforçou os poderes de Goulart, que assim via restaurada a legitimidade popular de seu mandato, contribuiu para exacerbar a luta oposicionista e envolver os altos chefes militares na conspiração para a derrubada do governo.

Para a história da UDN o governo Goulart representa, sobretudo a partir da restauração do presidencialismo, o ponto de ruptura: ruptura entre os "progressistas", agrupados na "Bossa-Nova", e os "ortodoxos", que acentuam sua aproximação com os militares da Cruzada Democrática e sua integração na Ação Democrática Parlamentar (presidida pelo udenista João Mendes). A "Bossa-Nova" contava com apoio da "corrente de governadores" próxima a João Goulart — defendiam o presidencialismo, a CGT, as reformas de base — constituída por Magalhães Pinto (MO), Seixas Dória (SE) e Petronio Portela (PI). Aproximava-se, assim, da ala progressista do PDC, da "ala moça" do PSD e do

PTB, participando das posições da Frente Parlamentar Nacionalista. A "banda de Música", por sua vez, seria frontalmente contrária aos pontos programáticos da FPN, "por contrariarem", segundo o deputado Oscar Dias Correa, "o próprio programa da UDN" (27/3/63, Arquivo UDN). E por ocasião da Declaração de Princípios da "Bossa-Nova", Aliomar Baleeiro manifestaria o total desacordo dos "bacharéis", em torno de quatro pontos: categórica repulsa à modificação do quorum de 2/3 para aprovação imediata de emendas à Constituição; categórica repulsa ao voto do analfabeto; profunda repulsa à política de Fidel Castro, arguindo o que seja "autodeterminação democrática"; e restrições ao Plano Trienal" (27/3/63, Arquivo UDN). O divisor de águas entre "Bossa-Nova" e a UDN tradicional era a discussão sobre as reformas de base, sobretudo a agrária.

Na Convenção Nacional de Curitiba o deputado José Aparecido apresenta o manifesto da "Bossa-Nova"², com declaração de voto dos convencionais favoráveis às reformas agrária, tributária, bancária e urbana; à política externa independente; à democratização do ensino; à consolidação de Brasília; ao monopólio estatal do Petróleo, à Eletrobrás e ao Plano Trienal do governo (24/4/63, Arquivo UDN). A "Bossa-Nova" defende a reforma agrária com emenda à Constituição,

2 Assinaram o manifesto da Bossa-Nova 23 deputados: Adahil Barreto, Adolfo de Oliveira, Arnaldo Nogueira, Celso Passos, Costa Lima, Djalma Marinho, Edilson Távora, Edson Garcia; Francelino Pereira, Gil Veloso, Heitor Cavalcanti, Horácio Bettonico, José Aparecido, José Carlos Guerra, José Meira, José Sarney, Oscar Cardoso, Pedro Braga, Simão da Cunha, Tourinho Dantas, Vital do Rego, Wilson Falcão e Wilson Martins. (Arquivo UDN). "Chapas-brancas" notórios como Virgílio Távora (Ce), Leandro Maciel (Se), José Candido Ferraz (Pi) ou Antonio Carlos Magalhães (Ba), eventualmente apoiavam propostas da "Bossa-Nova", mas não efetivaram o ingresso no grupo.

aceitando, inclusive, a tese do PTB a favor "do arrendamento compulsório". "Estamos com a reforma constitucional. Não haverá reforma agrária séria e autêntica sem a reforma da Constituição" (Arquivo UDN), enquanto que para os conservadores e lacerdistas "a Constituição é intocável". Esta posição prevalece na Convenção, provando, nas palavras de Afonso Arinos, "o caudilhismo reacionário do partido" (1965, p. 8 I). A Convenção de Curitiba marcaria, também, a rivalidade entre o grupo de Magalhães Pinto e o grupo de Lacerda; acima de tudo a Convenção acusaria *o ponto de não retorno* na aliança dos udenistas ortodoxos com os militares. No encerramento da Convenção Bilac Pinto, presidente do partido, conclama as Forças Armadas para "interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo à família brasileira a tranquilidade", reiterando os ataques contra o governo "infiltrado de comunistas" (28/4/63, Arquivo UDN).

E independentemente da posição ideológica de alguns de seus mais ilustres líderes, caberia à UDN o papel ostensivo na divulgação das teses de "guerra revolucionária" (inspiradas pela íntima associação com a Escola Superior de Guerra) que se constituíram no arcabouço ideológico para a congregação de todas as forças de centro e de direita (empresários, políticos, militares, imprensa, famílias, Igreja) contra a "ameaça comunista".

O perigo de o Brasil "se converter em outro bastião comunista, como Cuba" segundo alerta de Júlio de Mesquita, seria a razão principal apresentada para solicitar a intervenção dos Estados Unidos, para impedir a "ditadura esquerdista" no Brasil (Moniz Bandeira, p. 143). Em junho de 1963, como presidente da UDN e líder da oposição na Câmara, Bilac Pinto alertava para os três pontos principais da crise brasileira: a crise de autoridade, a crise de moralidade e a crise administrativa. Aí estava, bem de acordo com as denúncias udenistas, o embrião da tese da "guerra revolucionária" que Bilac Pinto sustentaria em vários pronunciamentos em janeiro e fevereiro de 1964³, e que seriam decisivos para consolidar a frente de militares e civis, vitoriosa na deposição de João Goulart, que deixa o país a 2 de abril de 1964.

Lembra Luis Arrobas Martins, da UDN paulista, que "quem realmente fez o movimento contra Jango foi a UDN. A UDN e o "para-udenismo", porque muita gente não era udenista no sentido partidário, de ser filiado ao partido, de votar no partido, mas tinha uma *mentalidade udenista*. Que talvez fosse em número bem maior do que o dos próprios udenistas" (entrevista à autora, 7/7/1977).

A intensa emergência popular no governo Goulart não poderia se dar sem perturbar, de maneira profunda, a aliança das classes domi-

3 O Comando Supremo da Revolução incluiria as denúncias de Bilac Pinto entre seus documentos básicos. *Boletim Bibliográfico*, Câmara dos Deputados, 16(1), 1967.

nantes. Nesse sentido a ruptura de 1964 se insere na lógica da ação e reação: a profundidade do "golpe da ordem" será reflexo da profundidade das mudanças em curso — tantos temas simultâneos, e tão fortes! — e, principalmente, da profundidade dos interesses que elas contrariavam. Vale lembrar que a conjuntura pré-64 deixava claro o caráter ambivalente do populismo — ao mesmo tempo concede e limita — que começaria a ser superado pela dinâmica autônoma das reivindicações a todos os níveis, a exigir uma reformulação total, em detrimento de sua específica função manipuladora. Como afirma Regis Andrade, "o mosaico de conflitos sociais no início dos anos 60 revelou mais claramente o caráter populista do regime Goulart do que a liderança unificadora da classe trabalhadora. Mais uma vez, a dimensão política do movimento popular foi removida com sucesso da esfera de antagonismo de classe e absorvida pelo Estado. Desta vez, o custo para o bloco populista foi muito alto, pois as massas requeriam não a satisfação de vagas aspirações, mas compromisso do governo com um vasto programa de reformas. Este, no entanto, não podia se apresentar como a organização suprema dos trabalhadores brasileiros sem ser forçado, pela esquerda, a atender suas reivindicações e sem se desprender imediatamente da tênue legitimidade que ainda proclamava ter com as classes dominantes. Envolvido nesta contradição insuperável — ser comprometido com um programa que levaria inevitavelmente à confrontação de classe, ou ter de prosseguir na representação da Nação unificada o governo nem liderou os trabalhadores, nem apaziguou a direita"⁴

O intenso período de emergência popular no governo Goulart lembra, também, como um momento pode ser muitas vezes rico no plano da História, porém pobre no plano da ação política efetiva (malgrado a efervescência das "ações concretas") devido, sobretudo, à *extrema fragilidade das opções no plano institucional*.

3. 1964: A UDN NO PODER?

"Louvando mais uma vez o patriotismo, a bravura e a desambição pessoal das Forças Armadas, (a UDN) coloca-se inteiramente ao lado delas para todas as medidas necessárias à salvaguarda da democracia, com o fito de evitar que os esforços tão arduamente despendidos sejam desviados para finalidades estranhas aos propósitos que animaram o grande movimento de recuperação nacional".

Nota Oficial da UDN, a 3 de abril de 1964

4 Regis de Castro Andrade "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 7, 1979, pp. 41-86.

Como se falasse em nome da Nação, considerava-se a UDN "vitoriosa ao reagir contra o sistema de forças desagregadoras que dominavam e que levariam, em curto prazo, a uma ditadura comunista" (3/4/64. Arquivo UDN). De profecia tão alerta é certeza tão funda, os males exorcizados conferiam, à UDN, um papel especial na imagem pública e na aliança político-militar. Compartilhando a euforia da "contra-revolução democrática", em analogia obrigatória com o momento de 1945. ressurgia a UDN como "o partido de nova redemocratização". Nesse sentido, o editorial do *O Estado de S. Paulo* saudava a vitória como "esmagamento completo, e desta vez, definitivo, do Estado Novo"... "A marcha convergente das tropas de São Paulo e Minas (foi) contra os desmandos do homem de São Borja" (*O ESP*, 2/4/64). A obrigação da "eterna vigilância" se transformava, para os udenistas que acreditavam na perspectiva do poder concreto, "na grande, talvez a derradeira oportunidade que temos de levar a Nação ao seu destino de grandeza, sob a égide das instituições democráticas" (Arquivos UDN). Atente-se para a sutileza deste "talvez", assim como para a advertência dos possíveis "desvios" explicitados na nota oficial do partido: não estaria aí uma indicação de que parte da UDN já suspeitava da imponderabilidade da enfim atingida "conquista do poder"? A questão sugere, mais uma vez, a divisão dentro da própria UDN sobre princípios e prática política ou, em outros termos, a distinção — acentuada à medida que se consolida o novo regime — entre os "liberais históricos" e os "realistas". Menos de dois anos após a vitória. a UDN seria extinta, juntamente com os demais partidos, "como exigência do processo revolucionário", pelo Ato Institucional nº 2. Renasceria, na ARENA, com sua identidade diluída nos inevitáveis compromissos inter-partidários (sobretudo com seu cordial adversário, o PSD) e, acima de tudo, sob a inequívoca hegemonia de poder militar.

Tantas são as análises sobre o movimento de 64, tantos os depoimentos e versões, que uma advertência, já precisa na introdução deste trabalho, aqui se impõe com maior ênfase trata-se de um estudo sobre a UDN, centrado. nesta primeira parte, na *história do partido*, das lutas contra o Estado Novo até a extinção em 1965. Na segunda parte, a discussão abrangerá aspectos da organização do partido e os temas considerados mais relevantes para situar sua identidade política — o moralismo. o elitismo, o liberalismo e o

golpismo — e sua especificidade em termos de interesses e clientelas. Isto posto, não está em pauta a discussão sobre a "natureza do movimento de 64", mas sim o papel desempenhado pela UDN no momento em que o partido, enfim, se preparava para realizar o programa defendido ao longo de 19 anos de lutas oposicionistas. Se é importante destacar o gradual afastamento entre os "históricos" e os "realistas" a continuação da UDN na ARENA e o destino de seus membros envolvem questões que extrapolam o limite cronológico imposto a este trabalho; serão apenas, brevemente sugeridas. Importa situar, no efêmero período "liberal" do governo Castello Branco, a supremacia da UDN e a sequência das dissidências.

As articulações político-militares que precederam o golpe de 64 são um piamente conhecidas. Lembre-se resumidamente, o efeito aglutinador das crises causadas pela recusa do Congresso (oposição e situação) em aprovar o estado de sitio solicitado pelo presidente e a rebelião dos sargentos em setembro de 1963; as conspirações de empresários com políticos e militares (ação do IPES e do IBAD), sobretudo em São Paulo (grupo vinculado aos udenistas Herbert Levy e Abreu Sodré, e ao jornal *O Estado de S. Paulo*). Esse envolvimento de udenistas com chefes militares era intenso já desde 1962, na chamada "Conspiração Legalista", conforme lembra Daniel Krieger em suas memórias. Aliomar Baleeiro confirmaria, também, as reuniões com chefes militares desde 1961 (desconfiava-se de Jânio Quadros), sobretudo entre Otávio Mangabeira e os generais Ademar de Queiróz e Castello Branco.⁵ A partir de 1963 os contatos se intensificariam, com a participação mais ativa do Almirante Heck e dos Generais Castello Branco, Olimpio Mourão, Ademar de Queiróz, Odilo Denys, Cordeiro de Farias e Costa e Silva, com os líderes udenistas Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Aducto Lúcio Cardoso, Daniel Krieger, Paulo Sarasate e Magalhães Pinto.

Nos primeiros meses de 64 a radicalização, dos dois lados, cresce vertiginosamente, situando-se a UDN no primeiro plano da ofensiva partidária, através dos reiterados discursos de Bilac Pinto sobre a "guerra psicológica adversa" e "o movimento de esquerda, manipulado pelo presidente da República que estaria armando os sindicatos do interior e da orla marítima". Os acontecimentos se precipitam: o comício de 13 de março, quando Goulart anuncia as reformas (sobretudo desapropriação de terras e encampação de refinarias particulares); a rebelião dos marinheiros; as "Marchas da Família com Deus pela liberdade"; a festa dos Sargentos no Automóvel Club, etc. Considerem-se dois fatores como especialmente relevantes para o desfecho da ação armada vitoriosa a 31 de março: a evidência concreta da *quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas*, com a complacência do governo; a *profunda ameaça aos interesses econômicos das classes dominantes*, com a promessa das reformas e a efervescência crescente dos movimentos sindicais. Destaque-se, também, a intensa participação norte-americana, tanto na parte financeira, quanto na parte de asses-

⁵ Publicado no *Jornal da Tarde* de 4/3/1978, a partir de carta de Aliomar Baleeiro a Luis Viana Filho.

soramento militar e político, para o sucesso do que o embaixador americano denominava a "rebelião democrática", conforme a divulgação dos documentos de Austin vieram comprovar (M. Sá Corrêa, 1977).

Em sua primeira nota oficial logo após a queda de Goulart, a UDN se congratula com as Forças Armadas pela "vitória contra a ameaça da ditadura comunista e contra a subversão dos ideais cristãos", propondo-se a continuar "na luta contra a inflação e o câncer da corrupção e do empreguismo" (3/4/64, Arquivo UDN). Na ação das Forças Armadas a UDN apontava a realização de seu próprio programa, enraizado nas antigas teses anticomunistas e moralistas. Nesse sentido, a UDN apoiaria todas as "medidas revolucionárias" formalizadas pelo Ato Institucional, de autoria dos juristas Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva, aparentemente tão distantes da ordem jurídica sempre defendida pelos bacharéis udenistas⁶ e efetivadas pelo presidente Castelo Branco, eleito pelo Congresso a 11 de abril, tais como: intervenção nos sindicatos, dissolução de organizações populares como a CUT, a UNE e as Ligas Camponesas; cassações e suspensões de direitos políticos; prisões e instalação de inúmeros IPMs, etc. Aliás, aos udenistas "mais revolucionários" repugnariam as hesitações do presidente quanto à cirurgia das cassações; para Herbert Levy, por exemplo, não seria admissível que "o sentido generoso da Revolução deite a perdê-la em seus objetivos essenciais" (Castello Branco, 1977 p. 6) A UDN apoiaria, também, a intervenção federal em Goiás, aprovada no Congresso por 192 votos (UDN-PL-PRPRP) contra 140 votos da coligação PTB-PSD-PST-PSB (L.Viana Filho, 1975, p. 192) E pela primeira vez em sua história partidária a UDN, através de seu presidente Bilac Pinto, exigiu *questão fechada* na Comissão de Economia da Câmara, em favor do projeto do governo para alterar a Lei de Remessa de Lucros, antiga questão do partido, fiel à defesa do livre investimento estrangeiro. E a "Lei das Inelegibilidades", aprovada pelo Congresso em junho de 1965, como um "instrumento contra subversivos e corruptos", atendia tanto aos interesses radicais dos militares, quanto aos interesses eleitorais da UDN. Apesar dos protestos de Milton Campos, (que mais tarde deixaria o Ministério da Justiça sendo substituído por Juraci Magalhães), a maioria da UDN aprovou o "estatuto dos cassados" e a ampliação da Justiça Militar para julgamento de civis (C. Branco, 1977, p. 241).

É importante lembrar que já em 1962 o jornalista Júlio Mesquita Filho, de *O Estado de S. Paulo*, dirigia carta aos chefes militares da

6 o udenista Aliomar Baleeiro, por sinal, se manifestaria decepcionado com o Ato, pela "infeliz exposição de motivos na mais pura tradição do Estado Novo", e pela doutrina de que a Revolução legitima o Congresso: "Meu mandato não é legitimado pelo Comando Revolucionário. É pelo povo". *O ESP*, 11/4/64.

conspiração anti-Goulart, no sentido de propor o "Roteiro da Revolução"⁷. As medidas sugeridas apoiavam-se em três pontos essenciais: 1) o recurso ao expurgo e à repressão, para a tarefa básica do "saneamento político e mora" ("limpeza radical dos quadros da Justiça", "derrubada total dos Tribunais", estado de sitio com suspensão das imunidades parlamentares e posterior dissolução do Congresso); 2) reformulação da política externa,

com adesão ao "bloco ocidental democrático", sobretudo à política dos Estados Unidos e aliança com o Mercado Comum Europeu; e 3) prioridade ao sistema da economia privada, reforçando-se o combate ao comunismo pelo corte ao avanço da ingerência do Estado (rever o papel das autarquias, etc.). Com exceção desse último ponto — pois o modelo econômico revolucionário, como é sabido, procurou conjugar a iniciativa privada com a estatização e as multinacionais — o programa do jornal udenista (dizia-se ser o "alter-ego da UDN paulista") foi, em grande parte, cumprido com eficiência. O que corresponde, de certa forma, à análise de Celso Furtado sobre a natureza do "golpe de abril de 1964": "uma aliança dos grupos oligárquicos com as classes médias urbanas e as Forças Armadas, sob a proteção e a assistência técnica dos agentes imperialistas. O compromisso foi feito em nome de uma concepção liberal, na essência, porém autoritária na forma. As medidas contra a "estatização" significavam voltar à política monetarista de controle da inflação, restabelecer um "clima atraente" para o investimento estrangeiro e impor uma disciplina rígida à classe assalariada (Furtado, 1967).

Na Convenção Nacional Extraordinária (novembro de 1964, em São Paulo), a UDN reafirma os motivos pela oposição ao governo Goulart que teria negligenciado o processo de "guerra revolucionária" e a ação dos "grupos dos 11", liderados por Leonel Brizola; facilitado a ampla infiltração comunista em todos os escalões do governo ⁸; estimulado e prestigiado a infiltração comunista na Petrobrás; permitido a criação de órgãos sindicais ilegais; como a CGT e o PUA, controlados por comunistas; promovido a convulsão social no campo e concorrido para solapar a disciplina no seio das Forças Armadas" (8/11/64, Arquivo UDN). Acima de tudo, a UDN lembraria seu pa-

7 Publicado no *O ESP*, sob o título "Roteiro da Revolução" e republicado no livro, do mesmo Autor, *Política e Cultura*, 1969.

8 Contra a insistência da UDN e dos militares sobre a "ampla infiltração comunista" no governo Goulart, depõe, recente, o ex-ministro Celso Furtado: "Que instituições importantes Jango entregou a pessoas de esquerda? A Petrobrás? O Banco do Nordeste? O DNOCS? O DNER? O Banco do Brasil ou qualquer outro órgão que manipula dinheiro? O poder são essas instituições (...) Nunca conheci nenhuma instituição importante no Brasil que não fosse dominada por grupos mais ou menos conservadores". In *O estado de S. Paulo*, 20/1/1980.

pel de "ariete da Revolução": "Não será difícil" — discursa Bilac Pinto, presidindo a Convenção — "demonstrar aos nossos companheiros civis e militares que a união das forças revolucionárias deverá ser feita com base na UDN, pela identificação que existe entre espírito e verdade, no nosso partido, com o movimento de 31 de março. Outro não é o motivo porque o presidente Castello Branco afirma reiteradamente que a UDN é o esteio de seu governo" (*O ESP*, 10/11/64).

Oficialmente, em termos de densidade partidária, a UDN estava presente em vários postos do governo Castello Branco (que se declarava um "udenista roxo", admirador de Lacerda e de Adauto Lúcio Cardoso), como a presidência do Senado, com Daniel Krieger e a presidência da Câmara (pela primeira vez na história do partido) com Bilac Pinto. Milton

Campos é o primeiro Ministro da Justiça (pediria demissão para não ter que assinar o Ato 2, da extinção dos partidos), Raimundo de Brito da Saúde e Sandra Cavalcanti preside o Banco Nacional de Habitação. No Congresso a atuação da UDN manifesta-se compacta no "Bloco de Ação Parlamentar," ou "Bloco Parlamentar da Revolução", que reunia todos os udenistas, parte do PSD ⁹ e mesmo alguns petebistas, de origem "fisiológica", então apelidados de "bigorrilhos". O governo Castello Branco consubstanciaria, então, a fase áurea da UDN, enfim, no poder?

Não penduraria, no entanto, a unanimidade udenista na euforia da vitória. Em breve Carlos Lacerda faria oposição a Castello Branco, numa linha tão feroz ao ponto do rompimento. A Convenção Nacional da UDN é marcada para novembro justamente para reforçar a liderança lacerdista (contra as pretensões de Magalhães Pinto) já lançado candidato à sucessão presidencial. Carlos Lacerda opunha-se às iniciativas do presidente Castello Branco quanto à antecipação da Constituinte Nacional, e, sobretudo, quanto a prorrogação do mandato. Esta prorrogação se daria através de uma emenda, dos senadores udenistas João Agripino e Afonso Arinos, vista por Lacerda como "um instrumento contra sua vitória certa nas eleições de 65". A verdade é que Lacerda se aproximara da "linha dura", anti-Castello, e passara a contar com a oposição dos setores mais liberais dentro da própria UDN, como Afonso Arinos, João Agripino, Milton Campos e Daniel Krieger, para quem Lacerda, se eleito, "seria um ditador" (cit. por Viana Filho, 1975, p. 103). Em dezembro de 1964, por exemplo, Lacerda chega a pedir o expurgo do Supremo Tribunal Federal e a

9 Castello Branco foi eleito por unanimidade pela UDN. Absteram-se dois membros do PSD (Tancredo Neves e Oliveira Brito) e grande parte do PTB. O líder da UDN no Senado, João Agripino, renunciou ao cargo em protesto pela eleição do pessedista José Maria Alkimin para a vice-presidência; e Aliomar Baleeiro votou em Antônio Sanchez Galdeano para lembrar o "caso do uísque a meio dólar".

continuação do Ato primeiro, "contra o legalismo de Castello Branco" (Carlos Castello Branco, 1977, p. 169). Entretanto, a unidade partidária passa a representar, acima de tudo, a coesão em torno de um *candidato forte* — e Lacerda era, certamente, do ponto de vista nacional, praticamente imbatível. Com sua ascensão, perderiam dois grupos dentro do partido: o dos liberais históricos e o dos "realistas" (Juraci, Magalhães Pinto, egressos da Bossa Nova, etc.). Mas, para a estratégia revolucionária, não interessava uma liderança civil forte, e muito menos contestatória. A nova aliança político-militar não se daria mais com Lacerda mas com os "realistas". Apesar de tudo, predominando ainda a tese da "unidade", Lacerda é eleito candidato do partido por 309 votos (contra apenas 9 em branco), e saudado por Herbert Levy como o udenista "que melhor cumpriu o princípio de que o preço da liberdade é a eterna vigilância" e por Bilac Pinto como "líder revolucionário e porta-voz do homem da rua" (*O ESP*, 10/11/64). A linha lacerdista da UDN seria reforçada na Convenção seguinte (abril, em Niterói), com a eleição de Ernani Sátiro, que derrota Aliomar Baleeiro, para a presidência do partido. O progressivo afastamento de Carlos Lacerda da política castellista, a consequente suspensão de seus direitos políticos, e

as articulações para a "Frente Ampla", contribuiriam, no entanto, para afastá-lo definitivamente da UDN¹⁰.

4. O ATO 2: RUPTURA E CONTINUIDADE

"O que resta do país? O povo inerte, os partidos extintos, o Parlamento decaído!"

José de Alencar, 1868*

A vitória da oposição nas eleições de outubro de 1965 na Guanabara (Negrão de Lima) e em Minas Gerais (Israel Pinheiro) precipitaram o "endurecimento" do regime, com a edição do Ato Institucional nº 2, a 27 de outubro de 1965. Nessa ocasião a sucessão presidencial já excluía qualquer possibilidade de candidatos civis: Juscelino Kubitschek fora cassado em junho; Adhemar de Barros e Magalhães Pinto estavam rompidos com Castello Branco e Carlos Lacerda, em franca

10 Sobre o relacionamento de Lacerda com Castello Branco ver Isabel Picaluga, 1980, p. 96 e seg. Em seu *Depoimento*, diria Carlos Lacerda: "Quero dizer — e com isso não estou renegando os excelentes companheiros que tive lá, nem renegando a própria UDN como partido — mas sempre me senti como uma excrescência na UDN", 1978, p. 110.

* Essas palavras de José de Alencar, escritas pouco antes de ser Ministro da Justiça (1868), estão transcritas no *Manifesto Republicano*, de 1870.

oposição ao governo, já renunciara à sua candidatura. O Ato 2, além de extinguir todos os partidos, estabelece eleição indireta para a presidência da República, autoriza a cassação dos mandatos de parlamentares e suspensão de direitos políticos (de corruptos, subversivos e "incompatíveis com a Revolução"); possibilita a intervenção federal nos estados e facilita a decretação do estado de sítio¹¹. Fruto da inspiração jurídica de Nehemias Gueiros (fundador da UDN, em 1945), o Ato 2 — apesar da evidência suicida para o partido — correspondia às propostas dos "realistas" da UDN, como Juraci Magalhães (Ministro da Justiça) e Magalhães Pinto, para quem a extinção dos partidos era inerente ao processo revolucionário, assim como, no outro extremo, daqueles radicais, de linha lacerdista, que sempre pregaram o "estado de exceção". Juraci Magalhães passa a ser, também, o principal udenista a defender o bipartidarismo, institucionalizado, afinal, pelo Ato Complementar nº 4. Com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da Revolução, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDU), da oposição¹² a cena político-partidária, obviamente esvaziada de qualquer significado de "poder" mais efetivo, volta a apresentar o encontro da UDN com o PSD no partido do governo. Lembre-se, no entanto, que em 14 anos de bipartidarismo a presidência da ARENA foi ocupada por seis udenistas, contra dois não-udenistas. Após o Ato 2, em sinal de protesto, Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso e

Milton Campos recusam cadeiras no Supremo Tribunal Federal, aceitas, no entanto, por Aliomar Baleeiro, Prado Kelly e Oswaldo Trigueiro. Mas, apesar dos "protestos, ainda uma vez o antigetulismo ressurgiria mais forte que a extinção do partido, afinal criado e mantido no ódio ao ex-ditador. "A UDN", diria um membro da cúpula udenista, "fez como Sansão: sacudiu as colunas do templo, soterrando-se também sob os escombros. Mas o que Vargas fez contra nós está destruído" (apud Castello Branco, 1977, p. 367).

A discussão das crises desencadeadas pela polêmica da sucessão do General Castello Branco implicaria em complexa incursão pelos meandros da luta pelo poder entre os grupos militares, o que escapa aos propósitos deste estudo, limitado ao ato da extinção dos partidos.

Mas é interessante lembrar que Castello Branco, reforçando suas ten-

11 Sobre a nova ordem legal ver Lúcia Klein e Marcos Figueiredo: *Legitimidade e Coação no Brasil pós 64*, Rio, Forense, 1978.

12. Segundo Mauro Salles foi a "inspiração udenista que impediu o uso da palavra "partido" nas organizações que a Revolução estava criando — era o único, dos grandes partidos de após-guerra a não usar o nome partido e não era de se esperar que inspirasse algo melhor. A UDN, mesmo morrendo como os demais partidos de então, comportava-se como a herdeira da Revolução". "Os Novos Partidos", in *Folha de São Paulo*, 27/8/78.

dências udenistas, teria proposto o nome de quatro políticos da extinta UDN para sua sucessão: Bilac Pinto, Daniel Kriegger, João Agripino e Juraci Magalhães. Lembre-se também que muitos udenistas permaneceram — apesar do crescente alijamento dos civis dos processos decisórios e a radical substituição de políticos por tecnocratas — fiéis ao regime militar, em cargos no governo ou nos governos estaduais, contribuindo para a divulgação da frase, atribuída ao pessedista Tancredo Neves, de que "o regime instalado após 64 era o Estado Novo da UDN".¹³ Sobre esta identificação, vale a pena lembrar o depoimento de dois liberais históricos, típicos da "fase de autocrítica". Para Afonso Arinos "é injusto dizer que a Revolução de 64 foi um golpe udenista contra o PTB. A UDN teve uma participação muito pequena na Revolução de 64. Os maiores líderes da UDN, os mais importantes estavam fora da Revolução. Já pensou nisso? Eu estava fora da Revolução, embora a par dela. Estava alheio ao movimento e tinha muito receio com relação a muitas coisas que acabaram acontecendo" (*O ESP*, 19/3/1978). Dario de Almeida Magalhães será ainda mais explícito: "Já se disse, com perfídia em parte justificável, que o regime instaurado a partir de 1964 é o Estado Novo da UDN. Mas os remanescentes do partido do Brigadeiro, que ai estão, flutuando como cortiça na crista das ondas, sem deter efetivamente o poder, pertencem, na sua quase totalidade, a outra geração, menos idealista e brilhante. São apenas realistas, para usar um eufemismo benigno" (*O ESP*, 30/7/78).

Esse é o ponto importante foi exatamente a UDN histórica, a "brigadeirista", assim como a UDN da "Banda, de Música", que se afastaria, gradualmente, do sistema militar. Diz o jornalista Carlos Castello Branco que "a Banda de Música foi um coro de bacharéis que atuou anos seguidos como a Cassandra de um caos político, social e econômico, cujo espantinho está na base do regime instalado no país pelo movimento vitorioso em março de

1964. Essa a sua obra final, esse o seu canto de cisne. Atingida a meta o grupo dissolveu-se. A Constituição de 1967¹⁴ foi contrária a tudo o que a Banda de Música

13 Contestando a frase, lembra o udenista Oswaldo Trigueiro: "Sob o aspecto político, a pedra de toque de qualquer governo é o Ministério da Justiça. Ora, nenhum dos Ministros de Justiça do período revolucionário pode ser tido como representativo da ideologia do Estado Novo. Deles, apenas dois eram oriundos da UDN — Milton Campos e Juraci Magalhães. Os demais, Carlos Medeiros Silva, Gama e Silva, Alfredo Buzaid e Armando Falcão, jamais tiveram ligações ou compromissos com a UDN". Entre. vista à autora, 9/9/76.

14 Ex-integrante da "Banda de Música", escreve Oscar Dias Corrêa sobre a Constituição de 1967: "a de 1946, liberal, predomínio do poder civil, reação contra todas as restrições aos direitos democráticos, homenageia Rui, que foi e é o símbolo desses ideais; a de 1967, autoritária, representando, inegavelmente (e por mais que se queira dizer o contrário), o predomínio do poder militar, impregnada da filosofia que os militares imprimiram à Revolução de 1964, e a que se submeteu, parece que gostosamente, a maioria das forças civis, homenageia Caxias, que foi e é o símbolo do poder militar, predominantemente", Corrêa, O. 1969.

preconizou, desde os tempos das retretas clandestinas dos tempos de ditadura" (1977, p. 644). Dos liberais históricos nenhum permaneceria longo tempo no poder (nenhum além do Ato 5): Milton Campos, que enquanto esteve no Senado alertava, insistentemente, "que a Revolução precisava corrigir seus erros a fim de não desvirtuar e perder o sentido democrático"; Adauto Lúcio Cardoso, que renunciou à presidência da Câmara (nov. de 66) por se opor à extinção dos mandatos dos parlamentares cassados; Afonso Arinos, que abandonou a carreira parlamentar; Pedro Aleixo, que passou a articular um novo partido, o Partido Democrático Republicano; Aliomar Baleeiro, que apesar de ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, dirigiu, até a morte, violentos ataques contra "o monstro" do Ato 5, entre outros. Lembre-se, também, a tentativa de Rafael de Almeida Magalhães de formar, com o grupo lacerdista, o Partido da Reformulação Democrática, PAREDE, e que ingressaria, mais tarde, no MDB. Permaneceram vinculados ao esquema militar os infatigáveis "chapas brancas" (Virgílio Távora, João Cleofas, Antonio Carlos Magalhães), os "realistas" (Juraci Magalhães, Magalhães Pinto), parte da "Bossa-Nova" (José Sarney, Petronio Portella) e, finalmente, aqueles que sempre defenderam as posições mais "direitistas" no partido, quer pelo lado dos interesses econômicos, como Herbert Levy (o parlamentar udenista que mais se opôs à política econômica do General Castello Branco), quer pelo lado do autoritarismo militar, como Ernani Sátiro, José Bonifácio e Dinarte Mariz, defensores notórios do A.I. 5¹⁵. Em 1966, 1970 e 1974, metade dos governadores "indiretos" eram de origem udenista; em 1978, dos 22 governadores nomeados 13 eram antigos udenistas ou vinculados à herança do partido, assim como a metade dos vice-governadores e dos "senadores biônicos". E em 1979, ano da distensão do regime, os

principais articuladores da área política eram egressos da "Bossa-Nova": Petrônio Portella e José Sarney, pela situação e Magalhães Pinto e José Aparecido, pela oposição.

Aos liberais históricos — libertos do fantasma getulista, porém órfãos da Revolução — restariam duas opções: a de autocrítica e a de

15 A crítica de jornalistas políticos aos "desvios udenistas" é radical. Diz Carlos Chagas: "muitos herdeiros diretos dos princípios democráticos do extinto partido não hesitam em beber, todos os dias, a poção maléfica que transforma o médico em monstro — e isso em troca de postos ou por conta da bajulação". "UDN e Anti-UDN", in *Última Hora*, 2/2/1976. Para Vilas-Boas Correa, "a ARENA é a filha da UDN que caiu na zona. Na UDN houve uma terrível desmoralização dos liberais, que a Revolução foi trucidando, espremendo e esfarinhando". Entrevista ao *Pasquim*.

uma atuação política nos conhecidos moldes saudosistas. No primeiro caso trata-se de "ir ao confessionário" (no dizer de Afonso Arinos) e reconhecer, na equivocada visão social do partido, elitista e superada, as raízes da derrota popular, assim como no apelo constante à intervenção militar, a responsabilidade pela implantação do regime autoritário. No segundo caso, trata-se da antiga sedução da "volta ao passado", na defesa da tese da "retomada dos autênticos ideais de 64", reforçando-se as acusações à "revolução traída" como mais uma malograda experiência da "UDN da eterna vigilância". Já em 1945 os liberais udenistas — os novos agitadores do lenço branco de Teófilo Ottoni — reclamavam-se os autênticos herdeiros da Campanha Civilista e da Reação Republicana. Pregavam os ideais dos tenentes e os "verdadeiros objetivos" da Revolução de 30 ("traída" por Getúlio), assim como a inspiração liberal-democrática da Carta de 1934. Sentindo-se novamente "traídos" com os rumos do regime pós 64, ainda uma vez o ponto de referência básico será a volta ao passado. Diante de Getúlio e do Estado Novo em 1945, assim como diante da ditadura militar pós Ato 5, os liberais udenistas — em parte responsáveis pelo 29 de outubro e pelo 31 de março — reagiram como se fosse possível voltar a 1930, voltar a 1964, e ... tudo recomençar, num processo de *restauração política e moral*. As características do liberalismo da UDN começam a ser vislumbradas em seus traços ambíguos: é progressista, enquanto inimiga da ditadura do Estado Novo e do A.I. 5; é reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico, sem uma proposta real e concreta para o futuro. Em outros termos, a UDN se revela *progressista no que se opõe e reacionária no que propõe*. Essa ambiguidade explica, em parte, o afastamento dos "grandes nomes udenistas" e a permanência dos "pragmáticos". Em 1964 houve uma superposição conjuntural dos liberais históricos (os bacharéis) e dos realistas num só estilo. Mas este, híbrido, não perdurou. Na realidade, a autocrítica dos liberais históricos teria esquecido o elemento fundamental, na raiz de sua própria doutrina: *a crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia* (como a "ditadura pedagógica", de que fala Franz Neuman). Esta crença foi, certamente, a chave necessária para que os liberais legitimassem o movimento de 64. Mas o arbítrio não se revelou "transitório" e nem a UDN pode participar, efetivamente, do processo decisório.

O afastamento gradual de parte da UDN dos destinos da Revolução — tanto pelo lado dos liberais históricos, quanto pelo lado dos radicais lacerdistas — sugere, também, uma dupla indagação. A oposição (todavia tímida) ao sistema militar instalado pós 64 seria fruto de uma *reação liberal* (do liberalismo tradicional, que prega a democracia representativa e a divisão de poderes) ou de uma *reação de frustração*, pelo fato de ter feito a revolução e não ter conquistado o poder? As duas hipóteses são plausíveis e indicam, ainda uma vez, a ambivalência do partido. Resta saber, também, se os ideais liberais dos "históricos" correspondiam, em 64, às posturas consideradas eticamente mais desejáveis: o liberalismo tradicional de um Milton Campos, de um Afonso Arinos, não estaria deslocado num período revolucionário, onde as próprias reformas defendidas pela UDN teriam que passar, necessariamente, pelos órgãos do Estado, obviamente identificados com o poder militar? Se naquela época já era possível prever, não era obrigatoriamente certo que a máquina estatal se voltaria contra alguns dos interesses da sociedade civil, representados pelos udenistas. Nesse sentido, a radical oposição de alguns udenistas às políticas econômicas e financeira do governo Castello Branco (sobretudo tributária, cambial e de crédito) se insere numa lógica conhecida, da tradicional aversão udenista pela intervenção estatal na economia.

Francisco Weffort sugere que, para os liberais autênticos, 1964 teria sido uma nova "jornada de tolos":

"Para muitos dos liberais que, antes de 1964, pediam um golpe de Estado para "arrumar a casa", o movimento que pôs abaixo o populismo acabou sendo *uma journée des dupes*. Sabe-se, hoje, depois de 15 anos, que este foi o período de maior autoritarismo estatal de que tem notícia a história republicana (...) É de se supor que muitos tenham aprendido que os caminhos da igualdade parecem depender muito mais da organização autônoma da sociedade civil e da construção da democracia do que de qualquer processo de centralização ulterior do poder do Estado" (1981, p. 149)

Questões sobre o liberalismo e a política econômica da UDN serão discutidas na segunda parte deste estudo.

5. A UDN E OS MILITARES

"As Forças Armadas da República professam, sinceramente, o amor e o culto da legalidade (...) *Não há um só caso na história do país em que os militares do Brasil houvessem tomado o poder para explorar o poder*. Portanto, Forças Armadas como estas merecem a absoluta confiança dos seus compatriotas."

Otávio Mangabeira *.

Vitoriosas em 1964, as Forças Armadas, unidas, não apenas tomaram o poder, como o monopolizam há vários anos, contrariando a imagem idealizada pelo velho líder udenista. A orientação militarista da UDN sugere uma reflexão sobre a ascensão dos militares ao poder,

* Otávio Mangabeira, 1956, p. 30.

e sua pronta aceitação pelas elites políticas do país, a começar pelos próprios liberais udenistas. O papel decisivo da UDN em 64 revela-se coerente com a história do partido, em seus quase vinte anos de recurso à intervenção militar. Além disso, a constante defesa da união das *Forças Armadas* significava, segundo Otávio Mangabeira, creditá-la como "condição de nossa sobrevivência, como democracia que aspira à ordem, à justiça, à estabilidade, dentro das normas rigorosas da moralidade" (apud Y. Oliveira, 1971, p. 277).

A primeira parte deste estudo salienta, em todas as grandes crises — 1945, 1950, 1954, 1955, 1961 e 1964 — o profundo vínculo da UDN com aqueles setores militares que passariam a representar o antigetulismo (embora alguns tenham apoiado o Estado Novo!) e o radicalismo anticomunista¹⁶, fruto autodeclarado da "democratização" de 1945, a UDN iniciava, como o 29 de outubro ("jornada de tolos" para Virgílio de Mello Franco, mas cuja derrota, evidenciada nas eleições de Outra e Getúlio, só acirraria os ânimos militaristas do partido), uma relação de sólidas bases com os chefes militares, estigma mais visível das contradições de seu apregoadado liberalismo.

As justificativas dos liberais para o "golpismo legitimado" revelam, de certa forma, a face oculta de um certo estatismo, talvez sequer percebido. Afinal, *o golpismo e o militarismo professados pela UDN não refletiriam a realidade do liberalismo udenista, tão elitista, tão fechado, que termina caindo no estatismo, por via do golpismo?* Lembre-se que para às udenistas, reunidos pela luta contra a ditadura estadonovista, o Estado a combater — do ponto de vista econômico e político — era a própria emanção de Getúlio Vargas e sua herança. O que explicaria, talvez, a bipolaridade da UDN frente aos movimentos de 54 e 55, mantendo-se, todavia, as gritantes contradições entre liberalismo e golpismo.

A aproximação, afirmada em 45, ressurgiria ativa nas conspirações em torno da possível candidatura (fatalmente golpista) do General Canrobert para 1950, assim como na defesa da tese da maioria absoluta, após as vitórias de Getúlio, de Juscelino e Jango. Serão as crises de 1954 e de 1955, no entanto, os momentos-chave da problemática udeno-militar. Crises de nítida divisão nas Forças Armadas, e de evidente perplexidade na atuação dos udenistas, a comparação desses momentos é indispensável para perceber a união dos dois grupos em

16 Vínculo recentemente confirmado pelo antigo udenista José Bonifácio: "Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos toda a luta com os pés no quartel, almoçando e jantando com generais, almirantes e brigadeiros. Esses opositoristas bobocas de hoje, a primeira coisa que fazem é xingar os militares. Não conhecem a realidade brasileira". Depoimento ao *O ESP*, 13/3/1980.

1964, ressurgindo a UDN aliada tanto aos "golpistas" de 54, quanto aos "legalistas" de 55.

Com o 11 de novembro de 1955 a UDN malograra em duas frentes: na política, com a derrota nas urnas e a perda do poder, efemeramente atingido no vicariato Café Filho; e na frente militar, com a divisão das Forças Armadas e a conseqüente supremacia dos "legalistas" sobre o grupo de 24 de agosto, tradicional aliado udenista. Como em outras ocasiões, a UDN depositava esperanças na coesão dos militares, pois "a UDN e seus pequenos aliados nunca poderiam ganhar" — justifica Afonso Arinos — "se os dois grandes adversários (PSD e PTB) se unissem. Seu trunfo estava em procurar a intervenção militar para impedir tal união" (1965, p. 354). Ou melhor, ainda nas palavras de Otávio Mangabeira: "o problema nº 1, hoje, no Brasil, afim de que a República sobreviva e até sobreviva a pátria, é a união das Forças Armadas" (1956, p. 83). Palavras na Câmara, a 23 de novembro de 1955, na sessão anterior ao decreto sobre o estado de sítio.

Do ponto de vista das perspectivas da UDN — que se reconhecera recompensada em 64 — o 11 de novembro teria sido uma derrota estratégica, marcando o espaço de uma travessia no deserto, pois o "golpe legalista" termina por adiar a proposta de união com os militares num movimento mais amplo, sob as bandeiras do antipopulismo e do anticomunismo.

Golpe ou contragolpe, o 11 de novembro marcou profundamente a história dos pronunciamentos militares. A evidência concreta da divisão nas Forças Armadas acelerou a tomada de consciência de que só a restauração da unidade militar poderia incorporá-las, definitivamente, na condução do processo político. Tomada de consciência que, segundo Otávio Mangabeira, seria um verdadeiro milagre: "Não tenho culpa se os homens não acreditam em milagres e não sabem ver o olhar de Deus. A 11 de novembro verificou-se um milagre. Esse milagre deu prazo para que os brasileiros reflitam sobre a situação de sua pátria e a salvem, como devem e ela merece" (1956, p. 87). A cisão militar se manifestaria durante todo o governo Kubitschek, mantendo viva, no interior do Exército, a supremacia do grupo vitorioso a 11 de novembro. A oposição entre o 24 de agosto e o 11 de novembro teria se dado, no entanto, muito mais ao nível político-partidário do que propriamente militar¹⁷. Até que ponto o 24 de agosto e o 11 de novembro não seriam faces da mesma moeda, revelando a "lenta, gradual e segura" ascensão dos militares para a ocupação do aparelho do Estado? Em 1954 o movimento fora mais hegemônico, fruto de largo

17 A discussão, a seguir, em versão modificada, foi publicada pela autora em *ISTO É*, de 10/11/1977.

consenso quanto às regras do jogo; afinal, o próprio General Lott assinara o "Memorial dos Generais" solicitando a renúncia de Getúlio Vargas. No 11 de novembro invoca-se, sobretudo, o legalismo das Forças Armadas, devendo o Exército, "acima da política" dar posse ao candidato eleito, fosse quem fosse. No entanto, esses mesmos legalistas "apolíticos" entram no governo e começam a instalar-se, solidamente, nos mais importantes centros decisórios¹⁸.

Já foi dito, em capítulo anterior, que o "golpe branco" de 54 teria sido uma tentativa, freitada pelo impacto do suicídio de Getúlio, de uma transformação maior, revolucionária, como um embrião, o ensaio geral de 64. Frustrada, há recuos, poucos avanços desesperados, e, sobretudo, um compasso de espera. A candidatura e o tipo da campanha

desencadeada por Juscelino Kubitschek, ao contrário do que se poderia esperar do conservadorismo pessedista, colocara em primeiro plano — e de forma inarredável — o problema da democracia e da participação civil. Nesse caso, 55 teria um sentido diverso do que o mito do legalismo faz supor. O grupo militar era outro, em oposição ao do 24 de agosto, mas o objetivo — *a tomada em mãos da condução do processo político* — seria o mesmo. Assim, o objetivo real do 11 de novembro teria sido *adiar esse momento*, ainda não chegada a hora.

A busca de significado, esbarrará, então, numa verdadeira luta pelo poder dentro da instituição militar. Não havendo unidade, a hora é má; sem a hegemonia incontestável do Exército (a Aeronáutica assumia as posições políticas mais radicais), *não interessava a conquista do poder de fato*. Nesse sentido, a trajetória do Gen. Odylo Denys é elucidativa: é o homem forte do 11 de novembro; é a eminência parda de Lott no governo Kubitschek (lembre-se a discutida Lei Denys, para mantê-lo na ativa); permanece no governo de Jânio Quadros, juntamente com Almirante Heck e o Brigadeiro Moss que, em princípio seriam seus inimigos (Denys mandara bombardear o "Tamandaré" e aviões da FAB, em 55); e, finalmente, Denys é líder dos bastidores em 1964, ao lado do General Dutra. Há que lembrar, também, nessa linha de hipóteses sobre a "travessia do deserto", que no governo Kubitschek os adversários e rebeldes militares ainda são perdoados; após 64, quando a dominação do poder é total, *não há mais perdão*.

1964, portanto, dissolveu as possíveis arestas entre 54 e 55. Até mesmo a dicotomia "entreguistas" versus "nacionalistas" perde sentido ¹⁹, quando o sentido anticomunista, a defesa de um modelo econô-

18 Esse processo é discutido, pela autora, em *O Governo Kubitschek*, cap. IV

19 Essa divisão nas Forças Armadas era denunciada pelo General Castello Branco como obra de "ódios e ressentimentos pessoais mantidos pelos comunistas e pela política partidária, fardada e à paisana. Em seguida, esses mesmos elementos lançaram a injúria sobre o Exército de que seus oficiais se dividiam entre nacionalistas e entreguistas, enquanto a oficialidade era fiel à honra do Brasil e à sua independência política e econômica. Agora renasce a teimosia, com a divisão alardeada em legalistas e golpistas. Politiqueiros e comunistas estão interessados em que tal exista. Isso amofina o Exército". Arquivo Castello Branco. 1962, apud *Veja*, 5/4/1972, p. 45.

mico dependente do capital estrangeiro, e a crença na construção da "grande potência" — o famoso binômio "segurança e desenvolvimento" — reúne o 24 de agosto e o 11 de novembro no 19 de abril. Venciam as teses defendidas pela UDN, realizava-se o "milagre" de que falava Otávio Mangabeira? É importante lembrar que o anticomunismo udenista só se tornou efetiva bandeira ideológica a partir do governo Kubitschek, quando o antigetulismo passa a segundo plano. Mas a identificação do comunismo com a exploração da miséria já era corrente desde a fundação do partido. Virgílio de Mello Franco alertava, em 1948, sobre os riscos da "revolta popular", pois "o proletariado das grandes cidades

debate-se crucificado entre dois espantosos males: a miséria, e, gerado por ela, o comunismo" (*O ESP*, 10/8/1948).

O anticomunismo, portanto, congregou o antigetulismo e o antipopulismo e superou a prioridade ao combate à corrupção administrativa. Comprove-o a aliança da UDN paulista com seu tradicional inimigo Adhemar de Barros, em 1962. "O governador de São Paulo tornou-se uma fonte de esperanças para o udenismo oposicionista: enquanto o presidente João Goulart, o PTB e seus aliados insistem na introdução de reformas que ampliarão a esfera da estatização da economia nacional, o sr. Adhemar de Barros finca pé na defesa da livre empresa e da cooperação dos capitais estrangeiros no progresso do país ... e declara-se francamente hostil à política externa que João Goulart herdou do sr. Jânio Quadros". Para Carlos Lacerda, "a vitória do sr. Adhemar de Barros representou a derrota do janismo, do janguismo (Carvalho Pinto) e do comunismo" (C. Castello Branco, 1975, I p. 69). Comprove-o o desabafo de Magalhães Pinto. "líder civil da Revolução", a 1º de abril de 1964: "Topo tudo, exceto que se conduza esta Nação para o jogo comunista!" (DCN. 13/8/1976, p. 4.707).

Vale a pena lembrar o dispositivo da Constituição de 1946 que determina a obediência das Forças Armadas ao Executivo, "dentro dos limites da lei". Quem seriam os intérpretes dos "limites da lei"? O 11 de novembro revelou serem os militares os principais exegetas, o que foi se acentuando nos anos seguintes até a evidência concreta de 1964. Em - 1955, a "legalidade" significou derrubar um Presidente para proteger a Constituição. Em 64. o mesmo argumento é defendido: o Manifesto do General Mourão denuncia que o presidente Goulart queria violar a Lei Maior, ao impor reformas anticonstitucionais.

O 11 de novembro representou portanto, a tomada de consciência, pelos militares, de que não podem mais se dividir, pois divididos não têm poder. Única força social organizada nacionalmente e com acesso ao aparelho de Estado, controlando os meios de coerção legítima, os militares deixaram de assumir a função de "poder moderador" para exercerem o poder de fato. É evidente que tal situação só se torna possível graças à debilidade, já crônica, das instituições políticas da sociedade civil²⁰. E, mais uma vez, se justificaria o apego da UDN às teses militares, no sentido de que só as Forças Armadas poderiam responder pela estabilidade e dignidade dos governos. A palavra de Otávio Mangabeira será, ainda, elucidativa. Embora afirme que "as Forças Armadas não podem ser levadas à condição de tutoras da Nação, nem rebaixadas à tarefa de guarda pretoriana do governo", conclui com a afirmação que, por si só, encerra a descrença na organização democrática e atesta a falência do poder civil: "*Unidas, devem elas estar sempre, pois a desunião libera o governo para cometer os maiores e os piores abusos do poder*" (apud Y. Oliveira, p. 277), Afirmação que lembra as raízes da confiança nos milhães, plantadas por um dos principais idealizadores da UDN, Armando de Salles Oliveira que, em 1939, proclamava: "fora do Exército não há salvação".

A extinção dos partidos, em outubro de 1965, contribuiria para reforçar a tese militarista, confirmando, também, a previsão de P. Singer, de que

"os acontecimentos de abril, com a intervenção decisiva do poder militar no processo político, demonstraram a falência da política partidária burguesa. As classes dominantes, tendo que legitimar seu domínio por novos meios, terão que encontrar outros veículos de expressão de seus interesses. Os partidos de

direita talvez sejam as primeiras vítimas das regras do jogo que justificam a sua existência." (Singer, 1965, p. 125) ²¹

20 Várias, inúmeras questões deveriam ser abordadas para se distinguir essa teia, tão solidamente urdida, do intervencionismo militar na história brasileira. A pergunta, insistente e já pouco original, do por quê os militares entram na política, tem recebido respostas aparentemente claras e convincentes. Resta saber *por que saem*, ou melhor, por que aceitariam sair; e *em nome do que*.

21 Sobre a extinção dos partidos é interessante lembrar que escreveu Tavares Bastos em 1873:

"E eis o que mais importa advertir: ambos os partidos, que tão depressa se arruinaram e se decompuzeram esteados na unanimidade do parlamento, ao cair sofreram a humilhação de verem passar o poder, cuja base perpétua sonharam. não às mãos do legítimo adversário reabilitado pelo infortúnio, posto que exterminado oficialmente. não a partido algum político, mas à camarilha dos áulicos; e esta é que, motejando de tudo e de todos. desfere as velas para uma longa navegação, alicia adeptos, converte e seduz os próprios vencidos, cresce, forma até um partido, e o maior de todos, agitando arrogantemente a célebre legenda: *Coesarem vehis, fortunamque ejus*" (Apud Evaristo de Moraes Filho. 1978, p. 78).

A ocupação do poder de Estado, acima lembrada, justifica e esclarece o por quê da incompatibilidade de Carlos Lacerda com as Forças Armadas após 1964, se ele fora, justamente, o principal defensor das intervenções militares. Lacerda e o lacerdismo foram consumidos por sua própria vitória, em 1964, e a contradição aponta a fatalidade antropofágica do movimento que se diz revolucionário. O recurso à intervenção militar, de principal fonte de apoio do lacerdismo passou a ser a principal fonte de conflito e desagregação de sua inegável força política. Lacerda e o lacerdismo tornaram-se não mais aliados ou insufladores dos militares, mas persistentes concorrentes ao poder; de adversários passariam rapidamente a inimigos. A UDN lacerdista foi, portanto, a primeira a desligar-se do projeto político-militar que, afinal, defendera com brilho e eficiência durante tantos anos.

Além dos fatos evidentes nas conjunturas políticas analisadas nos capítulos precedentes, caberia lembrar alguns pontos importantes na relação do partido com os militares:

— a UDN defendeu o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (assim como apoiaria a estratégia militar americana para a América Latina, em geral, e em relação à Cuba, em particular. A UDN aprovou a instalação da base americana em Fernando de Noronha);

— a associação dos militares com a cúpula da UDN era de tal ordem que em reunião do Diretório Nacional, em 1956, foi sugerida uma convocação dos líderes do partido para examinar as informações enviadas pelo Ministro da Guerra sobre o número e os nomes dos oficiais comunistas nas Forças Armadas (DN, 4/7/1956, arq. UDN);

— em seu programa de 1957 a UDN advogou a transformação do Conselho de Segurança Nacional em órgão permanente;

— os contatos de parlamentares udenistas com a Escola Superior de Guerra foram intensos, através de "conspirações", conferências, cursos, programas, etc. Importa lembrar que a associação dos udenistas com os altos chefes militares da ESG não envolvia apenas os "duros" da UDN (que mais tarde defenderiam o *Ato 5*, por exemplo) mas também aqueles reputados "liberais", ou "bacharéis históricos", como Afonso Arinos, Aduacto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Daniel Krieger, entre outros.

Assim, a relação da UDN com as Forças Armadas não deve ser vista apenas em termos do apego às candidaturas militares para a presidência da República e à intervenção "salvadora" no processo político, mas sobretudo pela ótica de uma certa concepção de nação, de segurança, e de "moralidade" (onde o udenismo certamente se acomodava) que se consubstanciaria no arcabouço ideológico de 64. A íntima associação dos udenistas com a Escola Superior de Guerra e a divulgação das teses de "guerra revolucionária"²² (especialmente através da campanha do deputado Bilac Pinto) revela a contradição fatal para o partido que se dizia herdeiro da tradição liberal. Ou então, que a contradição já era intrínseca à própria "herança", ao estilo ambíguo do liberalismo brasileiro²³, "com um olho nas teorias e outro nas Forças Armadas", como diria Raymundo Faoro.

Para os udenistas que confiavam na revolução salvadora de 64, o momento seria a etapa necessária para a consolidação da democracia, no resgate dos equívocos de 45. Mas, como registra Carlos Castello Branco, "o governo Castello Branco, que se abeberava diretamente daquela doutrina (a Segurança Nacional), que supunha de defesa do mundo democrático, infundiu no projeto de lei o espírito da guerra fria, e dentro dele, o da supremacia do interesse do Estado sobre a nação, do Governo sobre os cidadãos" (*Jornal do Brasil*, 19/10/1978). A UDN dos ideais "liberais-democráticos", que em 1945 poderia ser vista como o "partido da sociedade civil", terminou consagrando-se vigorosa intérprete de uma doutrina que só poderia reforçar — como sinistramente fez — o poder do Estado, e de seu aparelho repressivo, em nome de uma indefinível "segurança nacional".

22 O livro do Pe. Joseph Comblin, *A Ideologia da Segurança Nacional* (1978) desfaz os equívocos sobre a apregoada "elaboração" da Doutrina da Segurança Nacional pela ESG. Percebe-se que aqui nada "se elaborou", mas se "copiou", sob a influência do pensamento militar francês e americano, decorrente dos detritos da guerra fria e dos interesses, suspeitíssimos, dos mitos da "guerra revolucionária" e a "counter-insurgency". Ver, a propósito, os artigos de Fábio Konder Comparato: "Segurança Para Quem?", no *Jornal do Brasil* de 29/10/1978 e no *O Estado de S. Paulo*.

23 As ambiguidades e contradições da herança liberal reclamada pela UDN serão apresentadas no capítulo IV da segunda parte deste estudo.

A UDN E O UDENISMO

"O liberalismo é, acima de tudo, um estado de espírito".

Milton Campos

"As massas eleitorais têm, como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha".

Plínio Barreto

"A união das Forças Armadas é condição de nossa sobrevivência, como democracia que aspira à Ordem, à Justiça, e à Estabilidade, dentro das normas rigorosas da Moralidade".

Otávio Mangabeira

INTRODUÇÃO

Acompanhada a trajetória da UDN — de suas origens enraizadas nas lutas contra o Estado Novo, ao "momento revolucionário" de 64, seguido do anticlímax da extinção em 1965 — várias questões permanecem e ressurgem, inquietantes. O histórico da participação da UDN nas crises nacionais, de sua aproximação com os militares, das derrotas e frustrações, da divisão interna entre o adesismo atávico e a oposição radical, reforça a perplexidade dos que se perguntam: foi a UDN, *de fato*, um partido político, ou sobretudo um "movimento"? Elitista e bacharelesca. a UDN teria sido, mesmo, o "partido das classes médias"? Que ideologia era aquela, que se apresentava liberal e defendia os "estados de exceção"? Como entender o liberalismo de um partido que de, diversas formas, teme e nega a extensão real da participação política às classes populares? E, finalmente, como recuperar a unidade de uma organização fragmentada em várias UDNs?

A segunda parte deste estudo pretende responder a tais questões. Trata-se, inicialmente, de apontar a especificidade da UDN enquanto *partido político de fato* — sua organização e dinâmica interna; a diversidade e a unidade: a palavra e a prática na questão social e econômica. Trata-se, em seguida, de *caracterizar o udenismo*, justamente em torno das ambiguidades daquele liberalismo, do elitismo e do moralismo. O udenismo é entendido como o conjunto de "ideologias" e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político) mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação.

A "análise concreta de uma situação concreta" esbarrará nos equívocos conceituais, se mal apreendida a teoria, ou se esta for imposta, como diria Francisco Weffort, "por um secreto gosto pelo dogma". Neste estudo a incursão por questões de cunho teórico, como as relações partido-classe e partido-ideologia, pretende, apenas, recuperar o inventário de

associações da UDN com as classes médias e da UDN com a "herança liberal". Recuperar, no sentido de que tais associações são explicitadas na própria retórica do partido, assim como percebidas, quase como rótulos, por vários analistas. A possível adequação dessas associações com a realidade do partido fornecerá, talvez, o perfil particular da UDN na cena partidária brasileira.

Esta é uma análise de partido político, profundamente dependente das raízes históricas — e, portanto, limitada geograficamente e vinculada às análises de conjuntura. A referência a autores clássicos da literatura sobre partidos políticos — como Ostrogorski, Key ou Duverger — corresponde à tentativa de integrar um estudo empírico num esquema mais amplo, que garanta aos fatos e elementos escolhidos o reconhecimento de sua pertinência como objetos de análise. Em outros termos, se o objetivo é o conhecimento e a interpretação da história da UDN, este estudo pretende, também, contribuir para a indicação de pontos possíveis para a análise de outros partidos brasileiros.

Este objetivo inspira, no primeiro capítulo, uma breve retrospectiva da tradição sobre a idéia de partido político, e a lembrança da "ideologia antipartido" no Brasil, esta já discutida por Maria do Carmo Campello de Souza (1976). A questão insólita — a UDN foi, de fato, um partido político? — traduz uma inquietação inicial, decorrente da postura negativista sobre a experiência partidária do assim chamado período democrático (1946-1964). À perplexa irritação dos teóricos (que partidos eram esses, sem ideologia, sem programa definido, sem bases sociais próprias?) vem somar-se o desencanto cético dos próprios políticos e a incredulidade dos jovens, marcados pelos quinze anos de bipartidarismo artificial e autoritarismo militar. Discute-se, portanto: os critérios para a identificação da UDN como partido político (e não como movimento, ou facção); a organização, a estrutura, a dinâmica interna (estatutos, órgãos decisórios, autonomia das UDNs estaduais) e a atuação parlamentar.

O segundo capítulo aborda o tema da *política social e econômica* defendida pela UDN através de seus programas e sua prática parlamentar. Quanto à política social, a ênfase é dada à problemática salarial, à questão da Reforma Agrária e à Previdência Social. Quanto à política econômica, selecionam-se os temas da intervenção estatal e do capital estrangeiro, destacando-se, a questão da Petrobrás. Uma advertência — todavia óbvia — aqui se impõe: as questões serão abordadas do ângulo de um estudo sobre a UDN. Parece desnecessário salientar, mas qualquer desses temas foi, é e será objeto de inúmeros trabalhos específicos, de profundidade na pesquisa e na análise. Aqui interessa a história da UDN; interessa, por exemplo, esclarecer o papel do partido na criação da Petrobrás, e na discussão dos projetos de Reforma Agrária e de Previdência Social (em ambos os casos os projetos contaram com especial interesse de udenistas), assim como qualificar a tradicional oposição à intervenção estatal na economia.

No terceiro capítulo trata-se de apreender a realidade da UDN a partir de sua própria diversidade. *As várias UDNs* são assim percebidas: as UDNs estaduais, num pacto nacional; o lastro udenista na agregação de partidos anclares ou satélites; os grupos (e estilos) políticos dentro da UDN; o meio extraparlamentar, formado pela afinidade com setores da imprensa e das Forças Armadas. Discute-se, ainda, a assertiva da UDN como *partido das classes médias* (na visão dos analistas, nos programas, na auto-imagem) e a questão da *convergência* (*divergência entre UDN e PSD*, ambos partidos conservadores, porém adversários, sob o corte profundo do getulismo).

Na parte final será discutido o udenismo, através dos seguintes aspectos: o liberalismo, o elitismo, o bacharelismo e o moralismo. Uma discussão rígida ao nível teórico se perderia num purismo estéril. *Trata-se de qualificar o liberalismo udenista em suas contradições e ambiguidades*: o liberalismo econômico professado no antiestatismo, paralelo ao liberalismo político negado na exclusão da participação popular e traído no golpismo de inspiração elitista e militarista.

A apresentação da herança liberal busca as raízes sugeridas na própria retórica udenista, que reclama o legado do liberalismo de Teófilo Otoni (o lenço branco), da Campanha Civilista" (Rui Barbosa), da Reação Republicana e da Aliança Liberal. Aponta, ainda, a filiação udenista à linha ideológica defendida por Armando de Saltes Oliveira e o Jornal *O Estado de S. Paulo*.

O *liberalismo restrito* (antipovo) remete diretamente ao *elitismo* do partido, caracterizado em torno de dois pontos principais: a defesa da tese sobre a *presciência das elites* (e daí, um passo certo para a contestação dos resultados eleitorais, com o rotineiro refrão "o povo não sabe votar", e o golpismo) e o *sentido de excelência* dos udenistas. O *moralismo* — marca registrada do partido, interna e externamente corresponde, por Um lado, ao ascetismo tático no combate à corrupção (via indireta do ataque ao getulismo) e, por outro; ao compromisso com a moralização desejada pelas classes médias, que a UDN pretendia representar. Corresponde, igualmente, à ótica udenista derivada de sua auto-imagem da "pureza de princípios", inspiradora da idéia de que "o poder corrompe". O *bacharelismo* significa, em primeira abordagem, o gosto excessivo pela retórica, antigo apego reconhecido ao longo da história das elites brasileiras. No bacharelismo importa salientar a *ênfase no legalismo formal e na ordem* (a tradição assegurada), além da mística de uma comunidade de estilos e mentalidades. Tais características diferenciariam o "bacharel" do "realista", dentro da própria UDN, assim como aproximariam, por exemplo, o bacharel udenista do bacharel pessedista.

No coração da matéria, portanto, instala-se o antigetulismo, por um lado, e o "sentido de excelência", por outro. Uma conotação tipicamente classista, no primeiro caso (interesses econômicos e políticos determinados) e sub-repticiamente estamental, no segundo. Os dois aspectos se aplicam à UDN em grupos diferentes: o antigetulismo será comum à UDN como um todo; o elitismo da "excelência" e da "inapetência pelo poder" será específico da UDN dos históricos, dos bacharéis, em oposição aos "pragmáticos" e realistas, que acabaram conquistando, de certa forma, o poder. A questão das várias UDNs, surge, ainda, como o fio condutor.

CAPÍTULO I

O PARTIDO POLÍTICO: ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA INTERNA

1. A TRADIÇÃO E OS CRITÉRIOS: O MOLDE UDENISTA

Em épocas diferentes e com orientações ideológicas diversas, a discussão sobre partidos políticos surge à volta de um objeto quase "maldito". Na verdade, os partidos políticos, a partir de meados do século 19, passaram a ser mais condenados do que defendidos, mais temidos do que desejados, mais "ideologizados" do que dissecados. Da sentença aristocrática de La Bruyère ao "espírito de partido", que "abaisse les plus grands hommes jusqu'aux petites gens du peuple", aos dogmas de Roberto Michels sobre a "lei de bronze da oligarquia" — passando por Ostrogorski e sua proposta de substituição dos partidos por associações temporárias — o tema tem inspirado disquisições e teorias variadas, todavia com certa ênfase nos aspectos negativos.

Em termos gerais, esta noção negativa de partido político vem associada, com conteúdo pejorativo ("interesses mesquinhos") à idéia de *facção*, ou com conteúdo doutrinário (afinidades com os regimes totalitários) à idéia de *partido único*. A discussão, aí, extrapola os aspectos políticos, sendo também percebida em termos de uma ética bem definida. Simone Weil, por exemplo, em nome da liberdade individual, condena "as máquinas de fabricação das paixões coletivas", considerando a extinção dos partidos "um bem quase puro" (apud Charlot, 1971, p. 150). E Hannah Arendt, defensora incondicional do espaço público da palavra e da ação, exclui as possíveis vantagens, mesmo dos partidos ditos democráticos, pelos vícios inerentes ao carreirismo, dogmatismo, imediatismo, burocratismo e autoritarismo dos partidos políticos (*On Revolution*, p. 269), em breve nota indicativa, tosca e simplificadora, é possível dizer que a crítica liberal aborda os aspectos da perda dos direitos individuais no enquadramento partidário coletivo — numa linha próxima à de Tocqueville, para quem "os partidos são um mal inerente aos governos livres" ¹ e a crítica socialista aponta (da mesma forma, aliás, que os discípulos conservadores de Michels) o burocratismo que paralisa a ação política dos militantes. Outra corrente, bem mais recente, prega simplesmente o fim dos partidos em nome das diversas formas da "democracia direta". E, em linhagem antiga da direita (herança de Charles Maurras e da *Action Française*, por exemplo) o nacionalismo e a idéia da "pátria una" servem de suporte ideológico para a condenação do caráter "divisionista" dos partidos,

No Brasil a tradição antipartido, na vertente autoritária ou liberal, é amplamente conhecida. Esta aversão ao caráter necessariamente "partidário" das organizações políticas permanentes se combina com as idéias elitistas da U D N em torno do "primado dos homens de bem:", da "autoridade moral" e da visão do poder como "sacrifício pelo bem público" e não como objetivo de pugnas políticas. Em *Estado e Partidos Políticos no Brasil* (1976) Maria do Carmo Souza associa a fragilidade do sistema partidário, entre outras coisas, à difusão de uma certa ideologia antipartido no debate político dos anos 30, revelando a

"perplexidade do pensamento liberal diante da radicalização ideológica e do ingresso das camadas populares urbanas no sistema político" (...) a argumentação antipartidos e apóia ora no caráter coesivo e solidário dos agrupamentos políticos — então vistos como elementos de desagregação e como aceleradores da luta de classes — *ora lia incapacidade das elites políticas brasileiras de se conduzirem partidariamente* no seu instinto personalista e clientelístico, traço a um só tempo adquirido e atávico de sua formação histórica, O curioso é que, em ambos os casos, o partido político é conceituado, não como uma organização controladora de certo espaço e de

certos recursos políticos, mas como um agrupamento fundado exclusivamente no altruísmo, na ambição de servir à coletividade e na comunhão de sentimentos e opiniões que, embora diferenciadas, almejam o bem público" (Souza, 1976, p. 66).

1 Como concluía Mendieta y Nunes em *Los partidos políticos* (primeira edição de 1947): "son un mal necesario, indispensables en los países capitalistas para el ejercicio de la democracia tal como ella es posible en tales países; que como defensores de intereses antagónicos, luchan sin descanso por Poder, provocando un cambio fundamental en la estructura de las sociedades de las cuales dependen y por consiguiente, quando se produzca ese cambio esencial, *desaparecerán con su cauda de violencias, de mitificaciones y miserias*" (2ª edição, 1973, p. 147)

Não surpreende, portanto, a postura dos udenistas históricos (que, afinal, também pertenciam àquelas elites "despreparadas para a vida partidária") e seu constante distanciamento do jogo partidário dos "realistas". Quando Virgílio de Mello Franco defendia a vocação da UDN para ser "um partido mais de ideais do que de idéias", não estaria, talvez, evocando a definição de Tocqueville (*De la Democratie en Amérique*) sobre os "grandes partidos", aqueles que se apegam mais aos princípios do que às consequências, de traços mais nobres e paixões mais generosas, e nos quais o interesse particular se esconde sutilmente em nome do interesse público? (1961, p. 179).

Parece claro, também, que a tradição antipartido ao mesmo tempo alimenta e se apóia na polêmica sobre o "irrealismo" dos partidos nacionais. Historicamente, a questão da inviabilidade dos partidos nacionais está vinculada à polaridade de centralização *versus* descentralização, uma constante na evolução política brasileira. Esta polaridade, teria, no plano partidário, dois grandes modelos; um no sistema imperial, com a existência do Partido Liberal e o Partido Conservador, e outro na República Velha, com os Partidos Republicanos estaduais. A UDN manteve o mesmo padrão ao exprimir o permanente confronto entre a cúpula nacional e as seções estaduais. Fala-se em várias UDNs também nesse sentido: o Diretório Nacional que, aparentemente, defende as grandes linhas da política a nível federal — mantendo a unidade do partido — e as UDNs estaduais, quase que inteiramente voltadas para as disputas eleitorais e de poder local.

Se em termos da organização a tradição não se desmente, em termos das "pretensões ideológicas" não se revelam, também, grandes surpresas. A análise dos reclamos udenistas sobre sua herança liberal poderia lembrar, ao ritmo inequívoco das ambigüidades e traições; a frase célebre de que "não há nada mais parecido com um 'saquarema' do que um 'luzia' no poder"... A contrapartida desta frase, no campo da organização, seria a não menos célebre suspeita de que "partido nacional é ficção legal". Esta afirmação, aplicada indistintamente a todos os partidos, sugere algumas perguntas óbvias, voltadas para 1945. Por que, por exemplo, os novos partidos *tinham que ser nacionais*: será que mudara o centro das decisões, com a "redemocratização" de 1945? Qual o suporte econômico e social para tal mudança? A vida econômica deixara de girar em torno das regiões? Para Glaucio Dillon Soares, a exigência de criação dos partidos nacionais fez com que a "política do café

com leite" cedesse o lugar à política de conciliação de múltiplos interesses. O poder de barganha dos estados aumentou em função de sua possível relevância estratégica para aquilo que era objetivo fundamental: vencer as eleições" (Soares, 1973, p. 65). A análise de Octávio Ianni, embora prioritariamente voltada para a questão da não-correspondência entre a estrutura partidária e a estrutura de classes em formação, alude à obrigatoriedade dos partidos nacionais, em função da lei: "era uma precaução destinada a "nacionalizar" os partidos, para que os governadores ou grupos regionais não continuassem a interferir excessivamente nas orientações do governo central (...) mas a experiência não se revelou satisfatória" (1965, p. 38) E o udenista histórico Octávio Mangabeira, justificava "as alianças esdrúxulas" como "inevitáveis", mas detinha-se nos males da "proliferação dos partidos nacionais, que se tornariam, muitas vezes, máquinas de tortura para seus próprios membros" (1956, p. 27).

A partir dessas críticas e inquietações adquire sentido lembrar a dúvida sobre a própria motivação deste estudo: *a UDN foi, de fato, um partido político?* A pergunta parece deslocada e mesmo bizantina, mas trata-se de levar em conta a impressão, mais ou menos generalizada, de que jamais houve partidos políticos "dignos" desse nome no Brasil. A distância entre a definição de Joaquim Nabuco, (*O Abolicionismo*) em 1883 — "os partidos políticos no Brasil são apenas sociedades cooperativas de colocação ou de seguros contra a miséria" (p. 193) — e a de Afonso Arinos, em 1958 — "instrumento insubstituível na organização jurídica e política de poder, da luta constante entre os interesses sociais e econômicos que coexistem dentro do Estado e na coordenação das correntes de opinião" ² — é tão grande que a realidade parece inatingível e o objeto, inexistente. Em outros termos, definir um partido político é tarefa tão árdua quanto temerária, nesse campo cada vez mais vasto, onde o ideal da clareza se confunde com a sedução da ambiguidade. Tantas definições, quantas teorias; historiadores, sociólogos, cientistas políticos, concordam apenas com o *mínimo indispensável* para caracterizar um partido — a luta pelo poder — ou na identificação por oposição ao "não-partido". Da fatalidade oligárquica denunciada por Michels, ao amorfismo "eleitoreiro" criticado pelos analistas contemporâneos, tudo parece possível. A cada realidade um conceito se aplica, com maior ou menor adequação e pertinência, articulando-se abordagens históricas, estruturais, "ideológicas" ou funcionalistas.

Uma ampla reflexão teórica sobre a especificidade dos partidos políticos no Brasil está ainda para ser feita. É inevitável, portanto, a referência às análises clássicas, embora a realidade partidária brasilei-

2, Afonso Arinos: *Curso de Direito Constitucional Brasileiro*. Rio, Forense, 1958, p. 142.

ra se revele insensível a uma identificação coerente com as tipologias mais sofisticadas. Em qualquer hipótese, a questão dos conceitos será, acima de tudo, aproximativa. Um partido político pode ser analisado a partir de sua trajetória histórica, das possíveis associações com uma determinada classe (ou ideologia), ou do ponto de vista de sua organização. A primeira parte deste estudo tratou da história da UDN — e aí surgiu a instituição como "um instrumento de luta pelo poder", confirmando a concepção mais partilhada (a que reúne

teóricos de origens doutrinárias as mais diversas) sobre partido político. Nesta segunda parte a UDN é analisada através de sua organização, da atuação parlamentar, da diversidade e da "ideologia" refletida no udenismo. Na apresentação das referências metodológicas e teóricas mais pertinentes, uma única certeza será enfatizada: a da inviabilidade de se ater a um só quadro de referência para nortear as diferentes fases da pesquisa, o que implica numa discussão mais ampla e menos comprometida com uma determinada linha de interpretação e análise.

Este trabalho propõe, acima de tudo, uma reconstituição, tão próxima quanto possível, de um determinado partido que atuou concretamente na cena política brasileira. Não se justifica prioritariamente, portanto, uma rígida preocupação conceitual e muito menos uma acareação impiedosa da realidade udenista com as virtudes de um "autêntico" partido. Em sua análise sobre o PSD, por exemplo, Lúcia Lippi já relativizava a criticada "inadequação dos partidos à realidade brasileira", afirmando que "a aparente inautenticidade pode corresponder a uma adequação dos partidos à realidade, na medida em que representam, de fato, vários interesses, sendo necessário fazer composições, escolhas, conciliações" (1973, p. 11). O que não impede, entretanto, uma busca aos conceitos para identificar, na UDN, aqueles elementos que a caracterizem, aos olhos da teoria e da prática, como um *partido político, objeto de análise*.

Os critérios de LaPalombara para distinguir um partido de outros agrupamentos políticos são suficientemente claros para identificar a UDN como um partido político:

1. uma organização durável, cuja esperança de vida política seja superior a de seus fundadores ou chefes — o que distingue das facções ou diques;
2. uma organização extensa, do nível federal ao local — o que distingue dos grupos parlamentares;
3. o objetivo deliberado de exercer diretamente o poder — o que distingue dos grupos de pressão;
4. a busca de apoio popular, a nível de militantes e de eleitores — o que distingue dos clubes políticos, no modelo francês (LaPalombara, 1966, p. 6).

A UDN foi, *de fato*, um partido político. Embora tenha surgido como um *movimento*, a UDN organizou-se como partido, e não apenas como uma facção em luta pelo poder ou um grupo de pressão. Em termos concretos isso significa uma série de considerações sobre a "vida" da UDN. Ao contrário das facções ou cliques a UDN teve uma estrutura permanente e uma organização burocrática extensa, da cúpula dirigente ao nível municipal em todos os estados do país. Um partido deve promover a mobilização e aspirar o apoio popular, tanto ao nível dos militantes quanto dos eleitores; apesar de sua aura insofismavelmente elitista a UDN, através de seus políticos mais realistas, sempre revelou pretensões expansionistas nos meios populares, conseguidas, muitas vezes, graças a malabarismos de princípios: lembre-se as aproximações estaduais com seu inimigo histórico, o PTB, ou com o eleitorado mais sensível aos "populismos" de Adhemar e Jânio. Outro. não era o sentido do lema "crescer para vencer", assim como do esforço de mobilização despendido com as "Caravanas da Liberdade" (o caminhão do povo!) nas cidades e no interior dos estados no final dos anos 50. Mais do que um movimento, ou um grupo de pressão, um partido visa atingir, diretamente, o exercício do poder. Este não teria sido o objetivo inicial de Virgílio de Meio Franco e seus pares para quem "o problema número um foi o da recuperação da liberdade" ... nossa luta não objetivava apenas a

conquista do poder para o nosso eminente candidato" (1946, p. 6) mas rapidamente se tornou, a partir da adesão ao governo Outra, o momento drástico da cisão e da "pureza perdida".

Nesse sentido a UDN não se distinguia, por exemplo, de outro grande partido como o PSD. Apesar das frustrações curtidas ao longo de três derrotas sucessivas (e, talvez, por isso mesmo) a UDN sempre perseguiu, como objetivo maior, a presidência da República. No dizer de um de seus líderes, atingi-la seria, afinal, a "consagração nacional do partido"; comprove-o o apoio a Jânio Quadros, candidato suprapartidário, quando não hostil à UDN. Comprove-o, sobretudo, a sistemática resposta às "derrotas gloriosas" através da contestação dos resultados de pleitos presidenciais, o apelo constante ao respaldo militar, senão ao golpe, em gritante traição aos seus apregoados princípios liberais. Comprove-o, afinal, a homologação, pela Convenção Nacional do partido, da candidatura Carlos Lacerda para as eleições de 1965; tratava-se de chegar à presidência a qualquer preço, pois a escolha do político golpista que, nas palavras de Hélio Jaguaribe, "tinha uma visão policial da História", a UDN perdia os últimos e desbotados tons de seu colorido democrático. Este aspecto, da luta pelo poder, parece ser o critério mais simples, como assinala Giovanni Sartori, na tentativa de encontrar aquele "mínimo indispensável"; além do mais, é preciso que o partido seja oficialmente reconhecido e organizado e que apresente candidatos às eleições e aos cargos públicos (Sartori, 1976, p. 56-64) o que difere, portanto, da facção. A UDN participou, sozinha ou em aliança, de todas as eleições majoritárias e proporcionais, de 1945 a 1965; e teve representantes partidários nos ministérios, inclusive no 29 governo Vargas. No governo Kubitschek a UDN, pela primeira e única vez ausente dos ministérios, participou — como partido da oposição — da diretoria de importantes empresas governamentais, como a NOVACAP.

Independentemente das discussões sobre o caráter de classe dos partidos, o objetivo da conquista e conservação do poder sempre foi o atributo indispensável para caracterizar o partido político. Para Lenin, o partido que assim não se comportasse não seria digno do nome, mas "um pobre zero, em todos os sentidos da palavra" (apud Charlot, 1971, p. 50). E com uma abordagem teórica (e política) bem diversa, Max Weber afirma que a finalidade da atividade política dos partidos é justamente garantir poder para os líderes e conseguir vantagens, materiais ou não, para os demais membros (1964, p. 407). A questão da luta pelo poder será retomada em outro contexto, o do "udenismo". Isso porque a UDN tradicional, a "histórica", na esteira dos ideais de Virgílio, repudiava a conquista do poder como associada a "interesses vis" e proclamava uma solene distância frente às disputas diretas pelos cargos (ver capítulo IV).

Para os autores que privilegiam a análise do sistema político, um partido é visto, também, como canal de expressão de interesses e encaminhamento de demandas (que agregam, selecionam e, eventualmente, deturpam). O partido assume, assim, uma função expressiva e representativa.³ De forma mais ou menos convincente a UDN cumpriu essa função expressiva e representativa: de maneira inequívoca o partido exprimia e representava interesses dos grupos vinculados à propriedade agrária, no que se opunha ao PTB, mas se identificava com o PSD. O exemplo mais claro é a posição do partido em relação à Reforma Agrária, em particular, e à intervenção do Estado na economia, em geral. A função expressiva pode ser, também, manipuladora, na medida em que um partido pode formar e influenciar a opinião pública. Com certa penetração nos meios jornalísticos, e

ainda com publicações e programas radiofônicos próprios, a manipulação udenista foi constante, das questões técnicas, porém politizáveis (como inflação ou remessa de lucros) à propaganda golpista, com seus momentos decisivos na queda de Getúlio e na deflagração do movimento de 1964.

3 A bibliografia americana é vasta. Destaque-se, para o Brasil, o livro de M. do Carmo Souza, 1976. A autora explicita, ainda, a função governativa dos partidos políticos.

o último ponto a ser apresentado sobre o molde udenista diz respeito à questão das várias UDNs; Como denominar partido político uma entidade já composta de tantas partes? Trata-se, nesse caso, de recorrer a uma definição de partido que extrapole os limites institucionais para destacar a noção da realidade espacial e comportamental de um determinado partido político. Com esta finalidade específica é possível agregar duas abordagens teóricas de origens bem diversas: a de Gramsci e a dos funcionalistas Almond e Powell. Ambas as perspectivas supõem a viabilidade de partidos com fronteiras flexíveis, ou seja, admitem a existência de um partido político "dentro" e "fora" de seus limites institucionais. Gramsci, embora mantenha a tese, original sobre a relação partido/classe ("cada partido é a expressão de um grupo social e de apenas um") sugere a idéia de que o partido político pode existir em situações independentes da ação política imediata. Existiria uma "força superior dos partidos e às vezes *reconhecida como tal pelo público*. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles "partidos", "frações de partido" ou "funções de um determinado partido" (Gramsci, 1968, p. 23). Este aspecto de "funções de um partido" é essencial para a compreensão das várias UDNs e se combina com a ótica de Almond e Powell. Assim, o *O Estado de S. Paulo* pode ser parte da UDN, embora, do ponto de vista institucional, seja uma empresa jornalística; o Partido Libertador (PL) pode ser a UDN, embora do ponto de vista institucional seja outro partido político. Em termos do *udenismo*, a sugestão de Gramsci é igualmente pertinente: "as questões políticas revestem-se de formas culturais e como tal se tornam insolúveis" (...) "o partido constituído por uma elite de homens de cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins, na realidade frações de um mesmo partido orgânico" (idem, p. 23).

Almond e Powell partem de uma perspectiva do desenvolvimento político e da política comparada para a análise dos sistemas políticos.⁴ Sua idéia inicial, para a definição do partido, decorre da possibilidade de se dissociar *estrutura* e *função*: "em nenhum sistema político há uma identidade única de estrutura política e função política" (Almond e Powell, 1972, p. }7). E assim como uma estrutura raramente funciona sozinha no desempenho de uma determinada função, o partido político pode desempenhar muitas funções — recrutamento político, socialização política, articulação e agregação de interesses — com in-

4 Uma clara avaliação das teses de Almond e Powell, em comparação com de outros autores funcionalistas, é feita por Hélio Jaguaribe em *Sociedade, Mudança e Política*. São Paulo. Perspectiva, p. 155 e seg..

tensidades variadas. Uma estrutura isolada pode, também, desempenhar uma determinada função teoricamente atribuída aos partidos políticos. Nos exemplos de Almond e Powell, os grupos de pressão podem desempenhar funções de articulação de interesses e a burocracia, funções de agregação de interesses, ambos conseguindo pressionar e influenciar diretamente os centros decisórios⁵. Como se vê, por duas óticas teóricas diferentes, o resultado da análise é semelhante a mesma flexibilidade; a mesma elasticidade de interpretação que propiciam uma abordagem compreensiva da problemática das várias UDNs.

A apresentação dos diversos autores e critérios pode parecer, à primeira vista, a construção de um caprichoso mosaico para se encaixar, comodamente, os diferentes aspectos da realidade udenista, como uma ingênua "prestação de contas". Em parte é verdade — pois como evitar o ponto de partida de algo já refletido e aplicado a objetos afins? — mas a motivação tem outras fontes e o "mosaico" se justifica. Não há — insista-se ainda uma vez — uma única base teórica ou metodológica que possa ser inteiramente aplicável à UDN, revelada, ao longo da pesquisa, em sua identidade multifacetada. A justificativa para cada referência parece clara, mas merece, mesmo assim, específica menção. A referência aos autores que enfatizam o aspecto da "luta pelo poder" remete à importância da história da UDN (primeira parte) em torno das crises nacionais e sucessões presidenciais, nas quais os compromissos, por um lado: e as propostas golpistas, por outro, evidenciavam, de forma inequívoca, que a UDN foi um partido também interessado na conquista do poder. A tipologia e as críticas dos autores que enfatizam a organização (Ostrogorsky, Key, Duverger) compõem o quadro de referência para o estudo da UDN — estrutura, dinâmica interna, etc. — assim como os critérios da LaPalombara são os mais diretos para se caracterizar a UDN como, *de fato*, um partido político. E a originalidade conceitual de autores distantes entre si como Gramsci e Almond permite compreender as possibilidades do "partido extrapartido". Em cada parte deste estudo um aspecto é privilegiado: a história, a organização, a diversidade, a prática *versus* a imagem (políticas econômica e social, por exemplo) e o udenismo. É a conjugação desses aspectos, e de suas respectivas referências teóricas e metodológicas, que assegura a proposta de se tratar a UDN como "um estudo concreto de uma situação concreta"

5 Por agregação de interesses entenda-se o processo de conversão de demandas em alternativas políticas gerais e por articulação de interesses o processo pelo qual indivíduos ou grupos apresentam demandas aos tomadores de decisões políticas (Almond e Powell, 1972, p. 69 e p. 52).

2. A ORGANIZAÇÃO: ESTRUTURA E DINÂMICA INTERNA

A UDN foi, de fato, um partido político, pois, entre outras características apontadas, *organizou-se nacionalmente*, distinguindo-se de uma facção parlamentar ou de um grupo de pressão.

Esta ênfase no aspecto organizacional dos partidos políticos, como condição de viabilidade enquanto *partidos nacionais*, no Brasil pós-45⁶, foi primeiramente apontada por Gláucio Dillon Soares. Se a organização de partidos nacionais, segundo exigência da nova lei de 1945, impôs um quadro partidário irreal, era evidente a supremacia dos dois grandes partidos — UDN e PSD — que, embora "inexistentes durante a ditadura como partidos políticos formais, dispunham das bases sócio-econômicas (associadas com o poder oligárquico) e de *um aparelho organizacional nos níveis municipais e estaduais*, sendo sua formação um problema de articulação entre os líderes" (Soares, 1973, p. 69). É a organização central, igualmente, que permite apreender uma realidade institucional, à qual, como aponta Duverger, é fragmentada e descontínua, vertical e horizontalmente: "um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (secções, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras" (1954, p. 34).

A obra de Maurice Duverger tornou-se especialmente conhecida pela sistematização de uma teoria dos partidos do ponto de vista da organização, A tradição nessa área vinha, desde Ostrogorski, permeada pela ênfase nos aspectos burocratizantes e oligárquicos da organização partidária, o que se reforçou com a análise, mais difundida, de Robert Michels: o fato de que toda organização termina por consolidar interesses que só existem em si e para si constitui "lei social inelutável"; um partido torna-se um fim em si próprio, separando-se da

6 Em 1945 disputaram as eleições 12 partidos: PSD, UDN, PTB, PDC, PR, PL, PCB (então "na legalidade), PR Pop (Partido de Representação Popular), PPS (Partido Popular Sindicalista), PR Prog (Partido Republicano Progressista); PRD (Partido Republicano Democrático e PAN (Partido Agrário Nacional), O PCB teve seu registro cassado em 1947; desapareceram as legendas PPS, PR Prog e PAN, que ingressaram no novo PSP (Partido Social Progressista); desapareceu o PRD e surgiu, com pouca duração, o POT (Partido de Orientação Trabalhista), Novas legendas se criaram e permaneceram até o Ato Institucional nº 2, em 1965: O PSB (Partido Socialista Brasileiro, que agregara a Esquerda Democrática), o PST (Partido Social Trabalhista, cuja primeira denominação fora Partido Proletário do Brasil), o PTN (Partido Trabalhista Nacional), o PRT (Partido Rural Trabalhista, anteriormente chamado Republicano Trabalhista), o MTR (Movimento Trabalhista Renovador) e o efêmero PBV, ou Partido da Boa Vontade. Nelson Sampaio, "Os Partidos Políticos na IV República" in *As Tendências Atuais do Direito Público (estudos em homenagem ao Prof. Afonso Arinos)*, Rio, Forense, 1978, p. 323.

classe que pretende representar — "quem diz organização diz oligarquia" (Michels, 1971, p. 296).

A teoria de Duverger é pioneira no sentido de "desideologizar" o princípio da organização e transformá-la em objeto de estudo em si extremamente útil para a compreensão da estrutura e da dinâmica de qualquer partido político⁷. Em seu *Les Partis Politiques* (original de 1951) dois esquemas teóricos são especialmente interessantes para o estudo da UDN: *a tipologia pela origem dos partidos e a caracterização do partido de quadros*. Segundo o modelo de Duverger os partidos se distinguem, quanto à origem, em partidos de criação eleitoral (ou parlamentar) e partidos extraparlamentares (1954, p. 15). As denominações são auto-explicativas. Os partidos de origem externa se formariam pela reunião de agrupamentos sociais fora do sistema político propriamente dito, como grupos de pressão ou associações civis de fins variados (intelectuais, religiosas, militares, etc.).

Para a história da UDN essa distinção, à primeira vista, seria mais adequada: a UDN surgiu, em 1945, como um grande movimento reunindo amplos setores da sociedade civil — associações de intelectuais, de ex-combatentes (FEB), de estudantes, religiosas, etc. — em torno de um objetivo comum, a derrubada do Estado Novo. Conforme a hipótese de Fernando Henrique Cardoso a UDN, nesse sentido, se distinguiria dos outros dois grandes partidos, PSD e PTB, por surgir desvinculada do aparelho do Estado — seria, de certa forma, "um partido da sociedade civil" (1975b p. 55)⁸. Além disso, outra característica apontada por Duverger para os partidos de gênese extraparlamentar se aplica à UDN: a atividade desses partidos se dirige não apenas para as conquistas eleitorais, mas também para "a difusão de certos valores espirituais e morais na vida política" (1954, p. 15.). Segundo advertência do próprio autor, essa distinção por origem, não pode ser aplicada de forma rígida na prática, pois a tipologia aponta tendências gerais mais do que tipos definidos (p. 8).

Essa advertência permite considerar a UDN em termos de uma intersecção entre os dois tipos "genéticos", *um tipo misto*. A UDN foi, de fato, um movimento agregador de gênese extraparlamentar, pois

7 Com uma direção ideológica inexistente em Duverger, Umberto Cerroni dele se aproxima ao ponderar o peso da crítica aos males do partido-organização: "debemos tener cuidado de no sacar de esta crítica conclusiones contradictorias. Una crítica de esto tipo en efecto, puede servir para dos cosas: para subrayar la necesidad de una futura democratización de los partidos o bien para negar a los partidos la legitimidad histórica de su intermediación, incluso en la forma indirecta del control sobre su vida interna, encaminado a convertirlos en "meros partidos de opinión" (Cerroni, 1972, p. 260).

8 Assinale-se, no entanto, que todos os partidos criados em 1945 também podem ser considerados de origem extraparlamentar, no sentido do Duverger.

se contava com os antigos partidos estaduais que integravam a "união", estes vinham de uma ruptura parlamentar causada pelo Estado Novo. No entanto — e aí se desmancha o "tipo puro" — a questão eleitoral foi essencial para o partido. Afinal, a UDN formou-se, também, em torno de uma candidatura, a do Brigadeiro Eduardo Gomes, e a vitória eleitoral, tida como certa em 1945, polarizava e consolidava a "união". E apesar da ênfase na "difusão de valores morais" (ver a discussão sobre o udenismo) a UDN

desenvolveu uma intensa atividade parlamentar como o principal partido da oposição, assim como um modelo de atuação eleitoral em nada diferente dos outros partidos quanto aos métodos de campanha, alianças e coligações. (O esquema teórico de Duverger sobre "partidos de quadros" será discutido adiante, ao se tratar da diversidade udenista.)

A organização de um partido político supõe a combinação entre sua estrutura e sua dinâmica interna. O arcabouço formal inclui os estatutos e os programas; a estrutura propriamente dita corresponde à hierarquia dos órgãos que coordenam as funções públicas do partido e respondem, institucionalmente, por sua atuação. Quanto à dinâmica interna trata-se da articulação nacional-regional-local (a questão da autonomia das seções estaduais frente à direção do partido, por ex.); das campanhas eleitorais; do papel das Convenções Nacionais; dos esquemas de desempenho parlamentar. Outras variáveis para li avaliação da dinâmica interna do partido poderiam ser: a publicação de manifestos ("Carta ao Povo Brasileiro"); a liderança de manifestações públicas (Campanha do Petróleo, "Marcha da Produção", "Marcha com Deus pela Família", etc...); o recrutamento e o levantamento de fundos e, sobretudo, a presença do partido na imprensa.

Pelos Estatutos do Partido, aprovados oficialmente (junto com o 1º Programa) na Convenção Nacional de 1946,

"A UDN tem por fim participar da vida política do país, concorrendo a todas as eleições, sustentando o seu programa — no poder ou fora dele — e lutando:

- a) pela unidade e segurança do Brasil como Nação independente;
- b) pelo fortalecimento do regime federativo;
- c) pela prática do regime democrático, baseado na pluralidade de partidos, na existência e harmonia das classes sociais e na garantia das liberdades fundamentais;
- d) pela moralidade e eficiência da administração pública;
- e) pela elevação do nível de vida do povo e pelo progresso material, cultural e cívico do Brasil" (artigo 3º)⁹.

9 Observe-se a prioridade ao tema da segurança e ao fato de que a "moralidade administrativa" precede a luta pela "elevação do nível de vida do povo", o que seria uma constante nas diretrizes partidárias da UDN.

O partido era composto de três órgãos nacionais: a Convenção Nacional, o Diretório Nacional e o Conselho Nacional (com seções regionais e municipais). Pelos Estatutos "as Convenções deliberam, os Conselhos opinam e os Diretórios decidem, por maioria de votos com a presença de mais da metade de seus membros" (artigo 56). Todos os representantes nesses três órgãos do partido eram eleitos por voto secreto nas Convenções Estaduais com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição somente nos Diretórios Regionais ou Municipais. A representação da UDN nos seus órgãos nacionais apresentava aspectos mais democráticos do que em outros partidos, nos quais a escolha dos representantes era feita pelos Diretórios Estaduais e a reeleição dos presidentes era assegurada, sobretudo no caso do PSD (Landers, 1974, p. 108). Os membros do Conselho Nacional eram os únicos que poderiam pertencer simultaneamente aos três órgãos. O Diretório Nacional, com funções administrativas e executivas, era o órgão máximo do partido¹⁰, em termos institucionais — relações com o governo, com os outros partidos, com a imprensa — não sendo

especificamente responsável pela *ação política direta* (execução das diretrizes partidárias, por ex.) que ficava à cargo das *bancadas federais*. Do Conselho Nacional participavam todos os presidentes dos diretórios e das convenções regionais e municipais, além de 2 a 4 membros eleitos pelos estados. Além dos órgãos nacionais, os estatutos da UDN previam a criação de departamentos com âmbitos de ação específicos: o Departamento de Divulgação e Documentação e o Departamento Trabalhista nunca funcionaram; o Departamento Estudantil passou a fazer parte da UDN em 1963 e o Departamento Feminino teve especial destaque no Rio de Janeiro (campanhas de bairro pró-Lacerda, por exemplo) ou por ocasião das manifestações anticomunistas (1963, 1964).

Em termos de imagem do partido — repercussão na imprensa, plenário de debates, surgimento de novas lideranças, etc. — as Convenções Nacionais constituíam os momentos decisivos da vida partidária. Do

10 Foram eleitos para a Comissão Executiva do Diretório Nacional (de 1945 a 1965), respectivamente presidente, secretário e subsecretário:

1945 — Otávio Mangabeira (Ba), Virgílio de Meio Franco (MO). Paulo Nogueira (SP).

1947 — José Américo (Pb), Aliomar Baleeiro (Ba), Monteiro de Castro (MG).

1949 — Prado Kelly (RJ), Monteiro de Castro (MG), Rui Santos (Ba).

1951 — Odilon Oraga (MG), Rui Santos (Ba), Rui Palmeira (Al).

1953 — Artur Santos (Pr), Virgílio Távora (Ce), Mário Martins (RJ).

1955 — Milton Campos (MG), João Agripirio (Pb), Evaldo Gomes (ES).

1957 — Juracy Magalhães (Ba), Guilherme Machado (MG), Raimundo Padilha (RJ).

1959 — Magalhães Pinto (MG), Aluisio Alves (RN), Ferro Costa (Pa).

1961 — Herbert Levy (SP), Ernani Sátiro (Pb), Aroldo de Carvalho (SC).

1963 — Bilac Pinto (MG), Rui Santos (Ba), Gil Veloso (ES).

1965 — Ernani Sátiro (Pb), Oscar Correa (MG), Lourival Batista (Se) (Arq. UDN).

levantamento das atas sobre as Convenções Nacionais (arq. UDN) foi possível observar que a discussão sobre o fato político — a conjuntura, a ação e a reação do partido — era ampla e muitas vezes polêmica. A dinâmica do plenário e da tribuna expunha um variado elenco em suas singularidades: os reivindicadores, os queixosos (políticos do Nordeste contra pretensas "discriminações"), os críticos violentos (acusações aos "adesistas"), os laudatórios otimistas, os burocratas prestadores de contas, os pragmáticos e realistas e até mesmo os réus confessas em "autocrítica" (referência constante à "culpa" da UDN pelo acordo com Dutra, por ex.)¹¹. É nesse sentido que Almond e Powell identificam a convenção partidária como um dos exemplos de agregação de interesses, "à medida que recebe as queixas e demandas de sindicatos ou entidades empresariais e pesa, barganha e concilia esses interesses conflitantes em alguma forma de proposta política" (1972, p. 69).

No caso da UDN, a parte formal da Convenção, de antemão elaborada e quase certamente decidida, consistia na apresentação de questões tais como reforma dos estatutos, entregue a uma comissão de especialistas, em geral presidida por juristas como Prado Kelly. Formal, igualmente, embora envolta na retórica autojustificativa, era a apresentação do relatório político e financeiro da gestão precedente, quase sempre aplaudido por unanimidade. O *interesse real da Convenção residia no seu poder de decisão e de homologação das candidaturas*. As propostas sobre a linha política marcavam uma convenção, sugerindo o grau de unidade ou de dispersão dos convencionais — das delegações estaduais, sobretudo — e anunciando o futuro próximo do partido. Em termos concretos, tratava-se da apresentação do "programa de ação parlamentar" ou, em feição mais genérica, de um plano para as "diretrizes partidárias". Uma das principais atribuições das Convenções Nacionais consistia na homologação dos candidatos às eleições presidenciais¹². Nesse sentido; as plataformas do partido representavam verdadeiros *manifestos eleitorais* que definiriam os rumos das campanhas. Estas, para serem eficientes, necessitam *um tema, um espírito e uma estratégia*. A UDN teve, efetivamente, tais elementos em suas campanhas: "o espírito da redemocratização" em 1945; o "tema da moralização", com Jânio Quadros; a "estratégia dos acordos interpartidários", nas disputas regionais.

11 Agradeço o inestimável auxílio de Maria Auxiliadora Arantes no levantamento do noticiário sobre as Convenções da UDN no *O Estado de S. Paulo*.

12 Além da discussão sobre os nomes dos candidatos, ouviam-se nas Convenções Nacionais, críticas às nomeações feitas pelo Executivo e aprovadas no Congresso. Na C. N. de 1953, por exemplo, Adauto Lucio Cardoso critica a escolha dos embaixadores Batista Luzardo (Argentina) e Walter Moreira Salles (Estados Unidos). Arq. UDN.

A homologação dos candidatos nas Convenções salientava, também, o peso das bancadas federais (com direito a voto) e das reivindicações regionais (*constante oposição norte/sul*). Sugere V. O. Key que as bases das Convenções Nacionais repousam, para a necessária estabilidade dos partidos, nas técnicas da *conciliação e do compromisso* (1958, p. 460). No caso da UDN, isso explica, por exemplo, a ambiguidade das plataformas sobre as questões cruciais; quando a definição era imperiosa, corria-se o risco de cisões ou mesmo rupturas, como ocorreu na Convenção Nacional em Curitiba (1963) em torno da reforma agrária, com emenda constitucional.

Ao lado das Convenções Nacionais, as campanhas eleitorais, especialmente para as eleições presidenciais, constituem elementos evidentes para se apreender a dinâmica de um partido político. No caso específico da UDN, no entanto, importa salientar que, contrariando a fama de partidos intermitentes, vigentes apenas nas lutas eleitorais, *a UDN existia como partido exatamente na entressafra eleitoral, quando renegava sua desfiguração momentânea nas alianças e coligações, fixando-se nos grandes temas de sua linha política nacional*. Esta característica — essencial para a percepção da UDN e do

udenismo — não invalida a importância das eleições e das campanhas, já discutidas na primeira parte deste estudo, como marcos para a configuração das conjunturas. Como foi visto, o tipo e o estilo das campanhas (do lenço branco à vassoura) assim como o resultado, quase sempre inesperado, das eleições, influenciaram, de forma decisiva, a orientação política do partido de 1945 a 1964.

A avaliação do papel das campanhas eleitorais na vida dos partidos é discutida por V. O. Key de uma perspectiva interessante por integrá-las num "ciclo democrático". Para este autor, o "ciclo da democracia" consiste na alternância de padrões — padrões cíclicos — de comportamentos eleitorais. Uma "situação democrática" tem uma certa duração e acaba, dando início a outro ciclo; a variabilidade resulta dos "conteúdos", diferentes das situações, e estes são dados pelas eleições. O ritual da eleição identifica o processo democrático, embora "eleições sejam momentos dramáticos na luta pelo poder" (Key, 1958, p. 702). As eleições seriam a essência vital de um partido político, das vitórias retira a vida, das derrotas a morte lenta e ingloria ... Há que perceber, afirma Key, a sensibilidade do partido para *a intensidade e as direções do sentimento popular* (idem, p. 380). No 1º caso, lembre-se que parte da UDN considerava suas derrotas "gloriosas"; no segundo caso ela já teria sabido interpretar o "sentimento popular", por ocasião do apoio a Jânio Quadros, embora em ambas as situações a frustração tenha sido a mesma.

Apesar de uma elegante retórica parlamentar que enfatiza a "desambição pelo poder" e as noções de sacrifício, o pragmatismo disputas eleitorais marcou o esquema de alianças e coligações udenistas, assim como estimulou as táticas golpistas de impugnação dos resultados eleitorais. As constantes acusações aos outros candidatos que recebiam apoio do Partido Comunista, deveriam ser confrontadas com o fato de que inúmeros udenistas, quando necessário, jamais recusaram votos dos comunistas, secreta ou ostensivamente. Os exemplos mais notáveis lembram o apoio dos comunistas, nas eleições para os governos estaduais, a Otávio Mangabeira, na Bahia, Cid Sampaio, em Pernambuco, Virgílio Távora, no Ceará, e, principalmente, Milton Campos em Minas Gerais ("Milton Campos manteve com o líder comunista, entendimentos prévios no bar do hotel Glória, no Rio de Janeiro, e Prestes participou do banquete de sua posse, no Palácio da Liberdade". O *Estado de S. Paulo*, 12/11/1978). No outro extremo da mesma questão, nota-se que os udenistas também aceitaram, para vencer eleições, a ajuda financeira de instituições espúrias, como o IBAD, (o decreto-lei nº 9.258, de 14/5/1946, estabelecia, entre outros artigos, que seria cancelado o registro do partido quando se provasse "que recebe, de procedência estrangeira, orientação político-partidária, contribuição em dinheiro ou qualquer outro auxílio").

Do ponto de vista da dinâmica eleitoral, a UDN está identificada com dois fenômenos, comuns também aos outros partidos: a fatalidade das alianças e coligações e os diferentes pesos das UDNs regionais, o que remete à discussão das várias UDNs. A questão vincula-se, também, à problemática da representação proporcional, apontada como responsável por grande parte dos males da (não) representatividade dos partidos brasileiros¹³. A crítica de um bacharel udenista é precisa:

"a representação proporcional leva à fragmentação e à cristalização dos partidos em grupos bem individualizados, *por causa da lei e não por causa das origens sociais, das ideologias e dos programas*. Mas o governo presidencial concentra fortes e amplos poderes nas mãos dos Executivos federal, estadual e municipal, poderes capazes de grandes forças de atração ou

de repulsão. Daí a consequência inevitável de que os partidos, *levados a se separar nas eleições, são forçados a se agrupar em torno aos governos*" (A. Arinos, 1957,p.178).

13 A discussão atual sobre o sistema de voto distrital estimula a retomada das teses sobre representação e participação, assim como as críticas à representação proporcional. Ver os trabalhos recentes de Eduardo Aydos (1979), B. Lamounier (1979, 1980) e o livro de Maria Dalva Kinzo, *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Símbolo, 1980.

2.1. — A Autonomia das Secções Estaduais

Embora coubesse ao Diretório Nacional o registro dos candidatos do partido para as eleições estaduais, havia, permanentemente, uma *total autonomia dos diretórios regionais para fazer coalizões, selecionar candidatos, angariar e utilizar recursos financeiros.. organizar e desenvolver campanhas eleitorais e outras*. A pesquisa de Lúcia Lippi sobre o PSD (1973) revelou a semelhança, em termos dessa autonomia, entre os dois partidos; no caso do PSD a autonomia das secções estaduais era tal que um "rebelde", se ganhasse a eleição, seria novamente incorporado ao partido. Para a UDN, lembre-se, ainda, que o fortalecimento da autonomia municipal sempre foi tema de seus programas, e não apenas como artigo de retórica; a defesa da autonomia dos municípios de Santos (SP) e do então Distrito Federal (RJ), por exemplo, foi uma constante na atuação parlamentar udenista, desde de, pelo menos, 1951 (arq. UDN).

Essa questão da autonomia/dependência dentro da estrutura funcional da UDN é assim descrita pelo udenista Oswaldo Trigueiro:

"Nos vinte anos de vigência da Constituição de 1946, a UDN foi, no cenário federal, o partido da oposição persistente, radical, combativa. Essa imagem, todavia, não coincide com a imagem das secções estaduais do Partido, que eram pragmáticas e governavam, parcialmente, em alguns Estados e em centenas de Municípios. Sem dúvida, o diretório nacional da UDN estava sujeito à influência da UDN da Guanabara e de São Paulo, onde ela era mais intransigente. Mas *o diretório nacional não tinha autoridade efetiva sobre os diretórios estaduais, que decidiam livremente sobre suas alianças e livremente escolhiam os seus candidatos aos cargos eletivos*. Daí as composições mais variadas que a UDN sempre fez, pão só com os antigos aliados, mas também com o PSD e com o PTB. No plano nacional, porém, as secções estaduais não tinham poder decisório, que sempre permaneceu com a cúpula do partido. Em 1950, por exemplo, a maioria das secções estaduais era favorável ao acordo com o PSD, em torno da candidatura de Carlos Luz à Presidência da República. Apesar disso, o acordo não se realizou". (Entrevista à autora., cit.)

Na ocorrência de crises no Diretório Nacional, causadas pelas alianças estaduais, a saída conciliatória consistia em declarar a matéria *questão aberta* para os discordantes da decisão majoritária (arq. UDN). Ao Diretório Nacional competia, também, intervir nos diretórios regionais em caso de denúncia de corrupção administrativa ou "desvio" da linha política mais geral do partido (a intervenção ocorreu muito raramente) assim como decidir sobre as propostas de expulsão. Nessa segunda hipótese dois exemplos de destacam na história udenista: o dos paulistas que se aliaram a Adhemar de Barros, em 1948, e o do pernambucano João Cleofas, que aceitara ser Ministro da Agricultura, no governo de Getúlio Vargas, em 1951. Em ambos os casos, malgrado violenta discussão no DN, nenhuma punição foi imposta aos "desviantes".

Deve ser igualmente apontado que inexistia qualquer vínculo de dependência financeira entre os diretórios e a UDN nacional. Embora não contasse com a soma de recursos do PSD, a UDN não era, necessariamente, um partido pobre: era proprietária de sua sede, um andar inteiro no centro do Rio de Janeiro, do qual alugava as salas restantes; os parlamentares contribuíram com uma percentagem de seus salários (em 1965 esta contribuição era de seis mil cruzeiros); um "livro de ouro" recolhia doações e o partido promovia intensas campanhas financeiras para as eleições presidenciais (as do Brigadeiro, em 1945 e 1950, e a de Milton Campos, em 1960). Em 1953, por exemplo, o deputado Lafayette Coutinho sugerira à comissão executiva do Diretório Nacional "a constituição de uma comissão que, junto das classes conservadoras, procurará obter contribuições mensais levando em conta os interesses dos membros dessas classes na preservação do regime e de partidos democráticos, como. a UDN", Adauto Lúcio Cardoso e José Augusto ponderaram que o partido só deveria recorrer a correligionários ou a simpatizantes, mas não a entidades (DN, 6/5/1953, arq. UDN).

A importância da política estadual torna-se evidente ao se constatar aquela autonomia desfrutada pelos diretórios regionais para organizarem chapas eleitorais (governadores, deputados e senadores) em alianças e coligações as mais variadas. O mecanismo partidário da cúpula *não* quebrava as arrumações políticas locais; pelo contrário — e aí consistia a "máquina" em funcionamento — a direção partidária *necessitava* desse consenso quanto às regras informais de um sistema eleitoral aparentemente caótico, pois dele dependia o apoio às candidaturas presidenciais e a união das bancadas federais. Se, como afirma V. O. Key, é a hierarquia partidária que mobiliza o apoio eleitoral, *o preço da unidade nacional é a tolerância aos interesses locais: "if politics did not make strange bedfellows, there could be no national party"* (Key, 1958, p. 368).

Tais alianças e coligações, de vínculos puramente eleitorais, instáveis no tempo e irregulares no espaço (as que ocorrem para a Câmara nem sempre se repetem nas Assembléias, por exemplo), tem como principal motivação maximizar o apoio e derrotar o principal adversário. A pesquisa de Olavo Brasil Júnior¹⁴ é esclarecedora:

"a análise das alianças, segundo o tamanho do partido, conduz à explicação de que a motivação dos partidos consistia, acima de tudo, em maximizar seu apoio popular, estratégia que, no caso dos grandes partidos significava basicamente lutar contra seu principal adversário, usando, inclusive, dos pequenos partidos na disputa. Para os pequenos partidos, a maximização do

apoio popular implicava, sobretudo, na tentativa de, pelo menos, se fazerem parlamentarmente representados (1979, p. 4). A longo prazo, no entanto, como assinalou M. do Carmo Souza, isso poderia significar uma extrema fragmentação partidária que importa, à nível dos interesses, no realinhamento das forças sociais (1976, p. 143).

A prioridade dada à unidade, em detrimento da união, é objeto de crítica contundente na análise de Ostrogorski que se aplicaria, de certa forma, ao sistema partidário brasileiro como um todo — e não apenas à UDN — no tocante às vicissitudes e contradições da *realidade de uma política nacional e várias políticas locais*: para salvar a unidade do partido afastam-se os graves problemas nacionais, jogando-se com princípios e programas ao sabor dos interesses ou preconceitos locais. É nesse sentido que Ostrogorsky condena a existência do partido permanente. O que geralmente é percebido como um mal — a transitoriedade, a intermitência, a fluidez dos partidos, que só existiriam no momento eleitoral — é valorizado em seu clássico estudo (publicado originalmente em 1902) sobre a gênese dos partidos nos Estados Unidos (época Jackson) e na Inglaterra (Caucus). Ao ideal do partido permanente Ostrogorski opõe justamente a criação, livre e múltipla, de organizações *ad hoc*, limitadas e objetivos precisos e finitos. O partido deixaria de ser um aglomerado de indivíduos ligados por "vínculos fictícios", para se constituir numa associação cuja homogeneidade — aí, então, autêntica — seria garantida pela defesa de um objetivo comum (1964, II, p. 356). De que maneiras esta visão de Ostrogorski, em sua condenação inequívoca à "máquina" e à "organização", pode ser aproximada do estudo da UDN? Por um lado, a crítica de Ostrogorski se aplica à postura nacional da UDN que *sempre defendeu a unidade. diversa da união*; por outro lado, como a crítica à intermitência não se aplica à UDN, justifica, então, a ênfase na afirmativa de que a *UDN existia. como partido. exatamente fora do momento eleitoral*.

14 "Notas para o estudo do sistema partidário brasileiro (1945-1962)", IUPERJ, 1979, mimeo.

Insista-se num ponto que poderia passar equivocado neste estudo: o significado específico daquela autonomia local. Trata-se de compreendê-la no quadro das relações internas do partido — e aí somente no qual a autonomia das secções locais significava realmente independência financeira, de poder decisório, de linha de alianças e coligações eleitorais, de nomeações, etc., mantendo-se o vínculo nacional para as questões parlamentares (o papel importante das bancadas federais) e as campanhas presidenciais. Na realidade *não existia autonomia política efetiva*, ao nível local, como bem o demonstrou Victor Nunes Leal em seu *Coronelismo. Enxada e Voto*:

"o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história, salvo breves reações de caráter municipalista, o amesquinamento das instituições municipais (...) Ao lado da falta de autonomia *legal* os chefes municipais governistas sempre gozaram de

uma ampla autonomia *extra-legal*... que consiste na carta-branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do "coronelismo" (...) Mas com a autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado; será uma dádiva do poder" (1975, p. 51)

Com uma abordagem diferente, Fernando Henrique Cardoso termina por sugerir a mesma interpretação para essa autonomia, na República Velha:

"Na ausência de partidos, o compromisso entre os "chefes naturais", locais, e o Chefe do Executivo garantiria a continuidade política. Tratava-se de um "governo de notáveis", oligárquico, onde a oposição entre Executivo Central e Poder Local estava sanada no fundamental: o chefe indicava autoritária, mas tradicionalmente (...) Os interesses "civis" não se opunham aos "políticos", nem os "locais" ao "central", uns eram a continuação dos outros. Estado e sociedade entrelaçavam-se" (1975, p.175).

Essa questão implica na necessidade de se relacionar estrutura de poder e interesses, evitando-se o que o autor citado critica como a "volta de velhos fantasmas na análise política", ou seja, a ênfase no peso explicativo dos regionalismos (idem, p.167).

Insista-se que o regionalismo e o poder são importantes para qualquer análise de partidos políticos. No entanto, a autonomia local é percebida também em termos de interesses do Estado (Victor Nunes Leal) e as diferenças regionais são consideradas em termos de interesses específicos, tanto pelo lado da posição frente ao governo, como pelo lado das origens (sociais e políticas) dos partidos nas regiões. Essas peculiaridades regionais revelam como os grandes partidos UDN e PSD — mais convergentes do que divergentes em termos de interesses econômicos, ordem legal, política salarial — no plano da política nacional sejam adversários, e, no plano da política local, muitas vezes inimigos.

2.2 — Atuação Parlamentar e a Questão do Poder

Qualquer discussão sobre a atuação parlamentar dos partidos políticos passa pela avaliação das relações entre o Executivo e o Legislativo. Haveria que se levar em conta a polêmica, relativamente recente, sobre o verdadeiro papel do Legislativo (e o peso dos partidos) frente ao Executivo. Pesquisas específicas sobre a produção legislativa tendem a questionar o constante "conservadorismo" do Legislativo em oposição ao Executivo "progressista e inovador" ¹⁵, conforme afirma Celso Furtado em seu conhecido artigo "Obstáculos políticos ao Crescimento Econômico" (1965). Independentemente desta dicotomia conservador/progressista, é importante lembrar, como o faz Maria do Carmo Souza, que após 1964 ocorreu no Brasil "o visível atrofiamento de uma instituição que era, em termos comparativos, mais ou menos poderosa" (1976, p. 107). Na realidade, 15 anos de sistema bipartidário num regime autoritário, contribuíram para que o papel do Congresso fosse percebido de maneira extremamente tímida, obscurecendo-se o fato de que, nos períodos democráticos, "era no Senado e na Câmara dos Deputados que se realizava o

processo político, embora o Presidente da República, por efeito da liderança inerente ao sistema presidencialista de Governo, frequentemente se impusesse nas horas de decisão"¹⁶.

A lembrança é mais pertinente do que nostálgica. O Congresso, afinal, não apenas "se esvaia na hemorragia dos discursos numa paralisia humilhante", como lamentava Afonso Arinos após 1964, (1965, p.54) mas era a sede do poder Legislativo, onde os partidos — com todas as mazelas já exaustivamente apontadas no sistema partidário calcado na representação proporcional — enfrentavam-se e exerciam seu papel, mais do que apenas simbólico, de representação da luta políti-

15 Sobre o papel do Legislativo e suas relações com o Executivo ver C. Furtado (1965) M.C. de Souza (1976) M.V. Benevides (1976); ver os trabalhos específicos de S. Abranches (1973), Clóvis Brigagão (1971) e M. I. Valadão de Carvalho (1977), que discutem a hipótese de Furtado.

16 Carlos Castello Branco. "O Papel Político dos Parlamentos", *Jornal do Brasil*, 13/6/1976.

ca. Em outros termos, esta é a visão de Celso Lafer, que percebe no Congresso da República Populista "um *locus* importante, onde as facções que representavam múltiplos interesses tinham a possibilidade de conciliar-se e acomodar-se, compartilhando o poder", em oposição ao Congresso pós-1964, que deixou de desempenhar esse papel, "causa e consequência do declínio das antigas elites políticas" (1975, p. 89).

O aspecto da conciliação e da acomodação deve ser realçado, no entanto, em detrimento de uma representação autêntica. Entre outros autores, Hélio Jaguaribe questiona "o valor do Congresso como um foro para debates e negociações em escala nacional", devido à baixa capacidade dos partidos em "se mostrarem efetivamente representativos de grupos e interesses sociais. As Associações Comerciais tornaram-se organismos típicos para a burguesia comercial e industrial e os sindicatos porta-vozes notórios do operariado" (1969, p.208).

Isto posto, é possível identificar, sem rigor excessivo, um certo perfil parlamentar do udenista — que aí se distingue do pessedista, por exemplo — pela insistência num padrão de intervenção no Congresso caracterizado pelos seguintes pontos: o combate histórico ao getulismo, a denúncia constante da corrupção administrativa, a oposição à ação estatal na economia, a ênfase nos "aspectos subversivos" de uma política de massas (greves, movimento sindical politizado, aumentos de salário mínimo, etc.) e o combate ao comunismo, sob suas variadas formas, reais e supostas. Este perfil deve ser relativizado devido à própria dificuldade em se obter uma visão regularmente correta da atuação parlamentar, o que decorre de três circunstâncias: a) em matéria de votação o partido nunca propunha questão fechada; b) o conflito era a regra entre as bancadas federais e a Comissão Executiva do Diretório Nacional; c) e no Congresso as divergências entre udenistas eram significativas, por motivos regionais ou de grupos políticos (os legalistas e os golpistas, os bacharéis e os realistas, os nacionalistas e os "entreguistas", a "Banda de Música" e a "Bossa Nova"). Quanto à disputa para participação nas Comissões, nas CPIs, na Mesa Diretora, para os postos de liderança (da Maioria, da Minoria, do partido, das bancadas estaduais ou dos blocos) não diferia a UDN dos outros partidos.

Em tese, a atuação parlamentar da UDN ¹⁷ deveria corresponder ao padrão aprovado pelo Diretório Nacional; acompanhando proposta de Adauto Lúcio Cardoso, em torno dos seguintes pontos:

17 A atuação parlamentar inclui a produção legislativa (apresentação de projetos de lei) mas também a intensa atividade discursiva: o "pinga-fogo", os breves comunicados como "recados ao eleitor", os discursos propriamente ditos, os de encaminhamento de votação e os de justificação de voto. Agradeço a D' Alembert Jaccoud o empréstimo de amplo material sobre a atuação de udenistas no Congresso.

1. trabalho legislativo: apresentação de projetos, assessoria técnica e acompanhamento dos mesmos; controle sobre as comissões, destacando-se o papel dos juristas;
2. investigação e controle sobre os processos da administração pública, sobretudo os que dizem respeito à área policial e do judiciário;
3. trabalho de assistência partidária (promoção de debates entre as bancadas estaduais, entrosamento Câmara e Senado, etc.)
4. trabalho de assistência eleitoral: problemas relativos aos recursos para as campanhas, propagandas, divulgação, etc. (DN, 17/4/57, Arq. UDN).

A produção parlamentar, relevando-se o peso da retórica partidária, significa, em termos concretos, a equação de projetos apresentados e projetos aprovados. A prática parlamentar difere, por motivos óbvios, da prática eleitoral de um partido, mas ambas apresentam uma característica em comum: a necessidade de composições interpartidárias, para a defesa de interesses comuns ou oposição ao inimigo comum. Se a UDN se aliava até mesmo com o PTB nos estados (contra o forte PSD), em alguns casos ela tenderia a apoiar o PSD no Congresso, exatamente contra as "propostas esquerdizantes" do PTB e dos socialistas, embora o papel mais constante da UDN parlamentar tenha sido de oposição à aliança PSD-PTB (cujo "ponto ótimo" ocorreu no governo Kubitschek), pelo o que ela representava da herança getulista. É importante acentuar que a apresentação de projetos sobre as grandes questões nacionais exigia a congregação de várias legendas, mas a iniciativa surgia encampada por um determinado partido, que a apresentava como integrante de seu programa. No caso da UDN foi o que aconteceu com o projeto da Petrobrás, da Previdência Social, das Diretrizes e Bases da Educação, da Reforma Eleitoral, embora tenham todos, depois de inúmeras emendas, sido aprovados como produtos de acordos interpartidários nas diversas comissões. *A identificação da UDN, no entanto, com determinadas campanhas nacionais, é o que assegurava, ao partido heterogêneo, a unidade e reconhecimento como partido político, exatamente fora do momento eleitoral.*

Segundo pesquisa de Clóvis Brigagão, é no ano de 1962 (na vigência do parlamentarismo) que a UDN registra a mais alta produtividade parlamentar, embora o PSD mantivesse, sempre, o primeiro lugar na proporção de projetos apresentados e aprovados. No período pós 64 a produção da UDN, sobretudo no campo administrativo e

institucional — afinal, era o "ariete da Revolução" — é muito alta, o dobro em relação a do PTB, por exemplo (Brigagão, 1971) ¹⁸. Para o período 6164 Wanderley Guilherme registra o padrão das "coalizões parlamenta-

18 *Poder e Legislativo no Brasil*, dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1971, mimeo.

res flutuantes" ou "ad hoc", isto é, coalizões feitas para vetar políticas nas votações nominais. Como a aliança PSD-PTB não mais vigorava na prática, a UDN e o PSD atuavam juntos numa coligação conservadora, que incluía os outros partidos menores (PSP, PR, PDC, e PL) contra a aliança PTB-PSB, sobretudo na área das emendas constitucionais. Em 1963, por exemplo, a UDN torna-se responsável por uma verdadeira "inflação de propostas políticas": apresenta o triplo de projetos apresentados em 1961, "revelando um grande salto em sua atividade agitadonal". Em 1962 a UDN apresenta 90 projetos (11 aprovados); em 1963 apresenta 335 (apenas 12 aprovados) e em 1964 apresenta 100 e consegue aprovar 15 (W.G.Santos, 1973a p. 44).

A inegável importância dos contatos informais no Congresso, aliada à dependência na informação e na iniciativa do Executivo, revelam duas características da atuação parlamentar que salientam as limitações do Legislativo e o poder de manobra das lideranças pessoais. Explicam, ademais, a necessidade, já referida, de se resolverem, por acordos interpartidários, as questões de interesses locais trazidas pelos representantes estaduais para o âmbito do Congresso (sobretudo no tocante às verbas), E, como assinala M. do Carmo Souza, as comissões permanentes tinham grande influência no processo legislativo: "elas podem matar um projeto, engavetando-o pura e simplesmente, ou tornando muito remota sua aprovação em plenário. A distribuição e composição interna das comissões é controlada pelos partidos majoritários, que, além disso, indicam os presidentes das mesmas" (1976, p. 127).

A UDN não fugiria à regra: lutou pelos cargos (principalmente o de relator) em todas as comissões, assim como pela liderança da oposição (como Afonso Arinos, em 1952) ou do Bloco da Minoria (UDN-PL), o que era muito importante porque, pelo Regimento da Câmara, cabia aos líderes dos blocos a prerrogativa do uso irrestrito da tribuna. A Comissão do Orçamento, por exemplo, sempre controlada pelo PSD, era tão importante que a Ranieri Mazzilli, "um obscuro pessedista de Caconde", chegou a ser eleito presidente da Câmara (tendo inclusive, ocupado interinamente a presidência da República em diversas ocasiões) pelo fato de ser relator da Receita na Comissão de Orçamento. E na UDN dois deputados detinham considerável "poder de manobra" na Câmara devido aos cargos permanentes na Comissão de Orçamento: José Bonifácio, pari as questões do Ministério da Agricultura e Paulo Sarazate, para o Ministério da Educação (apud *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1978, p. 4).

Se a produção parlamentar de um partido pode ser vista como decorrência de sua linha política — por mais fluida que esta seja — *a questão do poder dentro do partido* permanece em primeiro plano e pode ser, daí, inferida. Para a UDN, segundo regra do Diretório Nacional, "as decisões sobre a política do partido deveriam resultar de um entendimento entre as lideranças das bancadas da Câmara e do Senado, acrescido,

posteriormente, da opinião dos membros do Diretório Nacional" (DN, 17/4/57, Arq. UDN). Tal regra reforça, obviamente, o papel dos líderes, mas significa, acima de tudo, que *são as bancadas federais que detêm a maior parcela de poder decisório dentro do partido*. Isso explica a gravidade das decisões na UDN, como, por exemplo, o rompimento da ala carioca, de tendência lacerdista, com a direção nacional; isso explica, também, o peso da UDN mineira, em geral mais afinada com a cúpula nacional do partido. Lembre-se, igualmente, que os líderes do Senado e da Câmara tinham assegurado o direito a voto no Diretório Nacional; os ex-presidentes da UDN, por exemplo, não somente eram inelegíveis como perdiam aquele direito.

Em reforço à hipótese sobre o poder das bancadas federais dentro do partido, é interessante lembrar que, embora a UDN tivesse ministros de Estados, estes nem sempre representavam a linha majoritária no partido, como foi o caso de João Cleofas, na Agricultura, ou de Afonso Arinos, cuja defesa da "política externa independente" acarretou rompimentos e duras críticas, sobretudo dos setores ligados ao lacerdismo. Lembre-se, também, que dos 154 ministros do período 1946-1964, — excluindo-se os ministros militares — mais de um terço eram membros do PSD; o PTB teve 24 ministros (dos quais 10 do Trabalho e 4 da Agricultura) e a UDN apenas 15, dos quais 5 das Relações Exteriores e 4 de Minas e Energia (Lippi, 1973, p.60). Mas dentre esses 15 udenistas, apenas um — Raul Fernandes — não teve, também, mandato parlamentar.

QUADRO I

PRESENÇA DA UDN NOS MINISTÉRIOS, DE 1946 A 1964

GOVERNO DUTRA:

Clemente Mariani — Educação (7/12/46 — 15/5/50)

Raul Fernandes — Relações Exteriores (13/12/46 — 1/2/51)

GOVERNO GETÚLIO VARGAS:

João Cleofas — Agricultura (31/1/51 — 8/6/54)

José Américo de Almeida — Viação e Obras Públicas (19/6/53 — 27/8/54)

Vicente Rao (simpatizante udenista) — Relações Exteriores (2/7/53 — 24/8/54).

GOVERNO CAFÉ FILHO:

Prado Kelly — Justiça (18/4/55 — 11/11/55)

Raul Fernandes — Relações Exteriores (27/8/54 — 12/11/55)

175

GOVERNO JÂNIO QUADROS:

Clemente Mariani — Fazenda (31/1/61 — 8/1/61)

Afonso Arinos.- Relações Exteriores 1/2/61 — 25/8/61)

João Agripino — Minas e Energia (2/2/61 — 25/8/61)

GOVERNO PARLAMENTARISTA DE JOÃO GOULART (Gabinetes Tancredo Neves, Brochado da Rocha, Hermes Lima)

Alfredo Nasser — Justiça (13/10/61 — 26/6/62)

Virgílio Távora — Viação e Obras Públicas (11/9/61 — 12/7/62)

Gabriel Passos — Minas e Energia (11/9/61 — 18/6/62)

Afonso Arinos — Relações Exteriores (17/7/62 — 13/9/62)

(FONTE: Lippi, 1973, pp. 411-511)

Sobre a questão da distribuição do poder dentro do partido, vinculada, necessariamente, ao grau diferenciado da participação, Maurice Duverger distingue a seguinte hierarquia nos partidos de quadros: os dirigentes permanentes, os militantes, os aderentes, os simpatizantes e os eleitores (1954, p. 82 e segts). Esta distinção formal dificilmente existe na realidade. Os partidos contam, quase sempre, com os dirigentes — que são também os militantes — os simpatizantes (não obrigatoriamente miados ao partido; no caso da UDN seriam, por exemplo, os setores militares, da imprensa e das associações de intelectuais, estas na primeira fase do "partido da redemocratização") e os eleitores, categoria anônima e flutuante. Os militantes e dirigentes, na UDN, confundem-se, muitas vezes, com os representantes parlamentares — os que detêm então, maior parcela de poder decisório dentro do partido. Um dirigente udenista sem mandato legislativo perdia muito de sua força e prestígio; isso explica o fato de que os presidentes da UDN, de 1945 a 1965, eram deputados ou senadores. A única exceção foi Odilon Braga (biênio 1951/1953) que, segundo Aliomar Baleeiro, pelo fato de não ter mandato, enfrentou as maiores dificuldades para influenciar a linha do partido na Câmara (entrevista à autora, cit.)

Fixada a importância das bancadas federais dentro do partido, registre-se a realidade numérica da UDN no Congresso: a UDN tinha reduzida capacidade competitiva frente à forte aliança PSD-PTB, mas manteve o segundo lugar na Câmara dos Deputados, de 1945 até 1962, quando o perdeu para o PTB, e podia contar com o apoio dos pequenos partidos, o PL, o PDC, o MTR e, eventualmente, o PR.

QUADRO 2

COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DA CÂMARA FEDERAL 1945-1962

PARTIDOS	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	52.8	37.0	35.0	35.3	30.3
UDN	29.0(a)	24.4	22.7	21.5	23.4
PTB	7.7	16.8	17.2	20.2	29.8
PSP	(b)	7.9	9.8	7.7	5.4
PCB	4.9	-	-	-	-
Pequenos	5.6	13.9	15.4	15.3	16.2
TOTAL	100.0 (286)	100.0 (303)	100.0 (326)	100.0 (326)	100.0 (389)

(a) Inclusive seis eleitos pela coligação UDN-PR.

(b) Dois eleitos pelo PSP são contados entre os pequenos. Fonte Maria do Carmo Souza, 1976.

CAPÍTULO II

POLÍTICA SOCIAL E POLÍTICA ECONÔMICA

1. A TRAJETÓRIA DOS PROGRAMAS: A QUESTÃO SOCIAL

A discussão de aspectos da política social e econômica da UDN supõe, necessariamente, o reconhecimento de que PSD e UDN defendiam, em linhas gerais, interesses econômicos semelhantes (ver capítulo III: "UDN e PSD: o corte do getulismo:"). A principal diferença entre ambos deriva da postura tradicionalmente anti-estatista da UDN e favorável ao capital estrangeiro, enquanto o PSD, numa linha mais progressiva, admitia, ao mesmo tempo e com igual ênfase, a intervenção estatal e o capital estrangeiro. O quadro mais constante no cenário político será composto pela união de partidos adversários defendendo interesses afins e pela divergência de grupos dentro do mesmo partido — como no caso da "Bossa Nova", na UDN, e da "Ala Moça", no PSD, além das peculiaridades das seções regionais. Importa distinguir, portanto, os interesses regionais e os de âmbito nacional, os primeiros muitas vezes conflitantes com a linha "ideológico-programática" do partido. Segundo Hélio Jaguaribe, as tendências clientelísticas da UDN e do PSD são semelhantes no interior da Região Leste (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo) e na Região Norte; a política de clientela da UDN, no entanto, teria um sentido "conservador senhorial" na zona canavieira do Nordeste, no Ceará e nas zonas de pecuária mais antigas da região Centro-Oeste, enquanto que o PSD revelaria um "clientelismo mais consensual", no interior da região Centro-Leste e nas regiões novas da Região Centro-Oeste (1962, p. 23).

Outra consideração que se impõe, ao abordar este tema, diz respeito aos programas, teoricamente portadores das linhas de política social e econômica dos partidos¹. Já se tornou lugar comum insistir na falta de representatividade de tais documentos, geralmente anódinos, ideologicamente indefinidos e desconhecidos da maior parte dos militantes. Oliveiros Ferreira também chama a atenção para o caráter inoperante dos programas partidários, mas salienta uma crítica original, "à incapacidade de os partidos influenciarem os governos, que deles eram expressão naquele período":

"de 1945 a 1964, ninguém teve a coragem de estabelecer essa clara distinção entre partido e governo, todos fazendo crer que o partido iria ao poder para realizar seu programa. Na verdade, a coisa foi bem distinta. Quando das eleições presidenciais o candidato apresentava seu programa, que podia ou não ter alguma coisa em comum com o programa do partido pelo qual se apresentava. O resultado foi que em toda a *república democrática* o governo prevaleceu sobre o partido com a grave consequência, entre outras; de o

processo brasileiro (social, econômico e político) ter-se retardado, só voltando a caminhar no sentido desejado por alguns partidos — e em alguns pontos — sob pressão da realidade ou da vontade dos presidentes" (O ESP. 8/2/1980).

Nesse sentido, vale a pena lembrar o preâmbulo do segundo programa da UDN, aprovado na Convenção Nacional de 1957, justamente em pleno governo Kubitschek, considerado um período liberal democrático (em termos de liberdades formais e liberdades públicas, tão reclamadas pelos udenistas): "*o principal dever de um partido na oposição é o de evidenciar, perante o povo, permanentemente, o contraste entre o que faz o governo e o que fará o partido, quando for governo*" (arq. UDN). A partir de 1964, quando, dentre todos os partidos, era o que "mais estava no governo", a UDN mostrou o contraste entre sua atuação e seu programa, pela conviência com a supressão das liberdades e a nova ordem repressiva e autoritária, e a aceitação da crescente estatização em diversos setores da economia, a começar pela própria *organização da indústria militar*. Esta última proposta, aliás, já constava de seu programa em 1945.

Para o estudo concreto da UDN os programas são, no entanto, indicativos de algumas referências básicas: da herança doutrinária dos

1 Ver em *Documentação e Atualidade Política*, UNB, out/dez 1978, os programas de nove partidos políticos brasileiros.

seus principais elaboradores; das tendências "ideológicas" majoritárias, em termos de política econômica e social; da imagem que o partido tem interesse em ver projetada; e, sobretudo, das contradições que revelam a defasagem entre a letra e a prática. Ademais, como membros do principal partido da oposição, os udenistas faziam, nas lutas parlamentares e na imprensa, constantes alusões ao seu programa tanto para justificar políticas próprias, quanto para atacar o governo e os projetos dos partidos da situação.

Retomando a linguagem de Duverger, se a UDN não foi, integralmente, um "partido de notáveis", nunca chegou a ser, evidente-mente, um "partido de massas". O partido "do lenço branco e das senhoras enchapeladas" do Comício do Pacaembu, em 1945, é o mesmo do "caminhão do povo", das "Caravanas da liberdade", em 1960, Mudara apenas a tática, pois o partido mantinha a mesma visão elitista quanto às questões cruciais da sociedade, sobretudo do ângulo dos interesses das classes populares ². Em 1957, Carlos Lacerda afirmava que, a UDN oferecia "uma bandeira ao trabalhador, dando-lhe a direção da sociedade brasileira" (arq. UDN). Que "direção" era essa se, na prática, a UDN se manifestava contra as reivindicações trabalhistas mais elementares, como majoração de salários, assim como contra o direito de associação em organizações sindicais mais amplas, (CGT, pactos de ação conjunta); contra o voto dos analfabetos, contra os sindicatos rurais e a extensão da CLT ao campo? ³

A oposição da UDN à CGT e a prática sindical como um todo (embora defendesse, teoricamente, a autonomia sindical) decorria de sua "vigilância" em relação à "subversão". Qualquer atuação política dos sindicatos era vista como manipulada pelos comunistas; logo, deveria ser atacada. Um exemplo dessa "confrontação política", com contornos nitidamente ideológicos ("esquerda" *versus* "direita") ocorreu durante a "crise dos bagrinhos" no porto

de Santos, de novembro de 1961 até março de 1964. Segundo pesquisa de Ingrid Sarti,⁴ a UDN promoveu uma verdadeira campanha de "proteção ao bagrinho" para

2 A pesquisa de Vera Candido Pereira revela a imagem que os operários entrevistados tinham da UDN: "partido dos capitalistas", *O Coração da Fábrica*, Rio, Campus, 1980, p, 201.

3 O que, realmente, não é de se admirar, pois como lembra Werneck Vianna, "dado que o Estado Novo foi derrubado "pelo alto", tornou-se possível a imposição de um *liberalismo político de participação restrita*, cuja principal singularidade consistiu na preservação do sistema corporativo de controle das classes subalternas proposto e articulado pelo antiliberalismo militante do regime anterior. *Subsistem, assim, a estrutura corporativa sindical e o monopólio da terra*" (Werneck Vianna, 1978, p, 17),

4 Ingrid Sarti: *Porto Vermelho* (os estivadores santistas no sindicato e na política). Paz e Terra, 1981.

minar a forte posição da esquerda no sindicato dos estivadores do chamado "porto vermelho". A divisão não permite dúvidas 'quanto ao conteúdo político: de um lado, os líderes sindicais fiéis à linha da CGT, à política do PTB, apoiados, em última instância, por João Goulart; de outro, a UDN paulista, liderada por Herbert Levy e a bancada municipal santista, com apoio ostensivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, da União Cívica Feminina (notoriamente de "direita") e até mesmo do DOPS (Sarti, 1981).

É interessante notar que, se medidas concretas, de decisão e aplicação imediatas, eram combatidas como "prejudiciais para a economia da nação", aquelas propostas quase utópicas, de execução e controle difíceis, e a longo prazo, como a "manutenção de colônias de férias pelas empresas", figuraram sistematicamente nos seus programas⁵. O direito de greve, sagrado no programa de 1945, seria sempre negado, em nome das denúncias a "greves ilícitas, subversivas, de inspiração comunistas., e que só podem beneficiar os pelegos do PTB" (arq. UDN). Outro exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Do projeto inicial de 1948, apoiado pela UDN, organizado pelo Ministro da Educação, o udenista Clemente Mariani, que defendia as escolas primárias públicas, pouco restou no texto final, de 1961 (patrocinado por Carlos Lacerda), que privilegia o ensino particular, religioso e economicamente seletivo.

Regra geral para todos os partidos, os programas da UDN também pouco tinham a ver com a prática. Mas é preciso lembrar que os programas udenistas, assim como os textos das diretrizes partidárias, especificamente dirigidos às bancadas parlamentares, tiveram, frequentemente, inspiração progressista, isto é, ênfase nas propostas modernizantes e de conteúdo social. Em 1945 o programa da UDN (sob a influência da Esquerda Democrática?) era, indiscutivelmente, melhor elaborado e com questões mais concretas do que os programas do PSD e do PTB. Em 1945, além das liberdades formais, constantes no ideário liberal clássico, e já publicamente reclamadas no "Manifesto Mineiro", *a plataforma udenista reivindicava autonomia sindical, direito de greve, pluralismo sindical, participação dos trabalhadores nos lucros*

5 o misto de desconfiança e interesse com que os udenistas reagiam às propostas de mudanças sociais significativas de impacto para as camadas populares, lembra o argumento do piemontês ao tentar convencer o Príncipe de Salina (*O Leopardo*) a representar a Sicília no Senado. "— Mas, príncipe, o Senado é a Câmara alta do Reino! Aí, a fina flor dos homens políticos italianos, escolhidos pela sabedoria do soberano, examina, discute, aprova ou rejeita as leis que o Governo propõe para o progresso do país; ele *funciona ao mesmo tempo como espora e bridão: incita ao bem fazer, impede que se faça demasiado*".

das empresas e instituição de conselhos de gestão nas fábricas ⁶. Em termos de políticas mais amplas, o programa registrava uma postura favorável à Reforma Agrária, "através do fracionamento das propriedades quando não devidamente aproveitadas" e à orientação da economia para a ampliação do mercado interno; propunha a redução de impostos nas mercadorias, de primeira necessidade, com a abolição paulatina dos impostos indiretos, substituídos pelo aumento do imposto de renda (o que nunca foi levado adiante); destacava a prioridade aos problemas de habitação e alimentação; defendia o ensino público gratuito, e, principalmente, (o que se transformaria em projeto de um udenista) a Previdência Social.

Quanto ao direito de greve, o programa da UDN era ainda mais liberal e progressista do que o do PTB, pois este último discriminava "greves, legais" de "greves ilegais", além de propor "punições para greves não-pacíficas". No primeiro programa da UDN o direito de greve não estipulava condições. Quanto à planificação econômica, pouca diferença havia entre os programas partidários de 1945: todos defendiam o estímulo à iniciativa privada, "com a ação supletiva do Estado".

Em 1950 as diretrizes partidárias revelam preocupações com a questão social; embora a UDN inaugurasse um novo estilo parlamentar, de "virulência oposicionista", rompendo com o padrão da "oposição cordial", vigente no governo Dutra, em função do acordo interpartidário. O plano de prioridades para a ação parlamentar na nova legislatura, aprovado na Convenção Nacional de maio de 1951, não desmerecia os ideais de Virgílio de Mello Franco sobre o "partido de centro inclinado para a esquerda", e insistia nos pontos básicos de 1945: direito de greve e autonomia sindical; previdência social; participação dos trabalhadores nos lucros das empresas ⁷; amparo ao trabalhador rural e redistribuição justa e progressiva da renda nacional, para que "*os opulentos não monopolizem o poder e os proletários apenas os sofrimentos*" (Arq. UDN).

A radicalização da oposição udenista — sobretudo frente à política social de Getúlio e à intervenção de João Goulart, Ministro do Trabalho — dirige a UDN para oposições cada vez mais conservadoras, quando não reacionárias. Na Convenção Nacional de 1953 a questão

6 Ver no capítulo 2, da primeira parte deste estudo, a posição dos udenistas sobre direito de greve e autonomia sindical na Constituinte de 1946.

7 Além da UDN, o PSD também não estava, realmente, interessado no projeto que regulava a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; o projeto tramitou nas comissões do Congresso de 1947 (o relator, era um

udenista, Paulo Sarazate) até 1971, quando foi finalmente rejeitado no Senado.

social deixa de ser prioritária, destacando-se, nas diretrizes partidárias, a ênfase no moralismo e no bacharelismo. O programa de urgência de 1953 inscreve, *como ponto principal de sua política. o combate aos prevaricadores. pela moralização administrativa e punição dos faltosos*"; em segundo lugar sugere a ampla divulgação do texto da Constituição Federal em todos os estabelecimentos de ensino, a partir da escola primária; em quinto lugar, apenas, segue-se a proposta de "luta pelo barateamento do custo de vida e amparo ao trabalhador rural" (arq. UDN). *Não há mais referências explícitas ao direito de greve*; pelo contrário, a questão passa a ser vista com extrema desconfiança: a "Banda de Música", especializa-se em denunciar a ação "subversiva" de Goulart no Ministério do Trabalho.

Em reunião "da Comissão Executiva do partido, Virgílio Távora propõe a criação de uma comissão de parlamentares udenistas para "reforçar a vigilância sobre a atuação do governo no fomento das greves"; Afonso Arinos afirma que "só excepcionalmente as greves não têm finalidade política, uma vez que são fomentadas pelo PTB e este é controlado pelo Partido Comunista" (17/6/1953, arq. UDN) ⁸. Em outubro de 1953 o novo presidente da UDN, Artur Santos, lança "graves advertências sobre as intenções subversivas na manipulação operária feita pelo governo" (arq. UDN).

A espiral da radicalização antigetulista torna-se cada vez mais tensa. O reajuste de 100% no salário mínimo, decretado por Getúlio Vargas a 19 de maio de 1954 (atendendo à proposta do Ministro João Goulart, exonerado após o "Memorial dos Coronéis", em fevereiro), é vigorosamente combatido pelos udenistas na Câmara, "como instrumento para estimular a luta de classes", além de "extremamente prejudicial para a vida da nação". "A duplicação do salário mínimo atijou ainda mais a oposição", salienta Otávio Dulci:

"Esta, que já falava em nome das classes médias, das Forças Armadas e dos interesses econômicos externos, tornou-se igualmente porta-voz da burguesia industrial, inconformada com a política salarial tão amplamente redefinida. Considerava-se, ao lado dos aspectos estritamente políticos da medida, suas consequências prejudiciais à estabilização financeira tentada por Oswaldo Aranha"(Dulci, 1977, p. 117).

Embora sistematicamente contra os projetos do governo de majoração do salário mínimo — considerados, por Carlos Lacerda, "polê-

⁸ Em 1973, referindo-se à atuação do Ministro do Trabalho Marcondes Filho (de 1941 a 1945) Afonso Arinos declarou: "ao contrário de muitos udenistas, acho que ele prestou um grande serviço ao Brasil (com suas alocações diárias "Trabalhadores do Brasil"), porque desviou os operários do comunismo para o trabalhismo que Getúlio Vargas encarnava". *Digesto Econômico*. nº 232, 1973, p. 6.

mica fútil em torno de trágicas promessas e grotescas miragens" — o udenista Bilac Pinto apresentaria, em 1958, um projeto de "escala móvel de salários", a serem fixados automaticamente com os aumentos do custo de vida. Este projeto não conseguiu, sequer, a aprovação da bancada udenista, assim como não teve os devidos amparos técnicos. Os próprios autores do Projeto desconfiavam dos índices oficiais do aumento de custo de vida. Como poderiam recalcular os salários móveis? À primeira vista, não parece ser mais um daqueles projetos utópicos da UDN? (sobre a questão, ver os debates no D.C.N., 30/10/58).

A não-correspondência entre o programa de 1945 (retomado na Convenção Nacional de 1951) e a prática da UDN, tornou-se cada vez mais evidente. "O partido deu guarida, em seu programa, a reivindicações sociais como puro verbalismo" — denuncia Aducto Lúcio Cardoso, na Convenção Nacional de 1955 — "terá que optar entre as elites em decadência e um programa de revolução social" (23/5/1955. arq. UDN).

O programa de 1957, aprovado na Convenção Nacional Extraordinária presidida por Juraci Magalhães (24/11/57) defende a atuação do Ministério do Trabalho "para a superação da luta de classe", através de uma política de associação do capital e do trabalho". Esta seria uma política nos moldes do "trabalhismo cristão, que protege o trabalhador ao mesmo tempo dos pelegos e da subversão comunista". A influência dos interesses das classes médias é nítida na asserção da "função estabilizadora" da classe média, no papel agregador da família e da Igreja, assim como na defesa do "sistema de mérito" contra a corrupção administrativa e o "pistolão". Há, também, a defesa das pequenas propriedades, da escala móvel de salários e do crédito profissional. O programa se refere, ainda, à "preferência pelos impostos diretos de incidência progressiva"⁹ mas se omite quanto à diminuição dos impostos indiretos ou quanto à franquia tributária em relação aos gêneros de 1ª necessidade, como advogava o programa de 1945. Em relação ao primeiro programa há também uma diferença, no tocante à *educação*: o de 1945 enfatizava a instrução obrigatória e gratuita em todos os níveis, sem particularizar o ensino religioso; o de 1957 dá ênfase à educação, porém obrigatória e gratuita somente na escola primária, sem preferência explícita à secundária e superior (além de de-

9 A pesquisa de M.I. Valladão revela como a UDN se opôs a todos os projetos que regulamentavam os impostos (embora defendesse os de isenção de impostos...) assim como a todos os projetos de aumento dos salários aos funcionários públicos; no governo Kubitschek, especificamente, a UDN empenhou-se na obstrução do projeto que alterava a tabela de Imposto de Renda, "A Colaboração do Legislativo para o Desempenho do Executivo Durante o Governo JK", dissertação de mestrado, IUPERJ; Rio, mimeo, 1917.

fender, explicitamente, o ensino religioso) a não ser para destacar que "os alunos bem dotados intelectualmente devem ser apoiados pelo Estado" (arq. UDN).

No governo de João Goulart a "Bossa-Nova" retomaria a defesa do direito de greve e de associação sindical autônoma e até mesmo as Confederações. A "vanguarda" udenista compartilhava as posições da Frente Parlamentar Nacionalista e se distanciava da UDN

tradicional,. quase ao ponto do rompimento. Em março de 1964, no auge dos debates parlamentares sobre as reformas, discursava José Sarney, um dos principais líderes da "Bossa-Nova":

"Quando vejo desta tribuna, defender-se a necessidade de continuarmos a consolidar a democracia capitalista do Brasil e, ao mesmo tempo, julgar-se insolúvel o problema dos sindicatos, não compreendo como se pode conciliar o sistema de caminhar no sentido de democracia capitalista liberal, que se deseja, e o problema de alijarem-se deste processo as forças do trabalho, dos trabalhadores, dos sindicatos, dos operários e dos estudantes. Eles existem, são uma realidade. A democracia só poderá sobreviver do encontro de opiniões entre os proprietários progressistas e os trabalhadores. Fora daí, não vejo como possamos realmente dar outra solução". (ACD, 18/3/1964, p. 298).

1.1 — A UDN e a Previdência Social,

A defesa da Previdência Social sempre constou dos programas da UDN. E o projeto da Lei Orgânica. E o projeto da Lei Orgânica da Previdência Social foi um dos temas polêmicos da história parlamentar, devido, inclusive, à inevitável rivalidade, sobre 'a matéria, entre a UDN' e seu inimigo histórico, o PTB. O projeto de lei, originalmente elaborado pelo udenista Aluisio Alves (RN) ainda em 1947, sofreu três redações, inúmeras emendas e todo tipo de bloqueio nas comissões do Congresso, para ser aprovado somente em 1960 (no final do governo Kubitschek), fruto de compromissos e acordos interpartidários. A posição da UDN era ambígua, assim como ambígua a postura do PTB obviamente o principal interessado no apadrinhamento do projeto.

Amélia Cohn, em sua tese *Previdência Social e Populismo* (1979), discute a importância dos cálculos políticos-partidários, num contexto populista de manipulação e controle das classes assalariadas, por um lado, e da coerência com um determinado modelo econômico, pela captação da poupança for fada, por outro; em termos dos interesses es-

10 Publicada na "Coleção Contemporânea" da Editora Moderna, São Paulo, com o título: *Previdência Social e Processo Político no Brasil*, 1981.

específicos da UDN e do PTB, a disputa da Previdência Social configurava-se como instrumento de expansão partidária e de mecanismo eleitoral.

Segundo o relator Aluisio Alves o projeto vinha "marcado por preocupações inovadoras e progressistas em relação à política social paternalista do Estado Novo. O projeto inicial incluía no sistema previdenciário os trabalhadores rurais e os empregados domésticos; instituía o seguro e os serviços de reabilitação e, sobretudo, defendia a adoção de um fundo de previdência social, unificação da assistência médica e eleição dos membros dos Conselhos Fiscais pelos próprios sindicatos. A inclusão dos trabalhadores rurais e empregados domésticos constituiu-se em fonte de intermináveis conflitos com as lideranças do PSD, e da própria UDN; na segunda versão do projeto este importante item seria retirado" (entrevista à A., 13/9/1977).

O grande debate sobre o tema ocorreu em 1957, ano pré-eleitoral e marco do novo programa udenista (aprovado na Convenção Nacional de novembro) o qual mantinha a mesma ênfase na instituição da Previdência Social, propondo, ainda, a criação de um Ministério próprio, desvinculado do Ministério do Trabalho (arq. UDN). Embora projeto de um udenista, a posição da UDN não pode ser entendida como de amplo e decisivo apoio como seria de se esperar de um partido cujo programa defendia a "justiça social e todas as medidas de amparo ao trabalhador". A coerência seria mantida, no entanto, com a linha tradicional do partido; a posição dos udenistas, nesse sentido, derivava de duas preocupações principais: a "moralização" da Previdência Social e os altos custos que acarretaria para a economia nacional.

A questão da "moralização" se refere às nomeações para os cargos, ou seja, o alvo principal da crítica era o PTB e sua "política de empreguismo peleguista"¹¹. "Causa-me horror", discursava Aducto Lúcio Cardoso, "que ao invés de se proceder ao provimento dos cargos e de se fazer as nomeações dentro de um critério de conveniência do interesse do serviço público, se estivesse procedendo a essas nomeações como partilha de despojos de guerra". E o horror do líder udenista iria ainda mais longe, ao denunciar que os nomeados pelo PTB eram, muitas vezes, "pessoas que não tinham folha corrida na Justiça criminal" (*Apud* 1981, A Cohn, p. 195)

11 Quanto a essa questão das nomeações para os cargos, Herbert Levy denuncia "o fechar de olhos" ou de ar de neutralidade/desentendimento do presidente, que chegara "a pedir à UDN que soubesse conviver com o PTB, pelo menos até o final de seu mandato". Deste presidente diria Carlos Lacerda na mesma ocasião: "até quando o Sr. Juscelino Kubitschek vai brincar de governar este país? (...) Pois afinal já estamos todos fartos deste presidente da República, que fala mais do que um deputado e age muito do que todos eles" (D.C.N., 30/10/511. p. 6273).

A partir de 1957 a UDN passa a defender, paralelamente ao projeto da Lei da Previdência Social, a criação de um ministério específico. O deputado Herbert Levy justificava o novo projeto pela necessidade de se disciplinar a atividade da previdência social num único ministério, visando impedir a "transformação crescente das autarquias num instrumento de conveniências políticas e eleitorais". Para Carlos Lacerda, tratava-se de contra-atacar o poderio do PTB, que "controlava os institutos como capitânicas hereditárias", utilizando-os como instrumentos de poder e interesses locais (D.C.N., 30/10/58, p. 6271). Aliás, deve ser lembrado que a hostilidade da UDN aos Institutos vinha de longe, antes mesmo da possível rivalidade com o controle petebista; na noite da fundação da UDN, em 1945, os Institutos foram condenados como "prostitutos", que enganavam e exploravam os trabalhadores e criavam a impressão de um "falso capitalismo do Estado" (arq. UDN).

A disputa com o PTB adquiriu proporções tais que, segundo Aluisio Alves, "o projeto da Previdência Social jamais teria sido aprovado se insistisse em passar como "obra udenista". A questão estava, desde a Constituinte, nas mãos da UDN, mas como poderia o PTB renunciar à prioridade quanto aos projetos de alcance trabalhista? Seria uma

impossível contradição com suas próprias bandeiras, uma "traição à memória getulista"... O acordo seria a única solução, e inúmeras emendas foram barganhadas, e, afinal, o projeto terminou com um petebista, Batista Ramos, e só assim conseguiu ser aprovado na Câmara, em 1957, e depois no Senado, em 1960" (entrevista à A., cit.) Esse ponto de atrito com o PTB (que, na Câmara teria o apoio do PSD, também em troca, de outras concessões) deve ter pesado, por certo, para bloquear o projeto. Mas a verdade é que as lideranças udenistas também não estavam especialmente interessadas numa rápida aprovação do projeto. As discussões em torno da Lei Orgânica da Previdência Social, nesses 13 anos de tramitação, terminaram por servir de motivo para muitas outras discussões, sobretudo para atacar a política econômica e social dos governos (a onipresente herança getulista denunciada pelos udenistas!), principalmente no tocante aos aumentos salariais.

A preocupação com o "tremendo ônus" que os gastos com a Previdência Social acarretariam para a economia nacional. "notadamente para as classes produtoras do país", consistiu, por exemplo, no motivo principal para que Herbert Levy apresentasse — com apoio dos líderes do PL e do PDC — um projeto contra o aumento de contribuição dos segurados aos Institutos de Previdência (A. Cohn, 1981, p. 198). E no Projeto final, aprovado a 26 de agosto de 1960, a UDN teria conseguido eliminar as taxas de majoração, assim com a maioria conservadora no Congresso (nesse caso específico, sobretudo UDN e PSD) manteria a exclusão dos trabalhadores rurais e domésticos do sistema previdenciário e limitaria a participação nos níveis decisórios das instituições (idem, p. 225).

1.2 — A UDN e a Reforma Agrária

A aproximação da UDN com os temas da questão agrária sugere, de início, duas observações: 1. embora tradicionalmente apontada como o partido das classes médias", a UDN contava, entre seus representantes parlamentares, com grande número de proprietários rurais (ver capítulo III); 2. a politização crescente da questão — certamente a mais polêmica dentre as "reformas de base" — contribuiu para a radicalização dos grupos dentro da UDN: a "vanguarda" versus a "tradição".

A UDN sempre defendeu a Reforma Agrária, como, aliás, todos os demais partidos. A polêmica não aludia à necessidade da reforma em si — com o qual todos os grupos e partidos concordavam — mas ao que se entendia por ela. A UDN não manteve uma posição constante na matéria. Em 1945 a questão aparecia sobretudo pelo lado da retórica, e o programa udenista é explícito na defesa da reforma; o partido apoiaria, inclusive o projeto apresentado pelo presidente Dutra. Durante o governo Vargas a questão da terra não assume a mesma importância que o debate sobre as questões trabalhistas, o nacionalismo e a nova orientação da política econômica do Estado. No final do governo Kubitschek a questão ressurge já em termos de conflito, sobretudo devido à atuação das Ligas Camponesas¹². Mas é nos primeiros anos sessenta que a reforma agrária se transforma em tema realmente polarizador e a UDN se opõe à emenda constitucional proposta para a desapropriação, assim como às modalidades da indenização. *Acima de tudo, a questão torna-se eminentemente política: a UDN veria, com a maior desconfiança, qualquer possibilidade de se reforçarem os poderes do presidente João Goulart e se ampliarem as bases da "esquerda", representada pela aliança parlamentar PTB-PSB com apoio da CGT, do movimento estudantil, de setores progressistas da Igreja.*¹³

No programa udenista de 1945 a Reforma Agrária é explicitamente entendida nos seguintes termos: "fracionamento das proprieda-

12 Lembre-se, também, que no governo Kubitschek a questão agrária assume outras conotações, com a participação da Igreja, o amplo debate sobre as atribuições do DNOCS e a criação da SUDENE, além das manifestações dos cafeicultores nas "Marchas da Produção": Estas Últimas teriam sido discretamente apoiadas por Jânio Quadros, e explicitamente por Herbert Levy, da UDN. Ver Benevides, 1976, p. 168.

13 Agradeço às sugestões de Abdias Vilar de Carvalho, assim como o empréstimo de material referente a sua própria pesquisa sobre a questão agrária no Brasil.

des. quando não sejam devidamente aproveitadas; extinção dos latifúndios, a partir da adoção do imposto progressivo sobre os mesmos, quando situados em torno de cidades e servidos por transportes; desapropriação, com indenização, visando o desenvolvimento da pequena propriedade". O programa do PSD, por exemplo, é bem *menos* explícito, limitando-se a enfatizar os aspectos da modernização na agricultura — com intervenção direta do Estado — e a defender o crédito rural. O programa de 1958 e a "Carta de Princípios" de 1962 reafirmam o "compromisso da UDN com a Reforma Agrária" (arq. UDN), mas a prática envolvia questões muito mais complexas.

Em 1947 o deputado udenista Nestor Duarte apresentou um projeto de reforma agrária, o qual não teve andamento, entre outras razões porque seu autor é convocado para ocupar as funções de Secretários da Agricultura, na Bahia, no governo Otávio Mangabeira¹⁴. Em janeiro de 1948, o Presidente Outra encaminhou ao Congresso um projeto de reforma agrária que fora preparado pelo jurista Afrânio de Carvalho. Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho (do PR) projeto esse que também não teve andamento¹⁵. É interessante notar que apenas dois presidentes anexaram anteprojetos de reforma agrária às suas Mensagens ao Congresso: Outra e Goulart. O primeiro receberia elogios e apoio de todos os partidos, incluindo a UDN (então na fase de "oposição cordial"); o segundo provocaria as crises de proporções conhecidas.

Em 1951 o presidente Vargas organiza uma Comissão Nacional de Política Agrária para examinar e preparar projetos de lei nesse campo, especialmente o projeto da Reforma Agrária. Segundo os relatos existentes, Getúlio Vargas interessava-se diretamente pelos trabalhos da Comissão, embora esta fosse jurisdicionada ao Ministério da Agricultura, dirigido, à época, pelo udenista ("adesista") João Cleofas. Mas o ecletismo de seus membros, incluindo representantes de várias correntes¹⁶ não foi propício à conclusão de nenhum dos projetos que chegaram a ser examinados. A extensão da legislação trabalhista ao

14 Otávio Mangabeira conseguiria reunir um secretariado de "notáveis". Anísio Teixeira, na Educação, Dantas Jr., na Fazenda, Oliveira Brito, na Justiça, Barachisio Lisboa, na Segurança, e Pimenta da Cunha, na Viação. Nestor Duarte publicou, em 1953, a justificativa de seu projeto (ver Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde).

15 Publicado por Afrânio Carvalho: *Reforma Agrária*, Rio, Civilização Brasileira, 1963. O autor assinala que dos projetos encaminhados ao Congresso pelo Pres. Dutra, sobre as reformas agrárias, educacional e bancária, somente o segundo se converteu em lei. O da lei agrária morreu em mãos do relator, João Mangabeira.

16 Como Hermes Lima, Carlos Medeiros, Afrânio Carvalho, Vicente Chermont de Miranda e Malta Cardoso, este último presidente da Sociedade Rural Brasileira.

trabalhador rural, proposta por Getúlio em sua Mensagem Presidencial de 1954 (e constante do programa mínimo do PTB) contou com a oposição dos "agrários", tanto do PSD quanto da UDN. O projeto foi derrotado no Congresso em 1957 (106 votos contra 62), e aprovado na Câmara apenas em 1961. O Estatuto de Trabalhador Rural, de Fernando Ferrari, seria transformado na Lei 4.214, de 2/3/63.

Já em 1956, membros do Diretório Nacional da UDN manifestavam apreensão quanto à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais; segundo Afonso Arinos, "do jeito que está, traria funestas consequências à vida econômica, tornando-se uma arma e um pedestal para a campanha populista" (D. N., 8/5/56, arq. UDN). A questão agravaria as divergências internas no partido, no início dos anos 60, quando se consolida o grupo da "Bossa-Nova". Na Convenção Nacional de 1959, que homologaria o candidato do partido à sucessão presidencial, uma moção proposta por Seixas Dória e Antonio Carlos Magalhães explicitava que "o apoio ao candidato estaria vinculado a um compromisso categórico com a defesa da Reforma Agrária". (arq. UDN)

A Convenção Nacional da UDN, realizada em Curitiba em abril de 1963, trouxe a público as divergências' udenistas. De um lado os conservadores, liderados por Carlos Lacerda, Herbert Levy, Aliomar Baleeiro e Ernani Sátiro, em aliança com o "Bloco Ruralista" do PSD e do PR mineiro e a Ação Democrática Parlamentar. Do outro, o grupo da "Bossa-Nova" (e seus aliados entre os "liberais históricos") vinculado à Frente Parlamentar Nacionalista, que agregava, também, a "ala moça" do PSD e o MTR de Fernando Ferrari. A "Bossa-Nova" defendia a reforma com emenda constitucional; os conservadores não admitiam qualquer modificação na Constituição (Carlos Lacerda lançou o slogan: "A Constituição é intocável"). A Ação Democrática Parlamentar era presidida pelo udenista baiano João Mendes, diretamente vinculado ao IBAD, o qual financiaria várias publicações sobre a reforma, de cunho nitidamente reacionário.

"O Manifesto da "Bossa-Nova", lido na Convenção pelo deputado João Aparecido de Oliveira, insistia que "a lei protege a injusta situação dos camponeses, que não têm terra e trabalham sob as mais aviltadas formas de parceria (...) As iniquidades serão mantidas enquanto se exigir prévia indenização em dinheiro para assegurar à terra a sua destinação social. O mal inspirado artigo 153 da Constituição é responsável pelo mau aproveitamento

da riqueza do nosso subsolo (*Correio de Minas*, 28/4/63)¹⁷. A vitória dos conservadores na Con-

17 O Manifesto contou com o apoio dos governadores Petronio Portella, Seixas Dória e Magalhães Pinto; dos senadores José Candido Ferraz e Joaquim Parente e dezesseis deputados, além dos líderes do partido e da minoria, na Câmara e no Senado, deputados Aduacto Lúcio Cardoso e Pedro Aleixo, e senadores Daniel Krieger e João Agripino. Este último defendia a emenda constitucional, denunciando a falsa propaganda, "através da imprensa falada e escrita, para dar ao povo a impressão de que a reforma da Constituição objetivava a espoliação da propriedade (...) Uma propriedade inaproveitada não dá lucro a ninguém. Portanto, no sistema de desapropriação através de títulos estaríamos beneficiando o proprietário, ao mesmo tempo em que estaríamos possibilitando à União executar uma reforma agrária prudente, moderada e eficiente" (*Debates Parlamentares*, 10/5/63, p. 353).

venção contribui para acentuar a ruptura com a "vanguarda" e fortalecer a candidatura de Carlos Lacerda para as eleições presidenciais (previstas para 1965) em oposição a Magalhães Pinto.

Milton Campos defendia uma reforma agrária que não fosse "paliativa nem espoliativa", fruto do trabalho de realistas, mas não "de conservadores empedernidos nem de reformistas afoitos" (*Debates Parlamentares*, 7/8/62, p. 268). Apresentava seu projeto como "moderado, porém eficiente", cujo objetivo seria, "de um lado, o interesse nacional pela produtividade da terra e de outro o imperativo democrático da acessibilidade da terra ao maior número" (p. 217). O projeto estendia aos trabalhadores do campo, "ressalvadas as peculiaridades do meio rural, a legislação trabalhista". Depois de inúmeros adiamentos, por falta de quorum, o "Estatuto da Terra" seria derrotado, em plenário, por 164 votos contra 69, e duas abstenções (7/8/63).

A questão da emenda constitucional se transforma no centro nevrálgico da polêmica. Aí também ocorrera mudança na posição da UDN. O texto da "Carta de Princípios", de 1962, era explicitamente favorável "à indenização nos casos de desapropriação por interesse social, em títulos da dívida pública pela cotação do mercado, para o qual deverá ser apresentada emenda constitucional" (arq. UDN, 20/02/62). E o deputado Bilac Pinto, então líder da UDN na Câmara, pronunciaria discurso admitindo, inclusive, "a possibilidade de se emendar a Constituição para que se estabeleça a justa e prévia indenização em dinheiro ou em títulos da dívida pública".¹⁸

A emenda Bocaiuva Cunha (PTB-Gb) para a reforma constitucional foi a única a ser votada na Câmara, depois de trinta e sete debates em plenário, de 5 de setembro a 7 de outubro de 1963. O ponto polêmico da emenda se referia à indenização "mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações sujeitas à correção do valor monetária em limite não excedente a dez por cento ao ano". Até mesmo a "Bossa-Nova" discordaria dos termos, considerando a indenização

18 O parágrafo sobre "a prévia e justa indenização em dinheiro" para os proprietários de imóveis desapropriados foi incluído na Carta de 1946 (art. 141) por iniciativa de um udenista, Aliomar Baleeiro.

assim proposta "injusta e espoliativa". Apenas um udenista, José Carlos Guerra (Pe), votou pela emenda; os líderes da "vanguarda", José Sarney e José Aparecido, não compareceram à votação. A emenda foi derrotada por 176 votos contra 121.

A oposição de udenistas aos projetos de Reforma Agrária e à emenda constitucional, em níveis diferentes de radicalização, baseavam-se em quatro tipos de motivações, semelhantes entre si, porém com ênfase num determinado ponto, a saber:

1. defesa de específicos interesses econômicos, *contra a desapropriação das terras ou contra o modo de indenização*:

2. defesa de específicos interesses econômicos, *contra a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais*:

3. denúncia da reforma constitucional como *caminho para a subversão comunista*, através, inclusive, da ampliação dos poderes do presidente João Goulart;

4. denúncia da reforma constitucional como "*golpe*" *de poder eleitoral*.

A leitura dos debates no Congresso esclarece tais pontos¹⁹. Em relação ao último, do "golpe eleitoral" — sem dúvida um argumento original, e que revela, também, a permanência dos vínculos de política de clientela — constituem bons exemplos as advertências de Aliomar Baleeiro e José Bonifácio. Para Aliomar Baleeiro, a emenda constitucional daria ao Presidente da República poderosa arma política pelo "arbítrio de escolher o que desapropriar", como parte de "um ardil em que metade da classe governante quer apunhalar pelas costas a outra metade. Isto liquidará o PSD, levando de quebra a UDN"²⁰. A argumentação de José Bonifácio seria mais explícita: "Há gato na tuba. O que se pretende com a reforma constitucional não é desapropriar terras, *é desapropriar eleitores!* (...) O eleitorado da UDN e do PSD. Isso é um golpe de magia eleitoral, *tout court* (...) A simples remessa da lista de terras desapropriáveis basta para ou mobilizar o cabo eleitoral, que é fazendeiro, ou fazê-lo bandear para os arraiais adversários" (ACD, 8/5/1963, pp. 138 e segts.)

A denúncia da subversão comunista significava, acima de tudo, um ataque à atuação do governo, julgado incentivador da "comunização". A Reforma Agrária passa a ser considerada o primeiro passo para "a implantação do comunismo no Brasil". No Senado alertava Ruy Palmeira:

19 Ver *Anais da Câmara dos Deputados (ACD) e Debates Parlamentares*, de 1963 e primeiros meses de 1964.

"o outrora tão tranquilo meio rural de Pernambuco é hoje uma área de turbulência. Há estados, como Alagoas, em que ainda não chegaram esses estremecimentos. Mas grupos vindos de Pernambuco já, ali, há dias, incursionaram pichando casas com legendas fidelistas. Começo de revolução?"

Pressão para apressar as reformas? Um ou outro deve levar à reflexão. (Debates Parlamentares, 5/4/63, p. 279).

Nessa mesma linha, na Câmara dos Deputados, Ernani Sátiro atacaria a "emenda monstruosa":

"o que pretende esta emenda só se poderia fazer com uma revolução, com a subversão de todos os princípios constitucionais, de toda a concepção democrática e cristã da vida (...) tudo o que o governo quisesse poderia desapropriar, nos termos dessa emenda, não apenas as terras desaproveitadas, era casa, rádio, geladeiras, automóvel, obra de arte, porque esta emenda é um verdadeiro golpe contra o direito da propriedade" (ACD, 6/6/63, p. 170).

A atuação de Herbert Levy é muito clara em relação ao caráter político da questão. Estavam em jogo forças políticas radicalmente opostas, e a vitória de uma tese defendida por toda a esquerda poderia tornar irreversível um processo de abertura para outras questões políticas, como o voto do analfabeto, o que resultaria no enfraquecimento das posições da direita, em geral, e da UDN, em particular ²¹.

Para Herbert Levy a emenda Constitucional abriria caminho para a "comunização" (a expropriação urbana, a expropriação das indústrias) e o "caudilhismo" redivivo: "depois, a pretexto de reforma constitucional, a pretexto de reforma agrária, *virá o voto do analfabeto*, e, em seguida, aquilo que interessa sobretudo ao caudilhismo, *o caminho das inelegibilidades*"... (ACD 29/05/1963, p. 255). E a Ação Democrática Parlamentar, por sua vez, condena enfaticamente a reforma constitucional contra o "terrorismo do comunismo internacional", acenando com a solidariedade dos patriotas esclarecidos do IBAD e do IPES, "estudos de proteção da nacionalidade ameaçada" (ACD, 19/07/63, p. 151).

A defesa de interesses de grupos econômicos era explícita na atuação de Herbert Levy (apoiado pela Confederação Rural Brasileira e

21 Segundo Wanderley Guilherme (1973b) no início dos anos sessenta mantinha-se relativamente constante o agrupamento PSD/PR/PDC consistentemente contra os projetos de reforma agrária; e o bloco UDN/PRP/PL, cujos partidos estavam divididos, mas que, no geral, se articulavam contra as propostas "esquerdistas" do grupo PTB e do PSB.

pelo jornal *O Estado de S. Paulo*) ²², Aliomar Baleeiro, Ernani Sátiro, Oscar Dias Correa e Eurico Rezende, entre outros. Herbert Levy, coerente com sua tradicional defesa dos cafeicultores (contra o confisco cambial, "cada vez mais escorchante") *combate, entre outros aspectos da Reforma Agrária, a concessão do salário mínimo ao trabalhador rural*. Tratar-se-ia de "uma política suicida" do governo, impossível de pôr em prática por um "lavrador de café, com sua lavoura em grande parte decadente", pois

"essa massa de trabalhadores rurais, de colonos, não está preparada para sequer cuidar, por conta própria, de um punhado de terra que seja. É uma

parte da nossa população tão inferiorizada que não está, em sua maioria, psicologicamente, educacionalmente e até fisicamente preparada para assumir as responsabilidades de direção de uma propriedade, por mínima que seja" (ACD, 20/03/1963, p. 428).

Para Oscar Correa a questão era a preservação da ordem capitalista:

"Querem derrubar por texto de lei uma estrutura que dizem falsa, que dizem obsoleta, que dizem iníqua, mas não sabem que estrutura vai suceder a esta (...) Queremos nós acaso que se instaure neste país o sistema soviético da coletivização da propriedade, à base dos Sovieckoses ou dos kolkose? (...) *Não há motivo para que nós, antes do mais, desvirginássemos a Constituição na sua ordem econômica ainda intacta.* (ACD, 21/06/1963, p. 317).2)

E para Eurico Rezende, "o que se combate é o confisco, é a agressividade, é a mania de se culpar os proprietários rurais dos males que nos afligem" (ACD, 21/5/62, p. 378).

A posição de Herbert Levy se manteria inalterada no governo Castello Branco — "por que reavivar aquela inquietação dos espíritos provocada deliberadamente nos últimos meses de Goulart?" — assim como de oposição à política econômica de Roberto Campos e ao PAEG. O Estatuto da Terra, enviado por Castello Branco ao Congresso previa, finalmente, a indenização das desapropriações em títulos, porém com correção monetária, o que espantava o velho fantasma das

22 O *ESP* exortava, diariamente, as classes produtoras a lutar "contra aquela loucura", ou seja, a extensão da legislação trabalhista ao campo. Lembre-se, também, que Íris Meinberg, presidente da Confederação Rural Brasileira, era udenista, por São Paulo.

23 Aparteado por Aliomar Baleeiro: "Eu me comprometo a atravessar essa Esplanada dos Ministérios e entrar nesta sala de saia, se brasileiro viver em kibutz no Brasil" (ACD. 7/10/63. p. 130).

acusações de "confisco e espoliação". Apesar de mantidas as antigas divisões no interior dos partidos o Estatuto foi aprovado — com emenda constitucional e tudo — e sancionado pelo presidente a 30 de novembro de 1964. A UDN só não concederia, a Castello Branco, o voto do analfabeto.

2. POLÍTICA ECONÔMICA: A UDN E A INTERVENÇÃO DO ESTADO

O exame da política econômica da UDN revela, talvez com maior nitidez, a inconsistência programática e as contradições partidárias. A posição do partido resultava, muitas vezes, do esforço ou interesse isolado de um udenista que encampava uma questão específica. Se é verdade que a UDN, enquanto partido, manteve-se ostensivamente contrária ao intervencionismo estatal e favorável ao capital estrangeiro, a tentativa de se encontrar fundamentos precisos para *uma determinada política econômica do partido* se

revela temerária. A UDN não defendia um "modelo econômico" pois seu programa era fundamentalmente inspirado pelos aspectos políticos de cada questão, negligenciando os aspectos técnicos da realidade econômico-financeira. E nesse campo que a influência do bacharelismo se fará mais decisiva; os professores de finanças da UDN também se apresentariam marcados pelo juridicismo, por orientação teórica muitas vezes desvinculada das questões eminentemente técnicas²⁴.

Seria inexato, portanto, apresentar como um todo programático coerente a política udenista em relação à intervenção do Estado no domínio econômico, *lato sensu*, ou, mais especificamente, a política de defesa dos capitais estrangeiros, de proteção aos recursos minerais ou de estímulo às empresas públicas. São, na verdade, posições de determinados parlamentares em relação a determinados temas que compõem a imagem pública do partido. Pode-se falar, por exemplo, no entreguismo empedernido de Herbert Levy, ostensivo representante da lavoura cafeeira, a qual, como diria Celso Furtado, sempre soube socializar as perdas e privatizar os lucros. Da posição nacionalista de João Agripino e Gabriel Passos à frente da pasta de Minas e Energia. Do esforço de José Bonifácio em defesa do acionista minoritário em face Jus interesses da União, como no caso das assembléias do Banco do Brasil. Dos estudos de Bilac Pinto para um novo modelo de empresa pública, em lugar da sociedade de economia mista, como o projeto da ENAPE, o qual não vingaria na versão final da Lei 2.004.

24 Agradeço as indicações de José Luiz Bulhões Pedreira (assessor governamental para programas de desenvolvimento econômico e Reforma Tributária, a partir de 1952) Rio, 4/10/76.

Nesse quadro impreciso cabe ressaltar a posição de ascendência que sempre tiveram, na UDN, os titulares das Faculdades de Direito (cadeiras de Economia Política e Ciências das Finanças), como, entre outros, Bilac Pinto, Oscar Dias Correa, Alberto Deodato e Aliomar Baleeiro, este último professor de Direito Tributário. O ensino excessivamente verbalista nas Faculdades de Direito, e uma concepção manchesteriana da economia e das finanças — sem ter ainda recebido o influxo das idéias keynesianas — são dados importantes para a compreensão da orientação econômica dos udenistas.²⁵

É evidente que qualquer estudo sobre a "política econômica" da UDN supõe uma visão mais ampla, que remonta ao cor, texto das profundas modificações econômicas a partir de 1930. As grandes questões examinadas por historiadores e economistas — a crise de 1929, as tentativas de implantação de uma economia industrial, O governo provisório diante dos problemas da dívida externa e da reorganização das finanças públicas — vinculam-se à temática da reconstitucionalização de 1934, que já traz, em seu bojo, uma firme idéia da intervenção do Estado no domínio econômico. A Constituição de 1937, se jurídica e formalmente praticamente não entrou em vigor, acompanhou o processo de intervenção estatal, expressando, também, um novo conceito de nacionalização. Datam do período a preocupação com os grandes problemas de base, como siderurgia e petróleo, além dos primeiros debates sobre a idéia do planejamento econômico²⁶.

Antecedentes imediatos da política econômica da UDN encontram-se no *Manifesto dos Mineiros* (1943), já revelador da ambígua aversão dos futuros udenistas à intervenção do Estado na economia (lembre-se que o Estado *era* Getúlio Vargas...). O documento aponta os males da centralização e da hipertrofia do executivo e defende, enfaticamente, os princípios da Federação; acentua que "o tempo do liberalismo passivo já passou" para advogar a "democratização da economia" — mas "com patriotismo e prudência", isto é, evitando-se os excessos que adviriam do enfrentamento do problema do trabalho e da situação das classes populares, questões ausentes do Manifesto.

25 Ver, de Bilac Pinto: "O declínio das sociedades de economia mista e o advento das modernas empresas públicas", in *Estudos sobre a Constituição Brasileira*, Rio, FGV, 1953; e de Aliomar Baleeiro o prefácio ao livro *Direito Tributário Brasileiro*, Rio, Forense, 1970. O udenista Alde Sampaio, engenheiro de formação, mas também professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Univ. do Brasil, acompanhava a linha doutrinária de seus colegas financistas.

26 Ver, de Alberto Venancio Filho: *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico*, Rio, FGV, 1968, e "A Constituição de 1934", in *O Pensamento Constitucional Brasileiro*, Câmara dos Deputados, 1978; ver Octavio Ianni: *Estado e Planejamento no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1971, e de Eli Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)*, Rio, Paz e Terra, 1978.

Tratava-se, enfim, de um documento em defesa do papel político das ditos, em defesa da iniciativa privada, admitindo, do Estado, apenas a "ação supletiva" nos empreendimentos públicos não lucrativos,

A primeira manifestação do novo partido em relação à matéria econômica seria o discurso do Brigadeiro Eduardo Gomes, em Belo Horizonte, no início da campanha eleitoral (15/6/1945)²⁷, A crítica principal alcança o Decreto-Lei de 22 de junho (a "Lei Malaia"), o qual, "monstruoso diploma", teria "alarmado as corporações econômicas e a generalidade das classes"; denuncia o abuso do poder econômico, "as demasias do poder pessoal" e a ausência de uma ordem jurídica. O discurso acentua que, ao contrário do que se apregoava, o modelo seguido não era o americano — próprio dos regimes democráticos — mas a legislação nazista de controle do Estado sobre a atividade econômica. A estabilização da moeda é proposta como solução (a inflação é vista "como praga temida em razão das ruínas que produz e da subversão que acarreta à ordem social"), enfatizando-se a necessidade de revisão da política tributária, "assentando-a principalmente nos impostos diretos, com redução dos indiretos, a fim de instaurar-se a justiça fiscal",

No campo das medidas construtivas o programa da campanha de 1945 propõe a união de todas as camadas sociais: "a elas e ao Estado cabe a tarefa ingente de realizar a felicidade comum", O colapso econômico seria evitado pela adoção de um "regime de livre concorrência protegida contra os trustes, monopólios e conluios para cerceamento da produção e elevação de preços". *A colaboração do capital estrangeiro é defendida com "igualdade de tratamento em relação ao nacional, assim como garantia de estabilidade da*

legislação e liberdade de entrada e saída no país". Esse ponto seria retomado em todos os programas da UDN.

Quanto à questão das riquezas minerais defende a ação do Estado criticando "os truísmos liberais que serviram para mascarar as intenções do governo" — ao destacar os méritos da Constituição de 34 e do Código de Águas; no caso específico do petróleo, advoga a continuidade no incentivo de prospecções e pesquisas, com uma nítida defesa do ingresso do capital estrangeiro, "sem contra-indicação"²⁸.

O primeiro programa oficial da UDN retoma vários pontos da campanha do Brigadeiro. A ação do Estado na esfera econômica é ad-

27 O discurso está publicado em *Campanha da Libertação*, p. 27-55.

28 O Programa do PSD também defendia a "ação do Estado para orientar e estimular a iniciativa privada e manter ambiente propício ao seu desenvolvimento", assim como pregava a necessidade de "segurança para os capitais estrangeiros que venham concorrer para a expansão das nossas riquezas".

mitida apenas "para suprir as deficiências e garantir a segurança e os direitos do trabalhador intelectual e manual". O anteprojeto, discutido na Convenção Nacional de 1946, advoga a nacionalização dos serviços públicos e sociais, e critica o liberalismo econômico capitalista como base da injustiça social:

"a UDN repele, no Brasil, a intervenção patronal dos governos no campo da política, tal como ainda se observa infelizmente, mas reclama a intervenção do mesmo governo na política econômica — tal como ainda não se dá com a necessária energia e necessário alento."²⁹

O programa critica, ao mesmo tempo, "os fisiocratas e suas previsões otimistas e os marxistas e suas previsões pessimistas em relação ao progresso do capitalismo". O exemplo de Roosevelt — "no país mais capitalista do mundo" — é apresentado como luta pela igualdade, e acentua-se que "a liberdade que protege o homem do terror do Estado nada tem a ver, não é causa nem efeito obrigatório, do liberalismo econômico, com o qual chegou a ser confundido". A ambiguidade em relação à atuação do Estado é mais patente quando se afirma que cabe ao Estado a punição severa de autores de quaisquer irregularidades administrativas, incluindo-se aí a ação dos "organizadores e dirigentes de trustes e cartéis considerados "anti-sociais"; o lucro excessivo na indústria e no comércio também seria passível de punição e a legislação deveria prever meios para fazer reverter, à coletividade, o lucro de capital "acima do razoável", (arq. UDN).

Ao que parece, a austera defesa "da distribuição de renda com limites ao lucro do capital" não passou da retórica, Como aponta Otávio Dulci, a UDN sempre defenderia o crescimento econômico, mas não necessariamente associado à ampliação do mercado interno, pois acena com os perigos da exacerbação das lutas de classes; nunca houve, no partido, preocupação real em perceber as bases estruturais da crise econômica (1977, p. 36)³⁰

29 Em 1948, o Diretório Nacional da UDN decidiria que o partido daria todo o apoio ao Plano SALTE, o qual, segundo Odilon Braga, "teria sido inspirado pela própria" UDN" (12/4/1948. arq. UDN). Como se sabe, o Plano SALTE não chegou a ser implementado integralmente.

30 No campo econômico o programa do PSD se estende por cinco itens, abrangendo uma ampla gama de recomendações; o do Partido Republicano indica como objetivos "a atração de capitais" e "estímulo aos investimentos"; o do Partido Social Progressista (já revelando a feição populista?) propugna "pela diminuição de juros e taxas cobradas pelas Caixas Econômicas e institutos de créditos oficiais sobre empréstimos destinados à construção de casa própria" e o PDC se inclinava para uma política assistencialista. Ver, de Horácio Lafer: "A palavra dos partidos através de seus programas", in *O Crédito e o Sistema Bancário no Brasil*, Rio, Imprensa Nacional, 1948.

Os trabalhos da Assembléia Constituinte, em 1946, ofereceriam a UDN uma oportunidade para apresentar um programa avançado na ordem econômica, o que não ocorreu. A atuação do partido foi, nesse campo, anódina. Nenhuma diretriz definida, nenhuma idéia renovadora. Em reu.;ao ao que seria o art. 146 da Constituição, por exemplo, a contribuição do partido, através de Milton Campos, se limitou a incluir a cláusula "assegurados os direitos e garantias fundamentais inscritas na Constituição", quando se refere aos limites da intervenção do Estado³¹. Aliomar Baleeiro destacou-se com várias propostas no campo da autonomia municipal e da discriminação de rendas; Hermes Lima foi o mais atuante na discussão da ordem econômica, mas não era um udenista típico, pois representava as tendências socializantes da Esquerda Democrática³².

Na discussão do que viria a ser o art. 148 — possibilitando o combate aos trustes e cartéis — registra-se, apenas, a emenda do senador Ferreira de Souza que explicitava, entre as formas de abuso do poder econômico, as uniões e agrupamentos de empresas³³. O grande embate se travaria com a volta de Getúlio Vargas que organiza, desde logo, uma *Assessoria econômica* para promover uma série de projetos de lei na área dos recursos energéticos³⁴

2.1 A UDN e a Petrobrás

O apoio decisivo da UDN para a instituição do monopólio estatal do petróleo revela, de forma exemplar, as ambiguidades e contradições no apregoado liberalismo do partido. Reforça, ainda, a hipótese de que a conduta udenista em relação à política econômica não obedeceu a um rígido programa doutrinário; variou e alterou-se, por força de razões conjunturais e, sobretudo, pela linha política de oposição sistemática ao governo. A confissão de Aliomar Baleeiro é significati-

31 O art. 146 da Carta de 1946 tornou-se um tormento exegético. Ver a contribuição de Hermes Lima, Seabra Fagundes, Dario de Almeida Magalhães e Temístocles Cavacanti em *Alguns Problemas Brasileiros*, Conf. Nacional

do Comércio, Rio, 1955; Alberto Venâncio Filho, 1968, cit.; José Duarte: *A Constituição Brasileira de 1946*, Rio, sem ed., 1947 (4 vol.)

32 Ver, de Aliomar Baleeiro: *Alguns Andarimes da Constituição*, Rio, Principal, 1949.

33 José Ferreira de Souza (UDN-RN) era professor de Direito Comercial da então Faculdade Nacional de Direito e apresentara tese sobre a matéria. Sobre a regulamentação do art. 148 (projeto de Agamenon Magalhães) e a omissão da UDN, ver, de Alberto Venancio Filho: "Abuso do Poder Econômico", *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio, FGV nº 1, 1964, e Werneck Viana, 1976, *passim*.

34 Ver, de Cleantho de Paiva Leite: *O Assessoramento da Presidência da República*, Rio, FGV, 1959.

va, revelando como os motivos políticos superavam as justificações de ordem técnica: "o país é dividido em grupos, interesses, em aspirações opostas, e nosso dever é achar fórmulas que congreguem todos os interesses nacionais *numa solução imediata, lima para cada dia*" (cit. por G. Cohn p.). As posições da UDN em relação à Petrobrás variaram do "entreguismo" do Estatuto do Petróleo ao estatismo do substitutivo Bilae Pinto e o nacionalismo da Lei .).

O Estatuto do Petróleo, enviado ao Congresso em meados do governo Dutra (), previa uma ampla participação privada e, também, de capital estrangeiro, na indústria do petróleo; o anteprojeto fora preparado por uma comissão presidida pelo udenista Odilon Braga que se destacara como Ministro de Getúlio Vargas (-) e vigoroso executor do Código de Águas e de Minas. O caráter favorável ao capital estrangeiro fora reforçado por influência de outro ilustre udenista, o chanceler Raul Fernandes, que chegara a declarar que "o Brasil estava fadado a ser, por tempo indefinido, satélite dos Estados Unidos" .

O projeto da Assessoria Econômica do presidente Vargas, encaminhado ao Congresso em , propunha a instituição de uma sociedade de economia mista, sob controle do Estado, mas na qual se facultava a presença de capitais privados, e, em menor escala, estrangeiros. A polêmica sobre as razões do projeto governamental e a aparente divergência entre a posição indiscutivelmente nacionalista de Getúlio, e o caráter mais flexível do projeto, sugere que o presidente teria preferido dar ênfase aos aspectos de viabilidade técnica do empreendimento, propondo uma forma de compromisso.

A UDN, que anteriormente aprovara o Estatuto (arquivado), *se opôs frontalmente ao projeto do Executivo e a favor do monopólio, possivelmente com objetivo de minar as bases da legitimidade getulista*, integrando uma ampla frente de mobilização contra o governo. Gabriel Cohn se refere à afinidade entre a oposição parlamentar a Vargas e os grupos intelectuais, de classe média, em torno da Campanha do Petróleo (, p.), o que se desprende da afirmação do udenista Prado Kelly:

"se o governo insiste na tese da sociedade de economia mista, é porque há grupos de pressão poderosos, influenciando nessa direção.

Ver de Gabriel Cohn: *Petróleo e Nacionalismo*, São Paulo, DIFEL, ; de John Wirth: *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas*, Rio, FGV, ; de

Getúlio Carvalho: *Petrobrás, do monopólio aos contratos de risco*", Rio, Forense, .

Ver o importante depoimento de Jesus Soares Pereira em Medeiros Lima: *Petróleo, Energia Elétrica e Siderurgia*, Rio, Paz e Terra, .

Mas o governo não deve esquecer que há também um poderoso grupo de pressão — a opinião pública brasileira — que, vigilante, está exigindo para o petróleo a solução da empresa estatal" (G. Cohn p.).

Insista-se, portanto, na posição prioritariamente política da UDN, diversa da postura técnica da Assessoria Econômica, chefiada por Rômulo de Almeida .

Como salienta Jesus Soares Pereira, "a grande surpresa foi a UDN, que operou uma mudança de graus em relação às suas posições anteriores. Substituindo na presidência o Dr. Odilon Braga pelo Dr. Bilac Pinto, o partido assumiu uma atitude de franca hostilidade ao projeto, por não considerá-lo suficientemente nacionalista" (Medeiros Lima p.). Surpresa maior seria a apresentação no Congresso, em junho de , do substitutivo Bilac Pinto, que advogava "a instituição do monopólio do Estado para a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte do petróleo (...) e a constituição de uma empresa estatal, que tenha a mesma finalidade das empresas privadas, para executar aquele programa" .

O caráter eminentemente político da posição da UDN contra o projeto do governo e favorável ao substitutivo Bilac Pinto é reforçado pelas declarações de Aliomar Baleeiro e Prado Kelly. Ambos justificam o apoio ao monopólio estatal, apesar da flagrante contradição com a orientação liberal do programa udenista, devido a "circunstâncias conjunturais". A questão é igualmente percebida por Juraci Magalhães (primeiro presidente da Petrobrás) num contexto de "conveniências políticas":

"Houve uma inspiração de espírito público mesclada com uma inspiração de espírito político. O espírito público determinava que se adotasse o monopólio estatal como uma maneira de poder enfrentar a luta contra todos os adversários da exploração do petróleo no Brasil, e o Brasil era considerado um mercado tranquilo para as empresas produtoras de petróleo. Eles não tinham maior interesse em se descobrir petróleo no Brasil naquela época. Assegurar o monopólio estatal era criar condições melhores de luta para descobrir o petróleo. Então Bilac Pinto cedeu às inspirações do seu espírito público, mas tirou — como um bom político — as

Ver os depoimentos de Rômulo de Almeida (que considera a posição da UDN uma simples "manobra oportunista") e de Euzébio Rocha ao *O Estado de S. Paulo*, °//

Ver as justificativas de Bilac Pinto em op. cit., .

A Comissão Executiva do D.N. designou Luis Garcia (UDN-Se) para tratar dos entendimentos sobre o substitutivo com Rômulo de Almeida e Gustavo Capanema (arq. UDN)

vantagens de ordem política para o seu partido; porque realmente quem transformou o projeto do governo em monopólio estatal foi a U.D.N. Então, isso *tirou uma bandeira que seria muito bem explorada pelo PTB ou pelo PSD. Bilac Pinto. na minha opinião. agiu como um sábio político mineiro que ele é.*" (entrevista à A., cit.).

Depois de meses de tramitação no Congresso o projeto foi transformado na lei ., de outubro de , e a UDN, posteriormente identificada com as correntes "entreguistas" na política brasileira, passaria à história como a defensora do monopólio estatal do petróleo. As discussões em torno da Petrobrás ("invenção dos comunistas", para a revista *Anhembi*) se estenderiam pelos anos seguintes, jamais conseguindo unanimidade de posições dentro do partido.

. - O Segundo Programa e a Atuação Parlamentar

O segundo programa da UDN, aprovado na Convenção Nacional de , reforça a visão liberal e privatista, assim como o estímulo ao capital estrangeiro. A referência à intervenção do Estado é muito mais cautelosa do que em ; vários pontos enfatizam a "vigilância contra o abuso do poder estatal", defendendo, em questões específicas, a autonomia do Banco do Brasil, a reforma cambial, a redução dos gastos improdutivos e *o controle pelo Congresso das emissões de papel moeda*. O programa insiste no aperfeiçoamento da Petrobrás "que não se confundirá com o xenofobismo dos comunistas" — e na nacionalização dos materiais radioativos. Nos debates da Convenção destaca-se Juraci Magalhães, um dos únicos a defender, ostensivamente, a iniciativa do Estado em certos setores:

"prestigiamos fundamentalmente não apenas as iniciativas privadas legítimas, bem como as organizações essenciais ao país, que tais a querida e tão cara Petrobrás, a Eletrobrás, a Cia. Siderúrgica Nacional, a Cia. Hidroelétrica de São Francisco e quantos empreendimentos venham a enriquecer o povo brasileiro" (apud *O ESP.*//).

A proposta de uma política econômica partidária permanece indefinida. A introdução à parte econômica do programa parece inspirada nas declarações de Aliomar Baleeiro que, dez anos antes, já afirmava que o partido deveria escolher "soluções imediatas, uma para cada dia". Assim, o novo programa esclarece que

"a UDN não se escravizaria ao dilema estatismo-iniciativa privada. Ela adota uma posição que consiste em escolher, objetivamente, em face de cada situação, de cada fato, a solução que melhor atenda às exigências do bem comum" (arq. UDN).

Se é difícil falar em "política econômica udenista", a atuação parlamentar da UDN destacava-se, sobretudo após a campanha da Petrobrás, pelas denúncias aos perigos do "estatismo", que Lacerda, em , já apresentava como a "lógica da infiltração comunista no governo" (arq. UDN). As iniciativas governamentais, identificadas, em geral, com o nacionalismo getulista, eram combatidas por parte da UDN (a "Banda de Música"), como, entre outras, o Plano Lafer de estabilização; o Plano Nacional de Reparelhamento Econômico; as atividades do BNDE; o Plano Nacional de Eletrificação e as propostas de Rômulo de Almeida para a criação da Eletrobrás (D. N., //, arq. UDN).

A UDN combateu a instrução do Plano Aranha, pois se opunha à restrição ao crédito e defendia a reforma cambial. Esses dois pontos eram cruciais para os udenistas que representavam interesses econômicos específicos. Em discursava Aliomar Baleeiro: 'no período de -, falava-se nos nós de estrangulamento, no sentido econômico da palavra (...) Há um que é, mesmo, de estrangular e matar, a questão do crédito. Evidentemente o Banco do Brasil, sozinho, com sua rede, não pode dar cobertura a toda a produção brasileira" (ACD, //, p.). Quanto à questão da reforma cambial é interessante notar que a liberdade cambial, embora bandeira da UDN desde sua fundação, foi vetada por seu ilustre patrono, Eduardo Gomes. Este receava que uma medida de tal envergadura, num governo de transição (Café Filho), trouxesse graves prejuízos para a Aviação Civil. (Singer p.).

Importa lembrar, ainda uma vez, que a política econômica teoricamente defendida pela UDN — nos programas oficiais — era, geralmente, encampada por parlamentares isolados. Na Convenção Nacional de a bancada paulista era a que mais insistia nas moções de ordem econômico-financeira, e chegou a sugerir a criação de uma comissão de economistas para elaborar o projeto da Carta Econômica do partido, com destaque para a política tributária — o que nunca ocorreu .

"Sustentamos que um regime como o nosso, vamos dizer de capitalismo intervencionista, ou de liberalismo construtor — não importa qual seja seu nome — é, como todos os liberalismos, um regime de compromissos, como o são também o socialismo e o intervencionismo (...) A verdade é esta. *Quando admito a conveniência da intervenção do Estado no regime econômico é porque a função do Estado é suprir e auxiliar. Mas no Brasil esta função tem sido prejudicar, impedir, confiscar, espoliar, isso sim*". Oscar Dias Corrêa, ACD, //, p.

Em , a comissão executiva do Diretório Nacional solicitara a assessoria dos economistas Otávio Gouveia de Bulhões e Eugênio Gudín (//)

Na atuação individual dos udenistas no Congresso destaca-se uma constante: o patrocínio de inúmeros projetos de lei isentando de impostos e taxas de importação e consumo equipamento industrial, ou outros bens manufaturados . Herbert Levy, por exemplo, além de tradicional representante dos interesses do café, era, também, o principal defensor dos projetos de isenção de impostos para importação de equipamento para a instalação da indústria automobilística. Aducto Lucio Cardoso — bacharel desvinculado da representação de interesses econômicos específicos — argumentava que as medidas

defendidas por Levy só viriam a favorecer o governo, no caso o governo Kubitschek, combatido pela UDN "histórica" (//, arq. UDN).

Quanto à atuação parlamentar, importa acentuar o peso dos interesses regionais. Alguns exemplos individuais se destacam: Aliomar Baleeiro manifestava-se em defesa dos exportadores de cacau e de fumo da Bahia; João Villasboas pelos pecuaristas e agricultores de Mato Grosso (isenção de pagamento de taxas para importação de material agrícola), assim como defendia o Plano de Valorização da Amazônia e dos seringais matogrossenses; Daniel Krieger defendia os interesses dos ruralistas e tricultores do Rio Grande do Sul. João Agripino sempre defendeu os interesses do Nordeste: SUDENE, defesa dos produtores de cana de açúcar, financiamento para os cotonicultores da Paraíba, e preço mínimo para o algodão. Ou seja, nesse sentido — defesa de interesses regionais específicos — a UDN parlamentar comportava-se como os demais partidos, independentemente de uma "linha política" oficial, imposta pela direção nacional.

Alguns projetos que diziam respeito à "moralização" na política fiscal do governo paradoxalmente não foram apoiados pela UDN, que seguia a maioria conservadora do Congresso. Lembra Afonso Arinos, por exemplo, que o projeto de um petebista mineiro, Lúcio Bittencourt (membro da "ala dos teóricos" do PTB), que visava a extinguir as ações ao portador, fonte de grande injustiça fiscal beneficiando os grupos mais abastados da sociedade, contava com apoio de alguns udenistas, mas nunca conseguiu ser aprovado (Arinos p.).

A discussão sobre os projetos que envolviam medidas relativas ao capital estrangeiro, nos primeiros anos sessenta, foi extremamente polêmica — em grau menor, porém comparável aos debates em torno da Reforma Agrária — e não conseguiu unir o partido. Segundo Wander-

Curiosamente, é muito alto, por exemplo, o número de projetos de udenistas para isentar de impostos a importação de sinos para campanários de igrejas.

Os dados encontram-se na *Sinopse da Câmara dos Deputados*. Agradeço o pronto atendimento de Dr. Mário Telles, diretor do Serviço de Documentação da Câmara dos Deputados.

ley Guilherme, "a área surgia como campo minado", com UDN e PSD praticamente divididos ao meio nas votações nominais do projeto de Celso Brant, limitando a remessa de lucros (//) e o de Sérgio Magalhães, impedindo agências públicas de conceder empréstimos no Brasil a firmas de propriedade ou controladas por estrangeiros (//). Se em relação às questões agrárias a UDN atinge seu mais alto nível de integração, no tocante às votações nominais sobre o capital estrangeiro ocorre exatamente o inverso — segundo Wanderley Guilherme devido aos efeitos devastadores que a campanha nacionalista produziu nos partidos de centro e de centro-direita (b, p.).

No governo Castello Branco, no entanto, a UDN da linha "entreguista" venceria o confronto com a linha nacionalista. Por ocasião da modificação da Lei de Remessa de Lucros (revisão da Lei . de) Aliomar Baleeiro e Raimundo Padilha, em nome da UDN, defenderam o projeto do governo contra as propostas de João Herculino, do PTB e Roberto

Saturnino, do PSB. Para Aliomar Baleeiro (que chegou a falar de "política da porta escancarada") "*o único meio de fazer o capital ficar é deixar a porra aberta. Paradoxalmente, a maneira de reter o capital do gringo é não assustá-lo com a hipótese de prendê-lo. Se não prender, ele fica*". Assim, aprovou-se a política da porta aberta (Viana Filhop.). *Esta foi a Única vez, em toda a história udenista, em que a direção partidária exigiu "questão fechada"*, sob insistência pessoal do líder Bilac Pinto; o grupo da "Bossa-Nova", que defendia o projeto PTB-PSB, retirou-se, em protesto, da Comissão de Economia da Câmara.

O exame da questão do capital estrangeiro revelaria ainda, a hipótese que se repete monotonamente: a ausência de uma linha partidária nítida, que variará, conforme as tendências dos membros do partido, do entreguismo de Herbert Levy ao nacionalismo de João Agripino e Gabriel Passos".

Embora "partido da Revolução", a UDN não apoiará, globalmente, a política econômica do governo Castello Branco. Herbert Levy, por exemplo, assumirá, ostensivamente, a oposição a Castello Branco ("que não ouve a UDN") e a política econômico-financeira de Roberto Campos (C. Castello Branco p.); destaca-se comopositor do PAEG, da deflação quantitativa do crédito, aumento dos impostos e, sobretudo, da supressão dos subsídios para a produção

Ver os discursos de Sérgio Magalhães na Câmara: *Pela Abolição dos Privilégios a Empresas Estrangeiras*, Rio e *A Questão da Remessa de Lucros*, Rio, Universitária de João Agripino: *Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro, Síntese Política, Econômica e Social*, nº , .

Cumprе ressaltar, também, a atuação de Afonso Arinos que foi, em , relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os contratos da Light.

agrícola (trigo e café, principalmente), correspondendo a seu papel de representante dos interesses das "classes produtoras" de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Segundo Paulo Singer, a

"grande burguesia realizou vitoriosamente em ° de abril o que tentara fracassadamente em agosto de . Fez com que o governo fosse entregue a um grupo disposto a aplicar uma política deflacionária e capaz de suportar as consequências econômicas (depressão) e sociais (desemprego e miséria das massas) desta política. Dos partidos, de direita a UDN colaborou ativamente para que tal fato se desse (...) transformando-se na negação de sua própria imagem original: o partido liberal da eterna vigilância é, agora, o partido da tutela permanente da liberdade, pelos militares" (, p.).

A posição dos udenistas que permaneceram vinculados ao regime militar pós , apesar, inclusive, da crescente ingerência do Estado no domínio econômico, acentua uma óbvia constatação: para os udenistas com interesses empresariais a intervenção estatal é preferível à "subversão social" (ampliação da cidadania, democratização da sociedade com

liberdade sindical, reformulação na política de greves, etc.). O clássico liberalismo econômico será, certamente, superado pelo anticomunismo. A lógica do anticomunismo conduz ao reforço do poder estatal, como único meio de impedir o "assalto" esquerdista; e esse reforço — traduzido praticamente na militarização do aparelho do Estado, na repressão aos movimentos sociais — comporta, necessariamente, intervenção no domínio econômico. A modernização capitalista passa a ser mais atraente — com intervenção do Estado — porém com amplas garantias de "controle da subversão".

Acompanharam a nova política estatal os políticos com interesses empresariais específicos; parte dos integrantes da "Bossa Nova" (que sempre defenderam as políticas governistas); alguns políticos do Norte e do Nordeste muito identificados com interesses clientelísticos regionais, eternamente dependentes do Estado; e aqueles que associavam ao irredutível governismo (os "chapas brancas") um extremado anticomunismo, decorrente, sobretudo, do temor da modificação nas relações de poder e propriedade no campo. Seriam, grosso modo, defensores da repressão e dos atos de arbítrio.. Os liberais históricos, conforme discussão esboçada em outra parte deste estudo, afastaram-se do regime, não aceitando nem o arbítrio, nem a estatização. foram poucos. Os que ficaram, passaram a defender tanto um quanto outra.

Ver, por exemplo, o caso do BNH, encampado pela UDN carioca, com a submissão do setor da construção civil à iniciativa e ao financiamento governamentais.

CAPÍTULO III

UNIDADE/DIVERSIDADE: AS VÁRIAS UDNs

. UDN: PARTIDO DAS "CLASSES MÉDIAS"?

A identificação da UDN como "partido das classes médias" integra, com harmoniosa constância, o inventário das teses mais difundidas sobre a legenda da "eterna vigilância". Será, talvez, afirmação unânime, quer na visão dos analistas, quer no testemunho dos herdeiros. Trata-se, portanto, de questão inarredável, que sugere duas considerações básicas: a dificuldade em se estabelecer, com um mínimo de rigor analítico, uma confiável relação partido/classe na sociedade brasileira; e a auto-imagem da UDN — através de seus programas, discursos, depoimentos — que confirma aquela identificação, embora a realidade possa ser outra.

Em primeiro lugar, há que se considerar, como dado inquestionável, o lento e laborioso processo de aproximações sucessivas para cercar as questões que incidem numa área de problemas teóricos e empíricos extremamente complexos. A advertência é necessária: qualquer incursão pelo terreno dos conceitos de classe, ou da estratificação social no Brasil, foge aos objetivos deste estudo. Paulo Sergio Pinheiro insiste, com razão,

que "as ilustrações históricas do papel das classes médias permanecerão insatisfatórias enquanto questões teóricas — como a definição do conceito, a composição e os limites dessa classe — não estiverem suficientemente controladas e não se dispuser a fazer uma penetração direta no tema histórico" (, p.).

A adesão a expressões muito amplas para designar às classes sociais — burguesia, proletariado, classes populares — colocaria, aqui, muito mais problemas do que soluções. Até que ponto seria possível "firmar: este partido representa esta classe, neste determinado momento, através destas mediações? Questões mais complicadas envolvem, no campo da pesquisa, a relação classe/voto, assim como a identificação de "tendências ideológicas"; por exemplo, sendo voz corrente que "a direita votava na UDN" como seria possível medir "esquerda" e "direita" através dos resultados eleitorais? E num plano de complexidade ainda mais densa, como explicar que um grupo economicamente dominante não tenha uma situação política dominante? (caso dos partidos políticos em São Paulo, por exemplo).

O conceito de classe social e das mediações que se dão na relação classe/política se complica, também, pelo fato de reconhecer a "autonomia relativa do político". O uso dos conceitos acaba sendo deslizando, ambíguo; termos como "burguesia" e "proletariado", por exemplo, dão ênfase aos processos produtivos, mas quando se começa a falar em classes dominantes *versus* classes dominadas a ótica, evidentemente, se desloca. O eixo deixa de ser a produção e passa a ser a relação de poder, de dominação — social, mas também política. No caso dos partidos políticos essa distinção não teria, talvez, maior significado? (Em seu estudo sobre a UDN da Guanabara, Isabel Picaluga, por exemplo, utiliza os termos gramscianos "classes fundamentais", o que implicaria, necessariamente, uma abordagem da dominação social, política e cultural).

E a definição de classes médias é, e será sempre, um labirinto. Sua própria ambiguidade como classe indefine sua possível autonomia social e de participação política, restando-lhe, sempre, como na sugestiva expressão de Raymundo Faoro, "um amargo pacto político". Francisco Weffort assinala a falta de "vocação para o poder" das classes médias, cujo "protesto jamais teve condições de real eficácia fora de algum tipo de aliança com algum grupo situado dentro da própria oligarquia. Obrigados por uma situação de dependência social dentro de uma estrutura onde a grande propriedade é o padrão econômico e social dominante, não conseguiriam formular uma ideologia própria"...(, p.). Essa fluidez ideológica torna compreensível, na história brasileira, a associação das camadas médias a movimentos político-ideológicos díspares — quando não opostos — do tenentismo ao integralismo, do comunismo aos movimentos anticomunistas pré .

Entre os estudos sobre classes médias no Brasil destaca-se, entre outros, os de Hélio Jaguaribe (vinculados à sua análise sobre o Estado

Sobre o integralismo ver Helgio Trindade: *O Integralismo*, São Paulo, Difel, e sobre a origem social dos comunistas no Brasil ver L. Martins Rodrigues: "As bases sociais do PCB", Seminário CEDEC mimeo.

Cartorial), Edgar Carone (), Décio Saes () e Paulo Sérgio Pinheiro (). Este último, partindo do levantamento histórico da Primeira República, apresenta maior interesse do ponto de vista deste estudo sobre a UDN. Embora não se refira a partidos políticos — e sequer faça menção à UDN — o ensaio de Pinheiro permite identificar parte significativa da "herança

udenista", ao discutir a "imputação das práticas políticas" às classes médias, (práticas das quais a UDN se reclamaria herdeira, como o "florianismo", a campanha civilista de Rui Barbosa e o tenentismo) e ao apontar as características principais do quadro ideológico das classes médias naquele período: elitismo, civilismo anti-intervencionismo, agrarismo e anti-industrialismo. Segundo Pinheiro,

"O agrarismo, o anti-intervencionismo, o anti-industrialismo podem ser entendidos como aspectos ideológicos anticapitalistas, provocados pelo medo da proletarização e, sobretudo, de uma transformação da sociedade (...) O elitismo que assume a forma própria do bacharelismo, através do qual as classes médias defendem sua posição acima do proletariado, graças à sua passagem pelos circuitos ,da educação" (...) Finalmente, o civilismo significaria o fetichismo do poder, isto é, por causa do seu isolamento econômico e por causa de sua proximidade — oposição à burguesia e ao proletariado, crença no Estado neutro acima das classes (...) Essas manifestações possuem como denominador comum a característica de tentar, por meio de golpes de Estado, mudanças na estrutura da sociedade; mas, ao mesmo tempo, sem criar condições para que as massas populares interviessem no processo de mudança política" (, pp.-).

Este parece ser um retrato razoavelmente fiel da postura udenista em dois sentidos:) a UDN percebida através de seus programas e de uma certa retórica mobilizadora, que visava sensibilizar exatamente aquelas aspirações das camadas médias , em torno do temor da "proletarização" e do mito "passarela da cultura";) e a UDN do ponto de vista dos articuladores de atuação política, atraídos pelos golpes e desconfiados da ascensão popular, por um lado e atrelados aos interesses de setores das classes dominantes (interesses agrários e anti-intervencionistas), por outro.

Na realidade, o óbvio será inevitável: a dificuldade com as classes médias apenas repete parte da complexidade, já tão discutida, de se

Para Leôncio Basbaum, por exemplo, "a UDN contava, ainda, com parte das classes médias urbanas descontentes, empobrecidas, eternamente sacrificadas, os antigetulistas, os oposicionistas, os eternos herdeiros dos "ideais de ", jamais definidos e por isso mesmo jamais realizados" (, III, p.).

distinguir, na composição da sociedade brasileira, camadas ou classes específicas e, sobretudo, de participação política autônoma. Para Paulo Singer, por exemplo, a UDN e o PSD — considerados ambos "partidos de direita" — tinham uma composição de classes *dual*: neles estariam representados "grupos da grande burguesia, tanto industrial e comercial como latifundiária, e tanto nacional como estrangeira; grupos da pequena burguesia, tanto empresarial (pequenos e médios industriais, comerciantes, lavradores) como profissional (profissionais liberais, altos tecnocratas e gerentes da indústria)" (, p.). Parece mais fácil dizer *quem não estava* representado na UDN... Em termos simplificadores

se poderia dizer que quem sobrou foi o povo. E quanto a isso não restam dúvidas, a UDN nunca foi um partido popular. Nascida em berço fidalgo, de uma aliança marcada por representantes das "tradicionais famílias mineiras" e das oligarquias paulistas, a UDN nunca conseguiu transcender sua origem senhorial.

Para Helio Jaguaribe, por exemplo, a UDN foi "conservadora tradicional" no meio rural e "conservadora-liberal" nos meios urbanos (, p.). A propaganda de origem duvidosa, porém eficiente, que identificaria a UDN. como "o partido dos cartolas que repele o voto dos marmiteiros" (), refletia, de certa forma, a auto-imagem elitista da UDN que se apresentava como "o partido do lenço branco", "o partido dos homens de bem", "o partido da ordem" e "o pedaço de chão limpo"... E as figuras carismáticas como o Brigadeiro — o herói dos dezoito do Forte" — ou Juarez Távora — "a reserva moral da nação" — careciam do apelo popular do "pai dos pobres", do "rouba mas faz" ou do "Jânio vem aí". O governador Milton Campos, por exemplo, que recebera apoio dos trabalhistas e dos comunistas em , era apresentado como "o ideário a serviço do bem público" e seu liberalismo definido como um "estado de espírito".

A tradicional aversão ao getulismo transformava-se no horror ao populismo . Em dizia Carlos Lacerda: "A UDN não é um partido populista e sim popular; não precisa vestir macacão para se apresentar ao trabalhador, ela lhe oferece uma bandeira, dando-lhe a direção da sociedade brasileira" (arq. UDN). Nada mais enganador. E se

"Significa isto que nossos partidos de direita não são partidos? Se entendermos por partidos correntes de opinião organizadas, de fato não o são. Mas se entendermos por partidos órgãos que participam da vida política do país, que não a moldam nem regem, por inteiro, mas desempenham dentro dela um determinado papel, então somos obrigados a concordar que os partidos de direita existem como tal e sua atuação pode ser entendida, desde que se desmistifique a concepção do que sejam" (Paulo Singer p.)

A tese de Otávio Soares Dulci (), está, justamente, centrada na identificação do antipopulismo dos udenistas.

a UDN não vestiu macacão, empunhou uma vassoura, no seu único momento de consagração popular, todavia efêmera pela renúncia de Jânio Quadros.

Após três derrotas nacionais, os dirigentes udenistas mais "realistas", como Juraci Magalhães e Magalhães Pinto, estavam conscientes da necessidade de uma mudança para atrair o voto popular (principalmente em virtude do extraordinário crescimento do PTB, com o qual faliam coligações nos pleitos estaduais ou municipais). Foi nomeada uma "comissão para a popularização do partido", mas que nunca funcionou. O partido previa, nos seus estatutos, a criação de Diretórios Trabalhistas que também não funcionaram (as Atas das Reuniões do Diretório Nacional, durante anos, registram duas visitas de líderes sindicais udenistas, ferroviários, devidamente recebidos "com uma salva de palmas").

A discussão sobre as bases sociais da UDN implica, também, em retomar a noção corrente de que a UDN seria ao mesmo tempo partido das classes médias urbanas e das oligarquias rurais. O paradoxo é apenas aparente se se admite a existência de várias UDNs.

Parece claro, por exemplo, que a UDN carioca — efetivamente ligada a setores das classes médias, como militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes e jornalistas — pouco se aparentava com a UDN nos estados do Nordeste, cujas bases se confundiam com as do PSD. Já para o caso de São Paulo, depõe Arrobas Martins:

"Se a UDN fosse realmente o partido da classe média ela teria uma expressão muito forte aqui em São Paulo. Quer dizer, nem mesmo a Classe média estava na UDN. A maioria dos udenistas pertencia à classe média, mas a maioria da classe média não era udenista. A classe média estava muito dividida entre PSD, PSP, UDN. A principal força do PSP creio que era, também, a classe média" (Entrevista à A., //).

Gláucio Soares mostra, com dados eleitorais e sócio-econômicos, a divisão da UDN entre os coronéis conservadores, nas áreas rurais, e a classe média liberal, nas cidades (, p.). Afonso Arinos identifica essa peculiaridade ao situar a UDN como "*o partido com a cabeça da cidade e o corpo no campo*". Essa expressão do líder udenista lembra uma evidência igualmente válida para o PSD: se a linha do partido era elaborada nos gabinetes, na hora do voto decidia o sertão. A pesquisa de David Fleischer (), aliás, revela a predominância dos agrários em todos os partidos, inclusive no PTB. Deve ser notado, também, que as classes médias tinham, nas grandes cidades, um peso político expressivo, sobretudo em termos de mobilização e recepção, com *uma forte identificação simbólica com o partido* (a linguagem comum, do lenço branco à vassoura...), mas tinham pouco peso eleitoral, em comparação com os votos do interior.

Isto posto, trata-se de reconhecer, na mensagem da UDN e na projeção de sua imagem pública, os indícios que justifiquem aquela identificação com os modelos "ideais" das classes médias. Na ^a Convenção Nacional do partido, em , o presidente Prado Kelly garantia as afinidades da classe média com a democracia capitalista (exaltando os exemplos dos Estados Unidos e da Inglaterra) para afirmar que "a UDN é um partido de classe média e, como tal, é o partido da ordem jurídica, da estabilidade democrática, da liberdade política, da liberdade individual" (arquivo UDN, //). Prado Kelly estaria identificando a "mística da classe média" com as fórmulas do liberalismo clássico, o que marcaria, com as inevitáveis contradições, a "ideologia" do partido .

Na Convenção Nacional de (em pleno governo de Getúlio) o presidente da UDN, Odilon Braga, discursava numa verdadeira oração às classes médias, "vitimadas pela inflação e perda aparente de status":

"Menos dramática, mas não menos alarmante, a penúria e a inquietação invadem os lares dos que percebem melhores vencimentos e salários. Militares, servidores públicos, médicos, advogados, professores, técnicos e operários qualificados mal se aguentam nos desequilíbrios existentes entre o que ganham e o que têm que ganhar. Acentua-se o desaparecimento da chamada classe média, base da família, das formações religiosas, do equilíbrio democrático" (apud *O ESP*, //).

Em suas memórias Carlos Lacerda explica seu sucesso na rádio, entre e , pelo "temor, sobretudo das classes médias, em relação à volta de Getúlio"; lembra que "a UDN era, predominantemente, o partido da classe média, que se batia pela moralização dos costumes; que era uma projeção, no tempo, do que fora o tenentismo das antigas

revoluções. Um partido ruibarbosiano, no que tudo isso quer dizer de retórica, de eloquência, de ideologia liberal" (\ , p.). E Afonso Arinos, em conferência na Escola Superior de Guerra, afirmava: "os interesses do meu partido são os interesses da classe média dos grandes e pequenos centros, e os dos setores mais cultos do país, defensores da legalidade política" (, p.).

Nesse sentido, a crítica de Petrônio Portella é contundente: "A UDN era muito formalista (...) A UDN me ensinou muito e eu fiquei marcado por ela. Mas, *em relação ao país, ela foi um desastre, só falava à classe média*. Não há saída para o problema político do país sem um regime de justiça social. A UDN foi o contrário dessa crença. Mas não estou aqui para denegrir a memória da finada". O *Globo*. //.

É possível identificar alguns momentos de efetiva mobilização das classes médias na trajetória udenista: nas campanhas do Brigadeiro (e), na de Carlos Lacerda ao governo da Guanabara () e a "campanha da vassoura" de Jânio Quadros. Em todas um elemento comum, de forte catalização, que sempre seduziu as classes médias, mergulhadas em suas frustrações e perplexidades: o moralismo (combate à corrupção administrativa) aliado ao anticomunismo (pavor de uma suposta "proletarização igualitária").

A extraordinária adesão das bases eleitorais udenistas à candidatura de Jânio Quadros sugere uma certa diferença com as campanhas de Eduardo Gomes e Carlos Lacerda. A campanha janista, de cunho marcadamente populista , diferenciava-se das outras, de maior apelo para a classe média tradicional, socialmente ascendente e que seria a camada mais considerada como "tipicamente udenista". O momento janista é o momento da concessão populista, o que significa um deslize, um certo ponto de ruptura da UDN com sua postura de hostilidade aos métodos populistas, indistintamente associados a seus inimigos históricos, do PSD ou do PTB, aos getulistas ou aos ademaristas. Neete sentido, Oliveiros Ferreira estabelece uma interessante associação entre o janismo e o getulismo, sugerindo que o janismo seria "o getulismo com sinal contrário e que só pôde surgir "como movimento político enquanto soube opor a demagogia à demagogia, o moralismo aparente à corrupção declarada, o messianismo carismático e punitivo ao carisma bonachão" (*O ESP*, //).

Esse combate à corrupção sempre foi a principal arma da UDN, só superada pelo combate ao comunismo no início dos anos . O programa de ação política aprovado na Convenção Nacional de é exemplar: *sugeria, como "ponto principal da ação política o combate aos prevaricadores"*. Na lista de prioridades a luta pelo "barateamento do custo de vida" vinha em modesto ° lugar, seguida pela luta "em favor de benfeitorias para o trabalhador rural".

No programa de a UDN defende "o fortalecimento dos grupos intermediários entre o Estado e o indivíduo, nomeadamente, a Federação, as Igrejas e comunidades religiosas, os sindicatos, as cooperativas e as associações de fins lícitos" (arq. UDN). Essa linha, próxima à hipótese de Cardoso sobre a identificação da UDN como "partido

Ver, de Francisco Weffort: "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo", *Revista Civilização Brasileira*. nº , .

Mário Pedrosa comenta o forte apelo do anticomunismo como "processo de hipnose das classes médias" (*A Opção Brasileira*, Civ. Brasileira p.). E o líder

católico Alceu Amoroso Lima se refere a UDN como "a mística da classe média" (*apud* C. Landers p.).

da sociedade civil", é completada, neste mesmo programa, pela defesa da função estabilizadora das classes médias, ao se afirmar que, "não sendo um partido de classe, pois luta pelo bem-estar de todo o povo e pelo direito dos fracos, a UDN sustenta a necessidade de preservar as classes médias com sua insubstituível função estabilizadora , e reconhece o direito à poupança e ao livre uso desta, nos limites da conveniência moral" (arq. UDN). E, no Congresso, a "Banda de Música" atacava diariamente a política monetária do governo que "desatendia aos interesses das classes médias".

A pesquisa de David Fleischer sobre a configuração ocupacional dos deputados federais, visando identificar as bases sócio-econômicas do recrutamento partidário (-), é valiosa por dois motivos: permite comparar as origens sociais dos políticos do PSD e da UDN, e esclarece as diferenças de fundo regional no mesmo partido. A tese corrente de que a UDN era o partido da classe média urbana e dos bacharéis deve ser relativizada, assim como as diferenças/semelhanças entre PSD e UDN surgem em números insuspeitados. Em termos nacionais, a UDN e PSD apresentam as mesmas porcentagens (altas) de advogados e profissionais de saúde e (baixas) de militares. A UDN nacional, por sua vez, registra maior número de jornalistas e agricultores, enquanto o PSD a supera largamente quanto à porcentagem de deputados na área de comércio-bancos-finanças (São Paulo) e do funcionalismo público.

Fleischer pesquisa, também as diferenças regionais: o padrão nacional do PSD é de advogados, saúde e funcionários públicos, quadros típicos de Minas Gerais, centro-oeste e Rio de Janeiro/GB; o Nordeste tem mais agricultores e São Paulo mais advogados e da área comércio-banco e finanças. Quanto à UDN

"seu padrão nacional é de advogados, saúde, professores e agricultores. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são mais típicas deste padrão nacional. Embora a UDN carioca/fluminense tenha contingentes grandes de professores e da saúde (conforme o padrão nacional), tem maiores proporções da imprensa e militares, e menos advogados e agricultores. Em contrapartida, a UDN

Raymundo Faoro assinala essa "função estabilizadora das classes médias" nos regimes autoritários: "o que parece provável é que, da amargurada classe média, não sairá uma convulsão política, por suicida à sua dinâmica política, mas uma acomodação, ainda de cima para baixo. Se ela não dirige, não comanda e não conduz, a estabilidade global do sistema só será possível se ela for preservada, em quadro autoritário, para evitar a pressão ascensional, talvez veemente, do operariado organizado e reivindicatório". "O amargo Pacto Político", in *Veja*, //.

paulista é o partido dos agricultores, bacharéis e jornalistas; tem mais adeptos vindos dos setores da burguesia — transportes e comércio, banco, finanças, — e significativamente, nenhum militar ou funcionário público, O padrão da região Centro-Sul é similar ao de São Paulo, embora este tenha menos professores e da saúde. Minas Gerais, tradicionalmente baluarte do udenismo, apresenta um padrão com muitos advogados e professores, e menos gente da saúde e agricultura — e nenhum militar ou outro profissional" (Fleischer p.).

Na perspectiva das "várias UDNs", importa lembrar que o PL apresentava o mesmo padrão da UDN (embora fosse um partido regional), com maiores proporções de jornalistas, profissionais da saúde e professores. Já o PDC, se contava, também com a alta porcentagem de advogados, constituía-se no partido com maior número de parlamentares de origens militares: quase o triplo em relação à UDN e ao PSD (Fleischer p.), lembre-se como exemplo, que o General Juarez Távora era filiado ao PDC.

Sobre esta delicada questão das classes médias é possível concluir o seguinte: a UDN pode ser considerada "partido das classes médias" no sentido de que *era o único grande partido que se dirigia diretamente às classes médias* — nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares — sobretudo através das denúncias de "proletarização" e da corrupção administrativa . Era o partido que se proclamava herdeiro dos movimentos liberais das classes médias na história brasileira. *Mas, em termos de defesa de interesses econômicos a UDN expressava, também, e sobretudo, os interesses dos proprietários de terras (em nada diferindo do PSD, por exemplo) e da indústria aliada ao capital estrangeiro.* Pela origem social de seus representantes parlamentares não há, igualmente, uma especial identificação do partido com os setores médios; a UDN tem, no Congresso, mais proprietários de terras do que o PSD, e este tem mais funcionários públicos do que aquela. Pelo critério da origem parlamentar o Partido Democrata Cristão teria sido, talvez, o típico partido de classe média.

Oliveiros Ferreira, possivelmente referindo-se ao papel da UDN no movimento de , denominava-o "revolução da classe média", no sentido "nacionalista", isto é, de oposição "às reformas consideradas comunistas, e, portanto, soviéticas"; Para o cumprimento do programa revolucionário da classe média restaria "vencer a outra parte de '*sistema*', que é a corrupção e o privilégio". *O Estado de S. Paulo, //*.

Embora fosse um partido de bases rurais, a UDN teve apenas um ministro da Agricultura, e mesmo assim um udenista "atípico", João Cleofas (no governo de Getúlio Vargas), cuja expulsão do partido chegou a ser cogitada pelo Diretório Nacional (arq. UDN).

De qualquer forma, o apoio das classes médias à UDN não pode ser visto como um argumento que garanta à diversidade udenista sua unidade fundamental. Uma associação desse gênero, direta e globalizante, seria temerária e incorreta: o apoio das classes médias à UDN não foi maciço, nem constante, nem unívoco. A hipótese adiantada por Gláucio Soares parece ser a mais convincente para o caso da UDN:

"eu arriscaria a afirmação de que o ônus financeiro da eleição faz com que, no nível federal, sejam poucos os membros da classe média que efetivamente representam os interesses dessa classe, crescendo em significação os que se elegem apoiados numa estrutura sindical, por um lado, e os que representam os interesses dos grandes grupos econômicos, pelo outro. Portanto, no plano federal agudizar-se-iam os conflitos entre interesses de classes sociais diferentes, principalmente da burguesia e do proletariado, ambos utilizando, como representantes, elementos de uma terceira classe, a classe média" (Soares p.).

Encerrando a questão, uma outra questão: no estágio de transformação econômica pelo qual passava o país, sobretudo após o segundo governo de Vargas, a vocação dos partidos políticos teria que ser muito clara no sentido desenvolvimentista. Ou, então, populista. No caso da UDN, que jamais assumiu a luta desenvolvimentista, e que denunciava o populismo, essa indefinição não a tornaria, fatalmente, um partido das classes médias?

. UDN e PSD: O CORTE DO GETULISMO

O tema da vinculação de um partido à expressão de determinados interesses propõe uma outra questão: o que distinguia a UDN de seu antigo adversário PSD? Até que ponto haveriam diferenças realmente significativas entre esses dois partidos, se ambos eram "partidos da ordem", defensores da mesma política agrária, da mesma política salarial — enfim, dois partidos conservadores e das "classes dominantes"? Uma tentativa de resposta consiste em voltar à parte histórica e rever o acordo interpartidário no governo Dutra. Essa revisão seria útil para se observar as diferenças/semelhanças entre PSD e UDN , assim

A interpretação dos antigos/novos partidos (após) foi assim descrita por Tancredo Neves: "Os velhos partidos estão mais vivos do que nunca. Não é possível matar afinidades com decretos, nem a saudade se pode apagar com a borracha. No MDB somos um pouco de cada um dos partidos antigos. Somos PTB na hora das reuniões, UDN nas idéias e PSD na hora das tomadas de decisões". Entrevista ao semanário *Opinião*. // Segundo pesquisa de David Fleischer (), a UDN continuou a predominar na ARENA: em contava com % dos arenistas, contra % de origem pessedista.

como permitiria recuperar as motivações que talvez esclareçam as razões de uma política aparentemente trôpega.

É inegável que, para um observador desavisado, o acordo continha os germes da heresia, senão da traição. Como poderia a UDN símbolo da cruzada contra o Estado Novo — aliar-se ao partido dos interventores, ao ex-Ministro da Guerra da ditadura, às expressões políticas, enfim, de tudo contra o que lutara e cuja luta justificava seu lema de

"eterna vigilância"? Uma resposta possível: na raiz da adesão espúria estará o antigo temor da "erupção social" e a força da identificação classista. Na realidade — e mantenham-se os protestos de patriotismo para a interpretação da retórica parlamentar — não se tratava, apenas, de oposição à figura de Getúlio (sem dúvida um fortíssimo catalisador), mas *de oposição ao que ele, e não o General Dutra, poderia significar em termos de reformas sociais e econômicas e ampliação da participação política*. A UDN, através de seus porta-vozes mais realistas, já percebia, naquela época, que uma aliança PSD-PTB se revelaria imbatível, o que, aliás, o futuro próximo confirmaria.

O temor de ver consolidado um pacto PSD-PTB (o trabalhismo expressando as possibilidades da ascensão popular) superava, em muitos graus, o constrangimento natural que os udenistas teriam em se aliar ao PSD. Esse constrangimento, embora calçado em raízes históricas e inimizades de um passado ainda muito recente, *seria vencido pela força dos interesses reais dos grupos que compunham os dois partidos*. Esse ponto não passava despercebido a Virgílio de Mello Franco, embora ele se recusasse a admiti-lo: "O momento não é de conciliação. A única possível seria a conciliação de interesses — e é injurioso supor que a pudéssemos aceitar" (, p.). Lembra Francisco Weffort como este acordo entre o PSD e a UDN no governo Dutra

"foi a única tentativa séria, feita pelas elites, de estabilizar o controle do poder através de uma aliança partidária que poderia, eventualmente, abrir caminho para a superação da crise de hegemonia através de uma saída conservadora. Não por acaso a tentativa é de apenas alguns anos depois de . Tratava-se de restabelecer o "bloco do poder" sem o homem que o dirigiria até então". (, p.)

Afinal, por interesses econômicos, por convicções doutrinárias, por origens sociais (por identificações de classe, enfim) pouca distinção havia entre a UDN e o PSD, em termos de uma postura política global e definidora frente à sociedade: *eram ambos partidos conservadores* . Tal afirmação, se peca pela indisfarçável moldura de "constatação do óbvio", não pode ser negligenciada. É exatamente a constatação desse óbvio que, apesar das considerações sobre a "heresia histórica", tem suscitado embaraços para a compreensão das dificuldades de uma aliança entre os dois grandes partidos conservadores naquele período. E será igualmente esse óbvio que explicará, nas conjunturas de crise em fins de , começos de , a inevitabilidade de um fortíssimo pacto PSD-UDN contra o que identificavam, genericamente, como "ma ré esquerdizante".

Para a UDN o acordo interessava, portanto, não apenas como arranjo político, a nível da "distribuição do poder" (afinal, enquanto partido, conseguiu pouca coisa) mas como o indispensável e aparentemente indestrutível suporte para a mesma postura conservadora. Um pacto PSD-UDN expressaria a consolidação de um consenso elitário necessariamente excludente da participação popular. O PSD perceberia, rapidamente, que no contexto daquela nova realidade social, um pacto exclusivamente conservador representaria um suicídio político; e passa a articular as bases para uma aliança eleitoral e parlamentar com o PTB. A UDN permanece dilacerada entre os cálculos políticos (eleitorais) e o apego aos símbolos de sua herança liberal e de sua vocação oposicionista.

Festejado como um dos esteios da estabilidade do governo Outra, o acordo interpartidário foi, enquanto "acordo", uma elegante farsa política. A nível do governo — isto é, apoio no Congresso, participação nos Ministérios, legitimidade assegurada — o acordo vingou, não resta dúvida. A nível partidário, da precária trindade vigorou,

sobretudo, o peso de um *bloco conservador*. Não foi um acordo interpartidário na medida em que não respeitou a autonomia identificadora de cada partido. O PSD, sozinho, controlou o acordo e consolidou o bloco. O PR manteve sua posição "fiel de balança". A UDN transigiu em seu papel de partido de oposição. "Ao vencedor, as batatas!": o General Outra passou à história como "o presidente de todos os brasileiros" e o PSD continuou a dominar a cena política, consolidando sua aliança com o PTB e gerindo os lucros políticos da volta de Getúlio em . A UDN perdeu dedos e anéis; não apenas o poder como a "pureza de princípios", restando-lhe, no dizer de um dos maiores adversários do acordo, o udenista Aducto Lúcio Cardoso, "humilhação e vergonha" (arq. UDN).

Para Tullio Ascarelli, "a UDN, vencida nas eleições presidenciais, não constituiu um partido de oposição, mas uma espécie de segundo partido do governo, e nem poderia acontecer de outra maneira dada a falta, seja de diferença ideológica, seja de uma tradição de partido de governo e partido de oposição". *Panorama do Brasil*, São Paulo, Ed. Sal p. .

E, segundo o udenista Oswaldo Trigueiro, "do ponto de vista nacional, nunca houve nítida diferenciação ideológica entre PSD e UDN. Mas, no âmbito estadual, os dois partidos se diferenciavam em razões das origens, tradições e peculiaridades locais. Vitorioso em — quando elegeu o Presidente da República — e em — quando elegeu a grande maioria dos Governadores — o PSD passou a ser o partido do governo, papel que lhe assentou bem e que ele desempenha com eficiência. Atribui-se a Gustavo Capanema a observação de que as dificuldades da política brasileira, em grande parte, resultavam da circunstância de que a UDN não sabia ser governo e o PSD não sabia ser oposição". (entrevista à A., citada)

É interessante frisar que a tese da união nacional, causa e consequência do acordo no governo Outra, era rejeitada e aprovada pelo mesmo motivo: *tanto os partidários como os adversários da conciliação apontavam como argumento a necessidade de se impedir a volta de Getúlio*. Se no caso dos adesistas este ponto ficou claro, é preciso lembrar que para Virgílio de Mello Franco e seus seguidores, era também "o fantasma do ditador" que inspirava o rigor na intransigência e nos princípios . Para Virgílio a "pasmosa unidade entre o atual governo e a ditadura aparentemente deposta" deveria estar patente para a UDN, que não poderia, de forma alguma, "repetir os mesmos erros do passado", não reconhecendo a "*journée de dupes*" que foi o de outubro. Caso contrário, alertava,

"o único beneficiário desse novo fracasso será ainda o ditador, o qual espia da fronteira os acontecimentos, .com aquele seu frio olhar oblíquo, fazendo o possível para comprometer cada vez mais o Sr. General Outra com seu próprio passado. Só um cego não percebe que aquele medíocre burguês — hoje penetrado de idéias socialistas mal digeridas — concebeu o audacioso plano de subverter profunda e violentamente nossa vida pública, para impedir o atual governo de fortalecer o seu poder, servindo à ordem constituída. E que

confiança pode merecer esse governo, fazendo, como está, o jogo do ditador, em tudo quanto é essencial?" (, p. VII).

E acrescentava:

"nem o governo nem as forças ocultas que o conduzem jamais pensaram em união nacional, mas apenas na nossa rendição incondicional. Eis porque, à sombra do que se crismou de clima ou

Carolina Nabuco, biógrafa de Virgílio Mello Franco, lembra como ele se fez campeão da recusa ao acordo, pois "só compreendia a UDN como partido de oposição. Julgava o alheamento necessário para se manter viva a frase de Burke que servia de lema à campanha: "o preço da liberdade é a eterna vigilância". , p. . A imputação dessa frase a Burke é discutível. Ver, adiante, nota da página .

crédito de confiança, o movimento denominado "queremismo" — que envolve o governo como uma gosma — fingiu de morto, sem contudo deixar de exigir que seus demiurgos fossem ouvidos e impusessem a sua chancela nos tratados em perspectiva." (, p.).

A importância de Getúlio Vargas e de sua herança — sua onipresença na cena política e partidária da redemocratização — não será, portanto, equivocadamente enfatizada. O getulismo, o "reformismo", o "queremismo", ou que outros nomes tenham as emanções varguistas ("as idéias socialistas mal digeridas", ironizadas por Virgílio) eram, na verdade, pontos de referências sólidos e por todos reconhecidos. A trajetória política da UDN, no seu feroz antigetulismo, confirmaria a força deste legado e a consistência do mito.

A política partidária dos anos revelaria os frutos do acordo frustrado: a inviabilidade, ao nível do cálculo político eleitoral, de uma aliança entre PSD e UDN e o progressivo abandono da UDN enquanto partido e não como posição pessoal de alguns de seus líderes — dos propósitos de intransigência e "vigilância", para um oportunismo que, não recompensado, fatalmente levaria ao apelo ao golpe, numa traição evidente aos princípios liberais que inspiraram a criação do partido. Dentre os udenistas "históricos", alguns jamais perdoariam esse acordo, sempre lembrado nas discussões internas da Comissão Executiva ou nas Convenções Nacionais, como "o pecado que manchou e enfraqueceu a UDN". Pecado que Francisco Weffort, em sua análise sobre a conjuntura de , interpretou como o "segundo e definitivo movimento para converter-se num partido liberal de direita" (, p.). Iniciava-se uma separação nítida entre os intransigentes — que formariam a "Banda de Música" no Congresso — e os conciliadores, sempre em busca de formas salvadoras de "união nacional".

Sobre os avanços e recuos dessa possível aliança ver, da autora, *O Governo Kubitschek*, cap. III.

Uma nota de significado apenas conjuntural: em , a aliança dos mineiros do PSD e da UDN no Partido Popular (Tancredo Neves e Magalhães Pinto), assim como nomeação de um ex-pessedista para o Ministério da Justiça, não lembrariam a antiga fórmula dos compromissos, do pacto nacional PSD-UDN? Um novo começo para velhos acordos ou primeiro sinal de uma efetiva mudança nas regras do jogo? É o pessedismo que renasce, com sua inegável eficiência nas artes de conciliação, ou será o udenismo — com sua ala "realista" — que ressurgirá em nova era de transição? Questões que aludem às análises do futuro próximo vinculadas à problemática da "abertura" e da reorganização partidária. A UDN, onde estará? As disputas pelas antigas legendas e pela herança dos redutos eleitorais revelam um quadro de contornos indefinidos. Somente eleições livres poderão testemunhar do renascer dos antigos partidos. Só então se verá a nova face da UDN. Ou o que restou — com a marca do tempo, da experiência no poder, do custo dos "desvios" — do "partido da eterna vigilância".

A ambiguidade política e a incoerência interna da UDN, revelaram-se, portanto, por ocasião do acordo durante o governo Dutra: *um acordo feito com remorso e desfeito com frustração*. Em ambos os casos, sentimentos fatais para o êxito político e a eficácia partidária. *Em . a união PSD-UDN — desta vez fundada em convicções mais sólidas e interesses mais explícitos — provaria que os "realistas" da UDN venceriam a jogada conservadora*.

O acordo frustrado em ressurgiria vitorioso em . Mas o gradual afastamento dos "bacharéis" (os "autênticos", que sempre condenaram a adesão ao governo e o acordo com o PSD) dos rumos do sistema militar instalado poderia sugerir, também que alguma diferença existia, e contava, *dentro da própria UDN*. Sugere, também, suas questões cruciais para a compreensão da história udenista: . se haviam diferenças significativas, a ponto do rompimento, dentro da UDN, ela não era, evidentemente, um partido homogêneo, o que reforça a hipótese das várias UDNs; . se PSD e UDN tinham uma relação tão complexa de atração/repulsão, e se, em termos de interesses de classe, não havia diferenças significativas entre ambos, a interpretação deve buscar sua principal fonte no antigetulismo. Haveria, também, algo mais. Em ambos os casos surge a questão do udenismo — isto é, a caracterização de certas manifestações, explícitas ou implícitas, de conteúdo político-ideológico, que extrapolam os limites formais do partido — tanto para explicar a unidade ou diversidade das várias UDNs, como para salientar a diferença objetiva entre PSD e UDN.

. AS, VÁRIAS UDNs

Na evocação poética de Guimarães Rosa seu estado natal, "a patriazinha", surge como a lembrança múltipla: "A gente se lembra, sente, pensa... a gente não sabe, pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas". Evidentemente sem o encantamento desta memória mágica, nada melhor para lembrar a diversidade udenista:

também existiram, "pelo menos", várias UDNs. Este tema, sugerido em diversos momentos ao longo deste estudo, alude a duas questões básicas: - supondo-se a realidade de um "partido repartido", como conciliá-la com os conceitos de partido político?; — se é possível situar a existência de várias UDNs, como perceber, na prática, a unidade do partido?

O primeiro passo consiste em esclarecer, em termos concretos, a multiplicidade udenista. Que várias UDNs eram essas? Uma classifi-

"Minas Gerais", de Guimarães Rosa, in *Ave, Palavra* (texto definitivo) ^a edição, p. .

cação pode ser adiantada, atentando-se para o fato de que as categorias são intercambiáveis, irregulares no tempo e no espaço e quase sempre frouxamente estruturadas. São, no entanto, identificáveis em suas singularidades, tanto na cena política externa, quanto na dinâmica interna do partido. Isto posto, as várias UDNs seriam assim reconhecidas:

— as UDNs estaduais num pacto nacional (questão vinculada à problemática do poder local);

— o lastro udenista na agregação dos partidos ancilares ou satélites (PR, PL, PDC, MTR);

- os grupos políticos dentro da UDN, que chegaram a divergir radicalmente quanto às políticas do partido, e também em termos de "estilo";

- as alianças externas com setores militares e da imprensa, extrapolando os limites institucionais do partido e configurando-se o "udenismo".

Desta evidente fragmentação, insista-se: como recuperar a unidade do partido? Como resgatar aquela "unidade na divergência" de que falavam os udenistas históricos? E como denominar partido político a uma entidade já composta de tantas "partes"? A resposta pode ser dada, parcialmente, em função da própria história da criação dos partidos políticos no Brasil, sobretudo devido aos vícios inerentes à obrigatoriedade de partidos nacionais, numa realidade ainda imutável de políticas regionais, o que conduziu à fatalidade das alianças e coligações. Outra aproximação pode ser aventada ao se reafirmar que, ao contrário da noção corrente, a UDN era "mais partido" fora do momento eleitoral, quando podia manter sua unidade de princípios e apegar-se às grandes questões nacionais.

E, finalmente, para uma interpretação mais ampla, recorre-se à definição de partido político que extrapola os limites institucionais para destacar a noção do comportamento real, ou a prática política: os conceitos, anteriormente discutidos, de Gramsci e de Almond e Powell, possibilitam, cada um a seu modo, a "agregação" das várias UDNs, quer no "lastro udenista", quer nas "funções de partido" (ver cap. I).

.. - Grupos, Estilos, Alianças: O Lastro Udenista

A coexistência de grupos políticos dentro da UDN foi abordada, embora de maneira difusa, na primeira parte deste trabalho. Para cada conjuntura foi destacada a predominância de um determinado grupo, ou a divergência entre eles. Tratou-se da "Banda

de Música" e da "Bossa-Nova", dos legalistas e dos golpistas, dos "chapas brancas" e dos "realistas". A análise sugeriu que a diferença relevante é aquela que opõe os "históricos" (os bacharéis, os legalistas, parte da "Banda de Música") e os "realistas". Seriam, grosso modo, os "autênticos" e os "pragmáticos". Na verdade, "chapas brancas" e "adesistas" existiram sempre em qualquer partido. Mas no PSD, por exemplo, não se poderia falar em "vários PSDs" pela distinção entre "puros" e "realistas"; todo pessedista, por definição, era realista, pragmático, governista. Na UDN essa distinção permaneceu com certo vigor; se em a "Banda de Música" e a "Bossa-Nova" uniram-se no "governo na Revolução", a distinção entre os "realistas" e os "bacharéis" acentuou-se com o tempo. Como foi visto no capítulo final da primeira parte, os históricos se afastaram (ou foram afastados) definitivamente da Revolução ("traída"), dos militares ("árbitros autoritários") e dos antigos correligionários que permaneceram na ARENA.

A diferença entre esses grupos dentro da UDN tinha um caráter mais difuso, de certa forma desvinculado das questões práticas — posições frente à política econômica ou social, por exemplo — quando se referia às características de "estilo", ou seja, aquelas que mais identificavam o "udenismo" tradicional. Já se discutiu a hipótese da UDN como "partido das classes médias". Deve ser lembrado, ainda, que havia outra identificação, da UDN — assim como outro tipo de autoimagem — como um "partido de notáveis", em oposição ao "partido de massas". Nesse sentido é possível afirmar que o partido do Brigadeiro correspondia ao tipo composto por Duverger, ou seja, aquele partido mais preocupado com a qualidade de seus membros do que com a quantidade, o partido de notáveis pelo prestígio do nome, da fortuna, da eficiência profissional (Duverger p.).

O problema com qualquer classificação dos partidos em termos de hierarquia da participação e "membership" consiste na rigidez das denominações. No seu esquema teórico mais desenvolvido — retomado em *Sociologie de Partis Politiques* — Duverger propõe, além dos partidos de quadros e dos partidos de massas, os partidos intermediários e os indiretos (, p.). Se a UDN foi, de certa forma, "um partido de notáveis", foi, também, um partido de "classes médias", assim como se deixou seduzir pelos acenos populistas e, sintoma muito mais grave para manchar a "notabilidade", pelas tentações golpistas.

A partir do esquema de Duverger a tipologia que mais se aproxima da realidade udenista é a proposta por Jean Charlot: notáveis, militantes e eleitores. Para esse autor, a característica básica de um partido não será dada pela sua estrutura organizacional, mas *pela base tida como fonte privilegiada para a legitimidade do partido*: a de notáveis, de militantes ou de eleitores? (, p.). É possível afirmar que a UDN retirava sua legitimidade das históricas raízes da luta contra o Estado Novo (continuada na oposição ao getulismo) mas também da auto-estima, reforçada pela crença na "qualidade superior" de seus dirigentes. Em ambos os casos o partido privilegia o papel dos notáveis. A questão eleitoral seria, nesse primeiro momento, e a nível das aparências, de importância secundária: há uma postura elitista em relação ao significado das "derrotas gloriosas" e ao próprio eleitorado ("o povo não sabe votar"). E o processo eleitoral, em si, seria constantemente posto em xeque, com a contestação dos resultados eleitorais e propostas de reforma eleitoral.

No entanto, se essa afirmação se aplica à UDN nacional, como um todo, ela é particularmente correta para a UDN "histórica" (que mais se apegava aos ideais de) e, em termos regionais à UDN de São Paulo (eleitoralmente muito fraca, porém, marcada pela adesão de "notáveis"). A UDN mais preocupada com os eleitores seria a do Nordeste,

também mais voltada para o esquema de alianças e coligações. A UDN mais engajada na militância seria a UDN carioca, polarizada pelo antigetulismo e pela oposição sistemática ao inimigo histórico, o PTB, partido igualmente forte no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais a UDN — muito forte em todos os sentidos — representava uma síntese da tipologia, com igual ênfase nas bases de legitimidade retirada dos notáveis, dos militantes e dos eleitores. Essa questão é retomada, em outros termos, na apresentação das especificidades regionais das várias UDNs.

Uma pesquisa com eleitores ou simpatizantes da UDN, restrita ao Estado da Guanabara, foi feita por Clifford Landers () para testar diversos itens de atitudes em relação ao partido e seus líderes, principalmente em torno da polêmica lacerdista. Tais pesquisas, extremamente úteis, exigem uma abordagem metodológica diversa da utilizada neste estudo. O peso dos simpatizantes na UDN foi relevante para caracterizar a marca do partido, consolidando "o udenismo" e reforçando o papel dos bacharéis que identificavam, na orientação do partido, "um estado de espírito" mais do que uma certa prática política.

A evidência da fragmentação dentro da UDN corrobora a hipótese clássica segundo a qual os conflitos políticos ocorrem com maior frequência dentro dos partidos do que entre partidos. Ademais, a aproximação da UDN com o PSD, por um lado, e com o PTB, através da "Bossa-Nova", por outro, confirmam, no plano da história do partido, tal afirmativa. Do ponto de vista teórico Almond e Powell (J) fornecem uma pista para se distinguir as possíveis diferenças entre gru-

Ver. entre outros, Ostrogorski p. e V. O. Key, passim.

Segundo Carlos Castello Branco, no início de membros da "Bossa-Nova", como Seixas Dória. Petrônio Portella e Aluisio Alves, cogitaram da possibilidade de ingressarem no PTB (b, p.):

pos num só partido. Trata-se da perspectiva que salienta a função de "agregação de interesses". Esta tem diferentes graus de especificidade, que os autores identificam pelas dicotomias amplo/específico, instrumental/afetiva. Trata-se, na realidade, de *estilos-diversos*, o que se coaduna, para a UDN, com a importância do "estilo" na prática política. A articulação ampla se refere à expressão de demandas ou expectativas generalizadas, tais como "queremos mudanças", "abaixo o comunismo" ou denúncias de corrupção. A específica se aplica às reivindicações de ordem salarial, ecológica ou de serviços públicos. A articulação "instrumental" assume às *técnicas das barganhas*, "com a revelação realística das consequências" do atendimento ou não das demandas (condições para apoio financeiro ou eleitoral, acordos interpartidários). A articulação afetiva assume formas não-concretas de expressão de sentimentos: gratidão, desapontamento, esperança, raiva, etc. (Almond e Powell p.). No caso da UDN parece razoável distinguir, para os "realistas", a articulação de interesses específica e instrumental; para os "bacharéis", a articulação ampla (a moralização, a ênfase na tradição, o anti-comunismo) e afetiva (a postura de ressentimento, "o estado de espírito").

O bloco partidário formado pela UDN com os partidos ancilares — o PL e o PDC — ou com os partidos satélites, que eventualmente se aliavam ao partido, como o PR (Partido Republicano) e o MTR (Movimento Trabalhista Renovador), pode ser entendido como uma aliança parlamentar e como uma aliança eleitoral. No caso dos partidos ancilares é importante especificar uma singularidade da associação UDN-PL: o PL baiano de Otávio Mangabeira e o PL paraibano de José Américo — dois políticos indissolivelmente vinculados ao udenismo — surgiram como dissidências da UDN, o que os distinguia, portanto, do PL tradicional do chefe gaúcho Raul Pilla.

Como uma aliança parlamentar efetiva, formando-se o "bloco da minoria", o agrupamento visava consolidar um bloco de oposição constante, para enfrentar a forte aliança PSD-PTB no Congresso. Nesse sentido, a aliança permanente foi *com* o PL (Partido libertador), que participava de comissões na Câmara, defendendo a mesma posição da UDN (Brito Velho, líder do PL, integrou, por exemplo, a Comissão da Reforma Agrária em , ao lado de João Agripino, da UDN). Para Aducto Lúcio Cardoso, o PL "era a ala angélica" da UDN. Em termos programáticos PL e UDN tinham em comum, também, a defesa do regime parlamentarista; mas se para o PL era a própria essência de sua luta política; para a UDN o parlamentarismo era apenas um dos pontos do programa, e não congregava a maioria (Afonso Arinos, por exemplo, foi presidencialista e parlamentarista e a UDN dividiu-se em relação ao plebiscito de).

Segundo Werneck. Viana, o PDC (Partido Democrata Cristão) "quando muito, veio a representar o ritualismo moralizante de certos círculos das camadas médias de alguns centros urbanos de São Paulo e Paraná, partido de vocação reformista e anti-estatista (o Estado só deveria intervir na economia para fins de "justiça social"); seria uma "UDN católica" (, p.). É o "maior partido pequeno" em . O MTR, dissidência do PTB e liderado por Fernando Ferrari aproximava-se da UDN pela identidade de atitudes frente à corrupção administrativa. A "campanha das mãos limpas" de Ferrari (assim como a "campanha da vassoura", de Jânio Quadros) atingia os mesmos alvos do moralismo udenista.

Em termos de eficiência eleitoral essas alianças partidárias tiveram efeitos sobretudo locais: o PL (gaúcho) e o PR (mineiro) sempre foram partidos de força regional e o PDC tinha maior expressão em São Paulo. A identificação de "atitude" do MTR com a UDN foi prejudicial, em , pois a candidatura de Fernando Ferrari, (para, a vice-presidência) contribuiu para dividir os votos de Milton Campos, garantindo a vitória de João Goulart.

O significado desse bloco partidário, portanto, é .mais importante, na ótica das várias UDNs, por indicar *comportamento semelhante*, ou *prática política, configurando-se o "paraudenismo"*. Assim, pode-se dizer que "o PL era udenista", o "MTR era a UDN trabalhista", o PDC "a UDN confessional" e o PR "a UDN do conservadorismo". Em termos de imagem pública, esses partidos eram, efetivamente, percebidos como ancilares ou satélites da UDN. A formação desse "bloco", que perdurou até a extinção dos partidos, tinha, também, um significado ético, diverso das simples coligações eleitorais, pelo fato de representar um compromisso político permanente e com objetivos mais "elevados" (na visão dos udenistas, é claro).

Ver Afonso Arinos e Raul Pilla — *Parlamentarismo ou Presidencialismo*" Rio, . É curioso lembrar que a coligação UDN-PR-PL no Rio, em , chamava-se "Aliança Popular".

Ver o trabalho de Suely Bastos: "MTR: uma dissidência do PTB no Rio Grande do Sul", Universidade de Brasília (org. D. Fleisher).

Para Carlos Lacerda "o PDC era, no fundo, uma espécie de UDN com sinal trocado. Montoro era uma espécie de dissidente da UDN, com as mesmas qualidades e os mesmos defeitos, e assim os outros, como o Queiroz Filho" (, p.).

A discussão sobre "o caráter ético" das alianças, em oposição às coalizões eleitorais, é tema antigo na tradição liberal brasileira. Veja-se, por exemplo, o que diz Tavares Bastos em : "Parece-me que os nobres deputados iludem-se quando confundem uma coalizão eventual com uma liga formada de elementos capazes de se combinarem para um fim determinado. De coalizões acidentais e passageiros, temos exemplo do nosso próprio país, Essas nasciam numa tarde para dissolverem-se na manhã seguinte. Mas atualmente não se trata disso, trata-se de uma liga. A diferença não reside só na palavra. A história condena as coalizões... Tais fusões eram altamente imorais: foram alimentadas por despeitos e interesses pessoais, desvaneceram-se por idênticos motivos". Evaristo de Moraes Filho: *As Idéias Fundamentais de Tavares Bastos*, p.

Quanto à questão da imprensa, a distinção nacional/local também é pertinente. Para as campanhas eleitorais locais o apoio ou ataque da imprensa é muito mais relevante do que para eleições presidenciais . No caso da UDN, por exemplo, as derrotas do Brigadeiro independeram do intenso apoio da grande imprensa. A UDN sempre contou com a defesa do *O Estado de S. Paulo*, o *Globo*, *Diários Associados*. *Correio da Manhã* (este não integralmente), assim como das Rádios Globo e Televisão Tupi (I. Picaluga,). Além dos pequenos jornais do partido ("O Informativo Udenista" e a "Vigilância Democrática", ambos impressos no Rio de Janeiro) haviam vários jornais notoriamente udenistas pelos estados: o *Correio do Dia*, em Minas Gerais (o editor era José Aparecido); o *Jornal do Povo*, em Goiás; os seminários *Libertação*. no Piauí; *O Timon*, no Maranhão e *Maquis* no Rio de Janeiro (arq. UDN).

No que diz respeito à problemática das várias UDNs, é possível afirmar que o jornal *O Estado de S. Paulo* era também a UDN (dizia-se "O alter-ego da, UDN paulistana") e assim, conforme a sugestão de Gramsci, "um jornal adquire funções de partido político" . O papel do ESP é especialmente relevante para a análise da herança liberal da UDN, a ser discutida adiante. Para Fernando Henrique Cardoso, a UDN expressava, em São Paulo, "o ponto de vista de uma elite ilustrada, de tendência nitidamente "liberal-democrática", mas favorável à "democracia restrita" socialmente. Nenhum outro núcleo de opinião expressou melhor, na época, a tendência paulista da UDN do que um órgão que, formalmente, não pertence ao partido: o jornal *O Estado de S. Paulo*" (Ib, p.).

A *Tribuna de Imprensa*, por sua vez, também "representava" um certo papel da UDN, embora em âmbito mais específico, pois era o porta-voz, ativo e influente, do

lacerdismo. "Eu queria muito evitar que a *Tribuna* fosse um órgão da UDN", diria Carlos Lacerda, "até porque isso era impossível. A UDN não podia ter um órgão — a UDN

Lembra V. O. Key que Roosevelt venceu quatro eleições apesar da oposição da grande Imprensa americana.(, p.).

Segundo a revista *Visão* (//), "pouco antes da Revolução (de); Herbert Levy defendia o lançamento de um jornal do partido e era combatido pelos que diziam que a UDN já tinha um jornal, o *Estado*. "Essa opinião é errada". argumentou Herbert Levy, "o Estado é que tem um partido, a UDN".

era uma maçaroca de tendências, às mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimiu muito mais as minhas tendências do que as da UDN" (, p.).

O grupo da Aeronáutica ligado ao Brigadeiro — seria a UDN fardada? — também pode ser considerado "parte" da UDN, exercendo "função de partido", assim como a oficialidade jovem fiel a Carlos Lacerda. A questão da UDN e dos militares, pela importância de que se reveste na história brasileira, foi abordada em várias ocasiões na primeira parte deste estudo, sobretudo no capítulo IV, "a UDN e os militares".

. — As UDNs Fortes e as Fracas: Perfis Estaduais

A questão das UDNs estaduais reunidas num pacto nacional impõe algumas observações preliminares. Em primeiro lugar, há que se levar em conta tudo o que já foi dito sobre a inevitabilidade das coligações eleitorais, nos estados, para todos os partidos, assim como "as mazelas" da representação proporcional, no contexto mais amplo que incluiria a célebre suspeita de que "partido nacional é mesmo ficção legal". Em segundo lugar, trata-se de perceber as singularidades regionais, ou seja, a questão das UDNs fortes e com êxito eleitoral; fortes no sentido dos "notáveis"; fracas. como "partido de coligação"; ou fraquíssimas, quase inexistentes. Questiona-se, por hipótese, se onde a UDN não teve êxito teria ocorrido a "udenização" do outro grande partido, como no caso do PSD do Rio Grande do Sul. Ou se, no caso de São Paulo, teria havido a "desudenização", em virtude da força populista do ademarismo e do janismo. Há que lembrar, também. que muitas vezes a rivalidade dos grupos dentro da UDN. em cada estado, era mais aguda do que a oposição ao partido adversário, o que concorria para reforçar coligações aparentemente espúrias. Os estados onde a UDN estava literalmente dividida eram Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em termos gerais, é possível resumir a situação nacional da UDN pelo seguinte perfil: a UDN foi forte em Minas Gerais, na Bahia, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro (Distrito Federal e depois Guanabara); foi secundária, porém com força relativa constante, no Estado do Rio, em Pernambuco, Mato Grosso, Piauí, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas e Ceará; foi fraca em São Paulo, no Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e fraquíssima no Amazonas, no Pará, no Maranhão e no território do Acre. Em termos de peso

Registro, com agradecimentos, o auxílio de Marina Albuquerque Mendes da Silva na organização dos dados sobre a situação da UDN nos estados e quanto às eleições.

eleitoral. é significativo que a UDN nunca tenha conseguido ser majoritária nos estados de maior concentração de votantes: embora forte em Minas Gerais, dividia o primeiro lugar com o PSD; forte no Rio de Janeiro, concorria com a grande força do PTB; forte na Bahia, enfraquecia-se. eleitoralmente, pela divisão interna; era fraca em São Paulo. onde era derrotada pelo PSP e no Rio Grande do Sul, vencida pelo PTB. A UDN foi sempre o segundo partido no Congresso, depois do PS O, até , quando perdeu para o PTB; mas em seria a primeira força no Bloco Parlamentar Revolucionário .

A UDN carioca e a UDN mineira sintetizavam aspectos importantes da UDN histórica, dos "bacharéis"; seus representantes estariam, de certa forma, comprometidos com o legado do "Manifesto Mineiro" e com a luta política entrosada aos movimentos liderados por intelectuais contra o Estado Novo. Ao contrário da carioca, quase sempre em querela com o Diretório Nacional, a UDN mineira era a que melhor refletia o equilíbrio com a cúpula partidária, da qual sempre participou. Os mineiros e cariocas eram os principais integrantes da "Banda de Música" — e, portanto, incluíram alguns "golpistas" — mas também os que melhor integravam o quadro dos liberais que se oporiam ao regime pós A.I.. As UDNs do Nordeste incluíam a maior parte dos "realistas" e dos "chapas-brancas", assim como eram as que mais evidenciavam divisões internas, embora conseguissem eleger governadores, e tenham permanecido, até hoje, no poder. A UDN paulista é o caso extremo de um partido inexpressivo, do ponto de vista eleitoral, mas imponente do ponto de vista dos "notáveis" e do apoio da imprensa. Nos demais estados a história udenista está, em geral, enredada nas alianças, com pequenos partidos, para derrotar o adversário principal (PSD, PTB, ou PSP).

A UDN mineira seria, como o PSD, o partido do "equilíbrio". Os interesses locais na política de Minas eram tão fortes, que mesmo as alas afins dos dois partidos jamais puderam se unir (segundo Afonso Arinos, Virgílio de Mello Franco queria integrar a "ala liberal" do PSD na UDN, mas Pedro Aleixo, presidente regional do partido, se obstinara contra). Alguns grandes nomes mineiros representavam tendências especiais: Milton Campos, Alberto Deodato, Pedro Aleixo e Afonso Arinos formavam o grupo dos liberais históricos (Pedro Aleixo se elegia com dificuldades, mas era considerado "o dono" do partido no estado); Gabriel Passos inspirava a linha nacionalista da UDN

As edições da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* de (nº), (nº) e (nº) contêm estudos sobre as eleições nos estados, destacando-se a atuação dos partidos.

(fora ligado a Getúlio Vargas); Magalhães Pinto, com grande força eleitoral (e econômica!), a linha "realista"; Bilac Pinto e Oscar Correa integravam a "Banda de Música" e simbolizavam os arautos do anticomunismo; José Bonifácio evidenciava, publicamente, o predomínio do "coronelismo"; o grupo de deputados vinculados a José Aparecido formava a vanguarda da "Bossa-Nova". Milton Campos foi eleito governador em , em aliança com o

PSD dissidente, com petebistas e comunistas, e Magalhães Pinto, em , derrotou Tancredo Neves, do PSD. Alguns udenistas mineiros que tiveram destaque após o Ato eram obscuros deputados em : Rondon Pacheco, Aureliano Chaves e Francelino Pereira .

Apesar de dividida, a UDN tinha força na Bahia, onde disputava o primeiro lugar com o PSD, também dividido. Segundo depoimento de Aliomar Baleeiro, a UDN baiana resultara da fusão de correntes opostas entre si até e que se aproximaram na luta contra o Estado Novo: os "juracistas" , favoráveis à revolução de , e os "autonomistas", vinculados a Otávio Mangabeira, político da República Velha. O rompimento das duas alas, em , resultou na fundação do Partido Libertador, com Otávio Mangabeira e Nestor Duarte; e ainda outra cisão, do grupo de Manoel Novais, passa a integrar o PR. O PL e o PR, como de praxe, compunham, no plano nacional, uma aliança parlamentar com a UDN. Dos grandes nomes da UDN baiana, cada qual representava uma tendência: Otávio Mangabeira (eleito governador em , em aliança com o PSD) defendia "a intervenção das Forças Armadas para garantir o poder civil" (o ilustre orador é muito citado pela exaltação da "democracia, esta tenra plantinha" — é preciso lembrar a sequência da metáfora, não mais poética, do apelo aos militares, "para que salvem o país"). Aliomar Baleeiro integrava a "Banda de Música", feroz inimigo do getulismo e da intervenção estatal na economia; Juracy Magalhães (eleito governador em) representava o oposto, defensor da conciliação e dos acordos até mesmo com as forças getulistas, compondo-se com a "ala realista" do partido. E Antonio Carlos Magalhães, que se revelaria afinado com o regime militar, fora um típico "chapa-branca", também vinculado à "Bossa Nova".

A UDN carioca era forte, ativíssima, com apoio na imprensa, em certos setores das Forças Armadas (o núcleo antigetulista, sobretudo na "Cruzada Democrática", além do grupo de oficiais lacerdistas da Aeronáutica e dos chefes leais ao Brigadeiro Eduardo Gomes, nas três armas) e da Igreja (Liga Eleitoral Católica e Aliança Eleitoral pela Família, por exemplo). O estudo de Isabel Picaluga () aponta, ain-

Sobre os udenistas nos estados após , ver *Visão. //*, pp. -.

da, a importância do voto feminino (funcionárias, professoras primárias), geralmente voltado para a pregação lacerdistas, e a influência das associações empresariais, sobretudo após a renúncia de Jânio Quadros, como as Associações Comerciais, a Federação das Indústrias e o IPES. Deve ser lembrado, também, que apesar de tão combativa, em doze disputas eleitorais (de a) a UDN carioca obteve apenas três vitórias em eleições majoritárias: Eduardo Gomes, em , senador Afonso Arinos, em e governador Carlos Lacerda, em .

A singularidade da UDN do Rio de Janeiro — sobre ser, até , capital da República — residia em dois pontos: o fato de funcionar num sistema bipolarizado, marcado pela disputa acirrada com o PTB (o PSD era inexpressivo) e a evidência da "questão lacerdistas". O chamado "fenômeno Brizola", em , contribuiria para aprofundar a radicalização UDN-PTB. A polarização lacerdismo/trabalhismo seria reconhecida pelo deputado Afonso Arinos Filho, ao deixar a UDN carioca para ingressar no PDC: "Eu sabia ter afastado o eleitorado lacerdistas, sem conquistar <> trabalhista, de há muito comprometido" (, p.). A atuação de oposicionista brilhante, mas personalista, de Carlos Lacerda, se contribuía para o destaque da bancada udenista no Congresso, era também percebida como um elemento negativo,

pelo permanente conflito que provocava com a cúpula nacional do partido. Aducto Lúcio Cardoso, integrante da "Banda de Música", representaria o espírito dos liberais históricos, que romperiam com os militares após o ato cinco.

A UDN carioca não se confunde com a UDN fluminense. No Estado do Rio, em virtude da hegemonia inquestionável do PSD (de Amaral Peixoto) a UDN se aliou ao PTB, quando apoiou Roberto Silveira, em 1964. Mas em 1966 a UDN apoiara a candidatura de Edmundo Macedo Soares (PSD e UDN) contra o candidato do PTB e da Esquerda Democrática. A UDN fluminense era muito heterogênea, contando com nomes de bacharéis no velho estilo liberal, como Raul Fernandes, Prado Kelly e Soares Filho, ao lado de inexpressivos rea-

Sobre Lacerda e o lacerdismo ver Gláucio Soares (1968), Clifford Landers (1970) e I. Picaluga (1971). Em 1964, por ocasião da discussão sobre a prorrogação dos mandatos e da "maioria absoluta" (tese, aliás, pela qual se batera Lacerda em outras conjunturas) a ruptura parecia iminente entre Lacerda e a cúpula udenista. Bilac Pinto responde a Lacerda em carta lida na Câmara dos Deputados a 11/10/64: "A UDN é um partido cujos quadros são constituídos de homens dignos, dentre eles figurando nomes ilustres. de respeitável tradição política, que nem se intimidam nem se submetem a um tipo de liderança carismática que procure afirmar-se à custa de ataques injustos à sua conduta política. Ninguém, nem mesmo V. Excia, com seu fulgurante talento, será capaz de lidelar o nosso partido e captar o seu apoio mediante táticas terroristas" (*apud* Viana Filho p. 102).

cionários "linha dura", como Raimundo Padilha (governador nomeado em 1964) e líderes de truculência populista, como Tenório Cavalcanti.

A UDN da Paraíba retirava sua força da presença histórica de José Américo (elemento polarizador em 1964, ingressaria no Partido Libertador em 1966) e da "organização metódica" de Argemiro de Figueiredo, interventor entre 1961 e 1964, em torno de sólidos apoios nos municípios rurais mais importantes do estado, disputando com o PSD. A cisão José Américo — Argemiro de Figueiredo (que se repetiria, depois, com a ruptura João Agripino-Ernani Sátiro) enfraquece o partido, obrigado a se coligar com o PDC ou o PL para enfrentar a forte aliança PSD-PTB, liderada pelo cacique pessedista Ruy Carneiro. A UDN paraibana mantém, todavia, o comando sucessório no governo estadual, de 1964 até 1968: Oswaldo Trigueiro, José Américo, Ribeiro Coutinho, Pedro Gondim e João Agripino, Representantes da Paraíba sempre integraram o Diretório Nacional da UDN, e Ernani Sátiro — governador nomeado em 1968 — foi o último presidente udenista, apoiado por Carlos Lacerda. Oswaldo Trigueiro estaria no grupo dos liberais históricos; João Agripino entre os adeptos da linha nacionalista, comprovada em sua gestão como Ministro de Minas e Energia no governo Jânio Quadros, e na linha de apoio à vanguarda udenista, tendo defendido a Reforma Agrária com emenda constitucional.

A UDN do Rio Grande do Norte dominava a política no estado, apesar da divisão interna causada pelo rompimento entre os líderes Dinarte Mariz (deito governador em 1964 e senador biônico em 1968) e Aluísio Alves, governador eleito em 1968, com o apoio da "Bossa-Nova", cassado no governo Costa e Silva. No Piauí a UDN se aliava ao PTB e conseguia

vencer o PSD, elegendo três governadores: Rocha Furtado, em , Caldas Rodrigues, em e Petrônio Portella, em , este vinculado à "Bossa-Nova" (os governadores nomeados Lucídio Portela e Alberto Silva têm, também, origens udenistas). Em Alagoas a UDN era mais forte do que o PSD, mas teria sua força eleitoral ameaçada pelo PSP. Elege dois governadores: Arnon de Mello, em , em aliança com o PSD, e Luis Cavalcanti, em , O udenista Ruy Palmeira congregava um dos maiores redutos eleitorais no estado.

A UDN de Sergipe era ligada aos latifundiários como Leandro Maciel (eleito governador em , em aliança com o PST); em

José Octávio: "Sociologia Política e Eleições na Paraíba", in *Correio das Artes*, João Pessoa, //, p. . Sobre a UDN paraibana ver, também, *As Condições da Vida Política na Paraíba*, de Jean Blondel, Rio: FGV, .

elege governador Luis Garcia, em coligação com o PTB e PST. Em termos eleitorais a disputa se dava com a aliança PSD.PR e, a partir de , com a dissidência de Seixas Dória (apoiado pela "Bossa-Nova ") que se elege governador em , sendo cassado em . No Ceará a UDN disputava o governo em posição de equilíbrio com o PSD; elege os governadores Albuquerque e Souza, em , Paulo Sarazate, em e Virgílio Távora, em (os dois últimos identificados com a UDN "chapa branca").

Em Pernambuco, a UDN era a segunda força, em oposição ao PSD, este rompido com a cúpula nacional. Essa situação de dissidência pessedista compelia a UDN a se aliar com o PTB e as forças trabalhistas, pois sendo o PSD antigetulista, estaria competindo com a UDN nas mesmas áreas (o Brigadeiro Eduardo Gomes, por exemplo, considerava "legítimos" os acordos da UDN com o PTB, em Pernambuco, segundo dados do arquivo da UDN). Embora congregasse elementos da burguesia açucareira, a UDN pernambucana assumia posições mais progressistas (naquele momento interessada na modernização das estruturas econômicas regionais) em comparação com o PSD, mais conservador . Nesse sentido, por exemplo, a candidatura de Cid Sampaio, em , conseguiu o apoio da "Frente de Recife", numa coligação de comunistas, socialistas, petebistas e udenistas contra o PSD .

Em Goiás, a UDN sempre foi a segunda força eleitoral. Fundada pelo antigo militante da Aliança Nacional Libertadora, Domingos Velasco (que ingressaria na Esquerda Democrática e no Partido Socialista) a UDN goiana consubstanciava a oposição ao principal grupo político chefiado pelo cacique do PSD, Pedro Ludovico (o que a impedia de agregar grupos oligárquicos de oposição, como os Caiado e os Jales Machado). Por motivos óbvios, a UDN goiana apoiou Kubitschek e a mudança da capital) mantendo, porém, a oposição ao PSD. O diretório do PSP funcionava, no, estado, como uma sublegenda udenista. A UDN elegeu os governadores Coimbra Bueno, em , Otavio Lage, em , em coligação com o PTB, o PSP e o PDC. Em Mato Grosso a UDN era forte na Assembléia Legislativa e alternava os governos com o PSD, O udenista Fernando Correia da Costa elege-

Ver os trabalhos de Aspásia Camargo: "Brésil Nord-Est-Mouvements Paysans et Crise Populiste", tese de doutorado, Paris , mimeo.; de Amélia

Cohn: *Crise Regional e Planejamento* (SUDENE), São Paulo: Perspectiva, ; de Maria de Nazareth Wanderley: *Capital e Propriedade Fundiária*, Rio, Paz e Terra, .

A trajetória de João Cleofas, na UDN pernambucana é curiosa: fundador da UDN em , aceita ser Ministro de Getúlio em , quando quase é expulso do partido. Membro da "ala direitista" da UDN local, perde três eleições majoritárias; apóia e todos os seus atos de arbítrio, mas não chega, sequer, a senador "biônico".

se em e , concorrendo contra seu primo-irmão, do PSD, Felinto Müller. Após , udenistas assumiram posição de destaque, como Garcia Neto, Saldanha Derzi e José Fragelli.

Em Santa Catarina, havia equilíbrio de forças entre PSD e UDN, cabendo ao PTB a função de "fiel de balança": A luta política travava-se entre a oligarquia dos Konder (alijados do poder em , voltam, pela UDN, em) e o PSD, da oligarquia dos Ramos, dissidentes do PSD nacional. A aliança familiar dos Konder com Irineu Bornhausen (eleito governador em) passou a dominar a política udenista no estado, inclusive após . Em fora eleito governador o udenista Jorge Lacerda, com apoio do PRP.

A UDN foi fraca em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Espírito Santo. Neste estado a UDN elegeu governador Lacerda de Aguiar em e ; Eurico Rezende, adepto da "linha dura" do Ato , só conseguiu chegar ao governo pelas eleições indiretas. No Paraná o PSD era forte e a UDN dividia-se em duas facções: uma de Londrina, constituída por políticos mineiros transferidos para o Paraná e outra em Curitiba, com as famílias tradicionais do estado. A UDN nunca chegou ao governo estadual, a não ser através do apoio, em coligação com o PSD e o PTB, a Moisés Lupion (); com o PR, e o PST a Munhoz da Rocha, em ; a Ney Braga, com o PDC, em e a Paulo Pimentel (PTN-PDC-PL-UDN) em . (Leon Peres, o governador nomeado em e forçado a renunciar por denúncias de corrupção, era um obscuro deputado estadual udenista em).

As UDNs paulistas e gaúcha foram muito fracas, mas tinham aspectos singulares, que merecem menção. A UDN paulista, eleitoralmente fraca — insistia-se ainda uma vez — era forte em termos de "notáveis", remanescentes do Partido Democrático, do Partido Constitucionalista e da União Democrática Brasileira, de Armando de Salles Oliveira. Henrique Bayma, Aureliano Leite, Ernesto Leme, Fábio da Silva Prado eram udenistas vinculados ao antigo PD, fundado em , sobre cuja composição escreveu Paulo Nogueira Filho:

"A gloriosa organização democrática teria de surgir lastreada de valores da alta sociedade paulista, da burguesia independente, das profissões liberais, da classe estudantil e de alguns elementos populares agremiados em torno de Marrey Júnior" (, p.).

A UDN paulista de reunia, também, a dissidência do PRP (facção Sílvio de Campos e Ataliba Leonel).

A adesão de Ademar de Barros à UDN, em , decorreu de sua ruptura com os antigos setores perreperistas, por ele marginalizados durante a interventoria (não podia, portanto, ingressar no PSD) e fomentou inúmeras crises na UDN paulista, que terminam com a exclusão dos ademaristas do grupo de Romeu Lourenção e Paulo Nogueira Filho, por

exemplo. Em setembro de , Ademar de Barros já lançara o manifesto de criação de seu próprio partido (ver. R. Sampaio,). Luis Arrobas Martins, que foi presidente da UDN de São Paulo, assinala que:

"a UDN paulista não só rejeitou o Ademar como ainda se opôs a diversos outros membros das UDNs de outros estados, que vindo aqui a São Paulo, através de entrevistas ou contatos pessoais, prestigiaram o Ademar. Lembro-me do General Euclides de Figueiredo, que era deputado pela UDN, creio, pelo Distrito Federal, que era, na época, o Rio de Janeiro. Toda vez que ele vinha a São Paulo ele visitava o Ademar... Não foram muitas vezes: mas ele fazia declarações à imprensa favoráveis ao Ademar: E imediatamente a UDN paulista vinha a público para repelir este gesto de um correligionário de outro estado. Ela achava absolutamente impossível qualquer união com o Ademar" (entrevista à autora, citada).

A reaproximação com Ademar ocorrerá em , quando o anticomunismo transforma-se em elemento polarizador, superando o combate à corrupção administrativa. Antes, a luta política visava formar maioria na Assembléia Legislativa, para derrotar a coligação vitoriosa PSD-PSP-PTB; uma aliança estadual de oposição, embora marcada por fortes divergências, tornava-se inevitável para a UDN, que integra uma verdadeira frente formada pelo PDC, PR, PSB e PTN, que apoiara Carvalho Pinto em . *O Estado de S. Paulo*, além da tradição antigetulista, expressava aquilo que poderia significar o "liberalismo restrito" dos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda frequência, algumas posições constantes na retórica udenista: a denúncia da "irresistível tendência das massas para o "pulha", no exemplo extremado ,de Plínio Barreto; a defesa dos proprietários rurais, especialmente dos cafeicultores (a denúncia do confisco cambial): a condenação da "hegemonia" estatal na economia; a defesa da intervenção "salvadora" das Forças Armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas, dos "estados de exceção"; e a ambígua representação das aspirações das "classes médias", na mitificação de seus temores de "proletarização".

Além dos "bacharéis históricos" já citados, os principais nomes da UDN paulista foram Herbert Levy, deputado desde e presidente nacional da UDN no biênio -; Luiz Arrobas Martins, presidente do Diretório Estadual; Padre Godinho, cassado por suas ligações com Carlos Lacerda; Roberto de Abreu Sodré, governador nomeado em , sem maior expressão política; Nicolau Tuma, deputado federal desde ; Ernesto Pereira Lopes, deputado desde , presidente da Câmara no governo Médici e José Bonifácio Coutinho Nogueira, candidato ao governo e derrotado por Ademar de Barros em .

No Rio Grande do Sul, ao que parece, a UDN só teve algum significado por causa da adesão do chefe político Flores da Cunha (que, no entanto, ingressaria no PTB após o de novembro de) e da aliança com o Partido Libertador de Raul Pilla. Eleitoralmente um fracasso, ficava em quarto lugar atrás do PTB, do PSD e do PRP. O PTB era a primeira força eleitoral do Estado, porém afastado do PSD, dissidente da cúpula nacional pelo seu declarado antigetulismo. A UDN só tinha condições de atuar integrando a Frente Democrática, formada com o PL e o PSD, que apoiou Juarez Távora em e Jânio Quadros em . lido Meneghetti foi eleito governador do estado, em e em , pela coligação PSD-UDN-PL.

O espaço udenista, portanto, identificado pelo antigetulismo, seria ocupado pelo PSD — "udenizado"? — e pelo PL, tradicionalmente aliado da UDN nacional, em pacto parlamentar indissolúvel. A esta frente se juntaria, a partir de , o MTR, dissidência do PTB, liderado por Fernando Ferrari, com a mesma retórica do moralismo udenista (as "mãos limpas") porém com ênfase nos problemas dos trabalhadores e a questão agrária. Além de Flores da Cunha, os principais *udenistas* gaúchos foram Daniel Krieger (líder da UDN no Senado, identificado com os "liberais históricos" do governo Castello Branco) e Alcides Flores Soares; Sinval Guazzelli, governador nomeado em , fora deputado estadual e candidato derrotado à prefeitura de Porto Alegre, em .

Na Região Norte a UDN foi fraquíssima, No Pará elegeu governador Zacarias de Assunção, em (UDN-PSP-PL), mas predominava a aliança PSD-PTB e a UDN se aliava com partidos menores, na "Coligação Democrática Paraense" (nomes udenistas: Agostinho Monteiro, Epilogo de Campos e Gabriel Hermes Filho). No Amazonas e no Acre a UDN também só conseguiu algumas vitórias locais em coligação contra a aliança PSD-PTB. No Maranhão a situação era bem diversa, pois o principal partido da oposição, contra a aliança hegemônica PSD-PTB chefiada por Vitorino Freire, era o PSP, e não a UDN. O PSP, de Ademar de Barros, paradoxalmente representava, na política maranhense, a bandeira tradicional udenista: o combate à corrupção e ao mandonismo local ("vitorinismo") congregando os intelectuais progressistas e setores conservadores "liberais" dos centros

Ver os trabalhos de Oliveiros Ferreira sobre partidos e eleições em São Paulo.

Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº (e nº).

Sobre: o PTB no Rio Grande do Sul ver os trabalhos de Miguel Bodea, Cedec, .

urbanos. O espaço da UDN, portanto, teria sido ocupado pelo PSP e somente em um udenista, José Sarney, outrora vinculado à "Bossa-Nova", consegue se eleger governador pela UDN — mas, apesar das posições que assumira na defesa das reformas de base e no apoio a João Goulart , será um dos principais udenistas do regime militar.

Se existem várias UDNs, mas do ponto de vista institucional o partido é um só, *o sentimento de identidade e de pertinência* dos próprios udenistas é um dos elementos para resgatar a unidade do partido. A história da UDN apresenta momentos nos quais essa identificação é inequívoca: a devoção aos heróis comuns (além do Brigadeiro Eduardo Gomes ver, adiante, a discussão sobre a herança liberal do partido) e a aversão aos inimigos comuns (a polarização antigetulista); a crença nos mesmos princípios (anti-estatismo, anticomunismo); e, finalmente, um estilo de entender a prática política caracterizado pelo elitismo, por um lado, e pelo moralismo, por outro. O antigetulismo foi, certamente, o principal elemento, polarizador e constante, para cimentar a união udenista; mas havia algo mais. *O que importa em recorrer a um outro tipo de análise, no qual o "estilo" e as referências de cunho ideológico constituem, também, pontos necessários para a construção da identidade dos membros de um partido.*

Essa abordagem permite compreender, entre outras coisas, *porque*, embora não havendo diferenças significativas de interesses econômicos entre PSD e UDN — mantendo-se, todavia, o corte do getulismo — os dois partidos não se confundiam. A

origem de pretensões aristocráticas da UDN, a ênfase n uma ética moralista, na tradição e no "sentido de excelência", a distinguiu, em termos de imagem e de "estilo". no cenário partidário brasileiro. Uma imagem recortada num pano de fundo de contradições evidentes — o liberalismo e o golpismo ou mais sutis — o elitismo e a sedução populista — mas ainda assim imagem singular e identificadora. A UDN não detém, é certo, o monopólio das contradições entre os partidos políticos brasileiros. Mas revela, talvez, o "perfil ideológico" de traços mais ambíguos e intrigantes. Perfil que a discussão a seguir pretende esboçar, numa tentativa de analisar o udenismo, tomando como ponto De partida, a herança liberal reclamada pela própria UDN.

Poucos dias antes do movimento que derrubaria João Goulart discursava José Sarney na Câmara: "O regime de opressão e de opróbrio jamais satisfaz o povo. Foi através da democracia, da manifestação do pensamento em praça pública e do voto que os trabalhadores conseguiram conquistar a situação de que hoje desfrutam. Por isso mesmo recuso-me a acreditar que uma política popular possa, em algum momento, conjugar-se com a supressão das liberdades políticas" (ACD. //, p.).

Sobre o sentimento de identificação com o partido ver V. O. Key p. e segts.

CAPÍTULO IV

UDN E UDENISMO

. A HERANÇA LIBERAL

O liberalismo, como inspiração doutrinária para a UDN — reclamada e reverenciada na herança histórica — e como ponto de referência básico do udenismo, é uma das chaves deste estudo, talvez a mais interessante, sem dúvida a mais complexa e controversa. Uma observação aqui se impõe: não se trata de uma discussão sobre o liberalismo brasileiro, e muito menos sobre ideologia. A referência à ideologia é inevitável, uma vez que o termo integra, com frequência insuspeitada, a retórica dos programas e discursos da UDN, assim como dos representantes externos mais identificados com o udenismo. Ideologia aqui é entendida como um sistema de crenças e valores que informam certas idéias ou representações sociais; estas são vistas em função do grau de interdependência ou coerência interna — para o mesmo referente empírico — e das consequências objetivas numa estrutura de poder dada .

Como se sabe, as contradições são inerentes ao próprio liberalismo, e não deve surpreender que o sejam também para o caso brasileiro. Em seu clássico *The Rise of European Liberalism*. Harold Laski enfatizava: "The pedigree of ideas is never straight forward, Into the development of liberalism there have entered winds of doctrine so diverse m their origin, as to make clarity difficult, and precision perhaps unattainable", Londres: Allen & Unwin p.

Ver de Bolivar Lamounier: "Ideologia Conservadora e Mudanças Estruturais", *Dados*, nº

Discutir o liberalismo da UDN, portanto, não supõe apenas um exercício exploratório de aproximações ou imputações, pois o liberalismo já é, em si, um elemento dado pelo próprio objeto em estudo. Supõe, isso sim, *uma tentativa para qualificar esse liberalismo, esboçando seus traços com as próprias ambiguidades e contradições, que lhe garantem a singularidade*. De qualquer modo, identificar o perfil ideológico da UDN na cena político-partidária é tarefa bastante complexa: a posição oficial do partido (a que saía vitoriosa nas reuniões do Diretório Nacional, ou a que conseguia mais defensores no Congresso) nem sempre coincidia com as posições individuais de alguns de seus mais conhecidos representantes. Há que levar em conta, ainda e sempre, a existência das várias UDNs. Há que lembrar as diferentes fases na trajetória do partido — a ênfase no antigetulismo, no moralismo, no anticomunismo — que não recorriam, necessariamente, aos mesmos recursos ideológicos. Há que considerar, sobretudo, que qualquer referência à ideologia partidária — ainda que no seu significado mais ingênuo — exige distinguir o discurso da ação, a forma da substância, a "ideologia" dos interesses reais do partido. Distinguir, mas não desvincular: pois será exatamente a contradição entre a retórica e a prática que permitirá identificar, no udenismo, a incrível capacidade para justificar o golpismo, o apelo à intervenção militar, a contestação dos resultados eleitorais, *em nome do liberalismo*. Tratava-se, enfim, de *violar a democracia para melhor salvá-la*.

No discurso partidário deve ser levado em conta, portanto a utilização de instrumentos ideológicos como máscaras para reais interesses; como critério de distinção ou auto-identificação em relação às outras forças políticas; como operadores de barganhas políticas (conciliação, acordos) ou de mobilização eleitoral. No caso da UDN uma hipótese se destaca, referida em toda a parte histórica: *a máscara liberal como justificação do combate a Getúlio*. No que ele significou de mais marcante — a mudança social e a utilização do carisma — e com uma nota repressiva congênita, revelada no golpismo.

Em termos individuais, alguns udenistas, que se diziam liberais, parecem identificar-se com a figura, frequente na história brasileira, do *liberal de oposição*. "O liberalismo brasileiro" — registra Raymundo Faoro — "convive com o demônio por ele gerado (...) *Os liberais no poder convertem-se em conservadores, em guardiões do país contra a anarquia*. Este o primeiro ato do drama, ideologia de oposição, demolitória" (R. Faoro p. e). Para a UDN essa "anarquia" será consequência inevitável da ascensão das classes populares, as temíveis "massas". Ou, como assinalava Hermes Lima, o temor era comum a toda a elite brasileira, cuja política tinha "a perturbá-la, intimamente, secretamente, desde os dias longínquos da Independência, o sentimento de que *o povo é uma espécie de vulcão adormecido. Todo o perigo está em despertá-lo*".

A retórica udenista é matéria prima para esta análise. E a retórica não é vista, apenas, como a criadora de metáforas, perversas ou ociosas, mas também como a argumentação e o instrumento de persuasão. A ressonância, nos adeptos ou no público em geral, pode ser deformante, mesmo que seja de adesão. Nesse sentido, não se pode cobrar o arquétipo no discurso político, independentemente do contexto histórico específico: ele será, sempre, circunstancializado e empiricamente referido. Para a crítica do bacharelismo,

por exemplo, — constante na história da UDN e no quadro do udenismo — a advertência é especialmente pertinente.

O fato da própria UDN se apresentar como a "legítima herdeira da tradição liberal no Brasil" — e ter insistido nessa imagem, apesar da sedução golpista — sugere uma indagação inevitável: *que herança foi essa?* Em primeiro lugar, há que se levar em conta uma distinção sutil: *os herdeiros não apenas "se apropriam" do legado, como com ele se identificam.* Essa identificação com a herança compõe, para o perfil ideológico da UDN, uma moldura de ambiguidades e de contradições. A herança é reclamada ostensivamente. Para Afonso Arinos,

"a União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos. *É o estuário para onde confluíram os remanescentes da pregação política do civilismo, da Reação Republicana, da Aliança Liberal.* Seus ideais mobilizadores, sua confiança no progresso democrático, sua preocupação com as liberdades individuais fazem dela o padrão do liberalismo burguês. A figura primacial do partido, brigadeiro Eduardo Gomes, representa bem o espírito liberal, tal como o definimos. Eduardo Gomes é o Prestes da Burguesia, como o capitão vermelho é o Brigadeiro do Proletariado" (, p.).

Temístocles Cavalcanti acrescenta, ainda, nas bases históricas do pensamento liberal udenista, a *criação do Partido Democrático* em São Paulo (, p.).

A campanha civilista de Rui Barbosa (-) "se apresentou ideologicamente como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário", mas também "de reação contra a intervenção do Exército na política". *A Reação Republicana* (), de apoio a Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, "inspirada diretamente pelos gaú-

Hermes Lima: *Notas à Vida Brasileira*, São Paulo p.

chos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação e a supervalorização do café (São Paulo) em detrimento dos outros produtos de exportação. Já o *Partido Democrático*, fundado em , "era essencialmente uma organização representativa da classe média tradicional, vinculada a setores do café" (...) "Com um programa liberal democrático, temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tinha por objetivo central a reforma política: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega ao Judiciário da fiscalização eleitoral . E a *Aliança Liberal*, próxima da Reação Republicana, "refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro, e tinha por objetivo sensibilizar as classes médias (...) defender as liberdades individuais, a anistia (com o que acenava para os tenentes) e a reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral" (B. Fausto p. e segts).

Todos esses pontos: defesa das liberdades públicas, reforma eleitoral, luta anti-oligárquica, aproximação com as classes médias, refletem temas constantes nas plataformas udenistas. Uma óbvia exceção, na Reação Civilista, seria a oposição à intervenção do Exército na política.

Na raiz histórica mais longínqua encontra-se Teófilo Otoni, o sete de abril de , inspirações da primeira hora udenista, na "redemocratização" de . O lenço branco de Otoni incorporou-se à linguagem simbólica da UDN, que o recuperou para as campanhas do Brigadeiro. Estas, no entanto, jamais tiveram a ressonância popular das do "ministro do povo":

"Onipresente, Otoni comparece às diversas paróquias eleitorais. E traz, nesses dias, um lenço branco na mão. Acena com ele às multidões, e elas o seguem em delírio. Os "pogiruns" obtêm o mais retumbante triunfo. No dia seguinte, louvado, odiado, ridicularizado, o lenço branco era a crônica obrigatória dos jornais de todos os partidos".

Paulo Nogueira Filho assinala o descaso do Partido Democrático em relação à questão social: "durante todo esse tempo, não tenho memória de qualquer ligação séria entre a direção do partido e os meios proletários que cresciam em proporções geométricas nos bairros industriais da cidade" (, p.).

A herança udenista em muitos pontos se entrelaça com a herança do tenentismo. Lembre-se que os candidatos da UDN para as eleições presidenciais foram antigos tenentes — Eduardo Gomes, por duas vezes, e Juarez Távora — e o concorrente de Jânio Quadros, na Convenção do partido em , era também "tenente", Juraci Magalhães. Ver, de Maria Cecília Forjaz: *Tenentismo e Aliança Liberal*, São Paulo, Polis, .

A imprensa conservadora publicaria provocações do gênero: "não há mais oligarquia! Pogirun, o maior vulto da América meridional, estrangulou-a com seu lencinho branco ...". Ver, de Paulo Pinheiro Chagas, a Introdução a *Teófilo Otoni*, Perfis Parlamentares, Câmara dos Deputados, .

Uma leitura do "Manifesto Mineiro" () revela fontes significativas da herança reclamada pelos futuros -udenistas. Além das citações nominais aos bravos consagrados — Tavares Bastos, Rui Barbosa, Prudente de Moraes, Assis Brasil, entre outros — o documento sugere como modelos para a organização política e administrativa da nação: as constantes da Circular de , de Teófilo Otoni; o Manifesto Republicano de ; os programas da Convenção e do Congresso realizados em e no Rio Grande do Sul, "adaptados às atuais circunstâncias"; as Constituições de e ; os documentos básicos das campanhas eleitorais de e . Indica, ainda, o estudo da Carta do Atlântico e das Recomendações preliminares para os problemas de após guerra da Comissão Jurídica Americana.

Nas raízes da UDN e do udenismo a presença de Armando de Salles Oliveira é relevante em duas fontes: como principal articulador do partido, no exílio, (faleceu ainda em), e como membro destacado do grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, sob muitos aspectos porta voz do udenismo. As posições políticas de Armando Salles exemplificam as contradições na "herança liberal" e registram, com acuidade, as raízes dos "desvios" que marcariam a UDN e caracterizariam o udenismo.

O estudo de M. Helena Capelato e M. Lígia Prado sobre *O Estado de S. Paulo (O Bravo Matutino)*, aponta traços evidentes de uma postura ideológica elitista e autoritária, do ponto de vista social ou políticos. A análise dos editoriais, de a , revela, de início, que o

"Estado" e Armando de Salles Oliveira apoiaram a Lei de Segurança Nacional, de , as medidas repressivas e as prorrogações do estado de sítio até março d.e . *Estava em causa a defesa de uma ordem social regida pelos valores da autoridade, da hierarquia e da disciplina, na defesa de um "Estado forte", para a consolidação de uma "democracia robusta"*. A contrapartida seria a recusa do "liberalismo ingênuo e cauteloso, das ideologias rissonhas e dos sonhos cor-de-rosa". As

A UDN se reclamava descendente da *União Democrática Brasileira*, fundada em junho de , para apoiar a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da República. (Mas a UDN em contaria, igualmente, com José Américo e seus partidários). A UDN tinha por núcleo o Partido Constitucionalista, por sua vez fundado em , pela fusão do Partido Democrático com a Federação dos Voluntários e a Ação Nacional.

Júlio de Mesquita Filho chega ao extremo de considerar nefastos os efeitos da abolição da escravatura, pois contaminou, "com a massa impura e formidável de dois milhões de negros ("toxinas") subitamente investidos das prerrogativas constitucionais (...) o metabolismo político e econômico do país". *Apud* Capelato e Prado. , p.

idéias de Charles Maurras (*Action Française*) chegam a ser invocadas, no sentido da necessidade do "sacrifício de princípios doutrinários", para que o liberalismo se adapte às exigências da vida real, abandonando a "utopia romântica da democracia liberal" (Capelato e Prado, p. e segts.).

A campanha de Armando Salles enfatiza as teses do "Estado forte" e, sobretudo, da necessária intervenção militar no processo político . "A nossa aspiração é uma democracia robusta, dirigida com autoridade, fiscalizada por uma assembléia assídua e vigilante, e apoiada numa forte organização militar" (Araraquara, //). "Altere-se a Constituição quantas vezes seja preciso, mas para fortalecer o poder dos que tem o encargo de aplicá-la, e não para enfraquecer e anular esse poder" (//). As propostas nacionalistas, — ou educacionais, contém um indisfarçável pendor autoritário, explicitamente revelado no louvor à íntima associação entre educação, nacionalismo e "culto da guerra" na Itália e na Alemanha (em !):

"olhando para o que se passa nos grandes países, vemos que, para imprimir novo entusiasmo à mocidade, os nacionalismos de todos os matizes assenhoram-se da educação, dirigem-na e fazem dela uma irresistível força de disciplina e solidariedade. A Itália (...) dá *caráter militar* à severa educação de seus filhos. Na Alemanha, o Estado apodera-se da mocidade e impõe-lhe o *culto da guerra*" (/ /). "Peçamos à Itália, à Alemanha e a Portugal, *os poderosos métodos de propaganda* por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do país ,a palavra de união e de fé ,em volta da bandeirada Pátria. Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização" (//).

Ao analisar o conteúdo dessas mensagens causa estranheza a oposição dos futuros udenistas ao Estado Novo. Mas é importante lembrar que, se os "liberais" defendiam um Estado forte e a "democracia robusta", *estava em causa a oposição a Getúlio Vargas, e não*

ao autoritarismo do regime por ele instalado. No começo da década de , por exemplo, os futuros udenistas também repudiavam "o liberalismo ingênuo" condenado pelo *Estado de S. Paulo*. Em dizia Juraci Magalhães: "não tenho o fetichismo da liberdade. A democracia libe-

Ver, de Ernst Nolte, *Le Fascisme dans son Époque: L'Action Française*, Paris, Julliard

As citações de: Armando de Salles Oliveira são de seu livro *Jornada Democrática*, José Olympio que reúne os discursos de sua campanha, de abril de a janeiro de ,

ral é o regime da irresponsabilidade, que só interessa aos exploradores das massas". Na mesma ocasião, Afrânio de Melo Franco se pronunciava contra as idéias liberais fracassadas, "a água rala com açúcar do liberalismo flor de laranja. O Brasil precisa de um Estado forte" (*apud* Souza p.).

Parece evidente que, se a herança sofreu deformações várias — a partir mesmo da fundação do partido, explicitando-se na cisão Virgílio/Mangabeira, no governo Dutra — *o importante é mostrar como a herança liberal já revela, com clareza, a distinção entre liberalismo e democracia* ¹. Às raízes da tradição liberal reivindicada pelos udenistas expõem a feição indisfarçavelmente elitista, de um liberalismo limitado, restrito, expresso nas aspirações do tribuno liberal Otoni, "*por uma democracia de classe média, uma democracia da gravata lavada*" (Circular de). Afonso Arinos confirma essa aspiração pelo "liberalismo das classes médias urbanas, cultas, liberalismo burguês mais político do que social" (, p.).

Ou seja, um liberalismo interno às elites, "o liberalismo por inércia", de que fala Michel Debrun, que só mostraria a verdadeira face quando ameaçada a estrutura de poder, solidamente assentada na propriedade privada e nos privilégios de todo tipo para essas mesmas elites. Nesse sentido, o liberalismo do "Manifesto Mineiro", por anódino que pareça, comparado 'Com as reivindicações democráticas, era mais "progressista" do que o liberalismo inspirador da primeira campanha do lenço branco. O Manifesto repudiava o "liberalismo passivo", "o liberalismo burguês". para defender a "democratização da economia": "queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito de voto e do "habeas-corpus". Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais que se traduzem em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros" .

Os discursos udenistas anunciavam-se, quase sempre, pela expressão conjunta "nossas aspirações liberais-democráticas". Mais do que uma figura retórica, essa adjetivação sugere a preocupação em fazer corresponder convicções liberais (abstratas) com propósitos democráticos (concretos), independentemente dos interesses reais — secretos que sejam — de seus porta-vozes. A defesa do livre jogo de economia de mercado e da propriedade privada, somada à concepção clássica do li-

A antiga desconfiança que Eça de Queiroz ironiza através dos conselhos políticos de Afonso da Maia: *Menos liberalismo e mais caráter*", *Os Maias*, Rio: Aguilar p..

"O intelectual brasileiro deve distinguir perfeitamente a idéia de liberdade da idéia de democracia. ou da de qualquer outro regime político". A. Arinos p.

beralismo dos direitos individuais — estas, as constantes do liberalismo udenista — não corresponde, como se sabe, à democratização da sociedade. Esta supõe, obrigatoriamente, a extensão da cidadania política e o reconhecimento da soberania popular; o que implica em repetir a questão várias vezes sugerida por Francisco Weffort: como conciliar igualdade política com desigualdades sociais? Na impossibilidade de promover essa conciliação reside o drama dos liberais.

Para Hélio Jaguaribe a grande ambiguidade do liberalismo udenista decorria das contradições entre as idéias liberais que inspiraram os fundadores e as necessidades reais das classes médias que, teoricamente, pretendiam representar. E sugere que elas só poderiam ser atendidas se o partido apoiasse o programa de desenvolvimento econômico planejado, proposto pelo Estado (*, passim*), como foi observado em capítulo anterior, a UDN não seguia uma linha definida como *a política econômica oficial do partido*. Tinha, no entanto, uma visão anti-estatista, predominante em todos os programas e constante na retórica parlamentar, que consistia na oposição quase que sistemática às iniciativas governamentais — sobretudo de origem getulista ou afim — no domínio econômico (o apoio à criação da Petrobrás é discutido à parte, pelos aspectos de tática política de que se revestiu). Em termos de liberalismo econômico a UDN se apresentava, quanto à imagem pública e nacional, e não como posição de alguns de seus membros, fiel aos moldes clássicos da livre empresa e economia de mercado, profundamente anti-intervencionista ("o Estado é mau patrão", "a intervenção é comunizante", etc.). Lembre-se que a ruptura entre grupos udenistas, no início dos anos sessenta, se daria justamente em torno do papel do Estado na condução das reformas de base — a "Banda de Música" *versus* a "Bossa-Nova". Mas, ainda assim, é importante assinalar que, por um lado havia coerência na defesa da livre entrada do capital estrangeiro e da reivindicação por maior participação da "burguesia nacional" nas decisões de política econômica; por outro lado *os liberais udenistas não, hesitavam em reivindicar a intervenção estatal para alterar a política cambial em favor de seus interesses* (o café e o "confisco cambial", por exemplo), assim como, no campo político, sempre *reclamaram a pronta ação dos aparelhos do Estado para controlar (e, eventualmente, reprimir) a expansão dos movimentos operários*.

Em termos de liberalismo político, portanto, duas contradições são evidentes: o apelo à intervenção militar e as reservas quanto à extensão

Ver seu ensaio mais recente: "A Cidadania dos Trabalhadores, in *Direito, Cidadania e Participação*, São Paulo, T. A. Queiróz . Ver, também, de Celso Lafer: *Ensaio sobre a Liberdade*. São Paulo: Perspectiva, .

da participação política. O militarismo foi uma constante, enraizado na declaração de Armando de Salles Oliveira de que "fora do Exército não há salvação" (). A intensa pregação golpista, e seus momentos vitoriosos (e) permanecem associados à imagem da UDN. A perplexidade não se refere apenas a uma determinada situação histórica, na qual se admite que um liberal defenda o golpe. A heresia estará em defender o "estado de exceção", o golpismo, como alternativa válida de ação política, através, por exemplo, do instrumento ideológico utilizado por Carlos Lacerda, que "defendia o golpe para evitar o golpe por via eleitoral" (!). E ao contestar os resultados das urnas a UDN ia mais longe, pois passava a conspirar contra a posse dos eleitos, quando vinculados, de uma forma ou de outra, ao temido getulismo. Quanto às reservas de participação política trata-se da desconfiança em relação ao movimento sindical ("as greves são sempre políticas", denunciavam) ou à capacidade do povo para escolher seus representantes. "*O povo errou*", diriam, inconformados com as vitórias de Dutra, Getúlio, Juscelino e Jango.

O programa da UDN, aprovado na Convenção Nacional de , defende, na parte introdutória, uma "revolução democrática", com "a superação do capitalismo liberal, do comunismo marxista e do socialismo reformista" . Não se especifica que regime será esse, mas clara está a sugestão do *governo dos homens bons*, reforçada no Programa de , que acentua: "de nada valem as formas de governo, se é má a qualidade dos homens que as encarnam". Esta visão moralista e elitista de governo traduzia a crença antiga, e sempre renovada — pelos mesmos grupos — de que "o país não está amadurecido para um verdadeiro regime democrático, porque o povo não sabe escolher seus representantes". Daí, a frustração com as derrotas nas urnas, a contestação dos resultados, e o apelo à intervenção militar.

O ideário liberal udenista significava, também, uma clara estratégia de *volta ao passado* — e aí se entende a herança como legado e como identificação — ou seja: a defesa dos dispositivos liberais da Constituição de (defesa da federação, do governo representativo e dos direitos individuais); a tônica elitista das campanhas pré (de viria a lembrança do lema "representação e justiça", mas sem real participação das camadas populares); e a incorporação das propostas das Constituições de . e . Surgem, assim, os sinais do anacronismo na mensagem liberal: a volta ao passado, era, também, a recusa em

Já havia, portanto, uma mudança fundamental em relação à tese inicial de Virgílio de Mello Franco, que defendia, inspirado no "reformismo socialista" de Roosevelt, a ideia de que a UDN deveria ser "um partido que se desenvolva; na ordem econômica como na ordem espiritual, tornando-se um partido socialista" (, p.)

aceitar as mudanças sociais e políticas; e daí para o elitismo da exclusão popular é um passo. "

Como pensava o futuro udenista, por exemplo, entre e , para fundamentar sua reação ao Estado Novo? Pensava em termos de propostas liberais-democráticas! No entanto, embora de cunho liberal, as propostas tinham um ranço reacionário, passadista: trata-se de voltar à Constituição de , resgatar o idealismo dos tenentes (o "saneamento moral da vida política"), os ideais autênticos da Revolução de , "traída por Getúlio Vargas".

A ambiguidade se revela: progressista, enquanto inimiga do estado fascista; reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico. Em outros termos, a UDN é *progressista no que se opõe. reacionária no que propõe*. Diante de Getúlio e o Estado Novo — considerados "um desvio" da História — o udenista reage como se fosse possível voltar a e tudo recomeçar, numa restauração política e ... moral.

A reação a alguma coisa, a rejeição do getulismo, torna-se afixação udenista e o corolário de seu liberalismo. Como no Império, é um tipo de liberalismo baseado na reação a algo, sem perceber o que há de novo. Getúlio enfrentou problemas que um liberal moderno não poderia ignorar; a resistência udenista em admitir a participação política das classes populares, a omissão nos debates sobre as questões trabalhistas, será típica do pensamento liberal clássico e elitista, que se refletirá também, no irrealismo político da UDN, ao opor o formalismo legal aos direitos sociais (greves, ampliação da cidadania política), e à modernização da intervenção do Estado. Afonso Arinos reconheceria que, a partir do governo Kubitschek, a UDN começa a transformar-se, renegando sua "herança liberal e de confiança no processo democrático", num identificável "*partido de direita*".

"Havia uma direita antidemocrática, dividida em duas correntes, ambas aninhadas na UDN: uma que detestava a herança varguista (refletida em Kubitschek) e aspirava a ditadura militar por motivos políticos, e outra que tendia também para a ditadura militar, mas por reacionarismo econômico e hostilidade ao progresso social. Esta direita recebia auxílios financeiros não revelados" (, p.).

A perplexidade diante das contradições entre "idéias liberais" e a prática política dos udenistas poderia levar à tentação de se afirmar

"Como poderiam os liberais da UDN se opor de modo eficaz ao reconhecimento: da chamada "polaca", se eles vinham de uma política "putchista", se jogavam acima da opinião pública liberal que supostamente deveriam representar, e, confessando a sua, própria incapacidade em constituírem-se como um partido liberal de tipo moderno, *não viam outra alternativa ao autoritarismo da Carta de senão uma volta atrás à Constituição de ?*" (F. Weffort p.).

que "a herança foi traída". Como se percebe, tal não se deu. *A herança não foi traída porque as raízes históricas do liberalismo inspirado r já continham toda a carga de ambiguidades e contradições* . O liberalismo era aquele mesmo: um liberalismo pré-democrático, inspirado nas concepções clássicas dos direitos naturais do homem, dos direitos da propriedade, do primado da razão, enfim, o liberalismo clássico de Locke e do Iluminismo francês. Ou, segundo Raymundo Faoro, na

"linha doutrinária que flui de Montesquieu, passa por Sieyès e se define em Benjamin Constant, não por acaso o pai do poder moderador da Carta de . A soberania será a nacional, que pressupõe um complexo de grupos e tradições, de comunidades e de continuidade histórica, e não a popular, que cria e abate os reis" (R. Faoro I, p.).

As contradições na herança, portanto, são inerentes ao próprio liberalismo brasileiro, do Império à República, em suas aproximações e distanciamentos com os ideais democráticos:

"O esquema procurará manter a igualdade sem a democracia, o liberalismo fora da soberania popular (...) A liberdade perseguida se torna realidade não na partilha do poder entre os cidadãos autônomos, mas na segurança dos direitos individuais e políticos, garantidos pelas instituições" (R. Faoro I, p.).

É exatamente nesse sentido que se poderá entender a proposta de Florestan Fernandes de recuperar o significado do liberalismo brasileiro (nas raízes da independência), negando os que apenas vêem os elementos "postivos", "farisaicos" ou "esdrúxulos" .

"A influência do liberalismo se deve à composição que redundou na criação de um Estado nacional, *que combinava o princípio da representação à existência de um forte poder executivo* (...) ele só se

Além da crítica de Faoro, sobretudo no primeiro volume de *Os Donos do Poder*, ver também *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (para quem a democracia no Brasil foi "um lamentável mal-entendido"); *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes; *Da Monarquia à República*, de Emília Viotti da Costa (sobretudo "A Consciência Liberal nos Primórdios do Império"); *O Populismo na Política Brasileira*, de Francisco Weffort (o capítulo V: "Liberalismo e Oligarquia") e vários artigos de Michel Debrun em *ISTO É*, //, // e //.

A crítica às raízes do liberalismo brasileiro, feita por Roberto Schwarz, em seu conhecido ensaio "As idéias fora do lugar", iriam nessa direção: "Em resumo, as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de as afetar. Por isto pouco ajuda insistir na sua clara falsidade." Estudos CEBRAP p.

constituiu em realidade histórica para as minorias atuantes dos *estamentos senhoriais* (...) As inconsistências e as ambiguidades do liberalismo se refletiam por igual na ideologia e na utopia liberais, tornando precária qualquer tentativa de distingui-las com algum rigor interpretativo (...) Jamais ele" poderia realizar o milagre de mudar a natureza social das elites senhoriais ou de colocar em outro contexto histórico a formação e a evolução de nossas instituições políticas" (, p. e segts.).

Questões específicas para a qualificação do liberalismo udenista — como o elitismo, o moralismo, a ênfase na ordem, os desvios para o autoritarismo e o estatismo, via golpismo, serão discutidas a seguir.

. LIBERALISMO E ELITISMO: "A PRESCIÊNCIA DAS ELITES"

O liberalismo udenista permanece, sem dúvida, marcado por um profundo elitismo. Um dos aspectos mais interessantes desse elitismo se refere à crença inabalável na *presciência das elites*. O corolário dessa tese se enraíza na convicção de que o povo jamais será politicamente responsável; no máximo poderá ser "politicamente educado" ou "guiado". O pensamento de Afonso Arinos é elucidativo; ele não nega o elitismo do partido, antes, pelo contrário, o identifica, orgulhosamente, com as origens da UDN na "verdade mineira", a partir de seu presidente Antonio Carlos:

"quando Antonio Carlos lançou seu famoso aforismo " façamos a revolução antes que o povo a faça", muitos críticos mordazes consideraram tais palavras como maquiavelismo, talvez como cinismo político, mas tal não era. Pela boca do Andrada falava a continuidade mineira, a qual tem como elemento importante a *presciência das elites em relação aos grandes movimentos populares*. Antonio Carlos, homem de elite como os que mais o fossem, repetia o pensamento dos intelectuais da Inconfidência, de Vasconcellos, de Paraná, de Ottoni. A revolução, para ele, era o caminho da ordem contra o autoritarismo, o restabelecimento do direito contra a prepotência. O mesmo papel representaria Virgílio de

Volta-se à herança de Bernardo Pereira de Vasconcellos, para quem o "sistema representativo, não significava a vontade popular, mas o governo dos melhores, dos mais esclarecidos, dos mais virtuosos. Entre o país real e o país legal, só o segundo estaria apto a destilar a elite, o poder capaz de modernizar, civilizar e elevar o povo" (R. Faoro I, p.),

Mello Franco em e em Pedro Aleixo e Milton Campos" (*O Estado de S. Paulo*, //).

Em termos de prática política esse elitismo, assumido de maneira ostensiva, se revela em duas constantes da trajetória udenista: a identificação de reivindicação sociais e, especificamente, trabalhistas, com a desordem, "o caos", e um solene desprezo pelo povo — "as massas" refletido na permanente revolta com a derrota nas urnas, considerada "fruto da ignorância popular". A soma desses dois elementos constituiria um sólido argumento para a defesa da intervenção militar e da repressão ao movimento operário (a "anarquia e a subversão") por um lado, e do golpismo e da contestação dos resultados eleitorais, por outro.

O melhor exemplo do elitismo da UDN, no sentido do desprezo pelo povo, encontra-se no artigo de Plínio Barreto (no *O Estado de S. Paulo*) inconformado com a vitória de Ademar de Barros, em , e a derrota (último lugar) do udenista Almeida Prado. A idéia de que "o povo não sabe votar" é dominante, e o jornalista propõe uma lista de dez preceitos para que os futuros candidatos possam ganhar eleições conquistando a plebe, as massas eleitorais que têm

"como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha ... A eleição seria, assim, uma espécie de jogo do bicho (...) O ideal será a abolição completa da gramática e esterilidade absoluta de idéias. Procure apenas glosar os ditos populares e as frases em voga. Tudo isso no estilo dos cafés, dos bilhares, e do futebol (...) O candidato que não consiga disfarçar sua distinção estará perdido. A vulgaridade deve ser completa: nas idéias, na linguagem, no vestuário, nas maneiras e até na cara" (*O Estado de S. Paulo*; //).

Dez anos mais tarde (governo Kubitschek) a tônica dos editoriais do jornal permaneceria inalterável, ao atribuir aos trabalhadores "a responsabilidade maior na calamitosa situação política, econômica e social a que chegamos. Quem é que constitui a maioria do eleitorado nacional, senão a massa trabalhadora do país? Quem é que, relegando ao desprezo a virtude e a inteligência dos verdadeiramente capazes e honestos, tem consagrado nas urnas o peculato, a imoralidade administrativa?" (*O ESP.* //, apud A. Cohn,). Lembra Francisco Weffort como "este solene desprezo pelas massas, esta incapacidade

de entender um fato político adverso, são compreensíveis de uma camada social decadente, cujo liberalismo perdeu sentido e cuja alternativa é tornar-se caudatária dos interesses mais reacionários" (a, p.).

Em , A. Arinos considerava os intelectuais "sentinelas avançadas dos movimentos sociais" e pregava: "Sim, o poder aos intelectuais, o governo dos doutores, porque assim é que foram governados na antiguidade e que são governados, modernamente, os países bem governados". , p. ,

Na verdade, aqueles preceitos de Plínio Barreto, em que pesem a amargura e o cinismo, combinavam bem com o anti-populismo exacerbado da UDN e a *firme convicção de que eram, realmente, "os melhores", sendo, portanto, "um absurdo perderem as eleições"*. Arrobas Martins, presidente da UDN paulista, confirma essa convicção:

"Os udenistas eram sinceramente liberais, mas o liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência que formavam a elite brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam à conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha a pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam a elite, e por a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, esta elite preparava, de fato, o povo para votar "certo". Ou seja, o *golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado*. E poder implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse!" (entrevista à A., cit.).

No contexto histórico udenista trata-se de inserir, aí, a conhecida pregação de Carlos Lacerda , "*ao defender o golpe para evitar o golpe por via eleitoral*". Os fins justificariam os meios e a causa maior seria, sempre, a defesa da democracia. A confissão perplexa de Otávio Mangabeira (nos episódios de novembro de) é típica dessa ética dos fins últimos :

O udenista Oscar Dias Corrêa discorda da fama de golpista atribuída à UDN, creditando-a unicamente a Carlos Lacerda, que "clamava pelo golpe, diária e abertamente, embora não dispusesse de um canivete sem cabo a que faltasse lâmina, ou um soldado sem fuzil (...) Havia muitas vozes discordantes, e cito apenas um, dos grandes que se foram: Aducto". Apud Carlos Castello Branco, "A UDN, o bom-bocado e o golpe", *Jornal do Brasil*, //.

A justificação dos udenistas para aceitar, "se preciso for", o emprego de meios antidemocráticos para "salvar a liberdade", remete diretamente à célebre crítica de Max Weber, em seu belo discurso "*A Política como Vocação*": "O proponente de uma ética de fins absolutos não pode resistir sob a irracionalidade ética do mundo. Os que conhecem Dostoiévski lembrarão a cena do "Grande Inquisidor", onde o problema é exposto de modo pungente. Se fizermos qualquer concessão ao princípio de que os fins justificam os meios, não será possível aproximar uma ética dos fins últimos e uma ética da responsabilidade, ou decretar eticamente qual fim deve justificar quais meios" (, p.).

"Imagine, sr. Presidente, o desconsolo e tristeza, com que, soldado da democracia — e é este o mais caro título que me conferiu a vida pública — possa ou venha a assumir atitudes que pareçam de qualquer modo antidemocráticas. Mas, se o faço, ou se o fizer, será precisamente por amor das nossas liberdades". (O. Mangabeira p.).

Essa incrível expressão "golpe por via eleitoral" — relevando-se os aspectos da óbvia contradição entre os termos — identifica-se com o mais evidente pensamento de direita que chegou a ser ostensivamente defendido, ainda na década de , pelos liberais, os que se diziam "exacerbadamente liberais", como Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ainda em termos de herança, é Afonso Arinos quem aponta as raízes do golpismo, no legado da maioria de , o "espasmo convulsivo do liberalismo, diante da ameaça do conservadorismo. Aqueles liberais de procederam como nós, liberais udenistas; quando não tínhamos a maioria, íamos buscar as Forças Armadas para nos servir de salvaguarda e transformar o regime" (, p.).

Resta saber se o golpismo udenista é um deslize ou uma ruptura. Isto é, o golpismo faz parte da UDN ou é monstro gerado que a paternidade renega? É degenerescência da UDN ou já é outra coisa? O golpismo udenista não é deslize, não é ruptura. Está, como diria Michel Debrun, "no coração da própria ideologia", a que serve de suporte para os apelos aos militares, sempre decorrente da fé inabalável na "presciência das elites", na "imaturidade do povo" e na identificação de reivindicações sociais com anarquia.

A ética dos fins últimos termina por prevalecer, na crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia. "As ditaduras podem ser uma preparação para a democracia, e aí podemos falar de uma ditadura educativa", afirma Franz

Oswaldo Trigueiro também justifica o recurso ao golpe como expediente "legítimo e aceitável" de ação política: "O objetivo de todo partido político é a

conquista e o exercício *do* poder. Quem não deseja governar, vai para as academias ou para as ordens religiosas. Na pequena minoria das nações realmente democráticas, todos os partidos rejeitam a hipótese do golpe de Estado, porque podem chegar ao poder normalmente, periodicamente, e até mais facilmente através das eleições. Mas nos chamados países em desenvolvimento — como os da América Latina em geral — as conspirações fazem parte da rotina política e as revoluções e os golpes são tidos como processos legítimos, ou, pelo menos, aceitáveis, da ação política (...) A UDN não detém o monopólio das conspirações de que participou, em alguns casos inocuamente". (entrevista à A., cit.).

"À diferença do que ocorre na Europa, onde o golpismo entra, envergonhado, pela porta dos fundos, ele está aqui, instalado no coração da própria ideologia". "A alternância no poder", de Michel Debrun, em *ISTO É*, //.

Neumann, "muito diversa, porém, dos casos revolucionários, da ditadura do proletariado para a verdadeira democracia". E continua: "no caso conservador, a ditadura se apoia nos tradicionais grupos de mando (indústria, finanças, agrários, forças armadas, burocracia e judiciário) que estavam comprometidas com um mínimo de legalidade formal, de vez que uma rebelião aberta muito prejudicaria suas posições e segurança" (, p.). A crença nessa ditadura pedagógica parece ter sido inspiradora do papel dos liberais udenistas em , apoiados exatamente naqueles grupos tradicionais apontados por Neumann.

Em íntima associação com O elitismo político (a "presciência das elites", a imaturidade do povo, "anárquico e desordeiro") observam-se aspectos evidentes de um elitismo social, colorido nas tintas aristocráticas do "sentido de excelência". Como foi salientado no depoimento de Arrobas Martins, os udenistas estavam imbuídos de um sentimento de sua própria superioridade — eram, realmente, "os melhores". Os valores prioritários identificavam, na comunhão udenista, a tradição e a honra, num traço esta mental, em detrimento da competência e do *achievement*. Compreende-se, assim, a recuperação da dignidade das "vitórias morais", ou "derrotas gloriosas", na altiva retórica dos eternos perdedores — e mesmo quando contestavam os resultados eleitorais.

A evocação a Max Weber será inevitável, quando ensina que "o sentimento de dignidade que caracteriza os estamentos positivamente privilegiados relaciona-se, naturalmente, com seu "ser", que não transcende a si mesmo, isto é, relaciona-se com sua "beleza e excelência". Vivem para o presente e explorando seu grande passado" (Weber p.).

Inúmeras manifestações de udenistas, em relação à tradição familiar, "aos grandes nomes, à natural supremacia dos bem educados". revelam o elitismo social do partido. Paulo Emílio Salles Gomes acentua esse aspecto ao comentar o desencanto de Armando de Salles Oliveira com a falta de nomes tradicionais na futura UDN paulista; e ao lembrar seu próprio sentimento de ridículo ao participar de um comício pró-Eduardo Gomes, em , após o primeiro orador que exaltava a "estirpe" nobre" do Brigadeiro, como condição importante para sua vitória nas urnas (entrevista à A., cit.).

A importância da tradição familiar e política era tão enfatizada que Afonso Arinos interpreta a evolução de Astrogildo Pereira, então liberal (apoiara a campanha civilista),

para o anarquismo e depois para o comunismo, pelo fato de "não ter uma tradição política de família, não tinha um Estado poderoso atrás de si, era um homem de grande valor intelectual, mas que não tinha nem uma família política antiga, num um Estado forte para apoiá-lo" (. p.). Referindo-se ao irmão Virgílio, Afonso Arinos não o define como um político, mas como "um homem de bem": "não se devia procurar nele coerência ideológica, filiação doutrinária, sutileza teórica, programa seguido nem definido, mas generosidade, humanidade e moral idade" (, p.).

Esta ênfase nas qualidades pessoais e, principalmente. na tradição familiar, seria reforçada por *outro* udenista mineiro, Dario de Almeida Magalhães, ao comentar a exoneração de Cardoso de Mello por Getúlio Vargas:

"Cardoso de Mello foi posto para fora por um bilhete que lhe foi levado pelo Ademar de Barros. Um dos episódios mais insólitos da História do Brasil. O bilhete era do Getúlio, comunicando ao Cardoso de Mello que tinha sido substituído pelo próprio portador". O entrevistador acrescenta: "Mais tarde o Ademar foi demitido em circunstâncias semelhantes". Almeida Magalhães salienta: "*Apenas as circunstâncias*. Pois o Cardoso de Mello era uma personalidade importante; professor de Direito, genro de Rodrigues Alves, tinha tradição, fora deputado federal..." (Depoimento ao *ESP*, //).

Em outras palavras, com o Ademar, considerado um grosseiro "arrivista", estava tudo certo; com membros das elites paulistas era um acinte....

Vale a pena reproduzir este trecho da entrevista com Luis Arrobas Martins:

LAM: "Os homens de maior prestígio, o prestígio da inteligência, dos homens mais respeitáveis daqui de São Paulo, estavam na UDN ou se diziam udenistas. Pelo prestígio desses homens é que vinha o prestígio da UDN. porque sem força eleitoral ela tinha um grande prestígio em São Paulo, isso é absolutamente inegável"

MVH: "Sim, mas prestígio onde?"

LAM: "Na opinião pública. E o que forma a opinião pública? A

Esta distinção entre "homens de bem" e "os outros", em termos de uma inequívoca *superioridade moral*, aproxima-se de uma certa visão dos antigos republicanos, nos Estados Unidos, em relação aos democratas. No final do século o senador George F. Hoar, do Partido Republicano, assim se exprimia: "The men who do the work of piety and charity in our churches... the men who own and till their own farms...the men who went to war ... and saved the nation's honor ... *by the natural law of their being* find their place in the Republican Party. While the old slave driver, the saloon keeper, the ballot box stuffer ... the criminal class of the great cities, the men who cannot read or write, *by the natural law of their being*, find their congenial place in the Democratic Party" (apud Lance Morrow, in *Time*, //, p.).

opinião pública, infelizmente, até hoje, entre nós, não inclui o operariado" (entrevista à A., cit.).

O elitismo do "sentido de excelência" explicaria, também, a distinção entre o udenista histórico e o pessedista, embora em determinadas conjunturas, ou em relação a interesses econômicos, ambos defendessem as mesmas propostas políticas. Esse elitismo explicaria, igualmente, a diferença (marcada sobretudo pelas respectivas autoimagens) entre os grupos dentro da própria UDN, os históricos e os "adesistas", a tradição *versus* o "arrivismo." ... A questão da unidade/diversidade udenista, percebida em termos de *estilo e de mentalidade*, lembra as reflexões de Marcel Proust sobre a raiz das afinidades ou distanciamentos sociais entre membros de uma mesma classe (as elites, por certo). Ao comentar a personalidade do Marquês de Norpois — um diplomata profundamente imbuído daquele espírito conservador, que ao mesmo tempo teme e despreza os procedimentos inovadores — o romancista intui, com elegante acuidade, uma realidade interessante para a análise do comportamento das elites: *a afinidade do espírito é mais agregadora do que a comunhão de opiniões*.

Essa afirmação é especialmente reveladora da postura elitista da UDN tradicional, com suas noções muito particulares de "igualdade" e "superioridade". A UDN histórica perde a direção quando tenta unir o partido em torno de medidas concretas (para a conquista do poder, por ex.), diluindo e confundindo as diferenças de "estilo" ou "mentalidade". Aí, então, o partido se revela, além de heterogêneo, contraditório; à mentalidade do bacharel legalista repugna o estilo do político realista. A ênfase dos bacharéis udenistas nas definições em torno de "estados de espírito", ou de "mística", não será, portanto, uma questão apenas retórica. O bacharel udenista está muito mais próximo do bacharel pessedista (Milton Campos e Gustavo Capanema, por ex.) do que dos "realistas" de seu próprio partido. A aproximação forçada entre a UDN tradicional e o populismo de Jânio Quadros é um bom exemplo, no qual a comunhão de opiniões (políticas e táticas), esbarra, drasticamente, com a "não-consanguinidade de espíritos".

. OS BACHARÉIS E A MÍSTICA DA ORDEM

A discussão sobre os diferentes estilos na UDN salienta o papel dos "bacharéis" que imprimiram marca indelével no partido. A UDN

"Sauf chel qudques illetrés du peuple et du monde, pour qui la différence des genres et lettre morte, ce qui rapproche, ce n'est pas la communauté des opinions, c'est la consanguinité des esprits". *À la Recherche du Temps Perdu*. Paris: Gallimard (Pléiadel p.

foi, também, entre denominações várias, "o partido dos bacharéis", frequentemente congelada no formalismo pelo qual o princípio da legalidade surge como a inspiração primeira. No extremo da crítica a UDN representaria o fetichismo da lei; em visão mais benevolente, os udenistas seriam réus de uma constante "sublimação do real", em nome do "formal".

O bacharelismo significa, também, o gosto excessivo pelo beletismo político, pela retórica — a palavra, o discurso, a metáfora, como dotados de significado mais importante

do que os fatos, ou o conhecimento científico, sobretudo econômico. Esse bacharelismo não se aplica exclusivamente à UDN. Ela surge, apenas, como a herdeira mais visível de uma tradição de raízes profundas na história do Brasil. É sabido que a vida política brasileira, da Colônia à República, permanece ostensivamente marcada pela presença do bacharel, aquele personagem impiedoso e finamente observado por Machado de Assis, que lhe criava o prestígio na formação eminentemente retórica e literária. E a rigorosa pesquisa de Alberto Venancio Filho (1997) veio comprovar a frase famosa de Joaquim Nabuco — "as faculdades de Direito eram as ante-salas da Câmara" — ao revelar um completo painel daquela elite política, formada de bacharéis imbuídos dos princípios dos "enciclopedistas franceses" e das idéias liberais clássicas.

Dentre todos os partidos criados em 1964 é a UDN que reivindica a tradição da "aristocracia togada" e o partido mantém-se em seus vinte anos de existência, identificado com as imagens, positivas ou negativas, do bacharelismo brasileiro. Convém lembrar, entre outras referências, que o programa de prioridade da ação política, aprovado na

A visão do bacharelismo udenista como "fetichismo da lei" (apesar das convicções golpistas) é conhecida, Milton Campos, certamente o mais representativo dos liberais udenistas devolve a crítica: "A lei libertadora é o aceno liberal por excelência. a indicar que à lei compete organizar a liberdade, para que se iniba a opressão (...) o princípio da legalidade não é o fetiche da lei em si mesma, senão um processo corretivo da imperfeição humana". "Em louvor da Tolerância", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 1, p. 10.

"Por efeito da autonomia intelectual das elites, descomprometidas com as bases, o debate de ideias travava-se nas nuvens, ao sabor dos gostos e preferências individuais, de acordo com o último livro mal digerido (...) Era um estilo enfático e solene. O lado caricatural dos chavões e das frases que afligiam os políticos, oradores, e jornalistas partidários, encontra, mais de uma vez, em Machado de Assis, o lúcido e divertido retratista". R. Faoro, *A Pirâmide e o Trapézio*, p. 10.

Das Arcadas ao Bacharelismo; ver, especialmente, o capítulo "A Presença do bacharel na vida brasileira".

A expressão "aristocracy of the robe" é lembrada por Harry Girvetz em *The Evolution of Liberalism*, Nova York, Collier p. 10.

Convenção Nacional da UDN, de 1964, incluía a defesa do "ensino da Constituição nas escolas primárias e secundárias, assim como a criação dos cursos de Moral e Cívica (arq. UDN).

A análise de Gilberto Amado, embora dirigida aos bacharéis do Império, "que realizavam uma simples ação decorativa", permanece atual, de irretocável ironia:

"o seu trabalho político consistia em abordar sobre os assuntos do dia — empréstimos externos, reformas da legislação criminal ou civil, direito orçamentário, questões partidárias ou eleitorais, grandes e belos discursos que poderiam figurar pelos assuntos nos Anais Parlamentares da França e da Inglaterra (...) É claro que a todos eles faltava a educação científica necessária

à compreensão de um país que mais do que nenhum outro precisava de uma política construtiva" (*apud* Venancio Filho, p.).

É curioso assinalar que a crítica aos bacharéis feita pelos próprios udenistas tem duas origens: uma, que se poderia chamar de "direita", repudia o legalismo que impede "os golpes"; e outra, "progressista", que identifica, no formalismo dos bacharéis, o imobilismo diante das reformas sociais. No primeiro caso o exemplo típico será Otávio Mangabeira, que se queixava, às vésperas do de novembro de

"dos bacharéis no Brasil, porque ainda nas horas mais graves e mais tremendas da nacionalidade, ficam eles preocupados com as fórmulas jurídicas, menos sensíveis às realidades" (, p.).

No segundo caso a denúncia virá de Afonso Arinos, em sua crítica (e auto crítica) mais acerba:

"por trás da luta udenista pela legalidade e contra Getúlio. luta de que fui porta-voz parlamentar, havia, também. a recusa do partido militarista e conservador em aceitar a fatalidade de certas mudanças. Tanto assim que o udenismo se acomodou perfeitamente com a supressão dos princípios democráticos pela Revolução de , desde que ela se destinasse a erguer uma barreira de força contra a maré esquerdizante" (, p.).

Há que distinguir, portanto, os "bacharéis liberais" dos "realistas". Milton Campos e Afonso Arinos encarnariam, com certa fidelidade, a imagem do bacharel liberal. Otávio Mangabeira seria o oposto do bacharel (era, aliás, engenheiro), ao defender soluções radicais, senão golpistas ("não se fazem revoluções pela metade I Percamos a mania das revoluções legais, ou das legalidades revolucionárias!"). Ora, é preciso ter claro que o espírito dos bacharéis abomina o radicalismo. Quando pecam, os bacharéis o fazem antes por excesso de acomodação, nunca por radicalismo. Lembre-se, aqui, a advertência feita pelos frutos.udenistas na introdução do "Manifesto Mineiro": "*queremos que nossas palavras sejam serenas, sóbrias e claras*", e "*este não é um documento subversivo*". Se não se pode atribuir à UDN, com exclusividade, o culto ao bacharelismo, ela certamente guardou a imagem. Imagem pública e duradoura, e auto-imagem reverenciada muito mais pelo colorido estamental, no estilo aristocrático (o amor à ordem e ao formalismo) observado por Tocqueville entre os juristas americanos (*De La Démocratie en Amérique*). É importante — insista-se ainda e sempre — manter a distinção entre os "bacharéis" e os "golpistas"; estes não se preocupavam, é claro, nem com a serenidade, nem com a sobriedade.

A prática cultural ao bacharelismo é típica da UDN, como moldura da atuação política; mas não era original e particular ao partido. Os pessedistas, em termos concretos, teriam sido, talvez, "mais bacharéis". Afinal, é do espírito do bacharel estar sempre pronto a justificar e a legitimar — com apoio em recursos jurídicos muitas vezes artificiais e "casuísticos" — as ações políticas marcadas pela acomodação e, sobretudo, pela conciliação (lembre-se, aqui, a constância das teses de "união nacional" defendidas pelo PSD). Esta antiga conciliação que apaga os extremos, procura fundi-los e confundi-los, conciliação onipresente na história política brasileira. É nesse sentido que se entende a crítica da esquerda ao bacharelismo, pois as normas jurídicas seriam, assim, consideradas "ficções democráticas", na medida em que ocultam as contradições, escamoteiam os

conflitos e terminam por perpetuar, como um instrumento ideológico dos mais eficazes, o sistema de dominação vigente.

Ainda uma vez a dissociação entre a forma e o conteúdo, a "idealização" e a "realidade". Nesse sentido, é interessante notar a ênfase dada por alguns ilustres udenistas, às expressões identificadas como "*estado de espírito*": para Milton Campos "o liberalismo é um estado de espírito", para Afonso Arinos o populismo (!) é um estado de espírito — a sequência poderia indicar, quem sabe, que a democracia é, também, "um estado de espírito", e tudo se explicaria sem desnecessários conflitos. Nesse sentido, a advertência de Virgílio de Mello Fran-

"On retrouve donc cachée au fond de l'âme des légistes une partie des goûts et des habitudes de l'aristocratie. Ils ont comme elle *un penchant instinctif pour l'ordre, un amour naturel des formes*: ainsi qu'elle, ils conçoivent un grand dégoût pour les actions de la multitude et méprisent secrètement le gouvernement du peuple". Tocqueville p.

Ver, de José Honório Rodrigues: *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio: Civilização Brasileira, . Ver de Raymundo Faoro: "Já que se fala em conciliação ...", *ISTO É*, // e de Michel Debrun: "As Duas Faces da Conciliação", *Jornal do Brasil*, // e "Temível Conciliação", *ISTO É*, //.

Ver o ensaio de B. Lamounier: "Representação Política: a importância de certos formalismos", in *Direito. Cidadania e Participação*, S.P., T.A. Queiroz, .

co é exemplar: "um partido político não deve ser julgado unicamente pelo seu programa, julga-se sobretudo pela sua conduta, ou pelo *sentimento que se pode definir por um vocábulo extraído da teologia e de que tanto se abusou nestes últimos tempos: a mística*" (, p.).

Isto posto, a UDN como um todo, apegada ao seu maniqueísmo tradicional (a pureza de princípios *versus* a transigência nos acordos, os autênticos *versus* os corruptos) não poderia ser vista exclusivamente pelo lado do bacharelismo conciliador. Este abomina tanto o radicalismo quanto o maniqueísmo. A ênfase na ordem, válida tanto para a UDN quanto para o PSD, será o traço fundamental do bacharel. Ordem e legalidade, as quais, no dizer de Tocqueville, são valorizadas pelos legistas acima da liberdade, pois estes temem menos a realidade da tirania do que o desconhecido do arbitrário. Retoma-se a história brasileira: se em a preservação do sistema formal não foi considerada o valor relevante, mesmo pelos próprios bacharéis, o que explicaria o desvio, em que pese a importância primeira da luta "contra a subversão comunista"? Volta-se, ainda, para o golpismo atávico, justificado exatamente *em nome da ordem*.

Qual seria o valor supremo para justificar tudo, na ética dos fins últimos que admite o golpismo? A democracia, certo. Mas, que democracia? A "democracia da gravata lavada", de memória atrelada ao pensamento do liberal mineiro (Otoni) e, acima de tudo, *a democracia "legal", consolidada na ordem*. A defesa da democracia e da ordem (entenda-se a ordem social estabelecida pelas elites) justificará o combate implacável ao comunismo

e a aliança duradoura com os militares.. O anticomunismo instala-se no cem e da questão, relegando, a segundo plano, as aspirações liberais consideradas "mais românticas". "Quando digo democracia", lembra Otávio Mangabeira, "insisto em acentuar que me refiro ao que é conhecido, no mundo, como democracia cristã ou democracia ocidental, nunca democracia autoritária, nunca democracia soviética!" (, p.) .

A ênfase dos udenistas na mística e nos estados de espírito lembra a advertência de Harry Givertz em seu estudo sobre a evolução do liberalismo: "Liberalism is a philosophy of heart as well as of head. To forget this is to lose the key to the understanding or the liberal dynamic". Cit., p. .

"Ce que les légistes aiment par-dessus toutes choses, c'est la vie de l'ordre, et la plus grande garantie de l'ordre est l'autorité. Il ne faut pas oublier d'ailleurs, que *s'ils prisent la liberté, ils placent, en général, la légalité bien au-dessus d'elle; ils craignent moins la tyrannie que l'arbitraire*, et, pouvou que le législateur se charge lui-lui-même d'enlever aux hommes leur independance, ils sont à peu pres contents". Tocqueville,

Em pregava Carlos Lacerda: "diríamos, hoje. que na atual conjuntura o preço da liberdade é a definição exata de nossa posição. Dela depende a única defesa eficaz contra o envolvimento comunista da estrutura política. econômica e administrativa do país e de sua conduta em relação ao mundo" (C.N. de , arq. UDN).

A ênfase na *ordem* e, ao mesmo tempo, a defesa do golpe, são óbvias contradições. Mas a desordem decorre de um sistema considerado ilegítimo porque tolera (e até estimula) manifestações de grupos sociais incompatíveis com a ordem desejada. A "desordem" está associada não apenas ao comunismo, mas à política de inspiração em Getúlio Vargas e seus seguidores (daí a oposição constante à aliança PSD-PTB). A defesa da ordem e a defesa do golpe são, nesse contexto, faces da mesma moeda, É nesse sentido que Wanderley Guilherme dos Santos situa o papel dos "liberais doutrinários" presentes na UDN, pois se faltava legitimidade ao sistema, era perfeitamente correto tentar derrubá-lo, através de quaisquer meios disponíveis; "Este conveniente silogismo transformou a UDN no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de a , quando os liberais doutrinários julgaram, para logo sentirem o gosto do arrependimento, que haviam, finalmente, chegado ao poder"

A legitimação do golpismo reunia os udenistas e os militares em profícua comunhão na crença da "ilegitimidade do regime" e no temor da "ascensão das massas". Os udenistas reforçavam seu lado elitista-autoritário ("o povo não sabe votar") e os militares a sua crença nos mitos da segurança nacional, contra "as ameaças da luta de classes". O anticomunismo, enfim, estará na raiz que justifica o golpismo: o golpe é legítimo porque quer destruir um regime ilegítimo. Convém reafirmar, no entanto, que a preocupação com o legalismo (mesmo nos seus aspectos meramente formais) permanecia presente sobretudo para os militares , cujo valor fundamental sempre foi *a defesa da ordem*, e não a democracia.

O temor onipresente da desordem, identifica da com os movimentos sociais, lembra, de antiga herança, o liberalismo *defroqué* de Bernardo Pereira de Vasconcellos, citado e admirado pelos udenistas mi-

W. O. dos Santos: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo: Duas Cidades p.

Em suas *Páginas de Diário* conta Carlos Drummond de Andrade episódio relativo às conspirações para derrubar Getúlio em : "sábado à noite em casa de Francisco Campos, a seu chamado. Mostra-me o rascunho de uma entrevista a ser dada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes e redigida por ele, Campos, Tese: o atual governo é ilegal, pelo que o poder deve ser entregue ao Supremo Tribunal para garantia das eleições. Campos deseja que eu dê forma jornalística mais adequada ao texto, Eis aí um pedido que me deixa perturbado (...) Acho a ideia impraticável e pergunto-lhe: "Getúlio se deixará convencer?" Ele responde: "Não". "Neste caso, será intimidado?" "Também não", E eu: "sendo assim, qual o objetivo da entrevista?" Resposta de Campos: "*Propaganda para consumo do Exército, que está com a preocupação da legitimidade do poder*". Mas o senhor não acha isto um golpe? Ele sorri: "Sim, é um golpe branco" (*Jornal do Brasil*, //).

neiros ; um dos autores prediletos de Milton Campos, por exemplo. A aposta de Bernardo de Vasconcellos aos princípios liberais, é antológica: "*fui liberal; hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram. A sociedade, que antes corria o risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia (...) Não abandono a causa que defendo, deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete*" (apud R. Faoro, I, p.). Observa-se, aí, não apenas o temor da desordem, como também a crença de que a democracia e a liberdade contêm, em si próprias, os "excessos", os germes de sua destruição.

Na história do pensamento político é interessante lembrar o exemplo de Edmund Burke: sua aversão (quase física) às noções de liberdade e de igualdade democrática, no que elas tinham de caráter revolucionário, onde ele percebia "o mal radical e intrínseco" da mudança na ordem estabelecida. Aos revolucionários franceses, por exemplo, chamava-os de "os arquitetos da ruína". Em Burke encontram-se, também, as raízes das idéias sobre o "mal intrínseco" da liberdade, no sentido de que o povo não está preparado para usufruí-la. "O povo, essa *swinish multitude*", rebanho miserável, cujas paixões ignorantes e ensandecidas, se não forem controladas pela lei, justificariam o mais duro despotismo. E o que seria da liberdade sem sabedoria, sem virtude? O pior dos males, com seus desvarios, seus vícios, suas loucuras" .

A influência de Burke, presente na herança udenista, será também, reveladora de uma certa postura "utilitária" do liberalismo quando sentencia: "a questão para mim não é saber o direito de tornar infeliz o vosso povo, mas se não é de vosso interesse torná-lo feliz". Essa questão foi assimilada e reconhecida por Joaquim Nabuco, que na última página de seu elegante painel histórico (*Um Estadista do Império*), identifica, em Burke, a

conjugação ideal do *liberalismo utilitário e do conservadorismo histórico*, dons inefáveis "aos grandes estadistas e aos espíritos positivos" (, p.) .

"O grande impulsionador do movimento intelectual conservador foi este extraordinário Bernardo de Vasconcellos, a quem Nabuco chama "gigante intelectual" e Armitage apelida o "Mirabeau brasileiro". Mirabeau mais feliz do que o francês, pois conseguiu salvar sucessivamente a "ordem e a Monarquia." Afonso Arinos p.

A verdade (o dogma) como valor fundamental, superior na essência do pensamento de direita clássico, defendido entre outros, pelo integrismo católico. Ver, do Pe. Charles Antoine: *O Integrismo no Brasil*, Civ. Brasileira,

Reflections on the Revolution in France, Penguin Books p.

Uma análise. crítica de *Um Estadista do Império* é feita por Raymundo Faoro: "A Ponte Suspensa", em *Documentação e Atualidade Política*, nº I, .

A identificação da UDN (e de outros partidos conservadores) como "*partidos da ordem*" foi admitida por Afonso Arinos, a partir das premissas teóricas de Francois Goguel, que distinguia nos partidos da Terceira República francesa os blocos. da "Ordem" e do "Movimento". Afonso Arinos aproxima "ordem" das expressões retrocesso, reação, moderação ou conservadorismo; e "movimento" de progresso, revolução, exaltação e radicalismo.

"É, sem dúvida, uma divisão aproximativa e genérica", conclui Arinos, "mas que não deixa de corresponder a tendências gerais perfeitamente identificáveis. A Ordem se vê representada no Partido Social Democrático, na União Democrática Nacional, no Partido Republicano) no Partido Libertador, ou no Democrata Cristão; enquanto o Movimento aparece no Partido Trabalhista, no Socialista, no Comunista (presente, por infiltração, em outras correntes) e, até certo ponto — mais pelos processos externos de ação do que pelo conteúdo desta mesma ação — em outros grupos chamados "populistas", como os partidos Trabalhista.Nacional ou Social Progressista" (Arinos p.).

Ainda em termos de herança, o próprio Arinos lembra que udenistas como Prado Kelly, Pedro Aleixo, Raul Fernandes, revelavam "o conservadorismo dos bacharéis, em contraste com -p espírito inovador (seja no sentido progressista, seja no reacionário) dos juristas" (, p.). Seriam descendentes de Rui Barbosa, que se preocupava com a questão social "sempre como piloto que avisa os riscos, nunca como o grumete que anuncia, prazenteiro, a "Terra Nova" (, p.). O exemplo de Rui Barbosa — figura obrigatória na devoção udenista — é importante para salientar os aspectos conservadores do liberalismo, com *ênfase nas reformas para evitar os riscos da desordem*. É nesse sentido que Raymundo Faoro avalia o papel de Rui na jornada presidencial de , ao pregar as reformas para evitar a "dissolução", as reformas em nome da "ordem e da liberdade", na escamoteação do conflito e no apelo às "classes conservadoras" para a regeneração social .

A defesa da ordem como valor supremo, o apego, em primeira e última instância, ao formalismo da norma Jurídica, refletia aquele temor da mudança, que Afonso Arinos descreve tão bem, e justifica: "daí o bacharel ser levado, por hábito e por gosto, à defesa

das fórmulas consagradas, à imutabilidade das estruturas, à solidariedade com os sistemas criados, numa palavra — e sem o menor sentido pejorativo

"Rui: um ideológico conservador", in *Esboço de Figura* (homenagem a, Antonio Candido), São Paulo, Duas Cidades, .

— ao conservadorismo que é, em geral, bem distinto do reacionarismo" (, p.). Esse conservadorismo que Tocqueville (*L'Ancien Régime*) associava à burguesia e ao seu *horror pelas novidades políticas*, sendo por isso mesmo, a classe mais *governista e mais submissa àquelas mesmas leis que desprezava ou odiava* (, p.)

Este capítulo discutiu o bacharelismo udenista, com ênfase no que ele apresenta de negativo, em termos do imobilismo, do conservadorismo e da própria retórica elitista. É importante ressaltar, não obstante, que a crítica às ambiguidades e contradições do bacharel udenista não deve obscurecer o fato de que cabe ao jurista decisivo papel nos momentos em que o restabelecimento da ordem jurídica é fundamental para o restabelecimento da ordem democrática. Foi o que ocorreu em — com apoio de liberais e de certa representação das esquerdas — e nas recentes lutas contra os atos institucionais e o regime de arbítrio, instalado, inclusive, graças ao apoio dos mesmos bacharéis udenistas, alguns dos quais passaram para a oposição. O grande problema que permanece para a atuação do bacharel reside em exaurir, em congelar seu esforço na "restauração jurídica", esquecendo-se, muitas vezes, que o restabelecimento da ordem democrática significa *democratização da sociedade como um todo*, do ponto de vista das liberdades públicas, mas também do ponto de vista das garantias de igualdade econômica e social. Significa, enfim, partir do formalismo para um conceito mais concreto de cidadania

. O MORALISMO UDENISTA

Assim como o bacharelismo, o moralismo marcou, interna e externamente, a história udenista. A auto-imagem acentuava qualidades morais inspiradas numa ética de "vergonha, decência e dignidade", pela qual "era uma honra ser udenista e ocupar esse glorioso pedaço de chão limpo da pátria, que é a UDN" , Em termos concretos, o

Ver, a respeito a tese de Fábio Konder Comparato: *Liberdades Formais e Liberdades Reais*, Conferência Nacional da O.A.B., Manaus, maio de . Sobre o papel do bacharel como *agente modernizador*, ver, de Santiago Dantas: *Idéias e Rumos para a Revolução Brasileira*() e o discurso de posse no I.A.B., de Miguel Seabra Fagundes: *Pela Legalidade Democrática* (). Para a atuação mais recente dos juristas, e sobre sua intervenção no processo de "abertura democrática", ver, nos jornais, a atuação de Raymundo Faoro na presidência da O.A.B. (-).

Essa imagem do "chão limpo" era também utilizada por certos udenistas mais comprometidos com aspráticas "realistas" do partido, como Juraci Magalhães e Virgílio Távora (C.N. de , arq. UDN). Para o gaúcho Alcides Flores Soares,

a "UDN era o partido dos milagres, dos heróis, dos mártires" (C.N. de , arq. UDN). Na Convenção Regional da UDN carioca, em , o líder Prado Kely anunciava a "luta por um Brasil em que a Vergonha passe a: imperar, para um futuro de Decência e de Progresso" (*O Informativo Udenista*, nº , abril de).

moralismo da UDN consistia em fazer da denúncia à corrupção administrativa ("a caça aos escândalos") a razão de ser da luta oposicionista, sobretudo na década de , com o objetivo de "demolir o getulismo e sua herança" .

Se o legalismo udenista deita raízes e se expande no conservadorismo — a reação à mudança — o moralismo também recorreria à visão de fundo autoritário, no sentido de identificar, nos valores morais dos homens públicos, a "explicação" para o comportamento político. Não será outro o sentido da advertência, no programa udenista de : "de nada adiantam as formas de governo, se é má a qualidade dos homens que nos governam" (arq. UDN).

No moralismo udenista distinguiram-se, portanto, os seguintes aspectos: o moralismo individualista, com ênfase na probidade pessoal ; o combate à corrupção administrativa, como tema de atuação parlamentar, e o elitismo, na idéia de que "o poder corrompe" . Em que pese a ambiguidade de qualquer postura política que se justifica em termos moralistas, o moralismo udenista conseguiu manter-se como simbolismo do partido, mobilizando, em épocas diferentes, setores distintos da sociedade; nesse sentido, teve uma face popular, um apelo direto às classes médias, e uma ressonância ativa entre, os bacharéis. Discutido à parte, e para concluir este estudo sobre a UDN, o moralismo não pode, no entanto, ser desvinculado das considerações prévias sobre o liberalismo, o elitismo e o bacharelismo do partido. O conjunto dessas características compõe o "perfil ideológico" da UDN, sugerindo, sobretudo, que os impasses revelados na permanente questão da unidade/diversidade do partido, só podem ser abordados numa visão mais ampla de tudo aquilo que, difusamente, se apresentou como o "udenismo".

Em termos de atuação legislativa, a UDN manifestou-se favorável a todos os projetos referentes às medidas de moralização administrativa (sistema de mérito nos concursos de admissão aos cargos públicos, por ex.); defendeu os projetos de reforma eleitoral, "para evitar fraudes", liderando a campanha da célula única, na qual contava com apoio de certos setores militares, e votou sistematicamente contra os

Ver o papel da "Banda de Música" no capítulo III da Primeira Parte.

O moralismo individualista da UDN é explicitado por Arrobas Martins: "digo moralista no sentido de procedimento político de acordo com princípios morais rígidos. Uma retidão de procedimento pela qual qualquer desviozinho, não apenas administrativo, mas qualquer, digamos, conchavo com o adversário era malvisto. Qualquer oportunismo era malvisto" (entrevista à A., cit.)

Virgílio de Mello Franco reforçava a importância da honra e da tradição, no estilo "das boas taras mineiras": "só valem realmente as qualidades intrínsecas do homem as qualidades de caráter e de coração — e não os acasos da fortuna e do poder" (, p.).

projetos sobre o divórcio (do possedista Nelson Carneiro) desde os primeiros anos , assim como contra qualquer tipo de regulamentação do jogo.

A questão da responsabilidade moral do homem público se revelava nas inúmeras denúncias sobre negociatas (o "caso do whisky a meio dólar", por ex., ou os "escândalos no Banco do Brasil", temas específicos da "Banda de Música") e enriquecimentos ilícitos. Lembre-se que é de Aducto Lúcio Cardoso a proposta de criação de uma CPI, em , para investigar a declaração de bens dos candidatos às eleições presidenciais (neste caso específico a medida visava, diretamente, a candidatura de Kubitschek) .

Se o combate à corrupção administrativa foi uma constante, algumas exceções, na prática, surgem com destaque . Duas delas são exemplares: o caso NOVACAP e a "emenda cadillac". A Lei nº ., de //, assegurava à oposição participar da diretoria e do conselho fiscal; coube à UDN a Diretoria Financeira, o que a tornou responsável, portanto, pela fiscalização do que seria a principal fonte de corrupção na instalação da nova capital. Aducto Lúcio Cardoso considerou "um expediente diabólico essa manobra do Juscelino", e a realidade mostraria as razões de sua inquietude: o Diretório Nacional da UDN foi obrigado a fiscalizar seus próprios representantes, também supostamente envolvidos com negociatas, o que provocou a demissão do primeiro diretor financeiro, criando problemas insolúveis para a cúpula do partido. O afastamento de Iris Meinberg (UDN-SP) da diretoria da NOVACAP, por ex., foi intensamente discutido nas reuniões da comissão executiva da Diretoria Nacional (arq. UDN). Em consequência, a oposição da UDN à mudança da capital para Brasília ficou seriamente comprometida, assim como a imagem de "incorrupível" do "partido da eterna vigilância" .

Na Convenção Nacional de o governo Kubitschek era denunciado como "resultante da fraude de de outubro e da traição do de novembro, da coligação dos tubarões com os comunistas" (arq. UDN).

A crítica de Ostrogorski aos partidos políticos, enquanto organizações permanentes (a "Máquina"), já alertava sobre a "queda na moralidade administrativa", na medida em que o bem público era, no próprio Congresso, objeto de negociações em proveito de interesses privados ou locais. , . p.

O símbolo da UDN era uma tocha olímpica, com as labaredas, e o lema "o preço da liberdade é a eterna vigilância". Encontra-se uma referência ao lema em Harold Laski: "for those habits are not in Nature, which teaches us that opinions we deem evil are fraught with death. They come from our social heritage, and part of a process the value of which we must relearn continuously, if we are to preserve it. That is the meaning of the famous maxim that eternal vigilance is the price of liberty". *Liberty In the Modern State*. N.Y., Harpers and Bros. , p. . Há controvérsias sobre a origem da frase, atribuída, entre outros, a Burke e a Jefferson, Segundo João Arruda (*Do Regime Democrático*. São Paulo,) o autor seria Patrick Henry, membro da Câmara dos Burgueses da Virginia (-) e participante da Convenção de Filadélfia.

Outro exemplo se refere à emenda parlamentar, que permitia aos parlamentares a importação de carros americanos com isenção de impostos (). Para o bacharel Prado Kely "a UDN tinha obrigação moral de votar contra", mas a tese defendida pelo "realista" Juraci Magalhães, de que a UDN deveria aprovar o projeto "pois não tinha sentido beneficiar só o PSD", acabou vitoriosa e grande parte de udenistas importou (e revendeu com enorme lucro) os *cadillacs* (//, arq. UDN):Essa atitude da UDN, evidentemente tornada pública e explorada pela imprensa, levou ao desencanto em certas áreas, seduzidas pelo lado moralizador do partido; os arquivos das reuniões da comissão executiva registram, por exemplo, a visita de um grupo de senhoras udenistas, com uma moção de reprovação aos deputados udenistas que "se beneficiaram com a emenda cadillac" (//, arq. UDN).

No capítulo precedente discutiu-se, com base em dados empíricos, o empenho da UDN em apresentar-se "como o partido das classes médias", através do moralismo (combate à corrupção) associado ao anticomunismo (temor de uma "proletarização igualitária"). Lembre-se, também, que o programa de ação política propunha, na Convenção Nacional de , como "*ponto principal da ação política o combate aos prevaricadores*" (arq. UDN). Se o moralismo reflete aspirações das classes médias, perdidas em suas perplexidades e frustrações, a defesa de algumas teses "moralizantes", encampadas pela UDN, tem, sem dúvida, um certo alcance popular. O sistema de mérito, por exemplo, é resgatado como "luta udenista"; é apresentado pelo lado da "democratização" e da ascensão social pelas "passarelas da cultura", contra os males (identificados com o getulismo, do empreguismo, do pistolão, do clientelismo. É interessante lembrar como o moralismo udenista, em sua "face democrática" — na crítica ao peleguismo, ao imposto sindical, à corrupção nos sindicatos, ao populismo, enfim — coincide, em alguns pontos importantes, com as críticas das "esquerdas" ao populismo e ao getulismo.

Pelo lado populista o moralismo da UDN tem seu ponto máximo na campanha janista, do "tostão contra o milhão" até a ação da vassoura . Francisco Weffort examinou com cuidado a adesão das clas-

A deputada udenista Sandra Cavalcanti, em defesa da candidatura Jânio Quadros, na convenção Nacional de chegou ao cúmulo de considerar que a "campanha da vassoura" "representa a contribuição feminina mais importante em política de que se tem notícia na História do Brasil, pois, no instante em que as mulheres entregam aos homens o seu instrumento doméstico, não entregam apenas um símbolo, fazem-no com exigências". (*O ESP.* //).

ses populares a Jânio Quadros, revelando o novo mito popular que encarnava as idéias de "justiça e igualdade incondicional perante a lei".

"Evidentemente, este moralismo é ambíguo quanto a seus efeitos políticos, e o líder moralista dos homens do "tostão" nunca viu impedimentos maiores em associar-se aos representantes, também moralistas, dos homens do "milhão", A raiz da ambiguidade está em que, não obstante sua insatisfação, essas massas são também as mais ajustadas ao desenvolvimento capitalista (...) É o resíduo pequeno-burguês, a última decepção, impulso essencialmente

negativo, necessidade obscura de manifestar uma insatisfação social profunda, cujas condições reais não são conhecidas e são mistificadas pela liderança populista de Quadros (...) Não se poderia esperar mais de uma pequena burguesia que se assimila ao comportamento do *lumpen* e de um operário que se expressa de maneira pequeno-burguesa. A massa se volta para o Estado e espera dele "o sol ou a chuva", ou seja, entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes" (Weffort p. -).

A análise de Weffort, extremamente crítica da manipulação no populismo, torna-se ainda mais clara quando se percebe o conceito de povo-Estado-moralismo, presente na retórica udenista. Para Carlos Lacerda, por exemplo, como assinala Guita Grin Debert, em seu estudo *Ideologia e Populismo* (), "povo é, sobretudo, o conjunto de indivíduos que pagam impostos e por isso devem exigir que a máquina estatal funcione devidamente. *O Estado, quando em mãos de um chefe de bravura moral, transforma-se no lugar da justiça entre os cidadãos, no espaço que permite que eles coexistam pacificamente apesar de suas diferenças,*" (Debert p.).

O antipopulismo udenista, apoiado, inclusive, no seu moralismo, revela-se em toda sua força entre os "bacharéis" e os "históricos", destacando-se o papel da UDN paulista e do jornal *O Estado de S. Paulo*, Essa distinção é importante para reforçar a realidade das várias UDNs e relativizar a extensão do próprio "antipopulismo" e do moralismo. Retomando a história udenista, percebe-se como o êxito do populismo getulista e a aproximação da UDN com dissidentes pessedistas (e até petebistas) contribuíram para uma reavaliação das alternativas de "campanhas populares". Lembre-se que Etelvino Lins, candidato da UDN na nova fórmula de "união nacional" (contra a candidatura de JK, em) apresentava-se: "sou popular porque sou do povo, sinto como povo, vivo como povo, penso como povo, reajo como povo, tenho dignidade de povo, firmeza de povo, esperança de povo" (arquivo UDN). As "Caravanas da Liberdade" e "o caminhão do povo" (que ajudariam a eleger, inclusive, o bacharel Afonso Arinos senador pela Guanabara!) no final dos anos , assim como as campanhas "populistas" dos candidatos vinculados à "Bossa-Nova" (Aluísio Alves, no Rio Grande do Norte, por exemplo) são típicas da nova fase udenista. Assim como a formidável virada da UDN, em São Paulo, para o apoio a Ademar de Barros, em , em nome do anticomunismo .

Lembre-se, também, que em pleno governo Vargas, a revista *Anhembi* — um dos exemplos mais evidentes do elitismo enquanto "desprezo pelo povo" — tentava recuperar a distinção entre "populacho" (a massa, o "rebotalho") e "povo", que poderia incluir as classes médias, o "eleitorado asseado", com legítima aspiração à participação política. Veja-se, como exemplo, o artigo de outubro de :

"Está se estabelecendo entre nós certa confusão no conceito de povo. Talvez o povo não se constitua apenas do rebotalho que os demagogos cortejam com promessas utópicas. É muito possível que não pertencendo ao populacho, os homens de colarinho e gravata sejam também povo. Ou *não* o serão só porque sabem ler, pensar, divergir? Será isto plutocracia? Como poderia então um governo que faz praça de suas bases populares, prestigiar-se com o sonhado apoio de um partido (UDN) de eleitorado asseado, e com sua força moral tirar a nação do abismo em que se acha?"

(nº p. /)

É interessante lembrar, ainda, que o populismo, enquanto fenômeno político, jamais foi realmente examinado pelos intelectuais do partido. Afonso Arinos, o udenista que mais escreveu sobre a UDN, nunca se aprofundou no tema; em conferência na Escola Superior de Guerra, em , definia o populismo como "outro estado de espírito":

"O populismo é o amor da plebe pela aparência de plebeísmo, aparência que, na grande maioria das vezes, não passa de propaganda de quem a exhibe, e, depois, não corresponde à realidade. O populismo é, também, uma reação das massas contra o estilo de vida das elites, contra as aparências de compostura, discrição e polidez que, antigamente, traduziam superioridade moral, mas

"O eticismo das atitudes udenistas desprege-se, em consequência, do núcleo do fenômeno político que representa o partido da eterna vigilância e exala como o perfume das flores quando vão se transformando em frutos. A UDN vai deixando de pedir aos seus aliados o atestado de boa-conduta, substituindo a exigência pela concreta identificação de objetivos e de filosofia social, uma espécie de atestado ideológico." Carlos Castelo Branco. , I, p. ,

Cit. por Armando Boito Jr., *O Populismo em Crise* (-), dissertação de mestrado, UNICAMP mimeo.

que hoje só provocam o sentimento — ou ressentimento — da superioridade social. Como movimento político parece-me que se acha em declínio, depois do desmascaramento que vai sofrendo a pretendida eficiência da corrupção" (, p.).

No programa de é proposta uma reelaboração na Lei orgânica dos partidos políticos e um dos tópicos mais importantes prega "o combate à fraude, à corrupção e à influência do poder econômico na política". Nesse sentido a postura udenista em relação às eleições era ambígua, pois se, ao nível estadual e local, fazia acordos e coligações as mais variadas repetindo o padrão comum aos demais partidos, em termos de princípios, defendia a "pureza ideal das eleições" . As eleições conteriam, em si, o germe da corrupção, na antiga lição de Rui Barbosa, para quem "a eleição se reduz a um mito odioso e vil" (ao contestar a eleição do Marechal Hermes), ou no ceticismo de Capistrano de Abreu que, em , indagava: "Serão compatíveis com a índole brasileira eleições honestas?". Essa visão moralista sobre o caráter "intrinsecamente vil" das eleições espelha outra realidade, original à UDN, que é a suposta e apregoada "inapetência pelo poder".

Um dos aspectos interessantes do moralismo udenista se refere à ênfase dada à noção de que "o poder corrompe" e, daí, a contradição entre a busca do poder ao preço dos princípios e o desinteresse pelo seu exercício. Essa "não vocação para o poder" — aparentemente constante de Virgílio de Melo Franco a Milton Campos — explicaria, em parte, o apelo, a candidaturas militares ou extrapartidárias, assim como a ineficiência do partido quando chega ao poder. A "aversão ao poder", evidentemente, não é comum a todos os udenistas. Os pragmáticos, os realistas, os lacerdistas, sempre perseguiram o poder. Mas a "não vocação para o poder" integra harmoniosamente a *imagem do partido*, cara aos bacharéis, a "pureza dos princípios". Insista-se que se trata da *imagem*, de um instrumento

ideológico que se combinava com o udenismo tanto pelo lado do moralismo ("o poder corrompe") quando do elitismo ("a elegância acima das paixões").

Assim como aceitaria os fundos do IBAD. A crítica de Afonso Arinos é, ainda uma vez, contundente: "seu purismo (o da UDN) também adota o tom de falsete, porque, na competição econômica das eleições inflacionistas, ela se deixou tisonar pela mancha da corrupção" (, p.). Para uma denúncia sobre corrupção envolvendo a UDN da Guanabara ver, de Afonso Arinos Filho, *Primo Canto*.

Como dizia João Agripino, na Convenção Nacional de : "seria melhor viver limpo num cárcere do que livre nessa podridão. Confiemos na capacidade de reação e recuperação moral do povo brasileiro" (*apud* Skidmore p.).

Na mesma ocasião em que ilustra a defesa do golpismo como privilégio das elites, ("os melhores não podiam perder") Arrobias Martins lembra, também, essa contradição: "Eu ouvi expressamente de diversos dos grandes líderes antigos da UDN, quando eu era rapazola, que *vencer as eleições não importava*, o que importava era defender os princípios morais e políticos que haviam determinado a fundação da UDN" (entrevista à A., cit.).

A retórica será, ainda, a matéria-prima para o argumento. Uma das constantes nos depoimentos de udenistas, ou comentários sobre "o espírito udenista", é a sua inapetência pelo poder, pela arte do governo, considerada, quase sempre, como "missão de sacrifício". Esse desfastio com o exercício da *res publica*, que caracteriza a UDN como o "partido ao qual o poder aborrece" é típica dos livros de e sobre Milton Campos e Afonso Arinos. Este último acentua que:

"A UDN tinha uma visão juvenil, oratória, de grandes gestos, teatral, da política, que era incompatível com as incumbências do governo. A UDN não queria o governo. Havia alguns udenistas que queriam governar, como Gabriel Passos, por ex. Mas *os udenistas "autênticos" não queriam governar*. Nós queríamos ser contra os governos. Naquele tempo a gente fazia carreira de ser contra, e essa é uma carreira brilhante, sabe? Muito mais interessante do que se chatear num cargo executivo." (*O ESP. //*).

O depoimento de Arinos é reforçado pelo de Dario de Almeida Magalhães, que salienta, especificamente, o caráter "moralista" da falta de vocação para o poder e o traço elitista na "nobreza de atitudes": "a UDN era excessivamente bacharelesca e se enrodilhava em escrúpulos e preconceitos. *O que os preocupava, sobretudo, era "ficar bem"*. E a respeito de seu comportamento político, lembro-me sempre da observação de Boissier, no estudo sobre a esterilidade política de Catão: "exagérer les scrupules c'est désarmer la vertu". (*O ESP, //*).

Essa atitude de um partido que, através de seus representantes mais tradicionais, insiste na imagem de que "não aspira o exercício do poder" lembra o "bovarismo" de que já falava Tristão de Ataíde em . Lembra, também, a expressão de Hermes Lima sobre "as

almas para quem o poder é fatigante", ao comentar a experiência desastrosa de Sancho Pança no governo da ilha. Os puros, os autênticos, *aqueles que querem é ficar bem*, adotariam uma atitude utópica, moralizante, condenatória do poder, como Henry Adams ao sentenciar "poder é veneno"; para os realistas, os Sanchos, "mandar é sempre bom, ainda que seja um rebanho de gado", Carlos Lacerda, por exemplo,

"Política e Letras", in *À Margem da História da República*. p.
Hermes Lima: "A Política em Dom Quixote", *Carta mensal*, da Confederação Nacional do Comércio, fev. , nº , p.

considerava o exercício do governo a verdadeira razão de ser do político, e recusava, ao seu partido, "as honras das derrotas gloriosas" .

Na raiz daquela visão moralizante da política, com a preocupação dos princípios e do "julgamento da história", estaria, talvez, a influência positivista (Benjamin Constant, por exemplo, "tinha nojo da política" e considerava que "os políticos não prestavam para nada, fossem liberais ou conservadores"). No Brasil os positivistas foram sempre paradoxalmente negadores, afirma Sergio Buarque de Hollanda. "Viveram narcotizados por uma crença obstinada na verdade de seus princípios e pela certeza de que o futuro os julgaria segundo a conduta que adotassem, individual e coletivamente, com relação a tais princípios (...) As virtudes que ostentavam, probidade, sinceridade, desinteresse pessoal, não eram forças com que lutassem contra políticos — mais ativos e menos escrupulosos" (, p.). Prado Kelly também diria que educou-se "sentindo nojo da política, em lembrança das 'atas falsas' (entrevista à A., cit).

E, finalmente, os aspectos do moralismo-elitista (a consciência que se quer moralmente inatacável) lembra a terrível denúncia de Georges Bernanos ao conformismo moralista da burguesia, que termina por fazer verdadeiros "investimentos de consciência", na medida em que adere a valores com interesses específicos, sobretudo no antigo temor da ascensão das "massas democráticas" .

A associação do moralismo udenista com as aspirações das classes médias sugere uma última consideração, vinculada à possível discrepância entre as posições dos atores políticos (renda, educação, etc.) e seu papel político. Essa discrepância, como indica Weber, será perigosa e, a longo prazo, inconciliável com os interesses da nação como um todo, quando revela uma classe decadente com o domínio do po-

Sobre as derrotas gloriosas, consolavam-se udenistas lembrando que "o Labour Party levou anos para firmar-se e quase para chegar ao poder sozinho" (arquivo UDN).

Bernanos alude às polêmicas clero *versus* burguesia, no século , mas a crítica mantém sua atualidade:

"Il est dans le génie de cette classe (la bourgeoisie) d'éviter à tout prix les débats de conscience. Elle laisse volontiers sa conscience en dépôt, elle fait des placements de conscience comme des placements d'argent, et il lui importe peu d'en tirer de gros intérêts pourvu que la maison soit sûre, —

habitude ancienne qui fera d'elle tôt ou tard, en dépit de sa naturelle méfiance de l'esprit évangélique, une proie facile pour le cléricalisme conformiste, expert dans la distinction du conseil et du précepte. J'ai toujours dit que la vieille querelle du monde clérical et du monde bourgeois était née d'un malentendu, ces deux augures s'étant persuadés, l'un l'autre, au cours du XIXème. siècle, par d'incessantes surenchères, qu'ils favorisaient l'avènement des masses démocratiques. L'heure viendra où ils ne pourront plus se regarder sans rire, et s'en iront bras dessus, bras dessous." *Les Enfants Humiliés* (Essais et écrits de combat) Paris: Gallimard p.

der político. A UDN estaria vinculada a uma classe — estamentalmente colorida no elitismo — com a tradição do controle do poder político (República Velha) porém em desajuste com a ascensão de outras classes, que se tornam poderosas e que podem manipular, mesmo sob o arbítrio, o poder. Daí se explicaria, em parte, o combate à corrupção, pois ela veria, no enriquecimento dos outros, por novos meios, a corrupção.

"Todos os grupos que têm interesse na ordem estamental reagem, com especial violência, precisamente contra as pretensões de aquisição exclusivamente econômicas. Na maioria dos casos, o vigor da reação é proporcional à intensidade com que a ameaça é experimentada. O tratamento respeitoso que Calderon dá ao camponês, por exemplo, em oposição ao desprezo simultâneo e ostensivo de Shakespeare pela *canaille*, ilustra a forma diferente pela qual uma ordem estamental firmemente estruturada reage, em comparação com uma ordem estamental que se tornou economicamente precária" (Weber p.).

Essa questão envolve aspectos de discussão teórica (situação de classe) e de pesquisa empírica (o perfil sócio-econômico dos udenistas, e seu acompanhamento histórico) que extrapolam os limites deste trabalho. A hipótese permanece como uma investigação, ou melhor, como um desafio para análises posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares (...) E, se é frequente a opinião que tais pontos de vista poderão ser "deduzidos da matéria", isto apenas se deve à ilusão do especialista que não se dá conta que — desde o início e em virtude das idéias de valor com que inconscientemente abordou o tema — destacou da imensidade absoluta um fragmento ínfimo, e particularmente aquele cujo exame importa."

Max Weber *

Dizia Gramsci que escrever a história de um partido do ponto de vista de sua origem, dos grupos que o formaram, da vida interna da organização, das polêmicas ideológicas, dos programas, congressos e votações, consistiria, apenas, na "história de grupos intelectuais restritos". *A história da UDN é, na verdade, a história de um grupo restrito, de uma elite que se queria elite, quer pelas origens sociais ou pelos interesses econômicos, quer pela linha política, ou, ainda, pela auto-imagem de excelência.* "Mas esse grupo não é isolado", continuava Gramsci, "tem amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social resultará a história de um determinado partido, e este terá maior ou menor significado e peso na medida em que sua

* Max Weber: "A 'objetividade' do conhecimento nas Ciências Sociais". in Gabriel Cohn (org.). *Weber*, São Paulo, Ática p.

atividade particular pese mais ou menos na determinação da história do país" (Gramsci p.).

Este estudo, sobre ser "história de um grupo restrito", procurou estabelecer a relação entre tal grupo e os "afins" (as "várias UDNs", os militares, a imprensa, os outros partidos) ou o "inimigo" (o getulismo), Procurou, também, sugerir em que medida a UDN se comprometeu com os rumos da história do país, sobretudo nos dois momentos mais significativos das conjunturas históricas do tempo de sua existência como partido político: , o "golpe branco" que culmina no suicídio de Getúlio Vargas, e , com a instalação de um novo regime, em muitos aspectos correspondente aos ideais longamente pregados pelo partido. Em termos gerais seria possível resumir a história, da UDN enquanto partido de oposição (relevem-se os efêmeros momentos no poder) em três fases, intimamente relacionadas, porém distintas na prioridade quanto ao objeto da luta política, o "inimigo privilegiado": a fase de oposição sistemática a Getúlio Vargas e seus seguidores (contra a política social e a intervenção na economia); a fase das campanhas pela moralização administrativa, em oposição aos interesses preponderantes dos adversários PSD e PTB (e que culminaria com o apoio a Jânio Quadros); e a fase do combate à "infiltração comunista".

Do ponto de vista da *organização*, o estudo pretendeu mostrar a existência concreta do partido, através da inter-relação entre sua estrutura e a dinâmica interna. Apesar da ênfase dada à característica, comum a todos os partidos brasileiros, do forte esquema de alianças e coligações eleitorais, conclui-se pela afirmação de que a *UDN existia como partido exatamente na entressafra eleitoral, quando fixava-se nos grandes temas e no estilo próprio de sua linha política*. Tal assertiva contraria a fama de "partido intermitente", vigente apenas nas lutas eleitorais, mas não invalida, por outro lado, a veracidade da autonomia das seções estaduais. Outra consideração importante se refere à constatação de que *as bancadas federais detinham a maior parcela de poder decisória dentro do partido*.

Do ponto de vista do conteúdo programático da UDN — a integração da retórica com a prática — foram discutidos aspectos da política social e da política econômica defendidas pelos udenistas. A constatação mais evidente aponta o divórcio crescente entre os programas "progressistas" da UDN, a partir do de (que defendia, inclusive, o direito de greve, sem condições) e a prática concreta do partido, cada vez mais elitista e reacionária

no tocante aos interesses das classes populares. *Em termos gerais, a UDN comportou-se como qualquer partido conservador*: contra o voto dos analfabetos, contra as reivindicações trabalhistas (majorações de salários, greves, pactos de ação sindical), contra a extensão das leis trabalhistas ao campo. Tratava-se da "eterna vigilância" contra tudo o que pudesse ser interpretado como "subversão", ou como ameaça aos interesses dos proprietários de terras ou de "proletarização" das classes médias.

A hipótese, anunciada em vários momentos da história udenista, sobre a existência de "várias UDNs", foi desenvolvida em torno dos seguintes pontos: a agregação de partidos menores, ancilares ou satélites (PL, PDC, MTR); o pacto nacional, congregando as diferentes seções estaduais; a diferença entre grupos e estilos dentro do partido ("Banda de Música" e "Bossa-Nova", bacharéis e pragmáticos, etc.); e a associação da UDN com órgãos de imprensa (sobretudo *O Estado de S. Paulo*) e com setores militares.

O perfil nacional da UDN apresenta-se marcado por UDNs fracas, fortes e médias, nas quais a base tida como fonte privilegiada para a legitimidade do partido poderia variar entre notáveis, eleitores ou militantes. Em termos nacionais a UDN salientou o papel dos "notáveis" (histórico das lutas contra o Estado Novo e a mística da herança liberal, mesclada ao "sentido de excelência"). A UDN paulista correspondia ao tipo de partido eleitoralmente muito fraco, porém composto de "notáveis". A UDN mais preocupada com os eleitores seria a do Nordeste: também mais voltada para o esquema de coligações eleitorais e para a adesão à "Bossa-Nova" ou aos "chapas-brancas". A UDN mais engajada na militância seria a carioca, polarizada pelo lacerdismo (aproximação com os militares) e pela oposição sistemática ao PTB, partido igualmente forte no estado. A UDN mineira — muito forte em todos os sentidos — representaria uma síntese da tipologia, com igual ênfase nas bases de legitimidade retirada dos notáveis, dos militantes e dos eleitores '.

A discussão sobre a unidade/diversidade da UDN integrou questões específicas, como a identificação da UDN como "partido das classes médias" e como aliado/adversário do PSD, na medida em que ambos apresentavam, a nível de interesses econômicos, a mesma proposta conservadora. Quanto às classes médias, é possível afirmar que a UDN foi o único grande partido que se propunha atingir diretamente

Registro, nestas considerações finais, meu interesse por uma nova pesquisa sobre partidos políticos. O ponto de partida seria o eleitor, e não as lideranças. Trata-se de uma possível transposição da *estética da recepção* (da área literária) para a *política da recepção*, na qual se privilegia o papel e as atitudes do eleitor, que recebe a mensagem do "estado maior" do partido mas que, eventualmente, também transmite suas expectativas ou discordâncias. A formulação da pesquisa partiria das seguintes indagações básicas: qual a possibilidade de influência real do eleitorado sobre as decisões do partido? Até que ponto a categoria "eleitor comum" é tão passiva quanto aparenta? O que existe de demagógico ou de realmente representativo nos vínculos entre a cúpula dirigente e suas bases eleitorais?

as classes médias — nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares — principalmente através das denúncias de "proletarização", e das campanhas pela

moralização administrativa. E a principal diferença que existia entre PSD e UDN deriva da postura tradicionalmente anti-estatista da UDN (nos moldes do liberalismo clássico) e favorável ao capital estrangeiro, enquanto que o PSD, numa linha mais "progressista", admitia, ao mesmo tempo e com igual ênfase, a intervenção estatal e o capital estrangeiro. O antigetulismo explica a distância entre os dois partidos conservadores, mas há algo mais: a origem de pretensões aristocráticas da UDN, a ética moralista, a ênfase bacharelesca no formalismo da lei e na tradição, a auto-imagem da excelência, distinguem-na, em termos de estilo e padrão de atitudes.

E, finalmente, a análise do udenismo recuperou, em conjunto, os temas sugeridos em todos os capítulos: as contradições e as ambiguidades do liberalismo, as características do moralismo, do elitismo e do autoritarismo, presentes na herança, na prática e na imagem da UDN.

As contradições entre o liberalismo e o golpismo da UDN — na realidade flutuações trágicas de velho vício histórico — correspondem à auto-imagem dos udenistas (liberais por herança, golpistas por fatalidade?) e à realidade concreta da trajetória do partido: da "democratização" de à "revolução" de . A lógica do golpismo se introduziu na UDN como um vírus alastrante. O *anticomunismo*, presente nas denúncias constantes de "subversão", revela, também, a patologia de antiga tradição aliada à penúria ideológica: trata-se do obscurantismo oportunista mas também do invencível temor da "erupção social" pela ascensão política dos setores populares. Esse liberalismo restrito remete diretamente ao *elitismo* do partido, que foi caracterizado em torno de dois aspectos principais: *a crença na "presciência das elites" sobre os anseios do povo* (e daí a contestação dos resultados eleitorais, pois o "povo vota errado") e o *"sentido de excelência"* ("acima de tudo o que importa é *ficar bem*").

Ao cacoete moralista — marca registrada do partido, interna e externamente — correspondem, por um lado, o ascetismo tático. no combate à corrupção (via indireta do ataque ao getulismo) e, por outro, o compromisso com a moralização desejada pelas classes médias: A análise revelou, aí, *a face dupla do moralismo udenista*: a do oportunismo (antigetulismo) e a de traços democráticos, pois a denúncia da corrupção administrativa, do imposto sindical, do "peleguismo" e do "pistolão" tinha, certamente. seu apelo popular (prova-o o sucesso da pregação janista).

A análise histórica mostrou, também, que — apesar do elitismo e do bacharelismo do partido — a UDN, como um todo, não pode ser considerada infensa às práticas populistas. O populismo surge como o sal da heresia, mas aí também se percebe a oposição entre o genuíno e o tático. Elitista o partido (nacional) se mantém — mas a sedução populista (as "caravanas da liberdade", o "caminhão do povo", a vassoura janista) identificava à UDN como um partido para o qual a conquista do poder (em que pese sua alegada inapetência pelo exercício da *res publica*) era tão importante quanto para os outros partidos. Essa questão foi especificada em relação às diferenças regionais e a distinção de "estilos" entre os bacharéis e os realistas.

Na compreensão do udenismo a análise deixou claro que, para a UDN, do ponto de vista econômico, ou do ponto de vista político, *o Estado era a própria emanção de Getúlio Vargas e de sua herança*. O "rebequismo udenista", frente ao onipresente chefe do Estado Novo (veja-se a análise sobre o acordo interpartidário no governo Dutra, por exemplo), explica grande parte do anti-estatismo e do antipopulismo. Afinal, a UDN

aceitaria a estatização, quando proposta pelos militares, após , assim como se convertera em às práticas populistas, quando encenadas por Jânio Quadros ou Carlos Lacerda, este, tradicional inimigo do getulismo.

Em a UDN considerava-se o partido vitorioso. Consolidava a sempre perseguida ascensão ao poder em aliança com os militares, na conjugação quase perfeita do antigetulismo com o anticomunismo. O deslize dos liberais udenistas que aceitam o que passaria a ser chamado "o Estado Novo da UDN", poderia ter desembocado num certo tipo de fascismo, nos moldes do integralismo, por exemplo, que certamente seduziu algumas cabeças udenistas. Ao que parece, o autoritarismo predominou sobre as fantasias integralistas, e mesmo totalitárias; predomina, talvez, até hoje, a julgar pela facção udenista que permanece atrelada ao governo militar,

É interessante acentuar esse caráter não-fascista do autoritarismo udenista, pois justificará, de certo modo, a ineficiência do partido ao assumir o poder. Lembre-se que nos governos Café Filho, Jânio Quadros e Castello Branco a UDN considerava-se "no poder" (presente no Congresso e nos ministérios) mas permanecia inoperante em termos reais do processo decisório. Sua "vocaçãõ liberal", em muitos sentidos anacrônica. em outros francamente colorida no autoritarismo e no elitismo, não se encarnava em práticas concretas. A ambiguidade do liberalismo udenista aí também se revela: a UDN era progressista, enquanto inimiga do Estado Novo, e reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico, sem uma proposta concreta para o futuro. Em outros termos, *a UDN se revela progressista no que se opõe e reacionária no que propõe*. Essa dicotomia ambígua explica, em parte, o afastamento dos "grandes nomes udenistas" (os liberais históricos) do regime pós Ato , e a permanência dos "realistas". Aí está: a UDN pode ter sido reacionária, mas não fascista. O político fascista saberia o que e como fazer. A UDN provou que nunca soube bem o que fazer com o poder.

Com essa indefinição ideológica evidente — a vergonha de ser ostensivamente autoritária, e o medo de ser inteiramente democrata — a UDN perde sempre o poder quando o alcança. Isso significa, também, que o irrealismo político da UDN tem, na raiz, *a crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia*. Em outros termos, a UDN dos liberais acabaria defendendo a intervenção do Estado para "salvar a democracia, sem cair no fascismo ou no comunismo".

Uma proposta que, pelo menos ao nível do debate, seria fascinante. Para a UDN foi um debate perdido. Pois, mesmo para os liberais históricos do legado do "Manifesto Mineiro", a difícil conciliação não se daria entre o liberalismo e a estatização, mas entre o liberalismo (formal) e a democracia (real). A UDN, mesmo a dos liberais, sempre hesitou em admitir a ampla participação das classes populares — eternamente "imaturas", por um lado, ou potencialmente "subversivas", por outro — no processo político brasileiro. Ao que tudo indica, a postura udenista espelha o mesmo padrão, observado por Raymundo Faoro em sua análise sobre a atividade partidária no Império, através da obra de Machado de Assis: "o jogo que se trava. nesse lago de águas mortas, não tem feição democrática. Falta-lhe a seiva popular, capaz de regular a circulação, a retirada e a consagração dos líderes" (, p.).

As contradições e ambiguidades na "ideologia" do partido — justamente o que mais reivindicava a herança liberal e a defesa da democracia — contribuíram para que a UDN nunca assumisse posições de poder de fato. Embora considerada "o partido da Revolução",

a UDN não conseguiria impedir sua própria extinção, pelo Ato , em . A experiência das frustrações e derrotas fora mal sofrida — nada esqueceram, nada aprenderam? Assim como passaria de radical, oposição em . a cordial aliada no governo Dutra, revelando-se incapaz de impedir a volta de Getúlio Vargas, a UDN perderia, também, a condução do processo após .

A história udenista revela o inevitável fim a que levam as transigências e indefinições quanto ao confronto entre liberalismo e democracia. entre liberdade e igualdade. Os bravos ideais de já estavam truncados na origem; prova-o o afastamento da Esquerda Democrática e o descaminho da UDN, cada vez mais distante da proposta de ser "um partido de centro inclinado para a esquerda". A UDN de seria a mesma de . As duas *journalées des dupes* completariam a "viagem redonda", liquidando, em "apagada e vil tristeza", o partido da eterna vigilância.

BIBLIOGRAFIA *

I — BIBLIOGRAFIA ESPECIFICA PARA A UDN

— Análises e pesquisas sobre a UDN:

BENEVIDES, Maria Victoria de M., () — "A UDN: um partido em questão", *Cadernos CEDEC* n°, São Paulo, Brasiliense.

DULCI, Otávio Soares, () — *A UDN e o anti-populismo no Brasil*, dissertação de mestrado, UFMG, mimeo.

LANDERS, Clifford; () — *UDN in the state of Guanabara: an attitudinal study of party membership*, tese de doutoramento, Univ. of Michigan, mimeo.

PICALUGA, Isabel F., () — *Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara*, Rio, Vozes.

SOARES, Gláucio A. D., () — "As bases ideológicas do Lacerdismo", *Revista Civilização Brasileira* n° .

— Histórico, memórias, depoimentos e "pensamento udenista":

ALMEIDA JUNIOR, A., () — "A Resistência Acadêmica e o Estado Novo", in *Sob as Arcadas*, Rio, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

ALMEIDA MAGALHÃES, Dario, () — *Páginas Avulsas*, Rio, sem ed.

—————, () — "Depoimento", *O Estado de S. Paulo*, //.

* Esta bibliografia refere-se aos títulos e autores citados no texto e *diretamente utilizados nesta pesquisa*; exclui portanto, a bibliografia secundária, ou indicativa, já citada, com referência completa, nas notas de rodapé.

- ARINOS, Afonso, () - *Introdução à Realidade Brasileira*, Rio, Schmidt.
- _____, () — "A Conjuntura Nacional", conferência na Escola Superior de Guerra, mimeo.
- _____, () — *Estudos de Direito Constitucional*, Rio, Forense.
- _____, () — *A Alma do Tempo* (memórias) Rio, José Olympio.
- _____, (a) — *A Escalada* (memórias), Rio, José Olympio.
- _____, (b) — *A Evolução da Crise Brasileira*, São. Paulo, Editora Nacional.
- _____, () — *Planalto* (memórias), Rio, José Olympio.
- _____, (). — "As idéias políticas no Brasil", curso de extensão universitária, Porto Alegre, PUC, mimeo.
- _____, () — *História e Teoria dos Partidos Políticos no "Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, ^a edição.
- _____, (a) — *A Câmara dos Deputados*, (Síntese Histórica), Centro de Documentação e Informação, Brasília.
- _____, (b) — "O aprimoramento da ordem pela restauração do direito", *O Estado de S. Paulo*, //.
- ARINOS FILHO, Afonso, () — *Primo Canto* (memórias de mocidade), Rio, Civilização Brasileira.
- BALEEIRO, Aliomar, () — *Alguns Andaimas da Constituição*, Rio, Principal.
- _____, () — "Depoimento", *Jornal da Tarde*, //.
- BARRETO, Plínio, () — "Receitas Eleitorais", *O Estado de S. Paulo*, //.
- BILAC PINTO, O., () — "Análise da crise política brasileira", discurso na Câmara dos Deputados como líder da UDN, *Diário do Congresso Nacional*, //, p. ..
- _____, () — "A Guerra Revolucionária", discurso na Câmara dos Deputados, *Diário do Congresso Nacional*, //, p. .
- BNIFÁCIO, José, () — "Depoimento", *O Estado de S. Paulo*, //.
- CAFÉ FILHO, João, () — *Do Sindicato ao Catete* (memórias), Rio, José Olympio.
- CAMPOS, Milton, () — *Compromisso Democrático*, Secretaria da Educação de Minass Gerais.
- _____, () — *Testemunhos e ensinamentos*, Rio, José Olympio.
- CAVALCANTI, Temístocles, () — *Cinco Estudos*, Rio, FGV.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro, () — *O Brigadeiro da Libertação*, Rio, Zélio Valverde.
- CORRÊA, Oscar Dias, () — *A Constituição de* , Rio, Forense.
- GOMES, Eduardo, () — *Campanha da Libertação*, Rio, Martins.
- KRIEGER, Daniel, () — *Desde as Missões... Saudades, Lutas, Esperanças*, Rio, José Olympio.
- LACERDA, Carlos, () — *A UDN na Encruzilhada* (mensagem à Convenção de Recife), Rio, folheto impresso, sem outras referências.
- _____, () — *Depoimento*, Rio, Nova Fronteira.
- MANGABEIRA, Otávio, () — *A Situação Nacional*, Rio, Simões.
- _____, () — *Discursos Parlamentares*, Brasília, Câmara dos Deputados.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos — Ver ARINOS, Afonso.
- MELLO FRANCO, Virgílio, () — *A Campanha da UDN*, Rio, Valverde.
- _____, () — *Sob o Signo da Resistência*, Rio, Valverde.
- MESQUITA FILHO, Júlio, () — *Política e Cultura*, São Paulo, Martins.

- NABUCO, Carolina, () — *A Vida de Virgílio de Meio Franco*, Rio, José Olympio.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo, () — *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*, Rio, José Olympio.
- OLIVEIRA, Yves de, () — *Otávio Mangabeira. Alma e Voz da República*, Rio, Saga.
- OLIVEIRA NETO, Luis Camillo, () — *História, Cultura e Liberdade*, Rio, José Olympio.
- PEREIRA DA SILVA, Gastão, () — *O Brigadeiro Eduardo Gomes*, Rio, Panamericana.
- SALLES OLIVEIRA, Armando de, () — *Jornada Democrática*, Rio, José Olympio.
- TÁVORA, Juarez, () — *Memórias*, Rio, José Olympio.
- TEIXEIRA DE SALLES, José Bento, () — *Milton Campos: uma vocação liberal*, Belo Horizonte, Vega.
- VIANNA FILHO, Luis, () — *O Governo Castello Branco*, Rio, José Olympio.

II — BRASIL: HISTÓRIA E POLÍTICA

- ALMINO, João, () — *Democratas.Autoritários*, São Paulo, Brasiliense.
- BASBAUM, Leôncio, () — *História Sincera da República*, tomo III, São Paulo, Alfa-Ômega, ^a edição.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, () — *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, Rio, Paz e Terra.
- CAPELATO, M^a Helena e PRADO, M^a Ligia, () — *O Bravo Matutino* (Imprensa e Ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*), São Paulo, Alfa-Ômega, (original mimeografado:).
- CARDOSO, Fernando Henrique, (a) — *Autoritarismo e Democratização*, Rio, Paz e Terra.
 —————, (b) — "Partidos e Deputados em São Paulo: o voto e a representação política", in Cardoso e Lamounier, *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, Rio, Paz e Terra.
- CASTELLO BRANCO, Carlos, (a) — *Introdução à Revolução Brasileira: Agonia do Poder Civil*, Rio, Artenova.
 —————, (lb) — *Introdução à Revolução Brasileira: a Queda de João Goulart*, Rio, Artenova.
 —————, () - *Os Militares no Poder*, (tomo I), Rio, Nova Fronteira.
- COHN, Amélia, () — *Previdência Social e Processo Político no Brasil*, São Paulo, Ed. Moderna.
- COHN, Gabriel, () — *Petróleo e Nacionalismo*, São Paulo, DIFEL.
- DESERT, Guita Grin, () — *Ideologia e Populismo*, (A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola), São Paulo, T. A. Queiróz.
- DEBRUN, Michel, () — "O jogo das Ideologias", *Veja*, //.
- DEBRUN, Michel, () — "As Soluções Outorgadas", *ISTO É*, //.
- FAORO, Raymundo, () — *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Globo, ^a ed., (^a ed.).
 —————, () — *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, Brasiliense, São Paulo, Companhia Editora Nacional, ^a ed., (^a ed.).
 —————, () — "Rui: um ideólogo conservador", in *Esboço de Figura* (homenagem a Antonio Candido), vários autores, São Paulo, Duas Cidades.

- FAUSTO, Boris, () — "A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de ", in *História Geral da Civilização Brasileira*, volume , São Paulo, DIFEL.
- FERNANDES, Florestan, () — *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio, Zahar.
- FLEISCHER, David V., () — "As bases sócio-econômicas do Recrutamento Partidário, -", Univ. de Brasília, mimeo.
- FURTADO, Celso, () — "De L'Oligarchie Politique à L'État Militaire", *Temps Modernes*, n° , Paris.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de, () — *Ra(zes do Brasil*, Rio, José Olympio, ^a ed. (^a ed.).
- IANNI, Octavio, () — "Processo Político e Desenvolvimento Econômico", in Ianni, Octavio e outros: *Política e Revolução Social no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira.
- JAGUARIBE, Hélio, () — "As eleições de ", *Revista Tempo Brasileiro*, n° , dezembro.
- , () — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio, Paz e Terra.
- LAFER, Celso, () — *Sistema Político Brasileiro*, São Paulo, Perspectiva.
- LAMOUNIER, B. e KINZO, M^a D'Alva, () *Partidos Políticos. Representação e Processo Eleitoral no Brasil*, -, Rio de Janeiro, BIB, (), -.
- LIMA, Hermes, () — *Travessia* (memórias), Rio, José Olympio.
- LIPPI DE OLIVEIRA, Lúcia, () — *O Partido Social Democrático*, dissertação de mestrado, IUPERJ, mimeo.
- MARANHÃO, Ricardo, () — *Sindicatos e Democratização*, São Paulo, Brasiliense.
- MONIZ BANDEIRA, () — *O Governo João Goulart*, Rio, Civilização Brasileira, (^a ed.).
- MORAES F^o, Evaristo, () — *As Idéias Fundamentais de Tavares Bastos*, Rio, DIFEL.
- NABUCO, Joaquim, () — *Um Estadista do Império*, Rio, Nova Aguilar (^a ed.).
- NUNES LEAL, Victor, () — *Corone/ismo. Enxada e Voto*, São Paulo, Alfa-Ômega, ^a ed., (^a ed.).
- PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S. () — "Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política", in *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. , São Paulo, DIFEL.
- SAMPAIO, Regina Maria, () *O Partido Social Progressista em São Paulo*, dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, mimeo.
- SANTOS, Wanderley G., (a) "Paralisia das decisões e comportamento legislativo: a experiência Brasileira: -", *Revista de Administração de Empresas*, (), n° , janeiro.
- , (b) "Coalizões Parlamentares e Instabilidade Política Governamental — a experiência brasileira -", *Revista de Administração de Empresas*, (), n° , dezembro.
- SILVA, Hélio, () — : *Um Tiro no Coração*, Rio, Civilização Brasileira.
- SINGER, Paul I., () — "A Política das Classes Dominantes", in *Política e Revolução Social no Brasil*, vários autores, Rio, Civilização Brasileira.
- SKIDMORE, Thomas, () — *Brasil: De Getúlio a Castello*, Rio, Saga, ^a ed.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, () — *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, DIFEL.
- SOUZA, M^a do Carmo C. de, () — *Estado e Sistema Partidário no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto, () — *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico*, Rio, Fundação Getúlio Vargas.
- , () — *Das Arcadas ao Bacharelismo*, São Paulo, Perspectiva.

- WEFFORT, Francisco C., () — *Sindicatos e Política*, tese de livre docência, USP, mimeo.
- , (a) — *O Populismo na Política Brasileira*, Rio, Paz e Terra.
- , (b) — "Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período -", parte I, *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, São Paulo, nº .
- , () — "Democracia e Movimento Operário" parte II, *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, CEDEC, nº.
- WERNECK VIANA, Luiz Jorge, () — *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio, Paz e Terra.
- , () "O Sistema Partidário e o PDC", *Cadernos CEDEC*, nº I, São Paulo, Brasiliense.

III — OBRAS DE REFERÊNCIA GERAL (Teoria, Metodologia e História)

- ALMOND, Gabriel e POWELL Jr., O., () — *Uma Teoria de Política Comparada*, Rio, Zahar, (original americano:).
- BURKE, Edmund, () — *Reflections on the Revolution in France*, Penguin Books, (ª ed.).
- CERRONI, Umberto, () — "El Partido Político", in *La Libertad de los Modernos*, Barcelona, Martnez Roca.
- CHARLOT, Jean, () — *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin.
- DUVERGER, Maurice, () — *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin.
- , "Sociologie des Partis Politiques", in Gurvitch, Georges, *Traité de Sociologie*, II, Paris, PUF, pp. -.
- GRAMSCI, Antonio, () — *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio, Civilização Brasileira.
- KEY, V. O., () — *Politics, parties and pressure groups*, Nova York, Crowell Co., ª edição, (ª ed.).
- LAPALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron, () — *Political Parties and Political Development*, New Jersey, Princeton University Press.
- MICHELIS, Robert, () — *Les Partis Politiques*, Paris, Flammarion, (ª ed.).
- NEUMANN, Franz, () — *Estado Democrático e Estado Autoritário*, Rio, Zahar, (original de).
- OSTROGORSKY, M. Y., () — *Democracy and the Organization of Political Parties*, Chicago, Quadrangle Books, (ª ed.).
- SARTORI, Giovanni, () — *Parties and Party Systems*, New York, Cambridge University Press.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, () — *De la Démocratie en Amerique*, Paris, Gallimard, (ª ed.).
- , () — *L'Ancien Régime et la Révolution*, Paris, Gallimard, (ª ed.).
- WEBER, Max, (.) — *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, The Free Press, (ª ed.).
- , () — *Ensaio de Sociologia*, (org. H. Gerth e Wright Mills), Rio, Zahar.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abramo, Perseu —
Abranches, Sérgio H. —
Abreu, Capistrano de —
Abreu, Ovídio de —
Adams, Henry —
Affonso, Almiro —
Agripino, João —
Albuquerque e Souza, Faustino —
Aleixo, Pedro —
Alencar, José de —
Alkmin, José Maria —
Almeida, José Américo de (*ver Américo, José*)—
Almeida Júnior, A —
Almeida, Maria Hermínia Tavares de —
Almeida Magalhães, Dario —
Almeida Magalhães, Rafael —
Almeida Prado, Antonio —
Almeida, Rômulo —
Almino, João —
Almond, Gabriel —
Alves, Aluísio —
Amado, Gilberto —
Amaral Peixoto, Ernani —
Amazonas, João —
Américo, José —
Amorim Parga —
Amorim do Vale, (almirante) —
Amoroso Lima, Alceu —
Andrada, Antonio Carlos —
Andrade, Carlos Drummond —
Andrade, Maria Rita Soares de —
Andrade, Regis de Castro —
Antoine, Charles (padre) —
Antonio Candido —
Aparecido, José —
Aquino, Ivo de —
Aranha, Oswaldo —
Arantes, Maria Auxiliadora —

Araújo, Orlando —
Arendt, Hannah —
Arinos Afonso —
Arinos Filho, Afonso —
Arrobas Martins, Luis —
Arruda, Diógenes —
Arruda, João —
Arruda Câmara, (padre) —
Ascarelli, Tullio —
Assis Brasil, —
Assumpção, Zacarias —
Ataliba Leonel —
Augusto, José —
Aydos, Eduardo —
Azevedo, Aristides Mariano de —
Azevedo, Fernando de —

B

Baleeiro, Aliomar —
Bandeira, Manuel —
Bandeira de Mello, Joaquim —
Barbosa, Francisco de Assis —
Barbosa, Rui —
Barbosa Lima Sobrinho —
Barreto, Adahil —
Barreto, Plínio —
Barros, Adhemar de —
Basbaum, Leôncio —
Bastos, Suely —
Batini, Tito —
Batista, Lourival —
Batista Luzardo —
Batista Ramos, João —
Bayma, Henrique —
Belda, Teresa —
Bello, José Maria —
Beltrão, Heitor —
Benevides, Maria Victoria de M. —
Bentes, Dionisio B. —
Berle Jr., Adolfo —
Bernallos, Georges —
Bernardes, Arthur —
Bernardo, Antonio Carlos —
Bettonico, Horácio —

Bezerra, Gregório —
Bezerra de Medeiros, José Augusto (*ver Augusto, José*)
Bias Fortes, J.F. —
Bilac Pinto, O. —
Bittencourt, Alexínio —
Bittencourt, Lúcio —
Bittencourt, Maria Luisa —
Blondel, Jean —
Bocaiuva Cunha; L. F. —
Bodea, Miguel —
Boissier —
Boito Jr., Armando —
Bonifácio, José —
Borba, Osório —
Borges de Medeiros —
Borghi, Hugo —
Bornhausen, Irineu —
Braga, Ney —
Braga, Odilon —
Braga: Pedro —
Brant, Celso —
Brant, Mário —
Braz, Venceslau —
Brigadeiro Eduardo Gomes (*ver Gomes, Eduardo*)
Brigagão, Clóvis —
Brito, Raimundo de —
Brito Velho, C. —
Brizola, Leonel —
Brochado da Rocha —
Bulhões Pedreira, José Luis —
Burke, Edmund —
Buzaid, Alfredo —

C

Cabral da Costa —
Café Filho, João -
Caiado, família —
Camargo, Aspásia —
Campos, Epílogo de —
Campos, Francisco —
Campos, Milton —
Campos, Roberto —
Campos, Silvio de —
Capanema, Gustavo —

Capelato, Maria Helena —
Cardoso, Aducto Lúcio —
Cardoso, Fernando Henrique —
Cardoso, Oscar —
Cardoso de Mello —
Carneiro, Glauco —
Carneiro, Nelson —
Carneiro, Nelson Souza —
Carneiro, Ruy —
Carone, Edgar —
Carvalho, Abdias Vitar de —
Carvalho, Aroldo de -
Carvalho, Daniel de —
Carvalho Filho. Aluisio —
Carvalho, Getúlio —
Carvalho Pinto, C. A. —
Castello Branco, Carlos —
Castello Branco, Humberto (general)
Castilho Cabra, Carlos —
Castro, Fidel —
Castro Rebelo, E. —
Cavalcanti, Francisco Alves —
Cavalcanti, Heitor —
Cavalcanti, Luis —
Cavalcanti, Sandra —
Cavalcanti, Temlstocles —
Cavalcanti, Tenório —
Catão —
Cerroni, Umberto —
Chagas, Carlos —
Chagas, Paulo Pinheiro —
Chagas Rodrigues, F. —
Charlot, Jean —
Chaves, Aureliano —
Chateaubriand, Assis —
Cincurá de Andrade, Rafael —
Cleofas, João —
Coelho, Danton —
Coelho, Renato Sampaio —
Cohn, Amélia —
Cohn, Gabriel —
Coimbra Bueno, Jeronymo —
Comblin, pe. Joseph —
Comparato, Fábio Konder —
Constant, Benjamim —

Corbisier, Roland —
Corção, Gustavo —
Cordeiro de Farias —
Correa, Antonio Costa —
Corrêa, Oscar Dias —
Correia da Costa, F. —
Costa, Arthur Leandro Araújo —
Costa, Canrobert Pereira da —
Costa, Edgar —
Costa, Zenóbio da —
Costa Lima, —
Costa Filho, Miguel —
Costa e Silva, general A. da —
Coutinho, Lafayette —
Coutinho, Lourival —
Coutinho Nogueira, José B. —
Cunha, Simão da —
Cunha, Tristão da —

D

Dantas Orlando Vieira —
Dantas Júnior —
Debert, Guita Grein —
Debrun, Michel —
Denys, Odilio —
Deodato, Alberto —
Diniz, Eli —
Diniz da Silva, Emílio —
Dortmund Martins —
Dostoievski —
Duarte, José —
Duarte, Nestor —
Dulci, Otávio Soares —
Dutra, Eurico Gaspar —
Duverger, Maurice —

E

Estillac Leal, General —

F

Falcão, Armando —
Falcão, Wilson —

Faoro, Raymundo —
Fausto, Boris —
Feijó, Germinal —
Febvre, Lucien —
Fernandes, Florestan —
Fernandes, Millor —
Fernandes, Raul —
Ferrari, Fernando —
Ferraz, José Candido —
Ferreira, Jurandyr Pires —
Ferreira, Oliveiros —
Ferreira, Waldemar —
Ferreira de Souza, José —
Ferro Costa, Clóvis —
Figueiredo, Argemiro de —
Figueiredo, Euclides —
Figueiredo, Guilherme —
Figueiredo, Jacy de —
Figueiredo, Marcus —
Fiuza, Yedo —
Fiuza de Castro, Álvaro —
Fleischer, David V. —
Flores da Cunha —
Flores Soares, Alcides —
Fonseca, Luis Tinoco da —
Fontes, Lourival —
Forjaz, M^a Cecília —
Fragelli, José —
Freire, Elza —
Freire, Paulo —
Freire, Vitorino —
Freyre, Gilberto —
Furtado, Celso —
Furtado, José da Rocha — ,

G

Gago, Pedro —
Galdeano, Antonio Sanchez —
Gallotti, Luis —
Gama e Silva, L. A. —
Garcia, Edson —
Garcia, Luis —
Garcia Neto, L. —
Gaudêncio , José -

Geisel, Ernesto —
Gikovate, Febus —
Girvetz, Harry —
Glicério, Francisco —
Godinho, Padre —
Goes Monteiro. P. A. —
Goguel, François —
Gomes, Eduardo (Brigadeiro) —
Gomes, Evaldo —
Gomes, Mário —
Gomes, Paulo Emilio Salles —
Gomes, Pedro —
Gondim, Pedro —
Gordon, Lincoln —
Goulart, João —
Gouvea de Bulhões, O. —
Grabois, Maurício —
Gramsci, Antonio —
Grum Moss, brigadeiro —
Guazzelli, Sival —
Gudin, Eugênio —
Gueiros, Nehemias —
Guerra, José Carlos —
Guevara, Ernesto "Che" —
Guimarães, Antonio Carvalho —
Guimarães, Ulisses —
Guimarães Rosa —
Gurjão, Rafael Fernandes —

H

Heck, Silvio —
Henry, Patrick —
Herculino, João —
Hermes, Marechal —
Hermes Filho, Gabriel —
Hipólito, Lúcia —
Hoar, George —
Hollanda, Sérgio Buarque de —
d'Horta, Arnaldo Pedroso —
Hungria, Nelson —

I

Ianni, Octávio —

J

Jaccoud, D'Alembert —
Jaguaribe, Hélio —
Jefferson, Thomas —
João Alberto —
Jobim, Walter —

K

Key, V. O. —
Kinzo, Maria D'Alva —
Klein, Lúcia —
Konder, família —
Krieger, Daniel —
Kubitschek, Juscelino —

L

La Bruyère —
Lacerda, Carlos —
Lacerda, Jorge —
Lacerda, Mauricio de. -
Lacerda de Aguiar, F. —
Lafer, Celso —
Lafer, Horácio —
Lage, Otávio —
Lamounier, Bolívar —
Landers, Clifford —
Lapalombara, Joseph —
Laski, Harold —
Leal, Victor Nunes (*ver Nunes Leal, Victor*)
Leite, Aureliano —
Leite, Cleantho de Paiva —
Leite Filho, Raul —
Leme, Ernesto —
Leme, Paschoal —
Lengruber Filho —
Lenin —
Lessa, Orígenes —
Levy, Herbert —
Lima, Augusto Pinto —
Lima, Hermes —
Lima Cavalcanti, Carlos de —

Lima Jr., Olavo Brasil de —
Linhares, José —
Lins, Etelvino —
Lins e Silva, Evandro —
Lippi de Oliveira, Lúcia —
Lisboa, Barachisio —
Lobato, João Evangelista —
Locke, John —
Lodi, Euvaldo —
Lomanto Júnior, A. —
Lopes, Ernesto Pereira —
Lopes, Isidoro Dias —
Lopes, Lucas —
Lott, Henrique Teixeira, general-
Lourenção, Romeu —
Ludovico, Pedro —
Lumumba, Patrice —
Lupion, Moisés —
Luz, Carlos —

M

Macedo Soares, Edmundo —
Machado, Aníbal —
Machado, Cristiano —
Machado, Guilherme —
Machado, Jales —
Machado, João Carlos —
Machado, Lino —
Machado, Lourival Gomes —
Machado de Assis —
Maciel, Leandro —
Magalhães, Agamenon —
Magalhães, Antonio Carlos —
Magalhães, Dario de Almeida (*ver Almeida Magalhães, Dario*)
Magalhães, Juraci
Magalhães, Sérgio —
Magalhães Junior, Raimundo —
Magalhães Pinto, J. —
Malta Cardoso —
Mamede, Jurandyr B. —
Mangabeira, João —
Mangabeira, Francisco —
Mangabeira, Otávio —
Maranhão, Ricardo —

Marinho, Djalma —
Marcondes Filho —
Mariani, Clemente —
Marighella, Carlos —
Mariz, Dinarte —
Marrey Junior —
Martins, Carlos Estevam —
Martins, Mário —
Martins, Paulo —
Martins, Wilson —
Matta Machado, Edgar —
Maurras, Charles —
Mazzilli, Ranieri —
Medelros, Belmiro —
Medeiros, Maurício de —
Medeiros. Poty de —
Medeiros Lima —
Medeiros Silva, Carlos —
Medici, Emílio —
Meinberg, Iris —
Meira, José —
Meirelles, Silo —
Mello, Arnon de —
Melo Franco, Afonso Arinos (*ver Arinos, Afonso*)
Melo Franco, Afrânio —
Melo Franco, Virgílio —
Mello Viana, F. —
Meio e Souza, Antonio Candido (*ver Antonio Candido*)
Mendes, João —
Mendieta y Nuñez, L. —
Meneghetti, Ildo —
Mesquita Filho, Júlio —
Michels, Robert —
Miranda, Benjamim —
Miranda, Vicente Chermont de —
Moisés, José Álvaro —
Moniz Bandeira —
Monteiro, Agostinho —
Monteiro de Castro, José —
Monteiro Filho, Jeronymo —
Montesquieu —
Montoro, Franco —
Moraes Fº, Evaristo de —
Morais, Prudente de —
Morais Neto, Prudente de (Pedro Dantas) —

Moreira Salles, Walter —
Morrow, Lance —
Mota, Carlos Guilherme —
Motta, Lourival de Mello —
Mourão, general Olimpio —
Müller, Felinto —
Munhoz da Rocha, Bento —

N

Nabuco. Carolina —
Nabuco, Joaquim —
Nabuco de Araújo, J. —
Nava, Pedro —
Negrão de Lima, F. —
Nery, família —
Neves, Tancredo —
Neves da Fontoura, João —
Neumann, Franz —
Nogueira, Hamilton —
Nogueira Filho, Paulo —
Nolte, Ernst. —
Novais, Manoel —
Nunes Leal, Victor —

O

Octávio, José —
Octavio, Rodrigo (general) —
Oest, Henrique —
Olimpio, Mathias —
Oliveira, Adolfo de —
Oliveira, Armando de Salles (*ver Salles Oliveira, Armando de*)
Oliveira, Franklin de —
Oliveira, Rafael Correia de —
Oliveira, Alves de —
Oliveira Brito —
Oliveira Neto, Luis Camilo —
Ortega y Gasset, José —
Ostrogorsky, M.Y. —
Ottoni, Teófilo —

P

Padilha, Raimundo —

Paes Leme, Luis Pinheiro —
Palmeira, Rui —
Pança, Sancho —
Paraná, Marques de —
Parente, Joaquim —
Pasqualini, Alberto —
Passos, Celso —
Passos, Gabriel —
Peçanha, Nilo —
Pedrosa, Mário —
Pena Júnior, Afonso —
Penna Botto, Almirante —
Peralva, Oswaldo -
Pereira, Astrogildo —
Pereira, Francelino —
Pereira, Jesus Soares —
Pereira, Vera Candido —
Pereira da Silva, Gastão —
Peres, Leon —
Peron, Juan —
Picaluga, Isabel F. —
Pilla, Raul —
Pimenta da Cunha —
Pimentel, Paulo —
Pinheiro, Israel —
Pinheiro, Maria Isolina-
Pinheiro, Paulo Sergio —
Pinheiro, Péricles da Silva —
Pinheiro Machado —
Pinho, Wanderley —
Pires, Homero —
Pomar, Pedro —
Portela, Lucídio —
Portela, Petrônio —
Portinari, Candido —
Portinho, Carmem —
Powell, Gabriel —
Prado, Fábio da Silva —
Prado, Maria Ligia —
Prado Júnior, Caio —
Prado Kelly, José E. —
Prata, Regina —
Prestes, Júlio —
Prestes, Luís Carlos —
Proust, Marcel —

Przewodosky, Oscar —

Q

Quadros, Jânio —

Queiróz, Adhemar de (general) —

Queiróz, Eça de —

Queiróz Filho, A. —

Quixote, Don —

R

Ramos, Graciliano —

Ramos, Nereu —

Rao, Vicente —

Rego, Pedro da Costa —

Rezende, Eurico —

Rezende, Leônidas —

Ribeiro Coutinho —

Ribeiro da Costa, Álvaro —

Rocha, Ademar —

Rocha, Euzébio —

Rocha, Jones —

Rodrigues, José Honório —

Rodrigues, Leôncio M. —

Rodrigues Alves —

Romão Jr. —

Rondon Pacheco —

Roosevelt, F.D. —

S

Sábato, Ernesto —

Sabino, Fernando —

Sá Corrêa, Marcos —

Saes, Décio —

Saldanha Derzi —

Salgado, Plínio —

Salgado Filho —

Salles, Joaquim de —

Salles, Mauro —

Salles Oliveira, Armando de —

Sampaio. Alde —

Sampaio, Cid —

Sampaio, João —

Sampaio, Nelson de Souza —
Sampaio, Regina Maria —
Sant'Anna, Tito Lívio —
San Tiago Dantas, F.C. —
Santos, Artur —
Santos, Rui —
Santos, Wanderley Guilherme dos —
Sarazate, Paulo —
Sarney, José —
Sarti, Ingrid —
Sartori, Giovanni —
Satiro, Ernani —
Saturnino, Roberto —
Scheler, Max —
Schemberg, Mário —
Schwarz, Roberto —
Seabra Fagundes, Miguel —
Segadas Viana —
Seixas Dória, João —
Sena, Nelson de —
Shakespeare, W. —
Sieyès, Abbé —
Silva, Alberlo —
Silva, Hélio —
Silva, Marina A. Mendes —
Silveira, Roberto —
Simão, Aziz —
Singer, Paulo I. —
Siqueira Campos —
Skidmore, Thomas —
Soares, Gláucio A.D. —
Soares Filho, J. —
Sobral Pinto, H. —
Sodré, Roberto de Abreu —
Sonia, Maria do Carmo Campello —
Souza, Pompeu de —
Souza Filho, Demócrito —
Souza Leão, Eurico de —
Stalin —
Stevenson, Oscar —

T

Tavares Bastos —
Távora, Edilson Mello —

Távora, Fern.andes —
Távora, Juarez —
Távora, Virgílio —
Teixeira, Anísio —
Teixeira de Salles, José Bento —
Telles, Mário —
Tocqueville, Alexis de —
Tourinho Dantas —
Torres Homem —
Trevas, Teressa Cesario —
Trigueiro, Oswaldo —
Trigueiro do Vale, Oswaldo —
Trindade, Hégio —
Trotsky —
Tuma, Nicolau —

V

Valadares, Benedito —
Valladão de Carvalho, Maria I. —
Vargas, Benjamim —
Vargas, Getúlio —
Vargas, Lutero — .
Vasconcellos, Bernardo P. —
Vaz, Rubens (major) —
Velasco, Domingos —
Veloso, Gil —
Venancio Filho, Alberto —
Viana Filho, Luís —
Vidigal, Gastão —
Vilasboas, João —
Vilas-Boas Corrêa —
Viotti da Costa, Emília —
Vital do Rego —

W

Wainer, Samuel —
Wanderley, Maria Nazareth —
Washington Luís —
Weber, Max —
Weffort, Francisco C. —
Weil, Simone —
Weiner, Myron
Werneck Viana, Luís J. —

Wirth, John —

X

Xavier de Araújo —